

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP
Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas - Campus de São José do Rio Preto

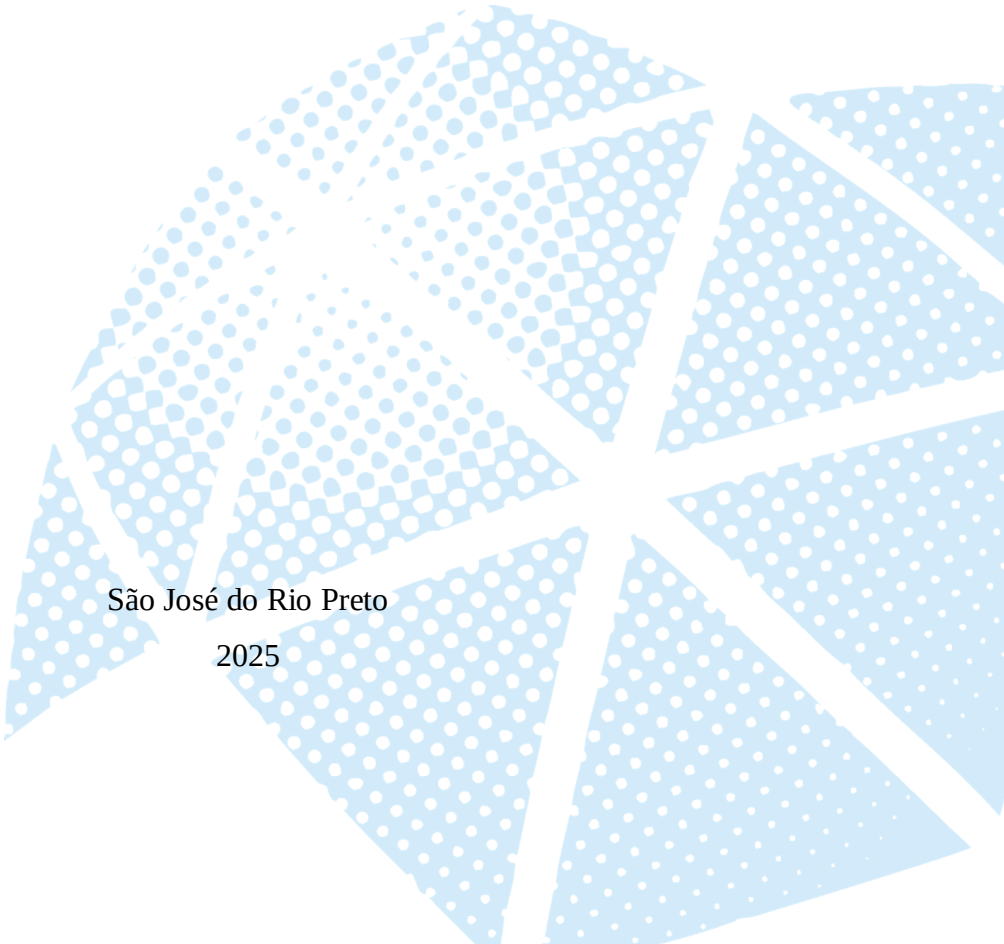
GIOVANNA DOS SANTOS SILVA

SEXTING E CYBERBULLYING:

Reflexões a partir de relatos de mulheres que vivenciaram a exposição de seus conteúdos
íntimos em redes sociais

São José do Rio Preto

2025



GIOVANNA DOS SANTOS SILVA

SEXTING E CYBERBULLYING:

Reflexões a partir de relatos de mulheres que vivenciaram a exposição de seus conteúdos íntimos em redes sociais

Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Campus São José do Rio Preto, para obtenção do título de Mestre em Ensino e Processos Formativos.

Área de Concentração: Ensino

Orientador(a): Profa. Dra. Ana Paula Leivar Brancaloni

São José do Rio Preto

2025

S586s Silva, Giovanna Dos Santos
Sexting e Cyberbullying : reflexões a partir de relatos de mulheres que vivenciaram a exposição de seus conteúdos íntimos em redes sociais / Giovanna Dos Santos Silva. -- São José do Rio Preto, 2025
214 f.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de Biociências Letras e Ciências Exatas, São José do Rio Preto
Orientadora: Ana Paula Leivar Brancaleoni

1. Sexting. 2. Cyberbullying. 3. Educação sexual. I. Título.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Jaboticabal



CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: SEXTING E CYBERBULLYING: REFLEXÕES A PARTIR DE RELATOS DE MULHERES QUE VIVENCIARAM A EXPOSIÇÃO DE SEUS CONTEÚDOS ÍNTIMOS EM REDES SOCIAIS

AUTORA: GIOVANNA DOS SANTOS SILVA

ORIENTADORA: ANA PAULA LEIVAR BRANCALEONI

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Mestra em Ensino e Processos Formativos, pela Comissão Examinadora:

Documento assinado digitalmente
 **ANA PAULA LEIVAR BRANCALEONI**
Data: 29/01/2025 21:38:46-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. ANA PAULA LEIVAR BRANCALEONI (Participação Virtual)
Departamento de Economia Administracao e Educacao / FCAV UNESP Jaboticabal

Documento assinado digitalmente
 **TATIANA NORONHA DE SOUZA**
Data: 29/01/2025 12:03:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. TATIANA NORONHA DE SOUZA (Participação Virtual)
Departamento de Educação / FCLAR UNESP Araraquara

Documento assinado digitalmente
 **JACKSON GOIS DA SILVA**
Data: 29/01/2025 14:36:49-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Professor Doutor JACKSON GOIS DA SILVA (Participação Virtual)
Departamento de Educação / IBILCE UNESP São José do Rio Preto

Jaboticabal, 13 de janeiro de 2025

Dedico esse trabalho à todas meninas e mulheres que tiveram suas intimidades violadas. A vocês desejo que encontrem a paz interna e se sintam livres para seguirem suas vontades, prazeres e caminhos.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, a qual sou grata.

Também sou grata:

Aos meus pais, Iolanda e Edval.

À minha namorada, Iasmin.

Aos meus irmãos, Edvannia, Josiane e Giovanni.

Aos meus cunhados Júlio, Edilene e Djalma.

Aos meus sobrinhos Ana Laura, Ana Vitória e Matheus.

À minha analista, Flávia.

À minha orientadora, Profa. Dra. Ana Paula Leivar Brancaleoni.

À Profa. Dra. Rosemary Rodrigues de Oliveira.

À Prof. Dra. Tatiana Noronha de Souza.

Ao Prof. Dr. Jackson Gois da Silva.

Ao Prof. Dr. Humberto Perinelli Neto.

Ao Prof. Dr. Ricardo Scucuglia Rodrigues da Silva

Aos meus amigos.

Às mulheres que toparam a participar desse estudo.

À todos colegas e professores desse programa de Pós-Graduação em Ensino e Processos Formativos.

A crítica consiste em desentocar o pensamento e em ensaiar a mudança; mostrar que as coisas não são tão evidentes quanto se crê; fazer de forma que isso que se aceita como vigente em si não o seja mais em si. Fazer a crítica é tornar difíceis os gestos fáceis demais. Nessas condições, a crítica [...] – é absolutamente indispensável para qualquer transformação. (Foucault 2004, p. 180)

RESUMO

O fenômeno do sexting se faz uma prática frequente de manifestação da sexualidade atualmente, lançando mão de trocas virtuais de conteúdos sexuais por mensagens de texto, fotos e vídeos. No entanto, percebemos que o problema se localiza na utilização traiçoeira desses conteúdos íntimos para ações violentas – cyberbullying – contra mulheres que, inclusive, são as maiores prejudicadas devido a cultura machista que vivemos. Diante disso, o presente estudo objetiva investigar a percepção de pessoas que foram vítimas de conteúdos íntimos expostos em ambientes virtuais e elencar elementos que colaborem na formulação de atuações, em espaços formativos, com propósito de promover a proteção e prevenção de violências dessa natureza. Para isso, nos valemos da pesquisa qualitativa do tipo exploratória e descritiva e como instrumento de coleta de dados usamos a entrevista semiestruturada com sete mulheres que tiveram suas imagens divulgadas a partir da prática do sexting. Os dados foram analisados e categorizados através da Análise de Conteúdo de Bardin e interpretados a partir de referenciais teóricos que problematizam a cultura machista, sexista e heteronormativa que propagam valores e condutas acerca dos gêneros e sexualidade. A partir das percepções do grupo de mulheres entrevistada, notamos que as mesmas sofreram punições por suas práticas sexuais passarem por desvelamento, uma vez que a ação de desvelar - que é violenta - está intimamente ligada a uma cultura machista e desvios de moldes normativos em sexualidade e gênero, como também notamos que a desproteção, injustiças e impactos que sofreram estão ligadas a essas normativas que se encontram enraizadas em instituições consagradas - escola, delegacias/judiciário e família - e que são expressas em forma de desinformação das participantes sobre redes de apoio, denúncias e proteção, a ausência de educação sexual, ações preconceituosas de profissionais que deveriam atuar para proteção das mesmas e impasses jurídicos. Como forma de contornar essa realidade, elencamos a educação sexual e a necessidade de formação de professores e outros profissionais como essenciais para prevenção e proteção das vítimas de vazamento íntimo e como efeito dessas articulações, elaboramos um produto educacional para docentes para atuação em prol da proteção das vítimas e prevenção da violência pela exposição íntima em espaços virtuais.

Palavras-chave: *Sexting; Cyberbullying; Educação sexual; Ações educativas.*

ABSTRACT

The phenomenon of sexting is a common practice for expressing sexuality today, involving virtual exchanges of sexual content through text messages, photos, and videos. However, we have noticed that the problem lies in the treacherous use of this intimate content for violent actions – cyberbullying – against women, who are the most affected by the sexist culture in which we live. In view of this, this study aims to investigate the perception of people who have been victims of intimate content exposed in virtual environments and, with this, list elements that collaborate in the formulation of actions, in educational spaces, with the purpose of promoting the protection and prevention of violence of this nature. To this end, we used qualitative research of the exploratory and descriptive type and as a data collection instrument we used semi-structured interviews with seven women who had their images disclosed through the practice of sexting. The data were analyzed and categorized using Bardin's Content Analysis and interpreted based on theoretical frameworks that problematize the macho, sexist, and heteronormative culture that propagates values and behaviors regarding gender and sexuality. Based on the perceptions of the group of women interviewed, we noted that they suffered punishments for their sexual practices being exposed, since the act of revealing - which is violent - is closely linked to a macho culture and deviations from normative models in sexuality and gender. We also noted that the lack of protection, injustices, and impacts they suffered are linked to these norms that are rooted in established institutions - schools, police stations/judicial system, and family - and that are expressed in the form of misinformation of the participants about support networks, complaints, and protection, the lack of sexual education, prejudiced actions by professionals who should act to protect them, and legal impasses. As a way of getting around this reality, we listed sexual education and the need to train teachers and other professionals as essential for the prevention and protection of victims of intimate leak and, as a result of these articulations, we developed an educational product for teachers to act in favor of the protection of victims and prevention of violence through intimate exposure in virtual spaces.

Keywords: *Sexting; Cyberbullying; Sex education; Educational actions.*

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Perfil das entrevistadas	58
Quadro 2 – Categorias de análise	63

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
TCLE	Termo de Consentimento Livre Esclarecido
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
DSTs	Doenças Sexualmente Transmissíveis
CAAE	Certificado de Apresentação de Apreciação Ética

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 SEXUALIDADE, GÊNERO E SEXTING	21
3 SEXUALIDADE, GÊNERO, ESCOLA E POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO	38
4 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA	53
4.1 ABORDAGEM	53
4.1.1 Instrumento e processo de coleta dos dados	55
4.3 ANÁLISE DOS DADOS	60
5 SEXTING E CYBERBULLYING: CRIME E CASTIGO?	65
5.1 TODA NUDEZ (FEMININA) SERÁ CASTIGADA: PERCEÇÕES SOBRE A VIOLÊNCIA SOFRIDA POR MEIO DA EXPOSIÇÃO DOS CONTEÚDOS ÍNTIMOS	66
5.1.1 Confiança na pessoa que se relacionava	66
5.1.2 A surpresa com a exposição de seus conteúdos íntimos	69
5.1.3 Julgamento externo e interno	71
5.1.4 Culpa, vergonha, arrependimento e medo acerca da exposição da intimidade	74
5.2 NAS REDES DA DESPROTEÇÃO: DESINFORMAÇÃO E SOLIDÃO DAS VÍTIMAS	77
5.2.1 Desconhecimento das redes de apoio, denúncia e proteção	78
5.2.1 Ausência de educação sexual	80
5.2.3 Normalização da violência	83
5.2.4 Despreparo dos profissionais que deveriam atuar em rede de proteção	87
5.2.5 Culpabilização das vítimas	90
5.2.6 Sentimento de desvalia, impunidade e revolta	93
5.2.7 Sofrimento psíquico	96
5.3 CUIDAR É AÇÃO POSSÍVEL: O CONHECIMENTO QUE SEGUE EM REDE POR MEIO DE ESTRATÉGIAS PREVENTIVAS E EDUCAÇÃO SEXUAL	100
5.3.1 Educação sexual emancipatória	101
5.3.2 Problemática da cultura machista e violenta	107
5.3.3 Acolhimento e escuta das vítimas	113
5.3.4 Fornecimento de informações	113
5.3.5 Punição dos autores da exposição	121
5.3.6 Necessidade de formação de professores e outros profissionais	124
5.4 EL... MANDA NUDES? – UM PRODUTO EDUCACIONAL	124

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	132
APÊNDICE A – Roteiro entrevista semiestruturada	142
APÊNDICE B – Quadros das entrevistas transcritas e categorizadas	143
APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre Esclarecido	184
APÊNDICE D – Parecer de aprovação comitê de ética	187
APÊNDICE E – Produto educacional	190

1 INTRODUÇÃO

A sexualidade diz respeito as instâncias afetivas, dos prazeres, das práticas sexuais, orientação sexual e gênero (Maia, 2014). Está intimamente ligada com a formação de nossa identidade e se manifesta de diferentes maneiras desde nosso nascimento até a morte, englobando aspectos biológicos, psicológicos e socioculturais. É um processo influenciado por valores, crenças e padrões socialmente estabelecidos de feminilidade e masculinidade (Brancaleoni; Oliveira, 2016).

Segundo Louro (2009), gênero e sexualidade são construções que ocorrem ao longo de nossas vidas, não há uma natureza, uma essência original, mas uma produção contínua e reiterada. Aprendemos a viver como mulheres e homens a partir de repetidos discursos da escola, família, igreja, ciência, mídia e leis. Propagam esses ensinamentos como verdades imutáveis que se fundamentam em um sistema binário de gênero.

No interior da família e da escola são repassadas as normas culturais, educando corpos de meninos e meninas na tentativa de adequá-los a preceitos comportamentais, estéticos, higiênicos e morais. Para meninos é ensinado uma dura masculinidade, pautada no esporte, competitividade e violência. E meninas se ensina a docilidade, discrição, gentileza e obediência. Ainda, o ato de educar vai além, engloba um complexo de forças e processos que ocorre a partir dos meios de comunicação em massa - brinquedos, literatura, cinema e música - fazendo com que os indivíduos aprendam e se reconheçam como homens e mulheres no meio social e nos grupos nos quais se encontram inseridos. Nesses processos educativos também buscam regular e normalizar o desejo, transmitindo parâmetros de como e com quem devemos nos relacionar, ser e pensar. Nesse processo, os corpos são “ensinados, disciplinados, medidos, avaliados, examinados, aprovados (ou não), categorizados, magoados, coagidos, consentidos” (Louro, 2000, p. 11).

O que se pretende nessas pedagogias é produzir e fixar identidades a partir do binarismo feminino e masculino que se pauta na ideia de natureza, biologia, em uma essência original, estereotipada, adequada, anterior a tudo, devendo a todos repetir essa receita. Com isso, a sociedade busca estabelecer divisões e rótulos para centralizar uma identidade masculina ou feminina “normal” articulando a um único modelo de identidade sexual: heterossexual. No entanto, essas concepções criadas - sobre essas identidades - não são verdadeiras, mas efeitos de verdade que foram produzidas ao longo do tempo por esses micropoderes que se cristalizaram e passaram a ser vistas como naturais, fazendo parecer que sempre existiram.

Butler (2018) questiona a naturalização dessas posições binárias ao dizer que o

gênero é performativo. Trata que o agir, o se comportar, se vestir é construtor do gênero e isso se dá por meio do fazer, de uma sequência de atos, expressões repetidas. É performativo por haver um sujeito que preexista ao ato - não há um sujeito homem que justifique seus atos de homem – ou seja, não nos comportamos como mulher e homem em virtude da natureza, mas em virtude dos atos, das performatividades repostas. Primeiro há a ação e depois vamos nos tornando, mas são esses discursos de “verdade” que estabelecem ideais esperados acerca da masculinidade e feminilidade. Quanto mais um sujeito internaliza esses ideais - que são impostos pela heterossexualidade compulsória – e coerente for, maiores chances têm de sua existência ser reconhecida e receber amparo de instituições e outros sujeitos. Os indivíduos que desviam dessa ordem regulatória são marcados, separados, distinguidos, discriminados e definidos a partir desse referencial.

Em vista dessas considerações, mulheres que manifestam sua sexualidade de forma dissidente ao socialmente estabelecido sofrem sanções sociais, uma vez que há códigos de comportamento que prescrevem como homens e mulheres devem se relacionar, com quem e o que devem ou não fazer. A potencialização desses códigos é sentida, principalmente, por mulheres, uma vez que disciplinarização dos corpos e represálias acerca da sexualidade é histórica. Homens cisgêneros possuem maior liberdade para viver experiências sexuais, enquanto o comportamento de mulheres é regulado e suas vivências passam por gradações de valor. Pontuamos que se opera a heterocisnormatividade: ordem pela qual se espera que pessoas que nascem com vulva/vagina se transformem em mulheres e desempenha papéis e scripts previstos, configurando seus corpos dentro de parâmetros estabelecidos e orientem seus desejos para pessoas que nascem com pênis e se constituíam como cisgênero.

Conforme Rubin (2003) há uma legislação sexual específica de cada cultura e por meio dela são ensinados valores sexuais esperados de cada sujeito. Isso mostra como as normas sociais moldam e delimitam as expressões individuais da sexualidade, gerando formas de discriminação para pessoas que se desviam dessas expectativas. Desde cedo mulheres são ensinadas a se reservarem, se protegerem, conservarem sua sexualidade. O significado de poucas experiências sexuais traz maior valor a elas, enquanto homens são encorajados a buscarem prazer e se envolverem em relações sexuais. Para cultivar o recato nas meninas, com intuito de adiarem a expressão de sentimentos, prazeres e desejos, seus corpos são sujeitos a controle, vigilância e sanções normalizadoras intensas. Nesse sentido, fica evidente que seus corpos são submetidos a estratégias disciplinadoras rigorosas ao longo de suas vidas, moldando a vivência da sexualidade de acordo com padrões específicos. De acordo com Foucault (1988),

o dispositivo da sexualidade posicionou o corpo como objeto a ser analisado, qualificado e desqualificado, tornando-o alvo da produção de conhecimento e regulação contínua.

Quando pensamos no *sexting*, que se faz uma forma de manifestação da sexualidade contemporânea atravessada pela virtualidade – prática que consiste no envio de conteúdos de nudez por fotos e vídeos, além de mensagens de textos autoproduzidas com teor sexual por meio do celular - isso pode ser visto claramente quando mulheres que enviam seus conteúdos íntimos são expostas na internet.

Barros e Ribeiro (2016) constaram que quando ocorre o vazamento na troca de *sexting*, são as meninas que mais sofrem correções, represálias, humilhações e atitudes violentas. Em uma das reportagens analisadas pelas pesquisadoras, sobre dois adolescentes que tiveram vídeo íntimo expostos na internet, é possível perceber os discursos violentos e pesos diferentes atribuídos aos comportamentos sexuais de meninos e meninas, conforme excerto abaixo (p. 431).

Isso que aconteceu lá dentro jamais vai afetar o respeito da escola. Safada é a menina que se deixou filmar ela com a boca na coisa, o moleque ficou de boa, a sem vergonha é ela que por ser mulher tinha que se dar o respeito. É aquele velho ditado: prende suas cabritas que meus bode estão soltos! É por isso que só fiz macho!

No entanto, as dimensões de gênero pouco são levadas em conta nas investigações sobre o *sexting* e discussões em torno do tema têm se centrado nos comportamentos de risco das vítimas envolvendo vazamento. Vimos isso no estudo de Figueiredo (2016) que investigou as consequências e riscos ligados a esse fenômeno. Nesse estudo observamos que quando foi colocada em pauta a situação de uma foto ou vídeo entrar em circulação pública para participantes adolescentes, apontaram que o “erro” era das meninas que se deixaram filmar ou serem fotografadas nuas, ou de enviarem conteúdo íntimo para namorados ou paqueras. Em nenhum momento foi problematizado pela autora questões de gênero, tão pouco ressaltado a responsabilidade dos autores pela divulgação dos conteúdos.

Patrocino e Bevilacqua (2021) apontam em seu estudo que, aproximadamente, oitenta por cento das publicações analisados acerca do *sexting* não consideraram em suas análises questões de gênero, e que mais de setenta e cinco por cento dos estudos enfocaram nas abordagens de risco assumidas por mulheres que praticam. Uma outra questão é que esses mesmos estudos não enxergam o *sexting* como uma possível manifestação da sexualidade e suas dimensões positivas, mas como prática indiferenciada da violência.

A prática do *sexting* é envolta de estigmas e tabus devido a uma sociedade moralista,

que julga e reprova pessoas que se valem dela. Mas, ainda que se negue, esse fenômeno é atualmente uma frequente expressão da sexualidade, associado ao desenvolvimento tecnológico. Manoel, Lordello e Pessoa (2020) apontam que a literatura já associa o *sexting* como uma forma de expressão de relacionamentos românticos e atuais. Os autores também afirmam que a razão para envio dos conteúdos está ligada às pessoas se sentirem atraentes, iniciar uma atividade sexual, obter atenção de um parceiro ou paquera, livre expressão e dinamismo no flerte, e uma maneira de se autoexpressar. “Para muitas pessoas, incluindo adolescentes, participar desses comportamentos sexuais, nomeadamente *sexting*, se torna uma forma de expressar seus desejos e viver [...] suas sexualidades” (p. 41). Por ser um fenômeno cultural, se faz necessário abandonar ações disciplinares e descontextualizadas.

Souza e Lordello (2020) compreendem que o *sexting* em si não oferece risco a priori por ser usado em situações de flerte, pedido do parceiro e iniciar relações sexuais posteriores, seja em relacionamentos casuais, namoro ou casamento, mas que os seus conteúdos podem vir a se tornar *cyberbullying*. E é exatamente sobre o que se é feito com os conteúdos íntimos que entram as questões de gênero. Acreditamos que considerar as dimensões de gênero se faz uma tarefa obrigatória, pois sem isso deixa o fenômeno reduzido, como também estudos que enfocam nos riscos podem reforçar visões estereotipadas, higienistas, preconceituosas e contribuir para ações punitivas/violentas, principalmente, se os conteúdos do *sexting* for de mulheres. Assim, não proporcionando caminhos que vão rumo a educação, reflexão e transformação de pensamento e comportamento.

Lins (2019) faz uma crítica ao dizer que para a segurança das mulheres os entusiastas no assunto – metidos a especialistas - vão indicar não deixar fotografar e não enviar conteúdos de nudez, como se o real problema fosse esse. Uma das implicações de gênero – que é inegável - está na própria inversão da responsabilidade pela divulgação, ou seja, a culpa acaba sendo da mulher que praticou o *sexting* e não do indivíduo que vazou o conteúdo. Isso pode ser constatado no estudo de Manoel, Lordello e Pessoa (2020) ao afirmarem que homens e mulheres são impactados de forma diferente em relação aos conteúdos expostos. Souza e Lordello (2020) também afirmam que mulheres são as que mais enfrentam ações violentas associadas ao *sexting*, sendo mais comum coerções, ameaças, chantagens, vingança e punições por meio da exposição. Como também sofrem impactos na saúde mental e ideações suicidas devido a insultos, xingamentos e culpabilização pela exposição íntima, o que ameniza a responsabilização do autor da violência. Nesse sentido, fica nítido que o crime está associado à mulher que por essa via manifesta sua sexualidade, não de quem divulga.

Lordello (2023) trata que o *sexting* ainda é frequentemente confundido com

diferentes formas de violência. Esse equívoco persiste mesmo que esse fenômeno já faça parte da experiência sexual cotidiana de muitas pessoas. Manoel et al (2020) indicam que os pesquisadores dessa temática olhem de forma cautelosa para as questões macroestruturais que estão associados aos efeitos negativos nas vivências com o *sexting*. Com também Souza e Lordello (2020) propõem que tenha estudos mais aprofundados que considerem as dimensões de gênero. Desse modo, se faz necessário avançar nas investigações e também considerar que a escola e outros processos formativos podem contribuir para proteção e prevenção de exposição íntima.

Cabe ressaltar que temos a ciência de que outras instituições como o poder judiciário e delegacias de segurança pública também são responsáveis por proteger e assegurar os direitos das vítimas. Mas tomamos a escola como alvo de nossas discussões por ser uma das primeiras e principais instituições formativas de nossas subjetividades, atuando não somente no ensino de conteúdos científicos, mas na transmissão/prescrição de valores culturais, morais que influenciam diretamente na maneira como nos relacionamos com nossos corpos e o mundo a nossa volta. A escola é, sem dúvida, uma organização que espelha o mundo lá fora, e por isso, nossos esforços se direcionaram a ela na tentativa de explicar sua responsabilidade por perpetuar disparidades, mas também mostrar um local potencial para uma contrarresposta a isso – local esse que pode contribuir positivamente para diluir mitos, tabus, preconceitos e desigualdades.

Nesse sentido, compreendemos que a escola possui espaço privilegiado para pautar temas como *sexting* e *cyberbullying*. Por meio do ensino adequado em educação sexual, pode promover uma mudança de comportamento que interrompa os ciclos de divulgação de imagens íntimas e estigmatizações acerca das práticas em sexualidade. Essas temáticas por serem transversais, podem ser incorporadas em todas as áreas do conhecimento, como também, por serem atuais e participarem do cotidiano dos jovens, podem ser abordadas por meio de metodologias ativas em sala de aula ou fora dela, como dinâmicas grupais, técnicas de sensibilização e facilitação para debates, vídeos, músicas, jogos, filmes, confecção de materiais didáticos e muitos outros recursos disponíveis atualmente, que possibilitem informar e conscientizar os sujeitos da comunidade escolar. Segundo Maia e Ribeiro (2011) a educação sexual deveria ser tomada como uma iniciativa que vai além da transmissão de informações e da perspectiva biológica, orgânica e profilática. Esse campo deve levar a sexualidade como algo inerente a vida, questões sociais e políticas

Embora a educação sexual possa ser realizada em diferentes instituições,

como ambulatórios e postos de saúde, sindicatos, fábricas, universidades, consideramos que a escola é o espaço mais propício para realizá-la, primeiro porque se começa a frequentar a escola já com seis anos de idade, e, idealmente, espera-se que o indivíduo nela permaneça até os dezoito anos, quando termina o Ensino Médio. Segundo porque a escola tem por função social a transmissão do saber historicamente acumulado e de sua dimensão ético-política. É na escola que se espera que os educandos aprendam a questionar, refletir e se posicionar sobre atitudes relacionadas à sociedade, à cidadania, aos direitos humanos, à preservação do meio ambiente; é na escola que se espera que os indivíduos aprendam a adotar práticas preventivas visando à constituição de cidadãos críticos e autônomos, o que inclui uma educação sexual emancipatória. Desta forma, questões de relevância social (como a igualdade de gênero e o combate à homofobia) nela devem ser inseridas e tratadas de maneira crítica e reflexiva, constituindo elementos essenciais de um programa de educação sexual (Maia; Ribeiro, 2011, p. 78).

A educação sexual se relaciona diretamente com o direito de os sujeitos conhecerem sobre seus corpos, relacionamentos, práticas sexuais, sentimentos, revisitar tabus, aprender, refletir e debater para formar opiniões e valores próprios sobre tudo que se relaciona a sexualidade. Fora da escola, ela também pode ser exercida por meio de páginas em redes sociais destinadas aos debates em sexualidade e gênero, criação de folders, cartilhas, vídeos que se preocupem em tornar e transmitir conhecimentos acadêmicos acessíveis a todos.

Diante desse cenário, torna-se evidente a necessidade de uma educação sexual no contexto digital. No estudo de Souza e Lordello (2023) os participantes destacaram a importância de as pessoas conhecerem seus direitos, compreenderem as particularidades do *sexting* e serem capazes de distinguir o que constitui abuso. O fornecimento de informações é um dos caminhos favorecedores do empoderamento, permitindo que as pessoas pratiquem o *sexting* de maneira consciente, reconhecendo seus limites e sabendo que podem recusar situações indesejadas. Além disso, essas informações ajudam as pessoas a entenderem que quando ocorre a violação da privacidade não se deve responsabilizar a vítima, mas sim o autor da divulgação. O empoderamento também promove o uso de estratégias protetivas, evitando coerção, culpabilização e *sexting* indesejado. Sem o conhecimento adequado sobre o que é um sexo seguro, tanto *online* quanto *offline*, as pessoas podem ter dificuldades em identificar abusos, encarando-os como parte natural da prática. A educação sexual adaptada às práticas tecnológicas é uma nova forma de empoderamento que pode prevenir a violência e sofrimento, ao esclarecer a diferença entre *sexting* e comportamentos violentos que se associam a essa prática que devem ser compreendidos e combatidos.

Diante do exposto, nos resta a seguinte questão: conhecendo as percepções de pessoas que sofreram a exposição íntima em espaços virtuais, seria possível reunir elementos

que pudessem favorecer ações protetivas e preventivas de vivências de violência por exposição de conteúdos íntimos em espaços virtuais?

Nesse sentido, temos como objetivo geral: investigar as percepções de pessoas que tiveram conteúdos íntimos expostos em ambientes virtuais, buscando elencar elementos que possam colaborar na formulação de atuações, em espaços formativos, que promovam a proteção e prevenção da vivência de violências nessa natureza.

E, como objetivos específicos:

- Investigar como um grupo de mulheres que tiveram seus conteúdos íntimos expostos em ambientes virtuais percebem a violência sofrida;
- Elencar elementos para a promoção de estratégias preventivas, em espaços educativos, a partir da compreensão das percepções de pessoas que sofreram a violência de terem seus conteúdos íntimos expostos em ambientes virtuais;
- Elaborar um produto, a partir dos elementos elencados, de orientação a educadores para a atuação na proteção das vítimas e prevenção de violência pela exposição de conteúdos íntimos, por terceiros, em espaços virtuais.

O presente trabalho foi organizado em quatro momentos, sendo os três primeiros capítulos teóricos e quarto (e último) empírico:

Sexualidade, Gênero e Sexting - trata da sexualidade como aspecto central na construção da identidade dos sujeitos - processo interminável - envolvendo dimensões biológicas, psíquicas e socioculturais. Essa construção ocorre a partir das possibilidades culturais disponíveis que são permeadas por valores, crenças e padrões esperados para o feminino e masculino. Por vivermos em uma sociedade heteronormativa calcada em preceitos biologizantes e binários, recebemos imposições de modelos de normalidade acerca do gênero e sexualidade. O gênero nessa perspectiva é compreendido como performativo, que se constrói e se manifesta por meio de atos, ações repetidas e não inerente ao sexo biológico, pois se fosse assim, não seria possível escapar de nossos próprios corpos e nem ser possível outras formas de existir e se relacionar, a não ser formas hegemônicas de viver o corpo e relacionamentos. Instituições como a família, escola, religião, mídia perpetuam a heteronormatividade e são responsáveis por ensinar conceitos cristalizados e ultrapassados sobre gênero e sexualidade, no qual estigmatiza e violentam aqueles que desafiam suas regras. As mulheres, nesse caso, são ensinadas a atender padrões específicos de comportamento em relação a sexualidade e sofrem disciplinação, vigilância, controle e regulação de seus corpos. O *sexting*, como prática de compartilhar conteúdos íntimos, reflete o exercício da sexualidade, no entanto, o que se

problematiza é a maneira como esses materiais íntimos são usados como ferramentas para violentar a partir da exposição pública dos mesmos.

Sexualidade, Gênero, Escola e Possibilidades de atuação - trata que o gênero e sexualidade são construções culturais e históricas que são reguladas e controladas por instituições sociais como a família e escola, tendo a escola papel central na reprodução de normas de gênero e sexualidade, promovendo distinções entre masculino e feminino e heteronormatividade como padrão. No entanto, ainda que seja um lugar que propaga desigualdades por meio de conceitos normativos e se faz limitante nos assuntos de sexualidade e gênero, pode ser transformadora, pois tem espaço privilegiado para questionar essas mesmas normas e promover reflexão crítica e emancipadora. Para isso, seria necessária a formação adequada de professores para trabalhar temas de sexualidade e gênero de modo a incluir além de aspectos biológicos, dimensões sociais, culturais, políticas, filosóficas, emocionais e relacionais, e promover ações/práticas educativas que fomentem autonomia, autoconhecimento e respeito, em vez de focar nos riscos relacionados a sexualidade. O *sexting* e *cyberbullying* seria temas que a escola deveria se apropriar, pois se faz urgente ensinar a convivência ética em ambientes virtuais, trabalhar competências socioemocionais e valores que podem combater a violência do *cyberbullying* e prevenir abusos.

Trajetória Metodológica – descreve os caminhos traçados para esse estudo, no qual trata da abordagem teórico-metodológica que adotamos, o recrutamento das participantes, o tipo de instrumento para coleta de dados, recursos para registro dos dados, os cuidados e forma de análise de dados que nos valem.

***Sexting* e *Cyberbullying*: crime e castigo?** – dedicado a apresentar a análise dos resultados obtidos das entrevistas de sete de mulheres que sofreram exposição íntima. Discute como essas mulheres percebem a violência que sofreram e a partir dessas compreensões mostra como foram articulados elementos para promoção de estratégias preventivas e protetivas para vítimas, pensando em espaços formativos e atuação docente, levando em conta sexualidade e gênero, relações medidas pela virtualidade e violência no espaço virtual.

Esperamos que, por meio dos capítulos teóricos e pesquisa, apresentar um panorama das vivências em sexualidade - prática do *sexting* - e de como a violência do *cyberbullying* que acomete, em especial, meninas e mulheres pode ser extremamente danosa. Como também, mostrar saídas possíveis por meio estratégias educativas e atuação docente, de modo a dar conta dessa realidade que se faz presente e que, infelizmente, passa ser uma constante na vida de jovens.

Como a escola é um lugar em que a sexualidade está presente nas paredes,

banheiros, portas, escadas, corredores, carteiras, cadernos, giz/canetão, lousas e celulares, carece de ações que promovam a sua tratativa adequada e seu exercício ser pautado na responsabilidade, ética, cuidado, prevenção e proteção.

2 SEXUALIDADE, GÊNERO E *SEXTING*

A sexualidade diz respeito ao gênero, orientação sexual, identidade, vivências de prazer, sensualidade, erotismo, corpo por meio de fantasias, pensamentos, desejos, valores, ações e relacionamentos, como afirmam Brancaleoni e Oliveira (2016):

A sexualidade, independentemente de sua potencialidade reprodutiva, relaciona-se com a busca do prazer. Trata-se de um aspecto fundamental no processo de construção da identidade e se manifesta, de formas diferentes, desde o nascimento até a morte, abarcando dimensões biológicas, psíquicas e socioculturais. Assim, desde as primeiras vivências de prazer, nos contatos do bebê com o adulto (frequentemente a mãe), a sexualidade é construída, pelo sujeito, a partir das possibilidades culturalmente estabelecidas, sendo, portanto, um processo permanentemente permeado por valores, crenças e de padrões socialmente estabelecidos de feminino e masculino (Brancaleoni; Oliveira, 2016, p. 1445)

Brancaleoni e Kupermann (2018) apresentam a sexualidade como um processo interminável, um espaço que pode propiciar vivências inéditas de obtenção de prazer. Contudo, vivemos em uma sociedade cisheteronormativa que hegemoniza padrões/modelos de sexualidade como sendo naturais e saudáveis, e estabelece quais devem ser as práticas, formas de prazer e relação com o nosso corpo. Nesses parâmetros, a sexualidade normal é reduzida à cisgeneridade e heterossexualidade. Para quem é dissidente do hegemonicamente estabelecido, há rigorosas sanções sociais que também exercem a função de manutenção dos polos normal/patológico, aceitável/inaceitável, configurando a sexualidade em uma perspectiva universal e a-histórica.

Brancaleoni (2021) problematiza as hipocrisias acerca da sexualidade que também se dá no próprio processo de ensino e que causa sofrimento e adoecimento psíquico nos adultos

a palavra de ordem do patriotismo encobre, de maneira muito evidente, interesses egoístas, em que, sob a bandeira da felicidade social da humanidade, propaga-se o esmagamento tirânico da vontade individual, em que na religião se venera seja um remédio contra o medo e a morte – orientação egoísta – seja um modo lícito de intolerância mútua; quanto ao plano sexual, ninguém quer ouvir falar do que cada um faz. A neurose e o egoísmo hipócritas são, portanto, resultado de uma educação baseada em dogmas (...). A hipocrisia certamente um dos mais característicos sintomas da histeria do homem civilizado em nossos dias. (Brancaleoni, 2021 *apud* Ferenczi (1909/2011, p. 43)

Para Brancaleoni (2021) é por meio da política, instituições educacionais, famílias e mídias que são disparados discursos que corroem avanços que são preciosos para a

transformação de espaços educativos para promoção da diversidade sexual e de gênero. Discursos fundamentalistas querem conservar a ordem heteronormativa, mas tudo que se mostra contrário a isso, imediatamente, se torna uma ameaça a configuração da família tradicional brasileira, nas palavras de Brancaleoni (2021, p. 98) “famílias de bem, santas e morais”.

As mídias têm sido usadas de forma estratégica pela extrema direita ao se valer do conceito de “ideologia de gênero” para propagar medo, pânico, mentiras e preconceitos para a população. Nessa perspectiva, é afirmado que a “família tradicional brasileira” estaria sendo “ameaçada”, pois tal ideologia seria capaz de subverter princípios e valores morais que lhe são caros, como também provocar que crianças e jovens sejam homossexuais e transsexuais. Nessa manobra, qualquer um que se mobilize rumo a romper com as opressões ocasionadas pela cisheteronormatividade, de modo a promover respeito e dignidade à diversidade sexual e de gênero, sofre diversos ataques, bem como todos sujeitos que rompem com os padrões heteronormativos instituídos (Brancaleoni, 2021).

Isso pode ser visto na fala do Deputado Takayama em 2013 que, em tom provocativo, chama os avanços na promoção da diversidade sexual e de gênero de “esquerda sexual”, também levanta o termo “construção sexual” que agride o conceito de família tradicional/natural/originária

Uma vez consolidada a ideia de que existem várias “orientações sexuais”, a esquerda sexual apresenta sua explicação de que não existem sexos, mas existem gêneros, que são “construções sexuais”, não biológicas. Ora, se o que existe não são mais os “sexos”, mas sim os “gêneros”, e se os “gêneros” não são mais biológicos, mas simples “construções sexuais”, neste caso a família tradicionalmente entendida, como originária da união entre um homem e uma mulher, deixa de fazer qualquer sentido. Desse modo, a ideologia de gênero está sendo introduzida na legislação como uma bomba relógio, com o objetivo de destruir o conceito tradicional da família como a união de um homem e uma mulher vivendo com compromisso de criar e educar filhos (Diário da Câmara dos Deputados, 2013, p. 187)

Sobre a ideologia de gênero no âmbito escolar, o deputado em defesa da família também completa

A continuar assim, em breve todos os alunos serão obrigados a aprender nas escolas a ideologia de gênero, que apresenta como sexualidade toda a abundância de opções fora dos padrões relacionados com a construção de uma família tradicional, uma instituição que não tem qualquer sentido dentro da ideologia de gênero. Com a ideologia de gênero imposta pela lei na educação, os kits gays, bissexuais, transexuais, lésbicos etc. serão obrigatórios para as

crianças em idade escolar. Bastará, então, que qualquer projeto de lei venha a tornar a educação sexual obrigatória nas escolas e a esquerda sexual acabará transformando o sistema educacional numa máquina armada para a demolição e destruição do conceito da família natural (Diário da Câmara dos Deputados, 2013, p. 187)

Brancaleoni (2021) afirma que esse movimento conservador em “defesa da família e dos bons costumes” com seus avanços consegue convencer inúmeras pessoas e também alastrar o ocultamento, silenciamento das diferenças, prazeres e questões hegemonicamente consideradas pecaminosas, desonrosas e sujas, e isso propicia o sofrimento de todos nós. Contudo, ainda que estejamos vivendo essa infeliz realidade, não devemos ficar imóveis assistindo esse velho filme passar por nossos olhos e sermos somente expectadores de uma vida pronta. Não somos e não devemos ser meras marionetes que reproduzem diretrizes de uma cartilha estabelecida por pessoas que pensam ser donos do mundo e que destilam ódio em nome de divindades

Se tantas vezes nos sentimos mortificados, é porque na condição de mentira - imposta pela hipocrisia - e de autômatos, pouco do vivo, de fato, circula em nós. Nesses momentos, resta o bendito incômodo gritando, por meio do corpo e da mente, de que nossa vida pode ser mais do que a reprodução de conjunto de regras, às quais nos prendemos por algemas trazidas por um algoz que nem enxergamos ao certo seu rosto, mas para o qual oferecemos nossos braços (p. 06).

Os sujeitos que contam suas próprias histórias – ao romperem com padrões heteronormativos - são marcados, discriminados, considerados anormais, escória da sociedade, são “convertidos em lixo” (Brancaleoni; Kupermann, 2018, p. 50). Esse rótulo é justificado pelas práticas sexuais assumidas por essas pessoas, pela construção de suas identidades ou pela forma que se relacionam com seus próprios corpos. Conforme Bento (2011, p. 552)

Nascemos e somos apresentados a uma única possibilidade de construirmos sentidos identitários para nossas sexualidades e gêneros. Há um controle minucioso na produção da heterossexualidade. E, como as práticas sexuais se dão na esfera do privado, será através do gênero que se tentará controlar e produzir a heterossexualidade. Se meninos gostam de brincar de boneca ou meninas odeiam brincar de casinha, logo terá um olhar atento para alertar aos pais que seu/sua filho/a tem comportamentos "estranhos". Daí o perigo que a transexualidade e a travestilidade representam para as normas de gênero, à medida que reivindicam o gênero em discordância com o corpo-sexuado.

Foucault (1988) adverte que é preciso evidenciar os diversos discursos e modos de controle sobre a sexualidade, que, para Louro (2000) são verdadeiras pedagogias que se

preocupam em produzir verdades estáveis sobre o corpo, gênero e sexualidade, e por meio dessas verdades/discursos, buscam estabelecer quem são os desviantes. Segundo a autora, algumas instituições, mídias e produtos que consumimos na contemporaneidade atuam de modo direto e indireto nesse processo

Família, escola, igreja, instituições legais e médicas mantêm-se, por certo, como instâncias importantes nesse processo constitutivo. Por muito tempo, suas orientações e ensinamentos pareceram absolutos, quase soberanos. Mas como esquecer, especialmente na contemporaneidade, a sedução e o impacto da mídia, das novelas e da publicidade, das revistas e da internet, dos sites de relacionamento e dos blogs? Como esquecer o cinema e a televisão, os shopping centers ou a música popular? Como esquecer as pesquisas de opinião e as de consumo? E, ainda, como escapar das câmeras e monitores de vídeo e das inúmeras máquinas que nos vigiam e nos atendem nos bancos, nos supermercados e nos postos de gasolina? Vivemos mergulhados em seus conselhos e ordens, somos controlados por seus mecanismos, sofremos suas censuras. As proposições e os contornos delineados por essas múltiplas instâncias nem sempre são coerentes ou igualmente autorizados, mas estão, inegavelmente, espalhados por toda a parte e acabam por constituir-se como potentes pedagogias culturais (p. 18).

Essas pedagogias são praticadas para moldar, disciplinar e controlar os corpos de forma sutil e eficiente, por meio da transmissão de valores e condutas heteronormativas que se constituem a partir de representações heterossexistas baseada na matriz binária masculino e feminino. Bento (2011) diz que o discurso médico, brinquedos, roupas, cores, são tecnologias que produzem sexualidade e gênero, e possuem efeitos protéticos que atuam na produção e normalização dos corpos, baseado em uma ordem de continuidade biológica, de complementariedade dos órgãos genitais, que é reducionista, mas utilizada como mecanismo de controle e disciplinarização.

Conforme a autora, o corpo ganha vida inteligível a partir do anúncio do sexo da criança pelo médico, como também nasce contaminada pelas estruturas sociais, cultura. Esse feito cria uma rede complexa de expectativas, suposições, desejos acerca desse corpo, sobre quem ele será, seus comportamentos, gestos, gostos, projetos de vida – há uma vida pronta para a criança que não chegou ao mundo – vida essa referenciada nos órgãos genitais: vagina e pênis

Os gêneros inteligíveis obedecem à seguinte lógica: vagina-mulher-feminilidade versus pênis-homem-masculinidade. A heterossexualidade daria coerência às diferenças binárias entre os gêneros. A complementaridade natural seria a prova inquestionável de que a humanidade é necessariamente heterossexual e de que os gêneros só têm sentido quando relacionados às capacidades inerentes de cada corpo (Bento, 2011, p. 553).

O que torna os gêneros inteligíveis é o que chamamos de heterossexualidade compulsória: o princípio normalizador que atribui coerência as relações de sexo, gênero e desejo (Butler, 2018). Devido a essa ordem regulatória, vivemos um verdadeiro heteroterrorismo pelo bombardeio de discursos e práticas de instituições que visam produzir verdades imutáveis e domesticar nossos corpos. A internalização dessas “verdades” são tão intensas que faz parecer que é algo de nossa própria pele, que está em nós desde que viemos ao mundo, e isso nos faz esquecer incontáveis e repetidos ensinamentos que ditam a heterossexualidade como a sexualidade normal e natural. Bento (2011, p. 552) problematiza

Depois de uma minuciosa e contínua engenharia social para produzir corpos-sexuados que tenham na heterossexualidade a única possibilidade humana de viver a sexualidade, como se pode continuar atribuindo à natureza a responsabilidade daquilo que é o resultado de tecnologias gerenciadas e produzidas pelas instituições sociais?

Butler (2018) ao colocar uma lupa sobre a distinção entre sexo e gênero, problematiza a atribuição do sexo ao domínio da natureza e gênero como uma interpretação cultural do sexo. Ora, se a própria ideia de natureza é uma criação da ciência, como podemos dizer que ela não é uma construção social? O mesmo discurso que produz a existência da cultura também produz a existência de uma natureza. Será que a natureza não é uma simples produção discursiva? Com essa provocação, podemos dizer então que o gênero não é algo natural mas naturalizado

Se aceitamos que o gênero é construído e que não está, sob nenhuma forma, “natural” ou inevitavelmente preso ao sexo, então a distinção entre sexo e gênero parecerá cada vez mais instável. Assim, o gênero é radicalmente independente do sexo. Ele é “um artifício à deriva”. [...] se o “sexo” é tão culturalmente construído quanto o gênero, na verdade, talvez o sexo tenha sido desde sempre gênero, de maneira que a distinção sexo/gênero não é na verdade distinção alguma (Salih, 2018, p. 70)

Nesse sentido, não há um marco zero, uma figura/sujeito/identidade pré-existente, originária, anterior a tudo, mas uma fabricação/produção de sujeitos, uma construção performativa de um sexo considerado pela norma como original e verdadeiro.

Scott (1995) enfatiza que a experiência corporal não tem condições de existir separadamente dos processos sociais e históricos que constroem significados, ou seja, fora das relações sociais. Bem como, corpos de homens e mulheres não são a origem de essências ou experiências fundantes que definem supostas naturezas femininas ou masculinas. A

complexidade reside no fato de que certos aspectos da vida social têm sido consistentemente vinculados à ideia de natureza e, assim, considerados como além da influência humana, como infância, a família, a sexualidade e as mulheres, em alguns casos. As categorias “homem” e “mulher” são categorias vazias e excedentes: vazias no sentido de que não possuem um significado último, definitivo, transcendental. Transbordantes no sentido de que, mesmo quando parecem ser estáveis, ainda comportam definições alternativas que são ignoradas ou reprimidas. Conforme Butler (2018), podemos falar de um sujeito-em-processo, sem um começo ou fim definido, que é construído a partir do discurso, pelas ações/atos que executa, não algo fixo, um ser estático.

Se há algo de certo na afirmação de Beauvoir de que ninguém nasce e sim torna-se mulher decorre que mulher é um termo em processo, um devir, um construir de que não se pode dizer com acerto que tenha uma origem ou um fim. Como uma prática discursiva contínua, o termo está aberto a intervenções e ressignificações. Mesmo quando o gênero parece cristalizar-se em suas formas mais reificadas, a própria “cristalização” é uma prática insistente e insidiosa, sustentada e regulada por vários meios sociais (Butler, 2018, p. 31).

A ideia de uma identidade fixa, ligada a uma essência é produzida por malhas de um poder que é exercido a nível micro e que produz verdades e identidades. É um poder que cria identidade de um homem e de uma mulher normal, como também dos “anormais”. Podemos falar de um poder que não vem meramente do Estado, mas sim, um poder intersticial, intercambiado no próprio discurso científico, familiar, instituições de ensino e religioso.

A construção de homem e mulher aconteceu por meio de uma estrutura reguladora extremamente rígida que no tempo se cristalizou, criando ilusão de uma categoria natural de ser, com isso, temos a tendência a naturalizar e pensar que sempre foi assim, e que, por exemplo, a mulher tem uma essência, uma identidade natural, mas na verdade são construções que parecem ser naturais. Butler (2018) diz que a ideia de gênero ou sexo não é uma substância permanente, entidades materiais, mas as próprias normas de gênero, que as instituem e preservam, fazem parecer que são. Em contraponto a essa ideia de identidade originária, a autora diz que não há um sujeito, um eu que preexista ao ato. Ou melhor, um homem que justifique seus atos de homem. Primeiro existe a ação e depois vamos nos tornando. Portanto, não nos comportamos como homem ou mulher em virtude da natureza, mas em função de nossos atos, e isso é o que Butler (2018) chama de performativo.

Assim sendo, o gênero é performativo pois contempla o fazer, uma sequência de atos, expressões reiteradas, é a nossa forma de agir, de nos comportar, de nos vestir. Salih (2018,

p. 90) explica de forma didática essa empreitada

O gênero é um ato que faz existir aquilo que ele nomeia: neste caso, um homem “masculino” ou uma mulher “feminina”. As identidades de gênero são construídas e constituídas pela linguagem, o que significa que não há identidade de gênero que preceda a linguagem. Se quiséssemos, poderíamos dizer: não é que uma identidade “faça” o discurso ou a linguagem, mas é precisamente o contrário a linguagem e o discurso é que “fazem” o gênero. Não existe um “eu” fora da linguagem, uma vez que a identidade é uma prática significativa, e os sujeitos culturalmente inteligíveis são efeitos e não causas dos discursos que ocultam a sua atividade.

Bento (2011, p. 553) também

Reiterar significa que é através das práticas, de uma interpretação em ato das normas de gênero, que o gênero existe. O gênero adquire vida através das roupas que compõem o corpo, dos gestos, dos olhares, ou seja, de uma estilística definida como apropriada. São esses sinais exteriores, postos em ação, que estabilizam e dão visibilidade ao corpo. Essas infundáveis repetições funcionam como citações, e cada ato é uma citação daquelas verdades estabelecidas para os gêneros, tendo como fundamento para sua existência a crença de que são determinados pela natureza.

Esse domínio do eu sou – eu sou homem/eu sou mulher – não pode ser pensado como algo primário que justifica todos os nossos atos, mas como algo posterior, como consequência clara daquilo que fazemos. Nesse caso, a gente aprende a ser mulher e atribui características consideradas femininas a uma natureza. É agindo que vamos criando nossas identidades, mas não identidades fixas. Se o feminino e masculino fossem intrinsecamente ligados a uma natureza, não teria possibilidade de conceber uma transformação, escapar desse corpo. Pensar esse encerramento, em a natureza dita o início e o fim na construção do ser, é preciso, conforme Butler (2018), que o indivíduo/corpo passe por um processo de aculturação na construção de si, e isso é impossível.

O que Butler (2018) pretende ao dizer que o gênero é performativo, é desnaturalizar e desestabilizar identidades, estereótipos de masculino e feminino e, mostrar que esse ideal regulatório não é natural, mas naturalizado. O gênero como uma sequência de atos, uma repetição, cópia da cópia é uma estratégia que visa a sobrevivência cultural, pois aquele que não faz um gênero “coeso/correto” sofrerá punições da sociedade

As formas idealizadas dos gêneros geram hierarquia e exclusão. Os regimes de verdades estipulam que determinadas expressões relacionadas com o gênero são falsas, enquanto outras são verdadeiras e originais, condenando a

uma morte em vida, exilando em si mesmo os sujeitos que não se ajustam às idealizações (Bento, 2011, p. 553).

Essas formas idealizadas das identidades prescrevem de maneira desigual para homens e mulheres valores, comportamentos, ocupações, configurações de relacionamentos, como e com quem devemos nos relacionar. Nossos corpos são preparados para os gêneros feminino e masculino desde nossa chegada ao mundo

Uma criança que recebe de presente bonequinhas para cuidar, dar de mamar, fogõezinhos e panelinhas onde predomina a cor rosa está sendo preparada para o gênero feminino (passiva, cuidadosa, bondosa) e terá na maternidade o melhor e único lugar para exercer esses atributos. Ou então, se essa criança ganha revólveres, carros, bolas e outros brinquedos que estimulam a competição e exigem esforços mentais e corporais está em curso o trabalho de fabricação do corpo para o mundo público. Os brinquedos continuam o trabalho do/a médico/a que proferiu as palavras mágicas: produzem o feminino e o masculino (Bento, 2011, p. 551).

Acerca desses ideais, desde cedo meninas são ensinadas a serem dóceis, comportadas, obedientes, a resguardarem seus corpos e sexualidade. Enquanto meninos possuem maior liberdade e são preparados para se aventurar mundo a fora, o corpo de meninas é regulado e vigiado de modo a atender a padrões específicos. Quanto mais resguardadas estiverem das manifestações sexuais, dos prazeres, maior valor lhes são atribuídos. Com propósito de adiar a expressão de seus sentimentos, desejos e prazeres, a partir do famoso e antigo *slogan* “se dar o respeito” seus corpos passam por maior disciplina, controle e vigilância. Conforme Marcello (2009, p. 238) “dirigi-se a disciplinarização dos corpos e dos tempos somente às meninas, pois parece serem elas as principais culpadas pelo fracasso em fazer seus corpos dóceis e úteis”, por isso, meninas/mulheres “são sujeitos que devem ser constantemente educados, ensinados e informados”.

Alcançar o conhecimento sobre nossos corpo, implica, necessariamente, transgredir, desobedecer as normas estabelecidas, no entanto, alcançar esse saber tem um preço muito caro a se pagar, pois a identidade fica manchada, marcada pela sujeira. Petrosillo (2016, p. 86) mostra a contradição na fala de uma das alunas entrevistadas sobre viver a liberdade e desejos

Tipo, tem aquela coisa que falam que quando uma menina é solteira ela pode ficá com quem ela quisé. Mas, desde que o mundo é mundo, tem essa cobrança com a menina e acaba ficando meio contraditório. Tipo, eu posso ou não posso ficá com muitos caras? Eu tenho esse direito ou será que eu não tenho? Mas, pelo fato de todo mundo já tê aceitado que se a menina ficá com muitos caras ela é puta, eu acho que isso é o que mais prevalece. Acaba sendo isso.

É como se as mulheres não pudessem ser desejantes, sexuais, ter erotismo, pois quando manifestam sua sexualidade, mostram seus corpos, seus desejos são estigmatizadas socialmente devido ao rompimento com esses *scripts*. Isso autoriza discriminações e violências de várias ordens. Tal situação pode ser vista a partir da prática do *sexting* por mulheres - se caracteriza pela autoprodução e envio de fotos de nudez ou seminudez, vídeos sensuais ou de sexo e mensagens de texto autoproduzidas de cunho erótico, por meio de celular ou qualquer dispositivo que possua acesso à internet – no qual esses conteúdos podem ser utilizados para a exposição da intimidade não autorizada, ou seja, *cyberbullying*. Sobre meninas/mulheres manifestarem sua sexualidade a partir do *sexting* Barros e Ribeiro (2016, p. 432) apontam

Quando essas meninas fogem às regras produzidas em nossa sociedade, como praticar o *sexting*, por exemplo, elas são culpabilizadas e violentadas de forma mais intensa, pois se estabeleceu em nossa sociedade que cabe às meninas controlar seus desejos e prazeres em nome da norma que foi instituída.

O *sexting* é manifestação atual da sexualidade mediada pela virtualidade, está associado a questões românticas, conquista e sedução de parceiros, vivência de novas sensações e prazeres. É praticado tanto em relacionamentos consolidados quanto em relações efêmeras ou paqueras, a finalidade é obter a atenção da pessoa desejada, como também estabelecer envolvimento afetivo sexual por meio do virtual, o que confere uma outra forma de experiência íntima entre os envolvidos (Willard, 2010; Wanzinack; Scremin, 2014; Barros; Ribeiro; Quadrado, 2015). No entanto, a intenção é que os materiais do *sexting* continuem no privado, não que venham a ser expostos a um infinito e desconhecido público. Leal et al (2017, p. 49) afirma

Entende-se que mesmo que essas imagens íntimas/eróticas perpassem o ciberespaço e que possam ser interceptadas por qualquer pessoa, há a intencionalidade de privacidade. Quando tais conteúdos são expostos e difundidos para outros públicos, fora do contexto original de produção do *sexting*, há a exposição da pessoa e a avaliação e condenação moral por parte de outras e prejuízos psicossociais a esses sujeitos.

A ação de divulgar conteúdos íntimos de mulheres podem ser devastadoras e atingir proporções inimagináveis na vida delas, isso pode ser constatado a partir da história Holly (Weiblen, 2021, p. 59)

Holly Jacobs conheceu seu namorado na escola e, com algumas interrupções, manteve o relacionamento até alguns anos após a formatura do ensino médio.

Todavia, quando ela encerrou o relacionamento em 2009, seu ex-namorado postou fotos e vídeos sexualmente explícitos dela na Internet, juntamente com seu nome completo, e-mail e local de trabalho. Holly foi perseguida com e-mails de assédio de estranhos, suas fotos foram enviadas para seu chefe e colegas. Por muito tempo, as primeiras páginas de pesquisa sobre seu nome na Internet apresentavam links para suas imagens. Além de se sentir aterrorizada, com medo de perseguições e estupros, Holly, diante das repercussões do caso, mudou legalmente seu nome, deixou vários empregos e desativou suas redes sociais e contas de e-mail. Ainda, seu ex-namorado alegou que ela própria havia publicado as imagens como uma tentativa de arruinar a vida dele.

Sobre o *sexting* Walker, Sanci e Temple-Smith (2013) apontam que há uma diferença entre os gêneros, no qual mulheres possuem maior tendência para o envio de fotografias de ordem sexual e homens para a publicação desses conteúdos indevidamente, como também Lippman e Campbell (2014) tratam que homens consideram mulheres que praticam o *sexting* como oferecidas e inseguras, e mulheres afirmam se sentirem pressionadas pelos rapazes a enviarem fotos íntimas.

Há uma hipocrisia em relação a esse fenômeno, pois quando a expressão da sexualidade feminina é usada para satisfazer os desejos masculinos é muito bem aceita, caso contrário, a mulher fica suscetível à processos coercitivos de várias ordens. Nesse sentido, ao ser exposta na internet por ter enviado o *sexting*, a sociedade lançará ataques ao seu corpo, questionará seu valor, seu caráter, ficará marcada pelo signo da mácula, será questionado o tipo de mulher que ela é por ter manifesto seus desejos.

Lins (2021) afirma que nessa situação as mulheres são frequentemente colocadas em situações de vulnerabilidade, sujeitas a avaliações morais sobre seus corpos e práticas sexuais, como também estão sujeitas a perdas sociais e materiais reais. O vazamento do conteúdo diz respeito a

algo que não deveria ter transbordado da relação: as fotos e cenas de corpos (femininos) nus (os “nudes”) ou mesmo, as cenas reveladoras de intercursos sexual. Os “nudes” dão conta de uma prática comum na sociedade em que o smartphone se tornou um companheiro constante dos sujeitos. Os vazamentos mostravam que compartilhar tais imagens é um risco para as mulheres pela avaliação moral que podem sofrer e que pode gerar inclusive perdas materiais, de emprego, amizades, relações familiares (p. 11).

A mulher é culpabilizada por exercer sua sexualidade e depois condenada pela sociedade sobre o que praticar o *sexting* diz moralmente acerca dela e de seu caráter. O que está nas entrelinhas das humilhações que a mulher sofre é de como precisa se disciplinar, se resguardar, higienizar suas práticas sexuais. Assim, a mesma fica culpada duas vezes: por

exercer e por aparecer

[...] a culpa pelo saber sexual funciona tal qual um aparato coercitivo sobre as mulheres. Isso se faz presente no momento no qual a menina tem sua reputação corrompida ao ter algum traço de sexualidade exposto em uma imagem. O corpo que se evidencia nessa situação exibe uma nudez enquadrada como imoral, sendo regulada tanto por homens quanto por outras mulheres. A partir disso, práticas de humilhação, sejam essas presenciais ou via internet, incidem sobre a jovem que se vê colocada na situação de autora do delito. Essas ações provocam o afastamento de seu círculo social, estigmatizando-a (Petrosillo, 2016, p. 86).

Quando seus conteúdos são expostos, a súbita “fama” pela viralização logo se transforma em linchamento moral, seja no virtual ou nas relações presenciais. Deslandes et al (2022) afirma que rótulos morais negativos são atribuídos a identidade das meninas expostas, que passam a ser consideradas “a que não se deu o respeito”, “que não se valoriza”, “vagabunda”, “puta ou putinha”, “piranha”, adentrando assim, no rol da desvalorização social que o estigma encarna. Sobre a exposição da intimidade de meninas, acrescenta

Morar numa cidade pequena ou interiorana acrescenta incomparável dano à imagem dessa menina e a sua rede de relações. Assim, essa jovem se deslocará da “fama” inicial que movimenta as redes à “má fama”, que tem o efeito de permanência na memória local. Essas jovens serão julgadas moralmente por exercer sua sexualidade, acrescentada pela infâmia da exibição diante de uma câmera, fechando um circuito de culpabilização e suspeição moral (Deslandes et al, p. 3962).

A cultura proporciona limites perceptíveis a partir do discurso hegemônico e formas de repressão de diversas maneiras quando o indivíduo escapa do “normal”, “esperado” socialmente. A mulher ao se desviar das expectativas sociais em torno do comportamento sexual, surge um sentido de promiscuidade ligado ao seu caráter. Desse modo, conforme Petrosillo (2016, p. 86) ocorre a formação de uma “Via Crucis feminina”, no qual estereótipos cristalizados são impostos, criando um caminho difícil para mulheres que desafiam as normas preestabelecidas. Essa dinâmica ilustra como as expectativas sociais em torno da sexualidade feminina podem ser restritivas e punitivas.

Lins (2021) diz que acerca do *sexting* os especialistas no assuntos irão nos dizer que o adequado seria não enviar fotos íntimas, como se o problema se resolvesse magicamente nessa simples indicação. Será que é aí que mora o problema? Essa indicação um tanto quanto machista e reducionista tiram o foco da real situação que está por trás das divulgações. Já vimos conforme que Souza e Lordello (2020) e Manoel, Lordello e Pessoa (2020) que o *sexting* se trata de uma

prática comum nos relacionamentos e que ela em si não é arriscada. O problema se localiza justamente no que é feito com esses conteúdos - ação que está indissociada das questões de gênero. Portanto, o *sexting* acaba servindo de massa de manobra para algo muito maior: uma cultura heterossexual e heterossexista.

No filme “*Sexting in Suburbia*” lançado em 2012, com direção de John Stimpson - em português o título é popularmente conhecido como “Silêncio Rompido” – conta a história de Dina, uma adolescente que teve suas fotos de nudez expostas na internet por seu namorado a partir do *sexting*. Com a exposição de seus conteúdos íntimos, Dina passa a sofrer *bullying* e *cyberbullying* e devido a isso comete suicídio. Esse filme é o retrato dos acontecimentos que se repetem na sociedade, pois quando conteúdos íntimos são lançados nas redes e são amplamente compartilhados, comentados, geram problemas de diversas ordens na vida das pessoas, principalmente quando os conteúdos são de mulheres, são destinados a elas diversas atitudes violentas.

A situação de divulgação íntima é tão complexa e apresenta tantas camadas devido à estereótipos cristalizados no âmbito social, que até alguns anos atrás era considerado um evento normal, que passava batido, que se transformou até tema de música. Max e Mariano lançou em 2015 a música intitulada “Eu vou postar na internet” com direito até a vídeo clipe. Os trechos a seguir refletem claramente a exposição

Eu vou jogar na internet
Nem que você me processe,
Eu quero ver a sua cara
Quando alguém te mostrar;
Quero ver você dizer que não me conhece.
Eu vou jogar na internet...

Você andou falando demais
Você foi corajosa capaz
Dizendo para o seu namorado novo que não me conhece...
Você mente que nem sente;
Semana passada mesmo, a gente ficou...
Sem que você percebesse,
Eu gravei de nós dois um vídeo de amor.

Eu vou jogar na internet
Nem que você me processe...

No vídeo clipe retrata a figura de uma rapaz inconformado por não ter recebido atenção que desejava da moça no qual havia se relacionado anteriormente. Quando ele a encontra no bar com outro homem (namorado), o rapaz se sente rejeitado e expõe a relação

sexual dos dois por meio de um vídeo gravado sem consentimento da mesma. O então namorado da moça recebe o vídeo em seu WhatsApp, bem como todos que estão no bar, que passam a comentar sobre o ocorrido. O autor da exposição é retratado no vídeo como correto, coitadinho, que foi ludibriado pela moça. Fica explícito a satisfação do mesmo pela exposição com a imagem de vitorioso, que fez “justiça” com as próprias mãos fazendo a moça provar do próprio veneno, saindo por cima ao deixá-la envergonhada e humilhada perante as pessoas daquele meio.

A dupla sertaneja de Goiânia, Max e Mariano, publicou o vídeo clipe no dia 7 de abril de 2015, no entanto, esse tiro que parecia “inofensivo” saiu completamente pela culatra, uma vez que não foi bem recebido pelo público, sendo alvo de diversas críticas. Com isso, um dia após o lançamento, a produtora Criar Studio excluiu seu site, bem como todas as páginas da dupla saíram do ar. Além do vídeo deletado, a dupla sertaneja também excluiu todas suas redes sociais e site oficial.

A letra da música faz clara menção ao fenômeno de *revenge porn* que é uma forma de *Cyberbullying*. Se trata da divulgação não autorizada por homens que se valem de conteúdos íntimos - que podem ser obtidos a partir da prática do *sexting* - para expor a ex-companheira como um ato de vingança. O indivíduo que lança mão da divulgação, sabe que a sociedade atacará a mulher que vive sua plena sexualidade e tudo que envolve a não correspondência das “atribuições” esperadas do público feminino. O vídeo clipe incentiva a conduta violenta, violação da privacidade, linchamento moral e escancara a objetificação do corpo da mulher e machismo.

A ação de divulgar, além de violenta, conforme Barros (2013), também alimenta a indústria pornográfica devido ao grande número de materiais sexuais em circulação, facilitando o acesso a imagens eróticas e sensuais. Isso pode ser visto no site brasileiro denominado “Não Conto” que foi criado em 2013 e se encontra em pleno funcionamento. Nesse site, além de trabalhar com diversas categorias de materiais pornográficos de cunho amador, existe uma que se chama “Caiu na Net”, no qual divulga fotos que são encontradas nas redes com a premissa de somente “passar para frente”, como também aceita que usuários possam enviar imagens e vídeos para que sejam publicados. Além dessa categoria especificamente, em outras é possível encontrar diversas postagens não consensuais a partir do *sexting*. No site, a proposta de propagação dos conteúdos íntimos pode ser verificada na opção “remover conteúdo” que é descrita da seguinte maneira

Se você tem a autoria em alguma postagem aqui publicado preencha esse

formulario abaixo para tomarmos as devidas providencias. Lembrando que o conteúdo nesse site é achado direto na internet e não hospedamos nada, só passamos a noticia sendo fotos ou videos adiante. (Não Conto, 2023, s/p)

Na categoria “Caiu na net” todos os vazamentos possuem descrições detalhadas das moças que estão nas fotos. Essas descrições são feitas com base em seus corpos, genitais e posições. O que se observa é que não há fotos vazadas de homens, são somente mulheres e se homens aparecem, não são “protagonistas” nas imagens, aparece somente parte do corpo - uma mão ou genital. Em uma das descrições é possível saber que foi o próprio namorado que enviou as imagens da moça para o site. São no total 16 fotos que foram feitas pela própria mulher a partir de um aparelho celular e com auxílio de um espelho. Entende-se que o *sexting* foi praticado por ela e que seu namorado vazou suas fotos para o site

Magrinha muito gostosona em fotos intimas se exibindo toda com esse belo corpinho, magrinha da bunda deliciosa. Inclusive é o que ela mais gosta de mostrar nas fotos essa bunda toda arreganhada dando close nesse cuzinho simplesmente perfeito que pelo jeito adora levar piroca! Sem falar nessa bucetona carnuda que tem! Como uma bela magrinha tarada tem que ser... Confere ai as fotos que o namorado nos mandou dela (Não Conto, 2023, s/p).

Outra situação de *sexting* vazado no site também é descrita, só que de maneira mais explícita: “vazou as fotos da namorada novinha de 19 anos 😊! Magrinha muito safadinha tirou fotos peladinha pro namorado e depois ele quis vazar ela aqui no site, mostrando todas as fotos que a safadinha mandou pra ele...” (Não Conto, 2023, s/p). Foram expostas 31 fotos da jovem e um vídeo, as fotos foram produzidas no formato de *selfie*.

Anterior a esse site, conforme Craesmeyer (2017), também existe outro site brasileiro denominado “Caiu na net”. Esse surgiu em 2009 e foi criado para a função de divulgar materiais de pornografia da vingança. Também no mesmo site, que, até o momento se encontra em funcionamento, há uma categoria com materiais profissionais que simulam tal violação. Uma outra situação parecida a essa também ocorreu nos Estados Unidos em 2010, quando surgiu um site denominado “*Is anyone up?*”, que era especificamente direcionado para *revenge porn*, no qual aceitava fotos e vídeos de usuários. Esse site era altamente visitado, chegando a ter em média 30 milhões de visualizações por dia. Em abril de 2012 o responsável pela página foi condenado e o site foi retirado do ar.

No site Não Conto (2023) além das exposições, também há possibilidade de os usuários comentarem nas postagens realizadas. Observamos que todas as publicações feitas no site são comentadas por homens e utilizadas em proveito masculino, também é escancarado a

objetificação do corpo da mulher. A intimidade exposta dessas moças se torna um cardápio para o apetite e fetiche dos homens, no fim das contas, são eles os maiores beneficiados por esses conteúdos. Por parte dos rapazes, é perceptível a atitude de dono, proprietário do corpo, que abre a intimidade das namoradas/esposas para a contemplação dos camaradas. É normalizado, ainda, a situação do vazamento, no qual não passa de uma coisa corriqueira, do dia a dia, como se fosse uma coisa qualquer que não implicasse em nenhum dano, nenhuma violação. Para além de atitudes pervertidas, quando esses conteúdos saem desses locais e atingem outros âmbitos, como o da família, o discurso é outro: é condenatório, da imoralidade, da falta de caráter, da promiscuidade, da sujeira.

A imagem da mulher que teve sua foto exposta não está sujeita apenas ao enquadramento da foto e da legenda, mas também a uma série de outros enquadramentos. Ou seja, intimamente ligada ao contexto em que é exposto. Quando o "nude" opera na esfera íntima, acompanhado de uma mensagem de teor erótico, adquire um significado específico. No entanto, quando a imagem ultrapassa a esfera do segredo e circula entre pais e amigos da jovem, surge um novo significado. Assim, cada enquadramento no qual o sujeito da foto é apresentado, ocorre uma nova produção de sentido para o que está sendo retratado.

Ou seja, a humilhação entra em cena quando a imagem em questão escapa da relação entre remetente/destinatário e invade outras redes como o da escola, família ou círculo de amigos, resultando assim, em conflitos. Ao romper o sigilo entre essas redes, as condenações de ordem moral são certas, especialmente em ambiente no qual os adultos estão presentes e espaços masculinos são intencionalmente usados para difamar a reputação das mulheres. O smartphone, peça fundamental na produção e disseminação de “nudes” e vídeos íntimos, pressupõe a digitalização e este processo digital envolve redes interconectadas (Craesmeyer, 2017).

É perceptível que para meninas e mulheres restam críticas, xingamentos e atribuição de culpa por enviar o *sexting*. A represália por exercer a sexualidade se encontra logo ali, na próxima esquina - basta exercê-la por qualquer meio disponível na atualidade que sentiremos a potência das idealizações recaindo sobre nossas mentes e corpos. Deslandes et al (2022, p. 3964) traz o recorte da fala de uma moça que é deveras interessante, pois, ainda que seja atendido várias expectativas sociais consideradas “aceitáveis”, o deslize da sexualidade relevada ofusca qualquer sinal de outros atributos favoráveis

[...] sabe uma coisa que eu acho o fim da picada neste tipo de situação? [corte] é que independentemente [símbolo de medalha “número 1” em vídeo] da vítima ser uma ótima filha, ótima aluna... diveeersas qualidades, muitas vezes

ela vai ser lembrada sabe pelo que? [corte] Pelo nude dela... (Vídeo 8 - Moça)

Frequentemente, segundo Barros e Ribeiro (2016), quando se trata da exposição da intimidade dos meninos, eles costumam receber elogios e apoio de todos os lados, uma vez que culturalmente foi estabelecido que cabe ao menino/homem explorar os prazeres, diferentemente da mulher, uma vez que seu papel é resguardar sua sexualidade. De acordo com Deslandes (2022, p. 3962)

O vazamento não consentido da imagem de um corpo masculino, embora possa causar situações vexatórias no meio familiar e entre amigos, são mais toleradas e até eventualmente oferecem o importante capital da “fama” na economia de trocas digitais. A menos que esse rapaz pertença a alguma agremiação religiosa conservadora, o episódio será comentado como um fato engraçado ou um ato viril. As sanções e críticas serão deslocadas para outros polos de discriminação, como ter um corpo gordo ou um pênis pequeno. Numa hierarquia das relações de gênero, os meninos héteros relataram acionar argumentos para justificar a exposição pública de seus corpos que mostraram ser aceitos socialmente.

No relato de um meninos Deslandes (2022, p. 3962) mostra

mano, pode vazar. [balança cabeça em sinal negativo parecendo não se importar] a vontade. Só vai me dar ibope”. Porque pô, se eu tivesse a peça pequena, tá ligado? Ai seria uma merda, tá ligado? [corte] Só que eu tenho a autoestima grande, não é só a autoestima (Vídeo 15-Rapaz)

Como também, o questionamento moral, do caráter dos indivíduos que divulgam uma foto íntima raramente ocorre. A proteção aos garotos é comum. Isso implica na maioria das pessoas ignorar os rapazes envolvidos na divulgação da foto e atribuir culpa exclusivamente às meninas/moças expostas, com a justificativa de elas “não se deram ao respeito”. Petrosillo (2016, p. 89) aponta três situações comuns nessa violação: culpa, vergonha e humilhação. E esses, segundo a autora, “são mecanismos de controle chave e estão operando, tanto na esfera coletiva quanto na individual, a partir da ideia de desumanização proveniente da transgressão sexual”.

Os sentimentos de vergonha e culpa além de desempenharem um papel significativo na manutenção de violências e servir como obstáculo na busca por ajuda, também foram associados por Patrocino e Bevilacqua (2021) como instâncias geradoras de grande sofrimento às vítimas, devido aos códigos sociais de papéis de gênero. Tratam que a pessoa envergonhada se engaja ativamente em autocrítica e se torna conivente com as humilhações dirigidas a ela. O juízo moral não se limita às avaliações da ação ou de intenções dos sujeitos, mas atribui valor

à pessoa em questão. Nesse sentido, a honra da mulher exposta se deturpa pelo desvalor que sofre do meio social, fazendo com que se culpe, uma vez que o *sexting* partiu de sua própria ação. Isso pode ser visto em um dos relatos no estudo das autoras: “Eu fico pensando, porque fui eu que fiz aquilo, fui eu que tirei foto, fui eu que destruí a família, fui eu que... Eu falava pra mim, e coloco pra dentro, sabe, de mim, como se fosse eu mesma” (p. 05).

Diante disso, fica claro que as humilhações, discriminações e violências perpetradas contra meninas e mulheres que se valem do *sexting* - como uma maneira de expressar sua sexualidade, seus desejos - são resultados de um complexo processo social de classificação de ideais normativos que estabelece distinções entre comportamentos considerados aceitáveis e condenáveis. Mesmo que essas imagens sejam produzidas como uma expressão livre de sua sexualidade, as normas que diferenciam comportamentos sexuais masculinos e femininos não deixam que as mulheres escapem da violência do mundo real quando essa expressão sexual é revelada. O *cyberbullying* só escancara o que há de mais perverso e violento nas normas sociais, por isso, é impensável compreendê-lo desconectado das questões de gênero. Uma vez que o sujeito está imerso na dinâmica social e cultural, será influenciado por valores, normas, regras e configurações da mesma. Isso permite o acesso a convenções e normativas de gênero e sexualidade que atribuem valores hierárquicos à comportamentos, desejos e práticas sexuais.

3 SEXUALIDADE, GÊNERO, ESCOLA E POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO

As várias formas de se fazer homem e mulher e de viver o prazer e desejo são sugeridas e disseminadas socialmente, como também, com o avançar dos tempos, são atualizadas as formas de negação, regulação e condenação. Com as diversas imposições culturais, vamos nos construindo de modo a atender a preceitos estéticos, higiênicos, morais e dos grupos que pertencemos. Questões como saúde, vigor, juventude, beleza, força são imposições que são atribuídas de forma diferente aos corpos de homens e mulheres (Louro, 2000).

Por meio de diversos processos, de cuidados com o corpo, atividades, roupas, perfumes, adornos vamos inscrevendo em nossos corpos marcas de identidade, o que, conseqüentemente, promove diferenciação. Somos ensinados a perceber e decodificar essas marcas e, a partir delas, passamos a classificar pessoas pelas várias maneiras que se expressam, apresentam seus corpos, comportamentos e gestos. Isso desemboca em desigualdades, ordens e hierarquias as quais estão intimamente ligadas às redes de poder que percorrem o meio social, fazendo com que se estabeleça fronteiras entre os sujeito que representam as normas – que estão em conformidade com padrões culturais – e os que estão fora dela, às margens. Louro (2000, p. 09) aponta

Os grupos sociais que ocupam as posições centrais, "normais" (de gênero, de sexualidade, de raça, de classe, de religião etc) têm possibilidade não apenas de representar a si mesmos, mas também de representar os outros. Eles falam por si e também falam pelos "outros" (e sobre os outros); apresentam como padrão sua própria estética, sua ética ou sua ciência e arrogam-se o direito de representar (pela negação ou pela subordinação) as manifestações dos demais grupos.

Essas marcas se efetivam com significativos investimentos de renomadas instituições, como a família, escola, mídia, igreja, leis etc. Essas instâncias produzem uma pedagogia que repetem identidades e práticas hegemônicas, mas, por outro lado, sujeita, reprime, recusa outras práticas e identidades que não se adequam aos padrões da norma; por vezes, permite representações alternativas, divergentes. Todavia, não devemos pensar que nesse processo somos apenas recipientes vazios, passivos, prontos para serem atingidos por essas marcas, que somos manipulados por estratégias alheias. Pelo contrário, estamos implicados, somos ativos nesse processos de construção de nossas identidades (Louro, 2000).

Ainda que essas instituições sociais pratiquem uma pedagogia da sexualidade e de

gênero e operam – de forma explícita e implícita - diversas tecnologias de governo, esses processos continuam a acontecer com a própria ação dos sujeitos sobre si mesmos por meio da autodisciplina e autogoverno. Na constituição de mulheres e homens – mesmo que, por vezes, esse processo não seja claro e consciente – ocorre um investimento continuado e produtivo em si mesmos para determinar suas maneiras de ser e viver a sexualidade e gênero.

Acerca da escola, Louro (1997) afirma que é uma instituição por excelência que produz diferenças, distinções e desigualdades, ela dita o que cada sujeito pode ou não fazer, separa e institui, como também deixa escancarado o lugar dos grandes e dos pequenos, dos meninos e das meninas

Desde seus inícios, a instituição escolar exerceu uma ação distintiva. Ela se incumbiu de separar os sujeitos — tornando aqueles que nela entravam distintos dos outros, os que a ela não tinham acesso. Ela dividiu também, internamente, os que lá estavam, através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento, hierarquização. A escola que nos foi legada pela sociedade ocidental moderna começou por separar adultos de crianças, católicos de protestantes. Ela também se fez diferente para os ricos e para os pobres e ela imediatamente separou os meninos das meninas (Louro, 1997, p. 57).

O que se pretende é escolarizar e distinguir corpos e mentes, imprimir marcas distintivas a partir do sistema performativo que organiza e normaliza sujeitos, corpos e sexualidades. Esse processo de diferenciação é repetidamente expresso por meio de currículos, normas, procedimentos, teorias, linguagens, materiais didáticos e processos avaliativos. A escola, é, sem dúvida, local produtor das distinções de gênero, sexualidade, etnia e classe, uma vez que é na própria diferença que são constituídas. Louro (1997, p. 61) aponta

Gestos, movimentos, sentidos são produzidos no espaço escolar e incorporados por meninos e meninas, tornam-se parte de seus corpos. Ali se aprende a olhar e a se olhar, se aprende a ouvir, a falar e a calar; se aprende a preferir. Todos os sentidos são treinados, fazendo com que cada um e cada uma conheça os sons, os cheiros e os sabores "bons" e decentes e rejeite os indecentes; aprenda o que, a quem e como tocar (ou, na maior parte das vezes, não tocar); fazendo com que tenha algumas habilidades e não outras... E todas essas lições são atravessadas pelas diferenças, elas confirmam e também produzem diferença.

Sobre as ações pedagógicas da escola, Louro (2000, p. 11)

A ação pedagógica mais explícita, aquela que encheria as páginas dos planejamentos e dos relatórios educacionais, voltava-se, muito

provavelmente, para a descrição, em detalhes, das características que constituíam a qualificação "civilizado", ou seja, voltava-se de forma manifesta para os atributos lógicos e intelectuais que, supostamente, seriam adquiridos na escola, através de práticas de ensino específicas. O investimento mais profundo, contudo, o investimento de base da escolarização se dirigia para o que era substantivo: para a formação de homens e mulheres "de verdade". Em que consistia isso? Existiam (e, sem dúvida, existem) algumas referências e critérios para discernir e decidir o quanto cada menino ou menina, cada adolescente e jovem estava se aproximando ou se afastando da "norma" desejada. Por isso, possivelmente, as marcas permanentes que atribuímos às escolas não se refletem nos conteúdos programáticos que elas possam nos ter apresentado mas sim se referem a situações do dia-a-dia, a experiências comuns ou extraordinárias que vivemos no seu interior, com colegas, com professoras e professores. As marcas que nos fazem lembrar, ainda hoje, dessas instituições têm a ver com as formas como construímos nossas identidades sociais, especialmente nossa identidade de gênero e sexual.

Meio a toda a essa complexidade, conforme Louro (2000), intencionalmente, a sociedade visa estabelecer/fixar identidades, um ideal de masculino e feminino "normal" para durar no tempo. Essa intenção articula identidades de gênero "normais" a somente um modelo de identidade sexual: heterossexual. Acerca dessa articulação, Bento (2011, p. 553) aponta

Há uma amarração, uma costura, no sentido de que o corpo reflete o sexo e o gênero só pode ser entendido, só adquire vida, quando referido a essa relação. As performatividades de gênero que se articulam fora dessa amarração são postas às margens, analisadas como identidades transtornadas, anormais, psicóticas, aberrações da natureza, coisas esquisitas. A repetição permite a eficiência dos atos performativos que sustentam e reforçam as identidades hegemônicas.

Além da reiteração do sistema performativo, a escola, especificamente, tem um papel muito importante e difícil, por um lado, estimular a sexualidade "normal", do outro, controlá-la, reprimi-la. Nessa premissa, os "verdadeiros" homens e mulheres deverão ser heterossexuais e serão incentivados a isso, mas, essa sexualidade terá que ser exercida somente mais tarde, devendo ser adiada para até a vida adulta, depois que os jovens saem da escola.

Para Louro (2000) indivíduos que ousam expressar sua sexualidade de maneira mais evidente são imediatamente submetidos a uma vigilância intensificada, sendo rotulados/marcados como figuras que se desviaram das expectativas por adotarem atitudes ou comportamentos não condizentes com ambiente escolar/sociedade. Desde muito cedo meninos e meninas também aprendem piadas, gozações, apelidos e gestos para direcionar aos sujeitos que não se ajustam aos padrões de gênero e sexualidade aceitos pela cultura em que vivem. Entendemos isso, a partir de Bento (2011, p. 557) como ações heteroterroristas

É o heteroterrorismo em pleno processo de funcionamento, interiorizado, reproduzindo-se com toda eficácia. Os divergentes sexuais e de gênero só poderão existir em espaços apropriados, nos compêndios do saber médico e nos espaços confessionais das clínicas. Lá os encontraremos, todos hierarquizados, classificados e especificados.

Conforme Bento (2011) restrições à expressão de identidades ou à reafirmação da ordem binária ainda reforça uma educação baseada na separação entre masculino e feminino. Na escola, as noções de normalidade de gênero são frequentemente reforçadas e reiteradas por via da linguagem e da expressão corporal, refletindo o que se é esperado socioculturalmente. Os sujeitos são genereficados e suas representações devem estar em conformidade com a binaridade homem/mulher. Nesse sentido, as atividades, brincadeiras, brinquedos, cores e modos de expressão frequentemente separam “coisas das meninas” e “coisas dos menino”, como se gênero fosse sinônimo de sexo e esse definisse o que é ser homem ou mulher.

Na escola, seja por meio de afirmações explícitas ou pelo silenciamento, em espaços públicos ou em locais privados, ocorre uma pedagogia da sexualidade. Nessa pedagogia legitima certas identidades e práticas sexuais, enquanto reprime e marginaliza outras. A mídia, família, ciência, igreja, sistema judiciário e tantas outras instituições também exercem essa pedagogia, seja para conciliar na legitimação e negação de determinados sujeitos, e/ou produzir discursos ultrapassados e contraditórios (Louro, 2000).

Existe uma acirrada disputa, conforme Bento (2011, p. 558), entre os discursos acerca da sexualidade e gênero, mas todos possuem um ponto comum: naturalizar identidades a partir da ordem binária masculino e feminino

Há uma disputa acirrada, muitas vezes negada, entre os discursos. Aqueles que são hegemônicos têm poderosas instituições que repetem em uníssono: a normalidade da existência tem como fundamento a diferença sexual. O saber médico é uma dessas poderosas instituições. Sua legitimidade está na capacidade de produzir verdades inquestionáveis. Por ser “neutro”, há uma crença de que esse saber descreve a natureza, quando, de fato, produz a natureza em sua imagem e semelhança. Embora saibamos que os discursos religiosos sobre as condutas de gênero e as práticas sexuais continuem atuando nas subjetividades e produzindo julgamento, no espaço escolar, no entanto, é mais “fácil” utilizar os discursos médicos para legitimar a violência. A censura “Não faça isso! É pecado!” foi substituída por “isso não é normal! Comportar-se como um/a menino/a!”. O pecaminoso foi ressignificado no anormal.

Para compreender os motivos que fazem da escola um espaço destinado a reprodução de valores hegemônicos, é preciso olhar para além de seus muros. É necessário tirar as vendas dos olhos e ver como a sociedade produz verdades sobre o que deve ser expresso

pelos sujeitos, quais comportamentos generificados são sancionados e motivos que levam outros a serem silenciados e invisibilizados, como também, que sexualidade é essa que foi constituída como normal/apropriada e como gênero e sexualidade se articulam na reprodução social. Essas questões não podem ser respondidas apenas dentro da escola. Existe um projeto social, uma engenharia que visa produzir corpos normais, que ultrapassa os portões escolares, mas que encontra nesse espaço um terreno fértil para sua disseminação (Bento, 2011).

Apesar das inúmeras tentativas de afastamento e controle acerca das questões de sexualidade e gênero dos ambientes escolares, elas encontram frestas para emergirem e continuam se manifestando de diversas formas, atormentando a cabeça de muitos. A sexualidade traz à tona uma série de assuntos considerados polêmicos e constrangedores, provocando inquietação e temores entre os professores. Assuntos como sexo, drogas, homossexualidade, promiscuidade, doenças, morte, pecado, discriminação, masculino e feminino, entre outros são alguns dos temas que não se descolam dos corredores e salas de aula (Seffner, 1998), mesmo porque, Louro (1997, p. 81) “a sexualidade está na escola porque ela faz parte dos sujeitos, ela não é algo que possa ser desligado ou algo do qual alguém possa se “despir”.”

Dentre os inúmeros temas que pressionam sua introdução nas escolas certamente as questões referentes a gênero e sexualidade são as que promovem o maior “barulho”. [...] são os temas ligados à saúde reprodutiva, saúde sexual, gênero, orientação sexual (homossexualidade, bissexualidade, heterossexualidade) que geram as maiores polêmicas, uma vez que estes assuntos guardam estreita conexão com o ordenamento moral da sociedade (Seffner, 2012, p. 77).

A presença desses temas no contexto escolar desafia a resistência ao diálogo e revela a necessidade de abordá-los de maneira aberta e educativa, no entanto, por serem considerados delicados e atravessados por valores culturais, morais e religiosos, muitos professores disseminam assuntos acerca da sexualidade e gênero de modo reducionista e enviesado, pela ótica do risco, do perigo, do pecado, do sujo.

Segundo Brancaloni e Oliveira (2016) muito professores frequentemente apresentam dificuldades diante de assuntos relacionados às questões de gênero e sexualidade, o que colabora para que os mesmos continuem na obscuridade, no silêncio, e que a tarefa de ensino dessas temáticas não devesse ser da escola, mas da família. Havendo assim, o despreparo por parte de alguns profissionais, pois são assombrados pela iminência de situações que envolvem a sexualidade aparecerem no ambiente escolar e pelo medo de não saberem lidar

quando se defrontarem com tais questões. Bem como, a dificuldade de professores de outras disciplinas poderem assumir a tarefa de abordar sexualidade e gênero, pela crença de que a disciplinas de ciências e biologia seja a mais apropriada, uma vez que abarca assunto sobre reprodução.

Acerca disso, Louro (2000, p. 18) afirma

Redobra-se ou renova-se a vigilância sobre a sexualidade, mas essa vigilância não sufoca a curiosidade e o interesse, conseguindo, apenas, limitar sua manifestação desembaraçada e sua expressão franca. As perguntas, as fantasias, as dúvidas e a experimentação do prazer são remetidas ao segredo e ao privado. Através de múltiplas estratégias de disciplinamento, aprendemos a vergonha e a culpa; experimentamos a censura e o controle. Acreditando que as questões da sexualidade são assuntos privados, deixamos de perceber sua dimensão social e política.

Quando os temas em sexualidade são abordados na escola, frequentemente, conforme Reis e Ribeiro (2005), são apresentadas por meio da prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs) e de gravidez indesejada na adolescência. Seffner (2012, p. 77) afirma que “quando discutidos em conexão com a saúde, gênero e sexualidade por vezes não provocam reclamações. É o caso de quando se fala em homossexualidade e em AIDS, as coisas tomam um ar de recomendação de saúde, e não despertam maiores problemas.” Compreendemos que, além de encaixá-la em uma perspectiva biológica ao reduzir o corpo a genitália, preceitos higiênicos, estéreis e reguladores, nega toda sua bagagem que é rica e importante para discussão, reflexão e formação dos alunos

Se contemplarmos a sexualidade como elemento da curiosidade, uma potência de/das ideias, um dispositivo que desestabiliza as verdades identitárias, um desejo de ser amado e valorizado, que ao se valorizar aprende a amar e a valorizar os e as demais, então, é possível ampliar o conteúdo sobre a sexualidade, ao invés de limitá-lo ao ato sexual e, por sua vez, à reprodução. Se assim a vemos, o debate sobre ela se estenderá a toda a vida escolar, a todos os sujeitos que buscam inventar e experimentar as possibilidades do mundo (Caetano; Hernández, 2012, p. 45-46).

De acordo com Seffner (2012) hoje os jovens desejam discutir na escola temas relacionados a gênero e sexualidade que se conectam com a realidade que vivem, ou seja, com as músicas que ouvem, com o amor, o desejo, tesão, o “ficar”, o erotismo. Eles também querem discutir os acontecimentos e escândalos da vida de seus ídolos, que, eventualmente, estão relacionados a questões da pornografia e do uso de drogas. E também não podemos nos esquecer que

fora do ambiente escolar eles se defrontam, via televisão, filmes, propagandas, revistas, outdoors, com situações de um homem com três mulheres, relacionamentos homossexuais, visibilidade de travestis e transexuais, programas humorísticos que fazem da sexualidade e do palavreado de duplo sentido seu grande atrativo, sem contar os shows musicais e as fofocas da vida de famosos, sempre com alusões acerca da vida sexual (Seffner, 2012, p. 77-78).

Sendo assim, é sem sentido – mas sabemos o propósito de tal evitação - a escola e professores tentarem se desviar de temas considerados espinhosos, pois há inúmeras fontes de acesso a informações, mas que ocorreram sem mediações ou possibilidades de análises críticas e reflexões. Portanto, a negação e comportamento fóbico a esses assuntos não impedirá que eles atravessem os muros e portões das instituições escolares. Inserir questões de gênero e sexualidade no cotidiano escolar de forma intencional, não normativa e reflexiva significa, entre outras coisas, abordar temas como as diferentes trajetórias e possibilidades que se oferecem às pessoas mais diversas, na sociedade brasileira, por exemplo, Seffner (2012, p. 78)

meninas estudam mais do que os meninos em média, mas terminam por receber salários menores para o desempenho das mesmas funções quando inseridas no mercado de trabalho; as situações de violência ainda hoje comuns de homens contra mulheres [...]; os diferentes modos de viver a masculinidade que hoje se enxergam numa sala de aula [...]; os modos pelos quais meninos e meninas valorizam a aparência, o cuidado de si, o linguajar, a obediência às regras [...]; os planos dos jovens para o futuro, envolvendo casamento, profissão, filhos, constituição de família, etc.; a relação com a vida política e com a política partidária entre meninos e meninas; as opiniões acerca do uso de drogas; etc.

Isso pode levar a uma reflexão sobre o sistema performativo que constitui, organiza e normaliza os sujeitos e as desigualdades que dela emergem, como também proporcionar aos jovens uma educação que leve em consideração a realidade que os cerca. Desmistificar e ampliar a compreensão que os jovens têm do mundo e das coisas - muitas vezes enviesadas, ultrapassadas - é estimular alteridade para que tenham maior liberdade de ser

Deve-se sair do senso comum, do conservadorismo, do obscurantismo, sobrepondo-se a vigilância epistêmica, no agir de forma questionadora, enfrentando o que nos causa tanto receio e que nos destina a fortalecer recrudescimento, desfazendo mitos e tabus no sentido de disponibilizar um material de qualidade com temáticas que toquem aqueles que diariamente compõem e constroem o fazer pedagógico para emancipar por meio da educação e das meninas e dos meninos pode ser uma forma de florescer dentro dos muros das escolas (Monteiro, 2020, p. 12).

Para Seffner (2012) a escola deve ser um espaço para discutir os mecanismos de

produção e manutenção da norma heterossexual ou da heterossexualidade compulsória. Esses mecanismos não apenas impõem posições de gênero rígidas aos indivíduos, mas também promovem a ideia de que a heterossexualidade é o único caminho para a felicidade e uma vida viável, digna, relegando todas as outras possibilidades ao terreno da abjeção. O autor propõe que a escola vá além das estratégias de reconhecimento, valorização e inclusão da diversidade, que também promova discussões sobre as tecnologias normalizadoras que valorizam certos grupos em detrimento de outros.

A sexualidade como um dispositivo histórico envolve controles, resistências, estratégias de saber e poder. Vivemos uma norma não escrita, mas que atua de forma intensa, que impõe a heterossexualidade compulsória e desvaloriza outras formas de vivenciar gênero e sexualidade. Não basta apenas afirmar que devemos aceitar os supostos “diferentes”; é imprescindível que a escola discuta como essas normas são fabricadas, como elas organizam as identidades e criam a ilusão de que algumas são intrinsecamente “normais” e, portanto, não precisam ser justificadas e nem precisam falar de si, enquanto outras são vistas como “anormais” e estão continuamente sob escrutínio, precisando se explicar constantemente. Para Seffner (2012, p. 80)

Constitui tarefa bastante desafiadora para a escola empreender esforços pedagógicos com os alunos para mostrar como a norma se construiu, e como ela se sustenta. Se ficarmos apenas na inclusão da diversidade, não teremos a possibilidade, em longo prazo, de modificar os regimes que produzem desigualdade no terreno do gênero e da sexualidade. Para usar uma metáfora, nossos esforços em simplesmente acolher os supostos diferentes equivalem a enxugar a água que pinga no chão de uma torneira quebrada. Se não tomarmos a atitude de mexer no mecanismo da torneira, todos os esforços de secar o chão estarão comprometidos, e não resolverão nunca o problema da umidade.

Seffner (2012) aponta aspectos importantes para o trabalho de gênero e sexualidade no espaço escolar: o professor, como um adulto de referência, deve acolher as demandas das culturas juvenis. Mas, penso que, para ser um adulto de referência, cabe uma questão primordial, que é, segundo Seffner (2011), a formação específica e continuada de professores acerca da sexualidade, pois os temas relativos a ela inevitavelmente irão aparecer em sala de aula e os educadores, a princípio, devem estar preparados para seu tratamento.

Acolher as demandas das culturas juvenis não significa gostar ou concordar, ou seja, gostar das músicas, ídolos, ideias, vestuários, estilos, valores, mas se valer delas para o trabalho desse campo considerado tão temido. O professor que ocupa essa posição de referência é percebido pelos alunos como alguém que pode conversar sobre temas próprios da cultura

juvenil, como também, a escola precisa ter espaço na grade curricular para que os educadores discutam os traços dos variados temas que estão relacionados a ela. De acordo com Seffner (2012, p. 83)

[...] numa escola alguns professores precisam ocupar este espaço, conduzir atividades em que seja possível aos alunos analisarem traços de suas próprias culturas juvenis, agregando nestas discussões outros elementos, trazidos pelos educadores. [...] O adulto de referência é alguém que se credencia para conversar com os alunos sobre os traços de gênero e sexualidade postos nas culturas juvenis. Permite aos alunos refletirem sobre aquilo em que estão inseridos, aquilo em que acreditam e que lhes constitui enquanto jovens. Ao invés de trazer materiais acerca de gênero e sexualidade, seria talvez mais interessante analisar os conteúdos em gênero e sexualidade postos nas músicas, e com isso auxiliar os alunos a terem opiniões acerca daquilo que eles gostam. Ou então permitir que numa classe de alunos possam emergir as opiniões conflitantes e divergentes sobre as culturas juvenis, pois nem todos os alunos pertencem às mesmas tribos.

A escola deve ser vista como um espaço onde é possível dialogar abertamente sobre gênero e sexualidade, sem que os diferentes modos de vivenciar essas dimensões sejam motivos de hostilidade. Além disso, é papel da escola analisar e discutir como são produzidas e mantidas as regras invisíveis que valorizam certas identidades em detrimento de outras.

Tomando a cultura juvenil como uma porta aberta para discutir temas sobre sexualidade e gênero na escola, compreendemos que, dentro desse balaio, facilmente caberia discutir sobre o *sexting* – também *cyberbullying* - pois além de ser uma prática que reflete as modificações culturais, é uma tendência que envolve a relação dos jovens – como também adultos - com a tecnologia/redes interconectadas e manifestação sexual, erotismo e afeto. Isso abre espaço para falar de relações mediadas pela virtualidade, prevenção, comportamentos e uso adequado dos dispositivos e internet, no qual não seja fomentado o discursos de ódio, cancelamento, linchamento social, mas o cultivo do uso respeitoso, responsável, ético, empático e digno.

Acerca do *sexting*, Bozza e Vinha (2023) afirmam a partir da pesquisa realizada pela Unicef com 14 mil brasileiras com idades de 13 e 18 anos em 2019 que, 35% já praticaram o *sexting* e mais de 70% já receberam imagens de cunho sexual sem pedir. Além disso, 80% já foram interpeladas por pedidos de envio de imagens de nudez e menos de 20% também solicitaram. Como também, 55% indicaram o WhatsApp como o principal aplicativo para envio de imagens. Entre as meninas participantes, 10% delas já tiveram fotos íntimas divulgadas e relataram sentimento de culpa, tristeza e solidão, ainda, não tiveram apoio da família ou escola para enfrentamento de tal situação, como também, em sua maioria, desconheciam qualquer tipo

de rede/canal de proteção para vítimas de vazamento de imagens de nudez. Das pesquisadas, 70% disseram que esse assunto nunca havia sido pautado em sala de aula, o que indica que no cotidiano educativo não há espaço para discussão desse tema.

Bozza e Vinha (2023) também afirmam que o *cyberbullying* tem sido praticado para ações nocivas entre os estudantes, seja para humilhações, difamações, ofensas, divulgações de segredos, imagens, mensagens, criação de perfis falsos ou grupos para partilha de materiais e informações que visam o prejuízo de alunos. Ações como essas além de desrespeitosas e violentas, geram sérios impactos nas relações dos alunos com o ambiente escolar, promove o sofrimento de quem é alvo desses ataques virtuais, e ainda, o autor dessas agressões, na condição de anonimato, é também um aluno da uma mesma turma ou da própria escola. Dessa forma, cabe a escola desenvolver ações educativas e preventivas para os estudantes.

As autoras propõem a institucionalização de ações que visem trabalhar o universo virtual na escola. Isso deve começar pelos próprios professores, investindo na formação continuada de modo a propiciar melhoria da qualidade das relações e estudos que reflitam sobre temáticas que envolvem a convivência, comportamentos, hábitos nos espaços virtuais. E, por parte da escola, uma mudança curricular, pois é urgente a incorporação de temas como esses nas disciplinas que são ministradas para os alunos, e/ou espaço sistematizado para que o trabalho de competências socioemocionais e valores morais - que são essenciais para melhoria das relações dentro e fora da internet - sejam objetos de conhecimento e reflexão. A promoção dessas ações permite o enfrentamento de violências, preconceitos, desrespeitos, intimidações, manipulações, abusos e mentiras que são disseminadas. De acordo com Bozza e Vinha (2023, p. 12)

É preciso intencionalidade neste trabalho, visando a implantação de procedimentos que tenham como objetivo a formação de pessoas mais humanas, justas, generosas; a melhoria da qualidade das relações on-line, a construção de regras para o bom uso da tecnologia; a reflexão e tomada de consciência acerca da complexidade dos problemas de convivência manifestados na rede e suas consequências.

Nesse sentido, Bozza e Vinha (2023) apresentam uma possibilidade de atuação na escola com o programa educativo denominado “A convivência ética on-line” que foi desenvolvido com estudantes do ensino fundamental e médio. Esse programa fomenta o bom convívio nos espaços virtuais, como também envolve um processo em que os relacionamentos, comportamentos e costumes fossem artigos de crítica e reflexão pelos alunos. Desse modo, são pensadas e postas em discussão novas maneiras de conviver nesses ambientes.

O programa integra componentes curriculares da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com destaque para as competências gerais 4 e 5, que estão diretamente relacionadas ao uso da tecnologia. Ele visa desenvolver competências e habilidades voltadas para o uso crítico, ético e responsável das ferramentas digitais. Segundo essas diretrizes Brasil (2018, p. 488) é responsabilidade da escola capacitar estudantes de modo a desenvolver habilidades e “critérios de curadoria e de apreciação ética e estética, considerando, a profusão de notícias falsas, de pós-verdades, do cyberbullying e de discursos de ódio nas mais variadas instâncias da internet e demais mídias”.

Acerca das competências socioemocionais e valores morais desse programa, foram trabalhados com os estudantes as seguintes habilidades a partir da matriz curricular desenvolvida pelas autoras: assertividade – capacidade de enfrentar situações difíceis e assertivamente; auto-observação – reflexão e obtenção de informações sobre si mesmo; autoconhecimento – conhecimento e valorização do eu; autorregulação – conduzir ações e escolhas a partir de valores éticos; autorrespeito – valorização de si mesmo articulada com valores éticos; compreensão crítica – obter informações e compará-las com as várias possibilidades da realidade, de modo a compreendê-la e ter comprometimento a melhorar; habilidade dialógica – trocar opiniões e pontos de vistas de forma a entrar em entendimento; julgamento moral – pensar em questões morais de forma justa e solidária; cyber empatia – compreender o estado de sofrimento alheio nos espaços virtuais, principalmente quando tenha distanciamento físico e emocional entre os indivíduos; pensamento consequencial – conseguir antecipar e analisar as consequências das ações por meio de critérios morais; percepções de riscos – conhecer os riscos e responder a eles levando em consideração as dimensões permeadas de valores; e respeito – respeitar todos os sujeitos levando em consideração a singularidade de cada um.

Bozza e Vinha (2023, p. 13) afirmam:

[...] observamos que diversos temas e aspectos formativos precisam ser considerados em programas educativos nessa área, que vão além do cyberbullying e outras cyber agressões. Dimensões que envolvem o âmbito da imagem virtual, os relacionamentos on-line, os comportamentos nocivos na rede, bem como os riscos que estamos sujeitos no espaço on-line, além de um trabalho voltado para o uso positivo, são fundamentais na estrutura de um plano curricular que contempla a convivência on-line. Além disso, defendemos que qualquer programa nessa área deve ser flexível, uma vez que as mudanças no espaço virtual são rápidas, os problemas são diversos e as relações virtuais múltiplas, ou seja, para trabalhar a (cyber)convivência na escola é preciso levar em conta a complexidade do universo on-line.

Para as autoras a escola é uma das instituições fundamentais na formação de indivíduos éticos, respeitosos e justos. A inclusão da temática da convivência ética, tanto na internet quanto fora dela, deve ser central nos planos de ensino. Além disso, é essencial que as instituições educativas se preparem para educar crianças e adolescentes para a cidadania digital, considerando que as relações sociais hoje também se estabelecem no espaço virtual. Nesse sentido, as escolas devem desenvolver programas curriculares e sistêmicos que trabalhem a convivência ética, contribuindo para a formação de sujeitos respeitosos, justos, tolerantes e generosos, que guiem suas ações por valores morais em todos os contextos, sejam eles virtuais ou físicos (Bozza; Vinha, 2023).

Para a aplicação do programa, as autoras indicam o método de ensino de Nunes (2017) “Ciclos de construção coletiva do conhecimento” que além de abarcar metodologias ativas e integrar práticas morais, favorece a cooperação entre os estudantes. Os ciclos são um conjunto de etapas que permitem o avanço do conhecimento sobre o tema por meio de reflexões e gestão de perspectivas.

Nessa metodologia há cinco etapas, sendo a primeira o levante de ideias iniciais, no qual os estudantes ficam livres para relataram o que sabem, fazer questionamentos para sanar curiosidades, dar opiniões ou ideias para solução de um problema. O principal objetivo desse primeiro momento é engajar os alunos.

Na segunda etapa diz respeito a conhecer diferentes perspectivas, comparar ideias que os estudantes trouxeram inicialmente por meio da leitura dos registros ou de debates coletivos. Na terceira, corresponde a conhecer perspectivas de especialistas sobre o assunto, podendo envolver pesquisas, entrevistas, aulas dialogadas, palestras etc. Na quarta, os estudantes retomam as próprias ideias a partir do que foi aprendido por meio dos conhecimentos especializados e troca de diferentes pontos com os colegas.

A quinta e última etapa, consiste em gerenciar as diferentes perspectivas, comparar e combinar ideias ou chegar a posicionamentos coletivos que represente a visão da turma sobre o assunto trabalhado e, a partir disso, propor acordos coletivos e/ou produção de materiais confeccionados pelos próprios estudantes, podendo ser campanhas, postagens nas redes sociais da escola, produção de podcasts, vídeos, cartazes etc.

O tempo de duração de cada ciclo se altera de acordo com o número de atividades propostas e o nível de engajamento e participação dos alunos. Além disso, podem abranger conteúdos de diferentes componentes curriculares, uma vez que os temas propostos estão inter-relacionados. É importante não perder de vista a flexibilidade, pois permite que os ciclos sejam adaptados para incluir ações não planejadas inicialmente, dependendo de situações reais que

possam surgir e estejam relacionadas aos conteúdos abordados.

As metodologias ativas colocam os estudantes no centro do processo de ensino-aprendizagem, reconhecendo e valorizando suas experiências, seus valores e opiniões como parte fundamental da construção coletiva do conhecimento. Elas utilizam diversas ferramentas, como a discussão de situações-problema, análise de casos clínicos, contextualização da realidade, exposições críticas e reflexivas, o uso de tecnologias dentre outras estratégias, de forma a contribuir para o desenvolvimento de diversas habilidades como a comunicação, trabalho em equipe, liderança, respeito entre os colegas de sala e capacidade de avaliação crítica (Diesel; Baldez; Martins, 2017; Barros; Santos; Lima, 2017).

Outra possibilidade de atuação na escola acerca do *sexting* e *cyberbullying* pode ser visto no trabalho de Cabo (2020), no qual desenvolveu um projeto de intervenção denominado “*Stop Sexting*” com duas turmas de uma escola em Portugal, na cidade de Braga. Esse projeto se apresenta como uma formação voltada para o desenvolvimento de competências dos estudantes para prevenir as consequências da prática do *sexting* no âmbito da escola. A aplicação desse projeto se deu a partir da metodologia Seleção do problema – Investigação, Visão, Ação e Mudança (S-IVAM) que foi desenvolvido no contexto educacional para que professores e alunos, democraticamente, se relacionem de modo que suas ações sejam voltadas para gerar mudanças.

Por meio dessa metodologia, foi posta em prática um conjunto de atividades com os jovens a partir de cinco eixos de ação: 1 - Apresentação do projeto *Stop Sexting*; 2 - conflito e comunicação; 3 – Não julgar os outros; 4 – Responsabilidade individual e *sexting*; 5 – Prevenir o *sexting*. Essas atividades formativas foram realizadas em oito encontros (Cabo, 2020).

O objetivo da formação era incentivar os alunos a desenvolverem competências que os capacitassem a agir na prevenção das consequências do *sexting* na escola. Por meio das atividades propostas, os alunos deveriam reconstruir suas percepções sobre o tema e aplicar o conhecimento adquirido nas ações que iriam desenvolver. Partindo do princípio de que cada indivíduo possui conhecimentos prévios, a formação buscava transformar esses saberes, de modo que os participantes se sentissem capazes e motivados a agir para solucionar problemas tanto na comunidade quanto em suas próprias vidas (Cabo, 2020). Para a autora, o processo de aprendizagem contínuo dos jovens é fundamental, pois visa aprimorar seus conhecimentos, habilidades e competências em uma perspectiva pessoal, cívica, social e/ou profissional.

Esse trabalho se mostra como um importante feito para a comunidade escolar, uma vez que é fundamental promover ações que demonstrem preocupações sobre a prática do *sexting*, ou seja, o uso irresponsável e violento do mesmo que impacta seriamente a vida de

jovens e adultos - *cyberbullying*.

Patrocino e Bevilacqua (2023) acerca do *sexting* e divulgação não autorizada, observaram três características centrais das instituições escolares ao se depararem com a divulgação não autorizada de imagens íntimas de meninas: negligência com situações de violência, culpabilização das vítimas e manifestação escolar em oposição ao bom desempenho escolar.

Quando se é feita intervenções por parte da escola, tendem a se centrar, exclusivamente, na questão do risco, o que implica na negação da vivência da sexualidade de modo autônomo. Na pesquisa das autoras, as reações escolares mais frequentes foram a omissão e culpabilização de meninas que produziram o conteúdo, sem, ao menos, pensar na responsabilização dos autores da violação (Patrocino; Bevilacqua, 2023). No estudo de Mota (2015) isso também aparece de forma parecida, pois, ainda que a instituição pesquisada tenha demonstrado que a divulgação não autorizada de fotos íntimas seja uma violência contra meninas, nada foi feito, ou seja, não houve acolhimento e responsabilização pela divulgação dos conteúdos.

Patrocino e Bevilacqua (2023, p. 14) afirmam que a educação em sexualidade

[...] precisa focar na autonomia e em habilidades, e não ser reduzida a riscos, violências e infecções. A partir da análise das experiências de meninas que tiveram sua intimidade exposta no contexto de novas práticas do universo digital, foi possível identificar a crescente demanda por uma defesa e promoção da vivência da sexualidade feminina de forma autônoma, que envolva autoconhecimento, relação direta com seu próprio desejo e, assim, esteja livre de violência. Esse debate não pode estar deslocado da questão de gênero e da compreensão de como a normatização de comportamentos baseada em diferenças sexuais implica em limitações para a vivência da sexualidade e contribui para a reprodução de práticas violentas.

Nesse sentido, as novas formas de viver a sexualidade hoje, ou seja, o *sexting*, e a violência contra meninas e mulheres têm a lembrar a escola sua responsabilidade na promoção de uma educação que considere o gênero e sexualidade como caminhos imprescindíveis para formação dos sujeitos, que considere o desejo, o autoconhecimento, autoestima, autonomia como centrais nesse processo educativo. E não mais que se reduzam às questões de riscos e/ou biologizantes

É preciso, portanto, que as instituições escolares deixem de negligenciar a educação em sexualidade e gênero e abordem direta e amplamente, com toda a comunidade escolar, questões que se fazem ainda mais urgentes nas práticas de socialização entre jovens na contemporaneidade. Nesse sentido, a

intimidade, o direito de imagem e a soberania sobre o corpo são pontos centrais a serem debatidos (Patrocino; Bevilacqua, 2023, p. 15).

Conforme Louro (2000) o ocultamento de determinados debates, como o da sexualidade, contradiz a essência do processo educativo, que deve ser inclusivo e promover a reflexão crítica. Nesse caso, seria fundamental reconstruir a pedagogia da sexualidade que é praticado nas instituições escolares. Essa reconstrução poderia começar pela abordagem da questões de gênero e sexualidade de forma aberta e crítica, superando práticas reducionistas e higienistas que limitam o debate e ações ao controle e à prevenção de riscos.

4 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

4.1 ABORDAGEM

Nesse estudo o que mais nos importou foi a maneira como a divulgação não autorizada foi entendida e assumida por cada participante entrevistada, de modo que essas experiências pudessem nortear as nossas formulações de atuações para proteção e prevenção em espaços formativos. Para atender a esse desafio - capturar as percepções das participantes acerca da violência sofrida e posteriormente elaborar um produto educacional de viés preventivo e orientativo - optamos por realizar uma pesquisa de abordagem qualitativa.

Segundo Bogdan e Biklen (1994) essa abordagem envolve ricos elementos descritivos relativos a pessoas, conversas e locais que são recolhidos por meio de palavras, imagens, observações e não números. Essas dimensões não podem ser operacionalizadas, o propósito é apreender as perspectivas dos sujeitos e investigar a complexidade dos fenômenos. Nesse sentido, compreendemos que esse método se faz o mais apropriado para o nosso estudo por se valer das histórias, representações, valores, crenças, relações, percepções, atitudes e opiniões dos sujeitos, bem como interpretações que fazem de suas vidas, como constroem objetos e a si mesmos, como sentem e pensam. Essa abordagem responde questões particulares e se ocupa com o nível de realidade que não pode ser quantificada, pois aprofunda no universo dos significados das ações e relações humanas que não podem ser captadas por equações, médias e estatísticas (Bogdan; Biklen, 1994; Minayo, 2002).

No âmbito da educação, nos preocupamos com o modo como os sujeitos vivem, interpretam suas vivências e estruturam o mundo social que estão inseridos. Nesse contexto, a pesquisa qualitativa assumiu várias formas para dar conta de problemas, sujeitos, situações e contextos, uma vez que muitos estudos que privilegiavam o método quantitativo não conseguiram compreender a imprevisibilidade e irreversibilidade de alguns fenômenos e complexidade de questões educacionais. Dessa forma, a pesquisa qualitativa se faz um método valioso para compreender profundamente nuances e complexidades das relações humanas. Bogdan e Biklen (1994, p. 45-50) define esse método a partir de cinco características

1. Na investigação qualitativa a fonte direta de dados é o ambiente natural, constituindo o investigador o instrumento principal. [...]
2. A investigação qualitativa é descritiva. [...]
3. Os investigadores qualitativos interessam-se mais pelo processo do que simplesmente pelos resultados ou produtos. [...]
4. Os investigadores qualitativos tendem a analisar os seus dados de forma indutiva. [...]
5. O significado é de importância vital na abordagem qualitativa.

No entanto, nem todos os estudos qualitativos atendem exatamente a essas especificidades, alguns deles podem não possuir uma ou mais dessas características. Em nosso estudo, por exemplo, há uma variação da primeira característica apontada pelos autores. Optamos realizar um estudo qualitativo do tipo exploratório e descritivo para investigar as percepções das participantes acerca da violência que sofreram, ou seja, da exposição da intimidade não consentida, e por ser um fenômeno intimista e imprevisível, que pode acontecer em qualquer momento da vida, não é possível que seja capturado quando se manifesta. Nesse sentido, a coleta dos dados se deu a partir dos relatos pessoais das investigadas, justificando, assim, a maneira como foi feita a obtenção de nossos dados. Acerca desse tipo de pesquisa, Poupart (2008, p. 130) especifica

A pesquisa qualitativa tem sido, inúmeras vezes, utilizada para descrever uma situação social circunscrita (pesquisa descritiva), ou para explorar determinadas questões (pesquisa exploratória), que, dificilmente, o pesquisador que recorre a métodos quantitativos consegue abordar. Efetivamente, por seu caráter exemplar e fugaz, vários fenômenos sociais resistem à mensuração. Uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória possibilita familiarizar-se com pessoas e suas preocupações. [...] Uma pesquisa descritiva colocará a questão dos mecanismos e dos atores (o “como” e o “o quê” dos fenômenos); por meio da precisão dos detalhes.

Sobre o tipo exploratório e descritivo, Gil (2002) igualmente contribui que a pesquisa exploratória tem o objetivo de propiciar maior familiaridade com o problema, aprimorar a compreensão acerca do evento, tornar o fenômeno mais evidente, constituir hipóteses e descobrir novos dados. Nesse tipo de pesquisa envolve o levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que experienciaram o problema da pesquisa e análise de exemplos que impulsiona a compreensão. E ainda, de forma descritiva, possibilita a descrição das características de uma população, fenômeno ou a compreensão das relações entre as variáveis estudadas.

Quanto à descrição - segunda característica - mesmo que os dados sejam coletados/elaborados por meio de imagens ou áudios, eles são transcritos e apresentados em formato narrativo. Isso é feito para conferir coerência aos dados, demonstrar aspectos relevantes e sempre respeitar as falas e perspectivas dos sujeitos envolvidos na pesquisa. Em relação a preocupação com processo em vez dos resultados - terceira característica - há uma quebra com a premissa estímulo-resposta. A importância do processo diz respeito a construção do conhecimento sem perder de vista o arcabouço teórico e conceitual do pesquisador. Ou seja, a escuta não pode ser vazia, precisa ir além das obviedades, do que é comunicado na possibilidade

de captar os significados, sentidos que os sujeitos atribuem a determinada situação e contexto (Bogdan; Biklen (1994).

Acerca do processo indutivo na análise dos dados da pesquisa qualitativa - quarta característica – não há inicialmente uma obrigatoriedade de levantar hipóteses para comprovar, elas são construídas conforme os dados vão sendo coletados e agrupados

Não se trata de montar um quebra-cabeças cuja forma final conhecemos de antemão. Está-se a construir um quadro que vai ganhando forma à medida que se recolhem e examinam as partes. O processo de análise dos dados é como um funil: as coisas estão abertas de início (ou no topo) e vão-se tornando mais fechadas e específicas no extremo. O investigador qualitativo planeia utilizar parte do estudo para perceber quais são as questões mais importantes (Bogdan e Biklen, 1994, p. 50).

Em relação ao significado como central nessa abordagem - quinto e último aspecto – o que mais importa é a forma como os indivíduos dão sentido às suas vidas, ou seja, abstrair as perspectivas dos pesquisados de modo a descortinar dinâmicas internas das situações e relações que esses estabelecem, que, muitas vezes, é invisível a observadores externos (Bogdan; Biklen, 1994).

A subjetividade humana é rica, complexa e repleta de contradições, é atravessada por uma realidade concreta e externa aos indivíduos e está em constante construção, e isso recai na maneira como os sujeitos percebem o mundo e produz bens materiais e simbólicos. A par do que os autores propuseram, a escolha da pesquisa qualitativa se deve, especialmente, por suas características, pois ela procura compreender não apenas o que o sujeito diz, mas como ele diz. Esse método valoriza as emoções e os significados que os indivíduos atribuem ao mundo que os cercam, e foi exatamente isso que buscamos - um método que privilegie a palavra, o significado para ser possível atingir os nossos intentos nesse estudo.

4.1.1 Instrumento e processo de coleta dos dados

O instrumento que usamos para coletar nossos dados foi uma entrevista semiestruturada. A entrevista oportuniza a conversa face a face, a compreensão da subjetividade dos sujeitos, suas vidas, informações detalhadas de suas crenças, valores, atitudes, motivações, relacionamentos e contextos. Por meio dela é propiciado um espaço para que o sujeito possa exprimir suas experiências, representações, compreensões sobre evento, suas percepções, “manifestar em seus atos o significado que têm no contexto em que eles realizam, revelando

tanto a singularidade quanto a historicidade dos atos, concepções e ideias” (Chizzotti, 2000, p. 93).

Em consonância com que pretendemos obter na abordagem qualitativa, conforme Bogdan e Biklen (1994, p. 134), a entrevista como instrumento permite “recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo”. A par dessas considerações, optamos pela entrevista por ser a mais adequada para captar com profundidade a percepção do grupo de mulheres pesquisadas, de modo que essas compreensões pudessem fornecer elementos para elaboração de estratégias preventivas e protetivas em casos de exposição da intimidade, desembocando na criação de um produto educacional de orientação para nortear ações em espaços formativos e fazer docente.

Ainda, optamos pelo tipo semiestruturado, pois, conforme Flick (2013, p. 115), nos permite obter “especificidade das opiniões e definições da situação a partir do ponto de vista do entrevistado, cobertura de uma ampla série de significados sobre o tema, e ter acesso de modo profundo ao contexto pessoal exibidos pelo entrevistado”. Nesse sentido, esse instrumento e modalidade permite recolher o que pensamos ser basal em nossa pesquisa - percepção das participantes diante da exposição íntima - para assim, dar encaminhamento aos outros desafios propostos nesses estudo.

O mais interessante sobre esse tipo de entrevista é a fluidez, funciona como um diálogo, não ficamos presos a sequência das perguntas estabelecidas no roteiro e permite obter visões individuais sobre determinado tema e de forma mais livre e extensiva possível. Também nos possibilita maior flexibilidade para sondar determinados assuntos que não ficam tão claros, sendo possível obter o máximo de detalhes sobre o evento/sujeito.

Ainda que uma das características na entrevista semiestruturada seja dar maior flexibilidade para o pesquisador, não reduz a importância do uso roteiro. Para esse estudo, foi elaborado um roteiro com 18 questões (APÊNDICE A). A construção desse instrumento se deu a partir dos objetivos específicos previstos nesse estudo, sendo articulados nos eixos: percepção da exposição íntima e enfrentamento; impactos da violência; medidas de proteção e prevenção; atuações em espaços formativos e educação sexual.

O presente estudo foi aprovado pelo comitê de ética, CAAE 64889722900009029. A realização das entrevistas aconteceu com sete mulheres e seus relatos foram gravados por meio de um aparelho celular com prévia permissão delas. O recrutamento dessas mulheres se deu a partir de um convite em forma de uma publicação nas redes sociais. Esse convite foi enviado para grupos de WhatsApp, grupos de mulheres no Facebook, páginas destinadas às

mulheres no Instagram, para profissionais de psicologia que trabalham com mulheres e professores para divulgarem em suas redes sociais.

Nesse convite constava que era um trabalho de Dissertação de Mestrado e que o intuito era conversar com mulheres que tiveram fotos nuas e/ou vídeos expostos nas redes sociais sem consentimento. Nele, previa o meu nome completo, o programa de pós-graduação, instituição, currículo lattes, e-mail, contato profissional com WhatsApp e meu perfil pessoal e profissional do Instagram como uma forma de comprovação da minha identidade enquanto psicóloga e acadêmica, também como meio de verificar que se tratava de um estudo verídico e sério.

Foi por meio da publicação do convite que apareceram as interessadas pelo estudo. O desejo em participar ocorreu, exclusivamente, a partir de mensagens privadas deixadas por elas em meu Instagram e Facebook pessoal. Nesse contato inicial, foi adotado o seguinte procedimento:

- Estabelecer contato com as participantes via WhatsApp;
- Dar informações sobre o programa de pós-graduação, projeto e atuação profissional por meio de mensagens de áudio;
- Explicar os passos da pesquisa – entrevista, gravação de áudio e agendamento do encontro (presencial ou online);
- Enviar Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) e cartilha sobre direitos participantes - esclarecer a importância desses documentos;
- Explicar as garantias das participantes e questões éticas.

Depois que todas as informações da pesquisa, direitos, garantias foram explicitadas e dúvidas foram sanadas, foi dado o prazo de 7 dias para participantes confirmarem presença no estudo. O contato, então, foi encerrado de modo a promover todo espaço possível para decidirem livremente sobre sua contribuição, e somente foi retomado com a confirmação de participação das mesmas, com isso, foi realizado o agendamento do dia e horário das entrevistas, levando em consideração a disponibilidade das participantes.

Das sete mulheres entrevistadas, somente uma participou presencialmente, as outras participantes contribuíram com nossa pesquisa de forma remota pela plataforma do Google Meet. Todas entrevistas foram gravadas (gravação de áudio) por um aparelho celular e realizadas individualmente. Os dados - as experiências relatadas – na pesquisa qualitativa são centrais para a análise e interpretação (Chizzotti, 2000, p. 84)

[...] não são coisas isoladas, acontecimentos fixos, captados em um instante de observação. Eles se dão em um contexto fluente de relações: são “fenômenos” que não se restringem às percepções sensíveis e aparentes, mas se manifestam em uma complexidade de oposições, de revelações e ocultamentos. É preciso ultrapassar sua aparência imediata para descobrir sua essência. Na pesquisa qualitativa todos os fenômenos são igualmente importantes e preciosos: a constância das manifestações e sua ocasionalidade, a frequência e a interrupção, a fala e o silêncio. É necessário encontrar o significado manifesto e o que permaneceu oculto. Todos os sujeitos igualmente dignos de estudo, todos são iguais, mas permanecem únicos, e todos os seus pontos de vista são relevantes: do culto e do iletrado, do delinquente e do seu juiz, dos que falam e dos que se calam, dos normais e dos “anormais”. Procura-se compreender a experiência que eles têm, as representações que foram e os conceitos que elaboram. Esses conceitos manifestos, as experiências relatadas ocupam o centro de referência das análises e interpretações, na pesquisa qualitativa.

Nesse sentido, aderimos ao recurso de gravação de áudio, pois conforme Ludke e André (1986, p. 37) afirmam “a gravação tem a vantagem de registrar todas as expressões orais, imediatamente, deixando o entrevistador livre para prestar toda a sua atenção ao entrevistado”, como também o processo de transcrição fica mais completo possível, nos dando tranquilidade para fazer anotações durante e depois da entrevista. Além disso, durante a escuta das gravações, alguns *insights* surgem, contribuindo para o processo de interpretação dos dados posteriormente.

Para as entrevistas online foi combinado que as participantes trouxessem o TCLE assinado, uma vez que a livre decisão em participar foi pautada na leitura prévia e concordância com as diretrizes do estudo. Antes do início da coleta de dados, foi solicitado o envio/entrega do termo. Para entrevista presencial, coleta de assinatura ocorreu no momento do encontro.

Antes que as entrevistas começassem, foi ressaltado a não obrigatoriedade de participação e retirada do consentimento a qualquer momento que quisessem. Bem como, foi garantida a preservação da identidade por meio do anonimato e que, em seus relatos, poderiam se sentir à vontade para dizer nomes das pessoas envolvidas, pois no processo de transcrição das gravações seriam trocados por outros nomes. Com a finalização do processo da coleta de dados, destaquei para todas as participantes que caso se sentissem emocionalmente tocadas pelo relato de suas vivências, tinham o direito de fazer 10 sessões de psicoterapia breve.

As sete mulheres que participaram das entrevistadas eram adultas com idades entre 20 e 45 anos. O perfil das mesmas e breve história sobre a exposição pode ser verificado no quadro a seguir:

Quadro 1 – Perfil das entrevistadas

NOME	PERFIL DAS PARTICIPANTES E SITUAÇÃO DA EXPOSIÇÃO
JULIA	Heterossexual, ensino superior completo. Estava com 18 anos quando aconteceu a exposição. Soube por uma colega da faculdade que estudava com ela, que a abordou no banheiro dizendo que tinha uma foto de em seu stories do Instagram. As fotos expostas eram de seus genitais, não tinham fotos do rosto. Exposição foi feita por seu ex-namorado.
MARIA	Heterossexual, ensino superior incompleto. Estava com 27 anos quando aconteceu a exposição. Soube por um amigo que veio lhe avisar por meio de prints. A exposição foi feita por meio de uma publicação de um perfil falso no Facebook. Os conteúdos divulgados foram vídeos de sexo e fotos de nudez. Nessa postagem estava seu número de celular pessoal e dizia que era profissional do sexo. Exposição feita por seu ex-namorado.
JOANA	Bissexual, ensino superior completo. Estava com 29 anos quando aconteceu a exposição. Soube por meio de uma ligação, quando viu seu celular, havia várias chamadas perdidas, mensagens com prints do que tinha acontecido. No prints eram suas fotos íntimas e havia sido divulgadas para todos seus contatos do WhatsApp, grupos de professores, coordenadores, para todas as suas redes. Exposição feita por seu ex-namorado.
REGIANE	Heterossexual, ensino médio completo. Estava com 14 anos quando aconteceu a exposição. Soube da divulgação por meio de uma publicação no Facebook. O conteúdo divulgado foi um vídeo erótico. Exposição foi feita por um ficante da época.
VANUZA	Heterossexual, ensino médio completo. Estava com 13 anos quando aconteceu a divulgação. Participava de um grupo no WhatsApp que era de um jogo online. Nesse grupo a grande maioria era homens mais velhos e era enviado muitos conteúdos pornográficos. Alguns rapazes que conversava falava muitas coisas para Vanuza até que começou a enviar fotos de nudez e em troca recebia alguns benefícios no jogo para melhorar seu

	personagem e/ou poderes nesse jogo. Soube da exposição por meio de um grupo de WhatsApp que a colocaram junto com esses mesmos homens e nesse lugar enviaram todas suas fotos. A exposição acontecia por meio de uma pessoa específica que conversava na época e que compartilhava seus conteúdos com todos os homens do grupo e em outros grupos também.
ALANA	Heterossexual, ensino médio completo. Estava com 17 anos quando aconteceu a exposição. Soube da divulgação por meio de um menino de sua sala que enviou uma de suas fotos nua dizendo que ela estava gostosa. Os conteúdo divulgados foram 3 fotos de nudez e seminudez em um grupo de WhatsApp. A exposição foi feita por seu ex-ficante da época.
FABIANA	Heterossexual, ensino superior incompleto. Estava com 40 anos quando aconteceu a exposição. Soube da divulgação a partir de uma amiga que veio lhe dizer que suas fotos estavam circulando na cidade. A situação da exposição se deu a partir de um rapaz que conheceu na roda de amigos no qual começaram a conversar. O mesmo pediu fotos íntimas e Fabiana enviou. No entanto, a companheira desse rapaz descobriu e viu essas fotos no celular do mesmo e expôs esses conteúdos juntamente com um áudio lhe proferindo ofensas. As fotos foram enviadas em um grupo no WhatsApp, em pouco tempo a cidade inteira ficou sabendo (cidade interiorana e pequena).

Fonte: elaborado pela autora, 2024.

4.3 ANÁLISE DOS DADOS

Após a finalização do processo de coleta de dados, os mesmos foram analisados considerando os objetivos desse estudo e aporte teórico adotado para esse estudo. Para esse feito escolhemos a Análise de Conteúdo de Bardin (2016), pois além de coerente com método qualitativo e instrumentos utilizados, pretendemos compreender além dos significados imediatos das falas da participantes - que se faz central nessa proposta. De acordo com o autor (2016, p. 42) a análise de conteúdo é

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Essa forma de análise visa trabalhar a fala e as significações, procura conhecer aquilo que está por trás das palavras, busca descortinar, atravessar as aparências dos conteúdos. O analista – nesse caso, o pesquisador – é como um arqueólogo por trabalhar com vestígios. Esses vestígios são as manifestações de estados, dados e fenômenos, no qual “o analista tira partido do tratamento das mensagens que manipula, para inferir (deduzir de maneira lógica) conhecimentos sobre o emissor da mensagem ou sobre o seu meio, por exemplo. Tal como um detetive, o analista trabalha com índices cuidadosamente postos em evidência por procedimentos mais ou menos complexos” (Bardin, 2016, p. 39).

Conforme Bardin (2016) esse método se organiza em torno de três etapas, sendo:

- 1 - pré-análise;
- 2 - exploração do material;
- 3 - tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

A pré-análise diz respeito a fase de organização dos dados, sendo um período intuitivo com objetivo de operacionalizar e sistematizar as ideias iniciais e constituir o *corpus* da pesquisa. Como os dados dessa pesquisa são primários – foram construídos e transcritos no decorrer da pesquisa – a escolha dos documentos não aconteceu conforme propõe essa forma de análise, mas obedecemos às regras para constituição do *corpus*: regra da exaustividade – consideramos todos os elementos; da representatividade – o material ser representativo do universo da pesquisa; da homogeneidade – os documentos obedeceram a critérios precisos de escolha. Nesse caso, as entrevistas foram todas sobre o mesmo tema e obtidas por meio da mesma técnica de coleta de dados; e da pertinência – os materiais correspondem aos objetivos da pesquisa.

Nesse estudo, as hipóteses – afirmação provisória a que nos propomos responder ao final do estudo - e objetivos – finalidade geral do que pretendemos - foram definidos previamente e norteadores para todo o processo de análise.

Com a conclusão dessa primeira etapa, partimos para a segunda, que é a exploração do material. Esse segundo momento diz respeito a codificação dos dados. Para Bardin (2016, p. 04) “A codificação é o processo pelo qual os dados brutos são transformados sistematicamente e agregados em unidades, as quais permitem uma descrição exata das características pertinentes do conteúdo.”

Em vista disso, primeiro se fez necessário determinar a natureza das nossas unidades de registro, que pode ser constituída a partir da palavra, tema, personagem, objeto, acontecimento e documento. Para esse estudo escolhemos o tema como constituinte dessa unidade, uma vez que

[...] é geralmente utilizado como unidade de registo para estudar motivações de opiniões, de atitudes, de valores, de crenças, de tendências etc. As respostas a questões abertas, as entrevistas (não diretivas ou mais estruturadas) individuais ou de grupo, de inquérito ou de psicoterapia, os protocolos de testes, as reuniões de grupos, os psicodramas, as comunicações de massa etc., podem ser, e são frequentemente, analisados tendo o tema por base (Bardin, 2016, p. 106).

Conforme Bardin (2016, p. 105) o tema é

a unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo certos critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura. O texto pode ser recortado em ideias constituintes, em enunciados e em proposições portadores de significações isoláveis.

Com isso, passamos a realizar o estudo do *corpus* em profundidade e fomos estabelecendo as unidades de registro e as unidades de contexto, que são:

A unidade de registro - é a unidade de significação a codificar e corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade de base, visando a categorização e a contagem frequencial. [...] A unidade de contexto serve de unidade de compreensão para codificar a unidade de registro e corresponde ao segmento da mensagem, cujas dimensões (superiores às da unidade de registro) são ótimas para que se possa compreender a significação exata da unidade de registro. Isto pode, por exemplo, ser a frase para a palavra e o parágrafo para o tema (Bardin, 2016, p. 104-107).

Com esse feito, reunimos as unidades de registro conforme o critério semântico (categorias temáticas) e para construção das categorias seguimos os princípios propostos por Bardin (2016) que são: exclusão mútua – cada elemento não pode existir em mais de uma divisão; homogeneidade – somente um único princípio de classificação deve nortear a organização dos dados; pertinência – quando uma categoria está adaptada ao material de análise; objetivo e fidelidade – as diferentes partes do material devem ser codificados da mesma maneira.

A categorização tem como objetivo primeiro fornecer, por condensação, uma representação simplificada dos conteúdos brutos. Conforme Bardin (2016, p. 118) a

categorização é

[...] uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o género (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias, são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registo, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns destes elementos.

Nesse sentido, com o processo de codificação finalizado, os dados foram organizados da seguinte maneira:

Quadro 2 – Categorias de análise

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	DESCRIÇÃO
Toda nudez (feminina) será castigada: percepções sobre a violência sofrida por meio da exposição dos conteúdos íntimos.	Confiança na pessoa que se relacionava. A surpresa com a exposição de seus conteúdos íntimos. Julgamento externo e interno Culpa, vergonha, arrependimento e medo acerca da exposição da intimidade.	Nessa categoria estão reunidas as questões e percepções das entrevistadas sobre a violência sofrida ao terem seus conteúdos expostos nas redes.
Nas redes da desproteção: desinformação e impactos das vítimas.	Desconhecimento das redes de apoio, denúncia e proteção. Ausência de educação sexual. Normalização da violência. Despreparo dos profissionais que deveriam atuar em rede de proteção. Culpabilização das vítimas. Sentimento de desvalia, impunidade e revolta. Sofrimento psíquico.	Nessa categoria apresentam-se e discutem-se as consequências enfrentadas pelas vítimas da exposição, diante da desinformação e da falta de apoio frente a violência sofrida.
Cuidar é ação possível: o conhecimento que segue em rede por meio de estratégias	Educação sexual emancipatória. Problematização da cultura machista e violenta. Acolhimento e escuta das vítimas.	Descrevem-se e discutem-se as possíveis estratégias de prevenção à exposição de conteúdos íntimos nas redes, bem como de cuidado às

preventivas e educação sexual	Fornecimento de informações. Punição dos autores da exposição. Necessidade de formação de professores e outros profissionais.	vítimas.
--------------------------------------	--	----------

Fonte: elaborado pela autora, 2024.

O tratamento dos resultados, inferência e interpretação – última etapa do processo de análise – diz respeito à busca de significação dos conteúdos através das mensagens manifestas: é o momento no qual “os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos (falantes) e válidos” (Bardin, 2016, p. 101). Trata-se de um momento intuitivo, reflexivo e crítico. A interpretação é uma nova significação dos dados analisados, momento que envolve desvelar um sentido subjacente que não está explicitamente presente no discurso aparente. Consiste em ir além da superfície e identificar significados implícitos que revelam camadas mais complexas de compreensão do fenômeno estudado e estabelecer o diálogo com o arcabouço teórico.

Conforme o supracitado, o que fizemos foi aplicar todo o processo da análise de conteúdo de Bardin (2016) para compreender as percepções de mulheres acerca da violência que sofreram – divulgação não autorizada de imagens íntimas – a partir do envio de *sexting*, e, com isso, nos subsidiar na tarefa de cumprir os objetivos específicos nesse estudo.

A apresentação dos resultados e interpretação se dará no capítulo a seguinte. Os dados transcritos estão organizados em quadros conforme as categorias e subcategorias analíticas presentes no APENDICE B.

5. SEXTING E CYBERBULLYING: CRIME E CASTIGO?

No que diz respeito aos objetivos do nosso estudo, nos preocupamos em compreender como um grupo de mulheres percebem a situação de ter seus conteúdos de nudez divulgados publicamente; mostrar como os impactos, limites e impasses estão intimamente ligados ao controle da sexualidade feminina e da cultura machista que se manifestam por meio de instituições consagradas como a família, escola e delegacias/judiciário. Bem como, articular necessidades e ações possíveis de cuidado e prevenção – que são essenciais para transformação de tal realidade - e, diante de tais articulações, transpor a partir de ações educativa, em espaços formativos, informações, cuidados, direcionamentos para reparação de pessoas que são vítimas de vazamento não consentido.

Em vista de nossa preocupação, os resultados foram apresentados em torno de três categorias centrais. Por meio de suas caracterizações, foram exemplificados dados pertinentes a história de violência sofrida pelas entrevistadas e análise de tal processo à luz da teoria de sexualidade e gênero.

A primeira categoria “Toda nudez (feminina) será castigada: percepções sobre a violência sofrida por meio da exposição dos conteúdos íntimos” aborda a maneira como as participantes percebem suas histórias ao discorrê-las e a relação com a traição da confiança, culpa, vergonha, medo e julgamentos internos e sociais pela moralização e controle da sexualidade feminina. Suas subcategorias foram: confiança na pessoa que se relacionava; a surpresa com a exposição de seus conteúdos íntimos; julgamento externo e interno; culpa, vergonha, arrependimento e medo acerca da exposição da intimidade.

A segunda categoria “Nas redes da desproteção: desinformação e solidão das vítimas” denuncia como a desinformação estrutural das participantes e profissionais da área de segurança pública e jurídicas possibilitam – como também agravam – impactos na saúde emocional e culpabilização das vítimas, mostrando como essas condições estão intrinsecamente ligadas a uma estrutura machista que afeta como um todo o ensino digno em educação sexual, a obtenção de informações que, conseqüentemente, alimenta preconceitos de profissionais que deveriam atuar para proteger e reparar as vítimas, em vez de normalizar tal violação. Suas subcategorias foram: desconhecimento das redes de apoio, denúncia e proteção; ausência de educação sexual; normalização da violência; despreparo dos profissionais que deveriam atuar em rede de proteção; culpabilização das vítimas; sentimento de desvalia, impunidade e revolta, e sofrimento psíquico.

A terceira categoria “Cuidar é ação possível: o conhecimento que segue em rede

por meio de estratégias preventivas e educação sexual” articula ações que visam o cuidado e reparação das vítimas de vazamento, relacionando uma saída possível para lida de tal evento. Entendemos que essa saída precisa perpassar por ações educacionais que reconheçam a abordagem adequada em sexualidade e o reconhecimento de um sistema machista e violento. Para isso, foi proposto e discutido a necessidade de formação adequada de docentes para aplicação desses conceitos no espaço escolar, pois se os mesmos possuírem tais conhecimentos – incluindo temas atuais em sexualidade - compreendemos que podem intervir na realidade de adolescentes e jovens que passam por essa situação desnorteadora. Nessa categoria foram discutidas as seguintes subcategorias: educação sexual emancipatória; problematização da cultura machista e violenta; acolhimento e escuta das vítimas; fornecimento de informações; punição dos autores da exposição; necessidade de formação de professores e outros profissionais.

5.1. TODA NUDEZ (FEMININA) SERÁ CASTIGADA: PERCEÇÕES SOBRE A VIOLÊNCIA SOFRIDA POR MEIO DA EXPOSIÇÃO DOS CONTEÚDOS ÍNTIMOS.

A categoria “Toda nudez (feminina) será castigada: percepções sobre a violência sofrida por meio da exposição dos conteúdos íntimos” reflete os complexos mecanismos de controle e moralização do corpo feminino devido a uma cultura machista e sexista que reprime e violenta mulheres pela exposição de sua sexualidade, especialmente, em situações de vazamento de conteúdos íntimos. Quando a mulher se vê nessa condição, está suscetível a muitas perdas, seja matérias, emocionais, relacionamentos amorosos e familiares. A certeza é de que ela será julgada, criticada e depreciada por outros, e infelizmente, por outras mulheres. A “nudez castigada”, portanto, é mais do que uma expressão de controle social, é um reflexo de sistemas que perpetuam a violência e mantêm normas repressivas. Ao mesmo tempo, as vítimas procuram redesenhar os significados dessa exposição e tentam encontrar forças para seguir em frente, resistindo às consequências de uma sociedade heteronormativa que expolia, rechaça, desdenha e tenta ditar as formas de viver o corpo e os prazeres.

5.1.1 Confiança na pessoa que se relacionava

CONFIEI NA PESSOA, MAS... (SILÊNCIO)... Alana

A confiança na pessoa que se relacionava revela uma dinâmica de poder e cinismo,

no qual autor da divulgação se vale do relacionamento para obtenção dos conteúdos e depois num ato objetificante, lança a imagem da mulher em um rio enfeitado de crocodilos – sociedade - tornando assim, mais complexa a experiência de exposição dos conteúdos íntimos de mulheres.

Tipo, não que seja errado fazer isso, mas assim, mandar para uma pessoa que realmente confia. Porque aí eu tiro de lição isso que aconteceu comigo, sabe? Confiei na pessoa, mas... (Silêncio) Se eu tivesse insistido um pouco mais, eu acho que eu iria saber quem realmente ele era, sabe? **(Relato da entrevista de Alana)**

Compreendemos que a confiança é como uma peça-chave no envio de imagens de nudez, como pode ser visto no relato de Alana, na qual a confiança seria um termômetro para a troca de *sexting*. O ato de compartilhar conteúdos íntimos em um relacionamento é visto como um símbolo de confiança mútua entre o casal, o que pode ser devastadora quando essa confiança é traída. Isso, não somente por agentes externos, ou seja, o rechaço social que é consequente da exposição, mas do sofrimento interno, da digestão que a mulher precisa fazer acerca da pessoa que confiou, do relacionamento que tinha com a mesma e das relações com familiares e outras pessoas de seu contexto, precisando lidar, no meio desse furacão, com sentimentos contraditórios e frustração advinda dessa quebra de acordo. Isso pode ser visto no relato de Julia

Olha, hoje é como se fosse uma... Não digo uma ferida, mas virou uma cicatriz, assim... Ela já tá bem apagada... mas eu acho que ela nunca vai sumir porque ficou marcado mesmo... Eu tenho dificuldades hoje de relacionamento com as pessoas, pessoas de modo geral, porque eu sempre fico desconfiada. E eu fico muito assim “será que eu posso confiar nessa pessoa?” Porque eu confiei nele e olha o que deu. Então, ainda é muito difícil isso pra mim. **(Relato da entrevista de Julia)**

No caso de Julia, sua foto foi exposta após o término com ex-namorado, a mesma relata que não sabia que ele havia guardado as fotos e que meses depois aconteceu a divulgação. Ela acreditava que as imagens que havia enviado nem existiam mais, que elas eram apagadas por ele depois da troca de *sexting*. Sobre isso, Petrosillo (2016) trata que as meninas possuem conhecimento sobre a falta de controle depois que enviam as fotos íntimas, mas que essa confiança no destinatário possibilita uma temporária obliteração dos riscos associados a prática do *sexting*. Nas palavras da autora (p. 108) “essa situação abre espaço para o rompimento de um trato feito sobre o propósito do conteúdo da imagem, o que gera a fissura”.

No relato de Maria, também pode ser visto como a quebra da confiança acarretou seus relacionamentos posteriores à divulgação. Sua fala é marcada pelo sofrimento,

desconfiança em sua nova relação e pânico de ser exposta novamente devido a confiança atribuída outrora a seu ex-namorado que postou suas fotos nuas e gravou vídeos de sexo no Facebook

Eu não consigo confiar, eu não consigo mandar foto pra mais ninguém, nem visualização única, nada, eu, se eu transar e o celular da pessoa tocar, se pessoa pegar, eu já entro em choque, eu não consigo mais ter, por exemplo, tô namorando e colocar relacionamento sério no Facebook, não eu não faço mais, não confio mais... **(Relato entrevista de Maria)**

Em relação a confiança no parceiro, Cardoso (2017) afirma que o divisor de águas para o envio de conteúdos íntimos é a confiança, que ela é um elemento primordial. Em sua pesquisa, segundo o relato de um dos participantes, é preciso ter muita confiança na pessoa que esteja se relacionando seja ela namorado, ficante ou amigo para enviar conteúdos de nudez. Souza e Lordello (2023) sobre as motivações para o *sexting* e prevenção de riscos, afirmam que o fator de intimidade e confiança também são considerados importantes para envio de conteúdos, que a troca de mensagens sexuais somente deveria acontecer com pessoas que se tenha uma relação de confiança.

No entanto, ainda que a confiança seja um fator primordial na troca de *sexting*, não traz nenhuma garantia de que a exposição não aconteça, gerando sentimento de culpa – que será discutido mais adiante – e leviandade, como pode ser constatado na fala de Regiane, ao dizer que se sente burra por ter confiado em seu ficante no qual enviou uma foto nua

Hoje em dia eu sinto só que eu deveria ser mais inteligente, sabe? Eu me sinto um pouco burra de ter feito isso. Eu sentia... Porque eu confiei na pessoa, eu mandei uma coisa que não era pra mandar. **(Relato da entrevista de Regiane)**

Mota (2015) trata que o rompimento da confiança pelo parceiro é considerada pelas participantes como uma forma de violência, uma vez que os rapazes se aproveitam dos relacionamentos para posterior divulgação dos conteúdos íntimos quando as meninas/mulheres não atendem mais suas pedidas, exigências. O elemento da confiança retrata claramente esse contexto, como pode ser visto no relato de uma das participantes de sua pesquisa “se as fotos foram passadas para uma pessoa, houve confiança, a quebra dela é um tipo de violência” (p. 150).

Acerca da confiança traída, Petrosillo (2016, p. 46) trata que

Nem sempre a exposição de imagens íntimas de meninas ocorre dentro do quadro do término de um relacionamento, o que seria uma retratação clássica

da "pornografia de vingança". Contudo, mesmo quando ocorre a traição, não se opera apenas uma retaliação, mas algo mais amplo. Porque o que está em jogo não é um casal, mas uma rede. Além do que, na imagem da pornografia de vingança, há primeiro a relação de confiança e, depois, a quebra dela com a violência de gênero. No caso da pornografia de humilhação, a obtenção da foto supõe essa violência.

A par disso, entendemos que há uma ruptura dos códigos da conduta/privacidade que não são ditos e esclarecidos, mas que fica subentendido pela dupla para que o *sexting* possa acontecer, e isso se dá pela via da confiança. Ela é vista como um elemento primordial na troca de conteúdos íntimos mas, uma vez quebrada pela ação do vazamento, acarretou impactos emocionais e nos relacionamentos posteriores dessas mulheres, gerando desesperança, descrença e sofrimento, bem como, criando uma barreira para novos relacionamentos e o restabelecimento de vínculos de confiança. A crença era de que esses conteúdos ficassem retidos naquele momento de troca de prazeres, não que seus parceiros se valessem da confiança para violentá-las. Com isso, pela via da confiança ocorre a infeliz surpresa da exposição dos conteúdos.

5.1.2 A surpresa com a exposição de seus conteúdos íntimos

PARECE QUE ABRIU UM BURACO E... PORQUE ERA UMA COISA ASSIM QUE EU NÃO IMAGINEI QUE FOSSE ACONTECER... Fabiana

A surpresa com a exposição íntima trata acerca do momento em que as fotos de nudez se tornam públicas, no qual as vítimas são surpreendidas com a exposição de seus conteúdos íntimos, devido a crença de que essas imagens não fossem ser vazadas. O impacto inicial dessa violação na vida das entrevistadas é uma misto de incredulidade, constrangimento, medo, desespero, despreparo e angústia de como vai ser o depois, de como a sociedade vai reagir frente a tal evento, premeditando o pior. A surpresa com a exposição deixa as mulheres desarmadas, sem mecanismos imediatos de defesa, algo que é agravado pelo julgamento externo e interno que se segue.

Tal situação pode ser vista a partir do relato de Joana, que foi surpreendida com mensagens de várias pessoas que encaminharam prints de suas fotos. Esses conteúdos foram enviados para todos os seus contatos de WhatsApp, inclusive para seus familiares

Estava na rua quando meu celular começou a tocar. Quando eu pego meu celular, várias pessoas haviam me ligado, me enviaram mensagens com prints do que havia acontecido. Eram minhas fotos íntimas que tinham sido

divulgadas para todos os meus contatos do WhatsApp. [...] eu não conseguia falar nada, eu só chorava, chorava, chorava. Eu só tinha medo. A palavra é essa. Como eu me senti, era com muito medo. Muito medo mesmo porque eu não sabia o que iria acontecer, né? a minha preocupação era muito com os outros, né? De que forma as pessoas iriam interpretar aquilo. **(Relato da entrevista de Joana)**

Alana também relata que descobriu a exposição a partir de um colega de sala que a chamou de “gostosa” na mensagem, juntamente com o encaminhamento de suas fotos nuas. Em sua fala fica claro a incerteza de como iria ser sua vida depois desse evento, bem como, a desorientação, constrangimento e desespero

Eu estava no ônibus indo para o serviço, e um menino da minha sala me enviou uma foto minha nua, dizendo que eu estava gostosa. Entrei em desespero. Foi nesse momento que eu soube que meu ex-ficante havia vazado 3 fotos minhas que estava em uma galeria privada do Snapchat. Não somente vazou minhas fotos, como de outras meninas também em um grupo de WhatsApp. [...] Eu me senti muito mal. Senti exposta, constrangida, eu me senti perdida, não sabia o que eu ia fazer na hora. Eu só fui viver num dia após o outro pra ver o que ia acontecer. **(Relato da entrevista de Alana)**

Acerca da exposição da intimidade, Lins (2019) trata que é uma mistura do antigo machismo como o novo machismo devido as transformações tecnológicas. Os escândalos sexuais não são fenômenos recentes, mas adquiriram uma nova dimensão, escala e velocidade com o advento das novas tecnologias. De diversas maneiras, é na internet e por meio dela – aplicativos, plataformas e dispositivos – que a produção, troca e vazamento de nudes ocorrem. É nesses espaços de interação social que circulam imagens, julgamentos, acusações e perseguições.

Acerca disso, Lins (2019, p. 56-57) afirma

Na internet, articulam-se relações, faz-se a manutenção de vínculos bem como são trocados afetos e segredos. Os efeitos das experiências vivenciadas na rede repercutem de maneira impactante nas mais variadas esferas da vida. [...] Os vazamentos de nudes, entrelaçando comportamentos, expectativas e moralidades entrecortadas por normas de gênero e sexualidade, são situações em que o “virtual” é violentamente materializável, fazendo com que mulheres e meninas tenham suas vidas, qualidades e valores questionados, dentro e fora da rede, com consequências duras e, por vezes, trágicas.

Diante desse panorama, compreendemos que a surpresa da imagem de nudez ao se tornar pública anuncia uma catástrofe na vida dessas mulheres, que o pior acontecerá a qualquer momento, que inerente a divulgação estarão presentes os assédios, humilhações, julgamentos,

– que serão apresentados a seguir - os ataques a honra, a culpa, o isolamento de si, de familiares, amigos e sofrimento emocional com a lida de todas essas variáveis. A partir desse momento, parece que todas as pragas são lançadas às mulheres pelo desvio da norma – pelo escancarar inóspito de que ela vive os prazeres, que investe no corpo, que vive sua sexualidade. A surpresa é sobre aquilo que não deveria ter escapado do seu lugar de produção, ou seja, da privacidade. Quando a exposição íntima aparece no horizonte, é impossível escapar dos julgamentos externos e também dos internos.

5.1.3 Julgamento externo e interno

ELA COLOCOU NA MENSAGEM DE TEXTO QUE EU ERA UMA GAROTA DE PROGRAMA. [...] QUE USAVA DO MEU CORPO PARA TIRAR PROVEITO EM CIMA DOS SERVIÇOS... Joana

Os julgamentos externo e interno cria uma dualidade de opressão. As mulheres não apenas lidam com o julgamento social, mas também se engajam em autocrítica devido a padrões internalizados de moralidade. O julgamento está intrinsecamente ligado à nossa cultura machista que visa reprimir, rechaçar, diminuir, questionar seu caráter, valor e culpar a mulher pelo envio das imagens íntimas, eximindo a responsabilidade do autor da divulgação. O julgamento é tão intenso que é como se o autor da divulgação nem existisse, só há a mulher nesse cenário que, sozinha, precisa aguentar e se defender dos ataques por ter praticado o *sexting*. O peso do julgamento externo e interno não é somente de caráter individual, é sistêmico, perpetuado por normas culturais que visam controlar e regular a sexualidade feminina.

Alana relata que na sua comunidade escolar todos sabiam que suas fotos tinha vazado e que também tinham no celular, disse ter sentido o olhar de julgamento das pessoas a sua volta

Na escola eles mais olhavam, sabe? Só que o olhar de julgamento também é a pior coisa. E era toda hora. Porque todo mundo na escola sabia. Tipo assim, você não tem ideia. Você chegar na escola e todo mundo fica te olhando, sabe? todo mundo tinha no celular. **(Relato da entrevista de Alana)**

Em seu relato completa que os maiores julgamentos aconteceram por parte de outras meninas e que há uma hipocrisia por parte das mesmas, pois é como se todas que julgassem ocupassem o lugar de “santas”, como se nunca tivessem se engajado em alguma prática sexual, mas por ter fotos exposta pela troca de *sexting* Alana ficou marcada pelo signo da mácula,

conforme as próprias palavra dela, se tornou “o oitavo pecado do mundo” por viver a sexualidade e ser mulher

Os maiores julgamentos vieram por parte das meninas. Falaram que eu era vagabunda. Mas tipo, falam isso, mas é como se ninguém nunca tivesse feito isso, sabe? Tipo, caiu tudo sobre a Alana. A Alana é o oitavo pecado do mundo. Então, assim, eu senti uma pressão em cima de mim. **(Relato da entrevista de Alana)**

O julgamento interno aparece de maneira intensa no relato de Maria, que depois de fazer o boletim de ocorrência se sentiu uma “vagabunda” por ter mostrado seu corpo, por ter vivido os prazeres

[...] foi feito o boletim de ocorrência e saí de lá tipo “a culpa é minha, eu, eu me mostrei, eu mostrei meu corpo, eu deixei ele me filmar, eu sou uma vagabunda” era assim que me sentia... **(Relato da entrevista de Maria)**

Também completa que na faculdade aconteceu perseguições após a divulgação e que passou a ser questionada sobre seu valor e condutas por causa de seu trabalho, seu tipo de cabelo, roupas e estilo

Eu tinha uma ou duas pessoas que era as únicas que eu falava na faculdade que eram amigos em comuns, que acabaram vendo, mas eram pessoas que me acolheram muito. Só que acaba que tem repercussão né, o amigo do amigo ver... teve algumas perseguições na faculdade, falas do tipo: “ah então está explicado”, “ah eu já sabia que ela era prostituta... olha o cabelo dela, o estilo dela, a roupa que ela usa, tá explicado”, “aaaah, nota boa? vai saber, será não dormiu com o professor?”. **(Relato da entrevista de Maria)**

Maria também relata sobre como as pessoas passaram a lidar com ela depois da divulgação e pensa que o afastamento de certas amizades se deu pela crença de que Maria iria dar em cima de seus companheiros

[...] eu me sentia extremamente julgada, teve pessoas, amigas que viraram a cara pra mim, que pararam de falar comigo, que: “ah olha desculpa, não dá pra manter a amizade com você porque meu marido não vai gostar” mas no fundo eu sentia que era tipo assim “você vai dar em cima do meu marido”... (silêncio) é foda. **(Relato da entrevista de Maria)**

Fabiana diz que sua vida virou um inferno, que seu marido parou de conversar com ela e que proferia ofensas, e diz ter que levantar a cabeça para enfrentar a sociedade dia após dia

Meu marido não conversava comigo, só me xingava. Virou um inferno. Minha vida virou um inferno. Eu perdi tudo. E o duro que no outro dia você tem que levantar, ainda tem que erguer a cara e pegar o ônibus pra ir trabalhar. E eu sabia que a pessoa no ônibus ali, no celular, estava falando... **(Relato da entrevista de Fabiana)**

Também completa que o olhar das pessoas a fizeram sentir que ela não era “boa coisa”, que era o tipo de pessoa que todos deveriam tomar distância

Teve pessoas que se afastou, teve quem me xingou, entendeu? Tem a sociedade, em casa, muita gente olha pra você e tipo assim: “aquela você tem que manter a distância, porque ela não é boa coisa”, entendeu? É assim, você percebe muita coisa, dói... você olhar assim, às vezes, você vai conversar com algumas pessoas e parece que evita conversar comigo. Com essas pessoas, antes a gente conversava direto, hoje a gente não conversa mais. **(Relato da entrevista de Fabiana)**

Isso dá um sentido de contaminação de outras mulheres por atos de cunho libidinoso, assim como Alana que ficou marcada pelo pecado, pela sujeira. Petrosillo (2016, p. 48) também traz em sua pesquisa um relato com o mesmo sentido de uma adolescente chamada Vanessa, de 13 anos do 8º ano do ensino fundamental, no qual diz justamente sobre o corte de vínculo para não contrair a fama de “piranha” de uma garota que já se relacionou com vários meninos

Se menina fica com um garoto é piranha. Menino fica com faminha de pegador. Eu já tive muita faminha de piranha. Nesse grupinho que a gente tá, todo mundo já teve fama de piranha. Porque a gente ficamos com garotos, mas isso é normal, beijá na boca. E se você anda com uma pessoa que tem fama de piranha, você também é piranha. Fica com historinha. Igual eu, eu julgava sem sabê uma garota. [...] Ela andava toda empinada, com o shortinho aparecendo a bunda toda e com tipo um topzinho. Eu olhava, piranha e tal, aí ficava mexendo com ela. Até um dia que ela chegou pra mim, a gente começou a conversar, aí eu descobri que ela era piranha, porque ela deu pra rua toda. Ela começou a andar comigo, aí eu falei que eu não podia andar com ela porque ela tem faminha de piranha. Aí, eu parei de falar com ela.

Vieira (2018) trata que a sociedade ainda encara a manifestação da sexualidade – também a nudez - como vergonhosa, no qual os julgamentos e segregações são certos, e isso fica claro no relato da jovem Vanessa e entrevistadas Maria, Alana e Fabiana. Compreendemos que o fenômeno da divulgação desencadeará um rigor moralizante, no qual se atribui à mulher exposta a infâmia, desonra, o descrédito moral, a degradação social.

Lins (2019) trata que a intimidade é carregada de valores morais, normativos e prescritivos, bem como evoca associações diretas com a sexualidade, vergonha, pudor e

segredo. E quando essa intimidade é violada/exposta, as mulheres são julgadas de acordo com os valores presentes nas normas hegemônicas e condenadas por não serem eficientes na manutenção da sexualidade na esfera do segredo. A autora completa (2019, p. 112)

Os termos exposição da intimidade de mulheres evidenciam certa retórica de supervalorização da manutenção de uma aparência pública de recato, moderação, decoro e dissimulação, fiduciária de uma moral sexual dominante que hierarquiza práticas e desejos eróticos. Dentro dessa “moral sexual hegemônica”, a dignidade das mulheres seria tão mais ilibada quanto mais performatizada em termos de discrição, pudor e recolhimento. Exige-se que a intimidade sexual seja prescrita à esfera do sigilo sob o risco de severas punições morais.

O que se vê é que as mulheres reveladas se sentem marcadas, diminuídas, separadas por outras pessoas por manifestar sua sexualidade, o julgamento escancara tamanha hipocrisia, pois demarca uma dicotomia entre mulheres as santas e mulheres pecaminosas, sujas, contagiosas. A internalização desses julgamentos são tão intensos que podem distorcer a percepção que as entrevistadas têm de si mesmas sobre seu caráter e valor, como pode ser constatado no relato de Maria ao se sentir uma vagabunda por ter mostrado seu corpo. A sociedade com a perda de pudor recai sobre a mulher sem nenhum, e via de regra, acontecerá as represálias, condenações morais, assédio, intimidação, zombaria e desqualificação que, muitas vezes, são extremamente prejudiciais às pessoas expostas, tornando difícil o enfrentamento e o reconhecimento de que essas situações vivenciadas se trata de uma violência.

5.1.4 Culpa, vergonha, arrependimento e medo acerca da exposição da intimidade

EU TAVA ME SENTINDO MUITO CULPADA, MUITO CONSTRANGIDA, MUITO TRISTE, ARREPENDIDA TAMBÉM, MEDO DE ALGUMA COISA ACONTECER... Vanuza

A culpa, vergonha, arrependimento e medo trata de como as entrevistadas se sentem em relação a exposição da intimidade. Compreendemos que a sociedade vê as vítimas como as principais culpadas pela divulgação, com o típico e infeliz questionamento “mas por que você enviou?” e isso faz com que as vítimas se sintam como vilãs de uma trama que nunca desejaram viver, que sejam algozes de suas próprias vidas devido a essa experiência traumática. A culpa, vergonha, arrependimento e o medo acerca da exposição da intimidade foram retratados em diversos momentos entre as histórias das entrevistadas. São sentimento amplificados pelo julgamento social, o que torna a experiência um fardo terrível de ser

carregado. A relação com as redes sociais, conteúdos privados no celular também foi amplamente afetados, pois tudo que diz respeito as entrevistadas e que perpassa pelo virtual gera insegura, desconfiança, devido ao medo de toda cena se repetir e que não cessa.

Vanuza em seu relato retrata bem esse cenário, no qual possui o medo de se deparar com sua foto em algum lugar na internet e se sente também arrependida, por acreditar que não tinha muita noção na época que enviou as fotos. A culpa também é outro elemento presente, ainda que racionalmente entenda que não foi a culpada de tal violação

Até hoje, tipo assim, como eu falei, né, às vezes eu penso, eu tenho um pouco de medo de alguma coisa vazada voltar pra mim. Mas como faz muito tempo, eu espero que tenham me esquecido, né? Eu espero, então, é tipo assim, fico realmente com medo. Ainda tenho esse arrependimento, né? Um pouco de arrependimento pelo que eu fiz, mas eu não tinha muita noção, né? [...] A gente se sente culpado, né? Mas no fundo, a culpa não foi minha, que tudo é um contexto, né? [...] eu fico com medo de algum dia essas pessoas aparecerem. Assim, tenho esse receio, não medo, receio, porque já apareceram. Já mandaram uma vez, foi recentemente, a foto minha, só que eu excluí. [...] Claro que sinto um pouco de culpa ainda, [...] meio constrangedor até, às vezes falar... acho que é constrangedor lembrar da situação que eu vivi.

(Relato da entrevista de Vanuza)

Sobre o medo acerca de redes sociais, aparelho celular, Julia relata se sentir ameaçada ainda hoje, mesmo que não produza mais fotos íntimas, bem como vergonha, pois na época estava na faculdade e acreditava que as pessoas comentavam do ocorrido quando não estava presente, inclusive, de que seus colegas de sala não queriam mais conversar com a mesma

[...] nunca mais mexi com essas coisas de celular, de foto, de nada, tenho muito medo disso até hoje e tenho medo ainda de alguém acessar meu celular, sabe? Mas não tenho nada, é como se eu tivesse me sentindo ameaçada, assim, até hoje. **(Relato da entrevista de Julia)**

As pessoas da minha sala não comentaram para mim sobre isso, mas pelas costas todo mundo comenta, né? sentia muita vergonha, de como isso iria repercutir. [...] como que eu ia olhar para as pessoas, como que eu ia, se as pessoas não queriam falar comigo, pensava na época, já que na minha cabeça todos sabiam. **(Relato da entrevista de Julia)**

Maria também fala do medo que sente dessa experiência traumática voltar a se repetir, ainda que esteja em outro relacionamento, sente que não consegue ser a mesma em relação as manifestações sexuais e se esquivava quando seu namorado faz investidas por mensagens

[...] atualmente eu tô namorando e, e eu não consigo ter essa liberdade sexual sabe, as vezes começa, meu namorado manda uma coisinha mais picante por mensagem e eu já desconverso, eu tenho medo até de um print da tela e jogar isso na internet e eu ser julgada novamente. E ele não sabe até hoje, não consegui falar sobre isso com ele.. [...] o medo dele também me julgar, medo...
(Relato da entrevista de Maria)

Parte do elemento da culpa se deve ao esquecimento dos meninos ou rapazes que divulgaram a foto íntima, não é feito nenhum questionamento moral acerca de tal conduta criminosa, na verdade, segundo Petrosillo (2016) é raro. Esse esquecimento implica de a culpa ser designada somente às meninas, com a infeliz e perversa frase “de não terem se dado o respeito” – argumento fortemente presente nas falas tanto das moças quanto dos rapazes entrevistados pela autora.

Tendo em vista que, segundo Petrosillo (2016, p. 103)

Enquanto se espera dos rapazes um consentimento instantâneo a qualquer proposta sexual heteronormativa, das moças é desejoso que só consigam em “situações de segurança” dentro de um “relacionamento sério”. Entende-se aqui que o gerenciamento das concessões sexuais destina-se às mulheres, logo, serão elas as culpadas se algo escapa do script social.

Após a exposição de suas imagens íntimas, as meninas enfrentam um intenso processo de constrangimento social, frequentemente marcado por difamações públicas e estigmatização. Entre os termos depreciativos mais recorrentes estão adjetivos como “burra”, “boqueteira”, “piranha” e “puta”. Esses termos carregam uma forte carga moralizante, reforçando julgamentos de valor e caráter da mulher que, conseqüentemente, acabam por serem responsabilizadas e desumanizadas, perpetuando uma lógica de vergonha e culpa. Essa ação evidencia como as normas de gênero são utilizadas para controlar, disciplinar e punir comportamentos que fogem desses *scripts* sociais, especialmente da sexualidade feminina, o que promove um culto de humilhação e silenciamento das mulheres expostas.

Acerca da vergonha, França et al (2020, p. 235) trata que a mulher precisa superar a vergonha a cada momento que é solicitada a contar sobre o vazamento, acarretando maior peso e sofrimento sobre o trauma sofrido

[...] aqueles que têm suas imagens íntimas vazadas têm de superar a vergonha de contar sobre o vazamento a pessoas de seu círculo íntimo, como familiares e amigos; se quiserem ajuda profissional, têm de recorrer a terapeutas e advogados, a quem terão de expor voluntariamente sua intimidade; e, além disso, se pretenderem a resolução jurídica do conflito, têm de confiar o ocorrido a servidores do sistema policial e judicial – os quais,

majoritariamente, não têm preparo para esse tipo de atendimento. Esse processo em que a vítima acaba sendo exposta em múltiplas etapas pode produzir sua revitimização. Compreendida como uma violência institucional, a revitimização é deflagrada quando as instituições que deveriam proteger a vítima acabam reforçando o trauma sofrido.

No discurso da participantes entrevistadas, a chave da culpa emerge como um elemento central. O caminho do consentimento acaba por conduzi-las à autoincriminação. Nesse sentido, ocorre um descolamento do masculino no ato do desvelamento das imagens íntimas, transferindo o foco para si mesmas como protagonistas da ação. Esse movimento reforça uma internalização da culpa, levando as mesmas a assumirem a carga punitiva do ocorrido como se fossem responsáveis pela situação, enquanto a responsabilidade do rapaz é obscurecida ou minimizada. Como também, a vergonha experimentada pelas vítimas são frequentemente catalisadas pela narrativa social e moralizante que as culpam por não terem preservado seu corpo ou por terem confiado demais. A sociedade espera que o corpo feminino seja protegido por elas mesmas, logo, se sofre uma exposição, é considerada uma falha pessoal da própria mulher. Essa narrativa desloca a responsabilidade do agressor para a vítima, criando um ciclo de culpa, vergonha, arrependimento e medo, e isso pode levantar barreiras para o autocuidado e ações que visam responsabilizar o autor do vazamento.

5.2 NAS REDES DA DESPROTEÇÃO: DESINFORMAÇÃO E SOLIDÃO DAS VÍTIMAS.

ENTÃO COMO É QUE... COMO É QUE EU IA DIZER? EU SOFRI UMA VIOLÊNCIA, UMA VIOLÊNCIA CYBER, UMA CYBERVIOLÊNCIA? COMO É QUE EU IA FALAR DISSO? [...] COMO É QUE NEM TEM NEM ISSO?... Vanuza

Essa categoria retrata uma lacuna sobre o conhecimento das entrevistadas sobre ações de enfrentamento envolvendo exposição da intimidade e fragilidade das redes de suporte a esse evento. A desinformação coloca as vítimas em uma posição de vulnerabilidade. O que podemos ver é que todas as participantes não possuíam acesso a informações claras e eficazes para gerenciar as situações envolvendo *sexting* e exposição, fazendo com que tenham sido lançadas a obscuridade, ou seja, desproteção, sofrimento e solidão. Há uma normalização da violência, devido a nossa cultura machista que minimizam os sentimentos de busca por justiça, fazendo-as sentir que estão vivendo uma coisa banal, normal/esperada do universo masculino na própria sociedade, mas isso somente às silenciam frente a essa violação, devendo somente, administrar esse fardo pela culpabilização que lhes são atribuídas. Esse cenário revela como as

políticas públicas e apoio (se é que podemos dizer, no contexto da pesquisa, que o apoio e orientação foram dados) de instituições consagradas – família, escola, leis, delegacias – são machistas e ineficazes na lida desse fenômeno tão catastrófico e marcante na vida dessas mulheres.

5.2.1 Desconhecimento das redes de apoio, denúncia e proteção

NÃO SABIA NEM O QUE FAZER COM ESSA SITUAÇÃO... Julia

Acerca do desconhecimento das redes de apoio, denúncia e proteção, compreendemos que a exposição por ser uma violência que impacta significativamente os âmbitos sociais e emocionais das vítimas, causa um sentimento inércia, de se sentirem perdidas sobre o que fazer, tendo em vista que nunca pensaram que algo desse tipo aconteceria com elas. O que se vê é o desconhecimento da existência de delegacias especializadas em crimes virtuais, de sites que trabalham com suporte às vítimas e a falta de busca por orientações. Isso escancara uma paralisia na busca de recursos para se protegerem, de se defenderem. Das entrevistadas, o pouco conhecimento que as mesmas relatam foram adquirido após a divulgação do conteúdo e o único mecanismo possível relatado foi registrar um boletim de ocorrência (B.O) e procurar um advogado.

Isso pode ser visto no relato de Vanuza sobre não saber da existência de delegacias especializadas em crimes virtuais, dizendo que se acontecesse novamente iria registrar um B.O e procurar um advogado, isso revela uma falta de musculatura no trato de tal situação, no qual o conhecimento fica no superficial

Eu... Eu não sei sobre isso, mas eu acho que se alguma coisa vazasse de mim hoje, eu pegaria um print, tirava um print, eu levava essa página, essa coisa que postou até um posto policial. Algum posto policial que tem, não sei se existe posto no Brasil de violência para internet, é um posto policial só sobre isso, investiga coisas sobre isso, não sei, mas eu levo. Então, fazer um B.O e entrar com o processo.... Pedir a opinião de advogado, o que eu poderia fazer para retirar essa imagem, alguma coisa assim. **(Relato da entrevista de Vanuza)**

A desinformação também aparece em outro relato de Vanuza, denotando certa descrença em responsabilizar o autor da divulgação

Isso que é o mais difícil na internet, né? Você não tem como punir as pessoas. Você tem foto, tem o perfil, você pode achar eles, achar na internet, mas como

eu vou levar isso na polícia e vou dizer: “ó, aconteceu isso?” **(Relato da entrevista de Vanuza)**

O relato de Vanuza evidencia um dos grandes desafios em relação a intimidade violada: a dificuldade em responsabilizar os agressores e aquisição de mecanismos para isso. Na internet, o anonimato, o virtual complicam os processos de denúncia e punição, mesmo quando a vítima possui evidências como fotos e perfil do autor. Essa sensação de impotência diante do sistema jurídico é agravada pela falta de clareza sobre como proceder frente a esses casos, resultando no desamparo das vítimas. A frase: "como eu vou levar isso na polícia?" reflete a insegurança quanto à efetividade das autoridades em lidar com crimes digitais, a necessidade de discussão do tema, difusão e tornar esses saberes mais acessíveis.

Compreendemos que a situação de vazamento de imagens e a busca por procedimentos legais se faz complexa, pois mesmo após tomar conhecimento dos mecanismos formais, o caminho para buscar justiça é percebido como confuso, burocrático e desmotivador. Também há uma falta de confiança nas instituições de proteção, pois é possível ver um temor acerca das autoridades pela crença - por ser um “tabu - de que não vão compreender e não vão minimizar a gravidade da situação e isso pode contribuir para as vítimas desistirem de buscar ajuda e seus direitos. Como podemos ver nas falas de Joana e Regiane

Eu sei que precisa ir na delegacia de crimes virtuais e fazer B.O, depois disso eu não sei o que acontece, porque não foi uma experiência boa, acabei desistindo. **(Relato da entrevista de Joana)**

Assim, fazer um B.O na delegação de crimes virtuais e, fora isso, eu não sei o que eu faria, assim, o que eu tenho que fazer. [...] É porque, assim... É... É um tabu, né? **(Relato da entrevista de Regiane)**

Silva e Santana (2023) afirmam que a responsabilidade civil no cumprimento de sua função social de punir, prevenir e reprimir crimes de vazamento de conteúdos íntimos não têm sido efetivos, pois a sociedade atual desempenha um papel central na propagação de julgamentos e críticas direcionados às vítimas de vazamento. Essa postura não apenas perpetua a desinformação em massa, mas também cria um ambiente que encoraja os agressores a cometerem essas infrações. Isso ocorre porque eles se sentem respaldados por uma cultura que, frequentemente, responsabiliza as vítimas, minimiza a gravidade de seus atos e, em muitos casos, reforça a percepção de que não enfrentarão punições.

Conforme Silva e Santana (2023) a desinformação é o principal obstáculo para a conscientização das vítimas sobre a natureza criminosa dessa violação e punição dos autores.

Muitas vezes, elas desconhecem os procedimentos adequados a serem seguidos diante dessa situação, o que contribui para o aumento de casos não relatados e dificulta a busca de auxílio junto aos órgãos competentes. Esse cenário reflete os baixos índices de denúncias, condenações e indenizações, perpetuando a impunidade e o sofrimento das vítimas.

Acerca desse desconhecimento/desinformação das redes de apoio, mecanismos de denúncia e proteção, não pode ser visto de forma descolada/isolada, pois compreendo que essa condição está intimamente ligada ao funcionamento de sociedade machista e heteronormativa que dita normas, formas de relacionamento e do viver, a uma educação precária que não visa ações preventivas, mas sim ações repressivas, e isso se soma à subjetividade das mulheres que já vivem um emaranhado de sentimentos, contradições, ambivalências acerca da sexualidade, contribuindo para o afastamento de conhecimentos pertinentes sobre os modos de se relacionar com o corpo, de viver os prazeres e se protegerem, especialmente, quando se é vivida a prática do *sexting* e a exposição não consentida. Esse cenário age como uma barreira na recepção e apropriação desses saberes. Só se vê a importância dos mesmos quando a violência já aconteceu e o ínfimo conhecimento que essas mulheres têm é pouco contribuinte nas ações que visam o cuidado e proteção.

5.2.1 Ausência de Educação Sexual

EM NENHUM MOMENTO EU ME RECORDO DA ESCOLA FAZER ALGUMA PALESTRA, ALGUMA COISA, CHAMAR AS PESSOAS PARA CONVERSAR, PARA DIALOGAR, PARA ORIENTAR, ISSO NUNCA ACONTECEU... Julia

A ausência de educação sexual na escola reflete uma lacuna histórica que impacta significativamente a formação de crianças e adolescentes em temas fundamentais para o entendimento de sua própria sexualidade e proteção. Podemos ver a falta de formação e limitação de profissionais que estão na linha de frente para ensino de temáticas em sexualidade, na qual é reduzida a aspectos meramente biológicos, reprodutivos. Não se é abordado questões fundamentais como a construção de subjetividade que perpassa pelo gênero, sexualidade, tão pouco é pautado sobre relacionamentos e uso ético e responsável da tecnologia. Essa lacuna educacional perpetua o desconhecimento e o tabu em torno dos temas em sexualidade.

Acerca dessa ausência, Julia revela

Em nenhum momento eu me recordo da escola fazer alguma palestra, alguma coisa, chamar as pessoas para conversar, para dialogar, para orientar, isso

nunca aconteceu. Eu estudava em escola pública, então isso era muito mais difícil, não se tinha isso, assim, não se tinha essa orientação ali dentro, até mesmo sexual, não se tinha. Eu lembro que na época do ensino médio eu pesquisava muito sobre isso, porque eu achava muito legal, às vezes eu via na TV, em algum programa ou alguma coisa assim, eu falava, nossa, podia ter isso na escola, né? Porque faz falta. E nunca teve, nunca teve, nunca, nunca mesmo, não tinha. **(Relato da entrevista de Julia)**

O que podemos ver no relato de Vanuza e Alana é uma educação sexual do básico, ligada as matérias e biologia e ciências, no qual os temas de sexualidade se restringem ao ensino de aspectos biológicos da reprodução, sem abordar temas mais amplos como consentimento, relacionamento, prevenção de abusos, prazer, sexualidade e gênero. As poucas iniciativas relatadas limitam-se a palestras pontuais sobre uso de camisinha ou anticoncepcionais

Então, não cheguei a ter. Só teve uma vez uma palestra de uma horinha, eu acho só, explicando sobre o uso de camisinha e anticoncepcional, só isso. Só foi isso, foi há muito tempo. Mas foi isso na época de escola, fundamental ainda, foi uma vez só, foi rápido, quase não falaram direito, assim, muitas coisas, né? E nunca mais teve nenhuma educação sexual sobre isso, nada. Nunca mais falaram sobre isso na escola nenhuma, nem durante o ensino médio quando eu fui fazer o ensino médio falaram sobre isso, claro. **(Relato da entrevista de Vanuza)**

[...] A escola não tem isso. É mais o básico mesmo, né? Na aula de Biologia e Ciências que é... É, basicamente isso, que é terrível, né? Mas essas coisas assim na escola nem ensino, não. A gente aprende na marra. **(Relato da entrevista de Alana)**

Existe uma carência na abordagem integral dos temas em sexualidade, não há discussões de temas essenciais e atuais que estão presentes no cotidiano dos jovens. O que podemos ver é que o tabu em torno da sexualidade prevalece, especialmente em contextos educacionais mais conservadores, reforçando estigmas por meio de discursos moralistas – de uma cultura machista e sexista – com a ideia de que meninas devem se vigiar e se resguardarem das manifestações sexuais, pois além de condenáveis, se permitir a essas ações funciona como um qualificador de valor, enquanto os meninos possuem passe livre para essas vivências

[...] aula de educação sexual não, só aula de reprodução sexual mesmo, de colocar uma camisinha, mas em relação a abusos não... eu nasci em 91 né, tô com 32 anos, então no início dos anos 2000 era um tabu do caramba falar sexo, prevenção, sobre estupro. O que era ensinado em casa era “você é menina você tem que se preservar” então você se preserva, se o cara colocou a mão na tua bunda enquanto ele tá te beijando – você é uma vagabunda, então era tipo

fulana chupou um menino tal, nossa acabou com a vida da fulana, fulana não prestava pra mais ninguém. Não era ensinado que sexo era uma coisa normal, que menina tinha tesão como os meninos, isso não era ensinado. **(Relato da entrevista de Maria)**

Com a ausência de educação sexual no contexto escolar, os jovens buscam informações sobre sexualidade por conta própria em outras fontes, como programas de TV, internet, redes sociais, conversas com amigos, no entanto, essas fontes de conhecimento podem ser pouco confiáveis e, por vezes, inadequadas. Isso podemos ver no relato de uma das entrevistadas, no qual temas sobre práticas sexuais aconteceram em conversas com amigos considerados “mais experientes” sem um adulto para mediar ou corrigir informações equivocadas

Assim, eu sempre fui muito aberta em relação a isso, mas assim, não, não tive... a gente conversava entre amigos, eles sempre conversaram sobre isso. Eu conversava com meus amigos, como posso dizer, mais experientes..., mas no período escolar não tinha nada voltado pra educação sexual. **(Relato da entrevista de Regiane)**

Na minha época não tinha, na minha época a gente não tinha esse tipo de aula. E minha mãe nunca foi de comentar essas coisas. A gente aprendeu tudo sozinha. Então, essas coisas assim, a gente nunca teve. E onde a gente começou a falar, depois foi onde a gente foi aprender como funciona isso. Tem conversa com a amiga, né? Com a amiga daqui, a amiga dali. Foi onde a gente começou a aprender, mas foi isso daí... Não tinha orientação sobre essas coisas do sexo. **(Relato da entrevista de Fabiana)**

Ainda que os temas em sexualidade sejam negados pela escola, ela está em toda parte e indissociável a vida. Portanto, essa falha além de grotesca, gera lacunas significativas na vida dos jovens, pois não lhes são cultivados o senso crítico, o agir ético e respeitoso, com base em conhecimentos adequados sobre sexualidade e gênero, o que permite que os mesmos fiquem na desinformação e suscetíveis a situações violência.

Conforme Maia e Ribeiro (2011) a educação sexual na escola deveria ser um processo intencional, planejado e organizado, com o objetivo de oferecer ao aluno uma formação ampla e significativa. Essa formação deveria englobar a aquisição de conhecimento, reflexão crítica sobre questões sociais e culturais, bem como o questionamento de normas e preconceitos. Também deveria agir para promover a mudança de atitudes, concepções e valores, contribuindo para o desenvolvimento de uma cidadania ativa e consciente.

E mais, segundo os autores, a educação sexual deveria ser uma ferramenta na luta contra a homofobia e a discriminação de gênero, que contribui para promoção de um ambiente

escolar que respeita a diversidade. E para isso seria necessário intervenções realizadas por profissionais devidamente formados e capacitados, garantindo que o tema seja tratado com seriedade, ética e sensibilidade, como também o trabalho deveria ser planejado e sistematizado, com objetivos claros e ações bem delineadas que possibilitem informar, debater e refletir sobre as múltiplas dimensões da sexualidade com os educandos.

Acerca disso, Figueiró (2009, p.163) trata

[...] a educação sexual tem a ver com o direito de toda pessoa de receber informações sobre o corpo, a sexualidade e o relacionamento sexual e, também, com o direito de ter várias oportunidades para expressar sentimentos, rever seus tabus, aprender, refletir e debater para formar sua própria opinião, seus próprios valores sobretudo que é ligado ao sexo. No entanto, ensinar sobre sexualidade no espaço da escola não se limita a colocar em prática, estratégias de ensino. Envolve ensinar, através da atitude do educador, que a sexualidade faz parte de cada um de nós e pode ser vivida com alegria, liberdade e responsabilidade. Educar sexualmente é, também, possibilitar ao indivíduo, o direito a vivenciar o prazer.

Compreendemos que a ausência de uma abordagem crítica nas escolas contribui para o ciclo de desinformação e moralização acerca de condutas que perpassam pela sexualidade. A escola é um espaço fértil para transformação de concepções retrogradadas, mas, muitas vezes, é o lugar no qual as diferenças são transformadas em razões para o preconceito, perseguições e violência, se fazendo um espaço regulatório, de repasse e perpetuação de conceitos conservadores e hegemônicos.

Infelizmente, o que vemos é que o impacto da falta de educação sexual gera uma desvalorização do próprio corpo, devido a própria falta de diálogo sobre a sexualidade e normas de gênero que nos atinge, contribuindo efetivamente para percepções equivocadas e preconceituosas de qualificação, valor pessoal, especialmente entre as meninas. Como também promove o despreparo para lidar com situações de abuso, pois a falta de ensino leva ao não reconhecimento de situações de violência e o não saber como agir frente a elas. Os relatos das entrevistadas reforçam a necessidade de uma educação que vá além de aspectos reprodutivos e inclua aspectos emocionais, culturais e sociais da sexualidade, que possa ser introduzido na escola temas sobre consentimento, respeito, *sexting*, prazer e condutas sobre uso consciente, ético, responsável das ferramentas digitais.

5.2.3 Normalização da violência

PRA ELES ERA, TIPO, NORMAL. É PORQUE ERA UM HOMEM...

Vanuza

A normalização da violência retrata que a prática de vazamento de imagens íntimas é considerada como algo comum e, muitas vezes, banalizada tanto por autores da violação, quanto pelas vítimas e sociedade. O que vemos é que a sociedade absolve os responsáveis, especialmente, quando são homens, que tratam a exposição como uma brincadeira inofensiva, como uma coisa comum entre os “camaradas” e/ou consequência resultante da ação da vítima por ser ingênua ao enviar a foto. Isso cria um ambiente que encoraja a repetição da exposição. Nessa prática, compreendemos que o contexto de normalização está enraizado em uma visão patriarcal, de superioridade, que reduz as mulheres a objetos de consumo visual. As vítimas não são vistas como indivíduos com direitos violados, mas como corpos a serem explorados ou controlados, e essa normalização alimenta a violência e mantém as vítimas em uma posição de vulnerabilidade, perpetuando ciclos de abuso, humilhação e segregação.

Os relatos indicam que a exposição de imagens íntimas e o envio de fotos sensuais são frequentemente vistos como algo comum, que sempre tiveram ciência do ocorrido até o momento em que também foram vítimas dessa violência. Além disso, o compartilhamento de conteúdo de nudez de meninas é visto como uma prática normal entre os homens, como Vanuza mesmo diz sobre os rapazes “estavam acostumados”

Algumas meninas me falaram que também tinham enviado fotos, e pelo jeito era normal isso, de costume. **(Relato da entrevista de Vanuza)**

Mas para eles era tipo normal. É porque era um homem, eu imagino que eles estavam acostumados a fazer isso com outras meninas. **(Relato da entrevista de Vanuza)**

Também uma empatia tardia, no qual a vivência da exposição gera uma mudança de perspectiva sobre o que antes era visto como prática corriqueira, um escândalo a ser comentado, até sentir na própria pele o qual desastroso tal situação pode ser

[...] sempre soube de exposição. Até eu comentava, né? Nas vezes quando saiu alguma coisa, aí até o momento que eu senti na pele. **(Relato da entrevista de Fabiana)**

A exposição como algo recorrente pode ser visto no relato de Alana, no qual diz que quando aconteceu sua exposição, também ocorreu com outras meninas, dando uma sensação de que a situação além de normal é inevitável. O que vemos é que há uma resignação

em relação ao evento ao dizer que não será a primeira e nem a última vítima de vazamento

[...] na época que aconteceu comigo, aconteceu com mais umas quatro meninas também. Então, tipo assim, ao mesmo tempo que eu fico pensando que é normal, eu fico também imaginando como que não fica a cabeça delas, entendeu? Que eu não sou a primeira e eu também sei que eu não vou ser a única. Sabe? Mas é horrível passar por isso. **(Relato da entrevista de Alana)**

Há uma impunidade em relação aos agressores, pois a ausência de consequências reais para os mesmos reforça a continuidade e a normalização da prática de exposição na consentida. Nessa normalização, os homens que expõe encontram apoio de outros homens, por serem incentivados ou celebrados, em vez de enfrentarem punições e represálias dessa ação tão inconsequente

Hoje em dia são pessoas mau que fazem isso... As pessoas não estão nem aí de expor os outros. [...] E o homem não tem consequência nenhuma, porque eles aplaudem quem expõe. **(Relato da entrevista de Regiane)**

Dentro da situação de normalização dessa violação encontra-se as brincadeirinhas, piadinhas sobre o corpo, assédios, fazendo com que as vítimas enfrentem humilhações públicas devido a comentários desrespeitosos

Sempre tinha uma brincadeirinha no ônibus, sempre tinha. Eu lembro até hoje que tinha um moço, eu estava sentada no último banco do ônibus. Aí o cara pegou e falou assim, olha o peitinho como é que está? Sabe, tipo, zoando? Fiquei muito mal, minha vontade era de mandar o ônibus parar no meio da estrada, me descer e me deixar... **(Relato da entrevista de Fabiana)**

Em referência a esse contexto de normalização, Fucuta (2018) conta história de Bruna, uma adolescente de 12 anos, do sétimo ano de uma escola pública, no qual enviou fotos seminua para um colega da escola de quem gostava, Vinicius de 13 anos, da oitava série. Nesse cenário, Vinicius enviou uma foto de seu corpo tampando seu rosto, justificando o envio de tais conteúdos, com falas sobre conhecê-lo melhor e sobre confiança. Todavia, esse gesto não foi despropositado, pois o garoto também pediu o mesmo de Bruna, com falas que testavam confiança da mesma, dizendo: “quero ver se você também confia em mim; manda algo que só eu vou conhecer, ninguém mais” (Fucuta, 2018, p. 11), e assim aconteceu o envio das fotos.

Dias depois, as fotos da adolescente começam a circular por todos os celulares dos jovens da escola, até que uma professora fica sabendo de tal fato e procura a aluna para conversar sobre o ocorrido. Bruna, em desespero, disse que Vinicius teria dito que não mostraria

as fotos para ninguém. No dia seguinte, a professora convoca Vinicius e os pais para conversar e as alegações do mesmo foram de que se tratava de uma brincadeira, que não queria ofender ninguém, que era uma zoeira, que isso nunca havia acontecido e que não sabia que seus amigos iriam espalhar os conteúdos. No entanto, Bruna não era a única, havia fotos de nudez de pelo menos uma dúzia de meninas no notebook de Vinícius e isso pegou os pais do mesmo desprevenidos, uma vez que nunca desconfiaram desse tipo de conduta do filho (Fucuta, 2018).

Essa história só demonstra como o compartilhamento não consentido e armazenamento desses conteúdos se faz normalizado, não passando de uma brincadeira entre amigos, uma zoeira, sem ser considerada a imagem e dignidade da pessoa em questão. Ficando claro que assuntos dessa ordem não são discutidos com jovens, tão pouco trabalhados dentro e fora dos muros da escola. No caso de Vinicius, não ocorreu orientação e nem supervisão de seus comportamentos e condutas irresponsáveis a partir do uso das mídias digitais. Isso revela a importância do ensino em educação sexual que – discutida anteriormente – se levada à sério e abordada de forma adequada, pode transformar a vida de jovens com mudanças de atitude, perspectiva e construção do senso crítico. Transformando outros “Vinicius” em rapazes responsáveis, éticos e empáticos com os outros, suas particularidades e intimidades.

No entanto, nesse cenário evidencia um passe livre em relação as manifestações sexuais dos meninos e uma regulação em relação as meninas, como também revela a internalização de uma cultura machista e condutas de um adolescente que visa performar uma masculinidade hegemônica, no qual os corpos de meninas são usados como recursos para atingir esse intento.

A exposição íntima, embora tenha ganhado caráter público com o advento da internet, possui origens históricas que remontam práticas milenares de controle e punição da sexualidade feminina. Desde a Roma Antiga, as mulheres são submetidas a humilhações públicas devido à transgressão das normas sociais relacionadas à sexualidade, evidenciando que essa prática tem sido um recurso recorrente e antigo para reforçar o controle sobre os corpos e comportamentos de mulheres (Souza; Alberto, 2022)

De acordo Souza e Alberto (2022) ao longo da história da civilização ocidental, as regras que regem a sexualidade feminina apresentam pouca variação, mesmo em diferentes contextos geográficos e culturais. Essas normas incluem a condenação do sexo fora do casamento, a imposição da virgindade como valor moral e a repressão da expressão do prazer e desejo feminino. A transgressão dessas regras resultava, e ainda resulta, na exposição pública como forma de punição e controle, perpetuando um sistema de coerção social. Mesmo com os avanços que foram conquistados, essas práticas se adaptaram e encontraram um terreno fértil

nas mídias digitais, refletindo a persistência de estruturas normativas que regulam corpos e limitam a liberdade de expressão dos desejos femininos.

Portanto, compreendemos que nessa normalização há uma cultura de humilhação e controle, gerando nas vítimas sentimentos de vulnerabilidade, humilhação e objetificação. A exposição é usada como uma maneira de controlar e punir mulheres, isso porque os homens bem sabem que a sociedade está a seu favor, devido a uma norma desigual que os beneficia. A exposição íntima de fotos e vídeos é uma maneira de afirmar poder sobre corpos femininos, escancarando uma visão de propriedade sobre eles. O que é possível ver é que na cultura masculina a situação de vazamento possuem duas faces: ou não passa de algo “banal” para entretenimento entre os camaradas – que conseqüentemente tal situação torna-se descontrolável e pública – ou com propósito-mor de punir mulheres. No entanto, ambas condições retratam o machismo e sexismo em pleno funcionamento, com faces “moderninhas”, tendo em mente que, com os avanços tecnológicos, também se alteraram/atualizam as várias formas de violentar o outro.

5.2.4 Despreparo dos profissionais que deveriam atuar em rede de proteção

EU PRECISARIA TER MUITA PACIÊNCIA PRA LIDAR COM ISSO. PRA LIDAR COM O FATO DE QUE EU VOU TER QUE CONTAR ESSA HISTÓRIA PRA ALGUÉM QUE TALVEZ NÃO VAI ENTENDER... Julia

Sobre o despreparo dos profissionais que deveriam atuar em rede de proteção, os relatos evidenciam a falta de preparo e sensibilidade de instituições e profissionais no acolhimento de vítimas de vazamento de imagens íntimas. Essa situação agrava o impacto emocional e a sensação de abandono das vítimas, além de desestimular denúncias e busca por justiça. As delegacias de crimes virtuais e da mulher, em especial, possuem atendimentos insensíveis, moralistas, preconceituosos e revitimizantes, mostram desinteresse em relação a situação de vazamento, como se fosse pouco importante. Já a escola se mostra omissa e negligente com tal violação, não possuindo nenhuma atitude que visa acolher alunos, tão poucas ações sistematizadas de trabalho para conscientização de condutas mal-intencionadas.

A falta de empatia e profissionalismo pode ser visto no relato de Joana e Maria, no qual os atendentes lidam com o crime de exposição de forma insensível. Na delegacia da mulher, Maria relata que sofreu julgamentos de cunho moral, com discriminação de valor e com comentários que visam culpá-la por tal questão, fazendo se sentir ainda pior

[...] eu e meu amigo fomos para a delegacia da mulher fazer o boletim de ocorrência... e vem aquela coisa de “ah por que você filmou? Ah, você não devia ter filmado, você tem que se resguarda, você sabe que a internet é uma terra sem lei; ai por que você não apago; ai por que você não sei o que, não sei o que...” [...] ai eu saí de lá me sentindo pior... **(Relato da entrevista de Maria)**

Joana relata que na delegacia de crimes virtuais não era um ambiente acolhedor, que se incomodava com a forma de atendimento, pois não possuíam nenhum cuidado com a situação e que todas as vezes que recebeu atendimento, foi realizado por homens, e essas condições foi desestimulando Joana a seguir cobrando justiça pela violação que sofreu

[...] Ia com muita frequência e depois eu fui ficando desestimulada. Eu fui ficando desestimulada porque não era um ambiente legal, era um ambiente onde todo mundo que me atendeu dentro da delegacia eram homens, eram homens que não tinham cuidado na hora de falar. Quando eu precisava voltar lá, pra verificar a minha situação, eles tinham uns documentos que simplesmente eram todas as fotos e impressas grande e ficavam conversando comigo e eu vendo as minhas imagens na mesa... **(Relato da entrevista de Joana)**

Também é possível ver que essas instituições deturpam as prioridades, pois a exposição íntima é tratada como um problema menor e também normalizada, com a justificativa de que há crimes mais urgentes a serem resolvidos

Eu tentei, eu fui fazer o boletim de ocorrência na delegacia de crimes virtuais, mas não consegui nada. [...] Eles diziam que tinham urgência como clonagens de cartão, saques em banco, né? Então, o que eles usavam é que tinham outras prioridades que a minha, no momento, que o que aconteceu comigo era muito comum acontecer. **(Relato da entrevista de Joana)**

A ausência de suporte também pode ser visto no contexto escolar, conforme o relato de Julia. A escola deveria ser um espaço de proteção, mas o que vemos é a negligencia da equipe escolar em relação a isso, permitindo a perpetuação do bullying, cyberbullying e isolamento social de meninas que sofrem exposição

[...] a escola não fazia nada. Nada. Todo mundo era negligente, os alunos zoavam as pessoas, todo mundo, era o assunto da semana e a pessoa era humilhada, e assim, aí acontecia, ninguém queria ficar com aquela pessoa mais, porque ela não era digna de ter um relacionamento, aquela pessoa não era digna, a pessoa ficava isolada, não tinha amigos, ninguém ia conversar com aquela pessoa, e aí se passava um tempo, depois esquecia porque novos fatos aconteciam, mas tinha muito bullying com essas pessoas e a escola não fazia nada. **(Julia)**

De acordo com Pessoa et al (2017) e Quirino et al (2021) a escola pode desempenhar um papel crucial na vida de jovens que sofrem violência, funcionando como um espaço potencial de acolhimento e suporte. Quando adolescentes se sentem amparados pela escola, há um aumento significativo no desenvolvimento de recursos sociais e psicológicos que ajudam a lidar com os efeitos negativos de situações que violaram seus direitos. Esse acolhimento é essencial para promover resiliência e minimizar os impactos emocionais e sociais da violência.

Conforme Duarte (2022) é fundamental que as escolas incorporem e ampliem a discussão sobre práticas como o *sexting* e divulgação não consensual de imagens íntimas, que também adote medidas de redução de danos e promova uma abordagem integrada com as famílias e equipe escolar, pois a forma como essas instituições reagem a esses casos pode ser determinante para o fortalecimento subjetivo das vítimas ou, inversamente, para a intensificação de seu sofrimento.

Souza (2017) em sua pesquisa também revela preocupação sobre o preparo dos profissionais da área jurídica, em especial, de policiais, para lidar adequadamente com casos de denúncias de exposição na internet. Trata que os profissionais responsáveis por acolher as denúncias podem estar influenciados pelo senso comum, desconsiderando a gravidade das situações relatadas e essa postura pode resultar que as denúncias não seja feitas, deixando as vítimas em uma situação de completo desamparo. No caso de nosso estudo, as motivações pessoais dos atendentes não possibilitou que Joana tivesse seu caso solucionado, uma vez que alegaram outras urgências. Essa falta de suporte não apenas agrava o impacto psicológico e social da violência sofrida, mas também gera a sensação de impunidade para os agressores.

Ferreira (2024, p. 65) trata que a revitimização propiciada por agentes do Estado acarreta maior sofrimento às vítimas, isso porque

[...] a pessoa é rechaçada no ambiente em que buscou por acolhimento, justamente dos representantes do Estado, que teoricamente deveriam lhes garantir justiça e proteção dos seus direitos. Isso já é suficientemente grave quando se refere a qualquer direito, mas torna-se ainda mais delicado quando se tratam de assuntos relacionados à intimidade e vulnerabilidade feminina.

Isso ocorre porque a justiça foi construída por moldes fundamentalistas e machistas. Assim, é possível compreender por que ela se torna um dos elementos institucionais que, em vez de combater, acabam por fomentar a violência de gênero. A falta de preparo adequado e a influência de discursos moralizantes resultam em uma justiça que falha em acolher as vítimas e em punir adequadamente os agressores. Esse problema, no entanto, não se limita ao sistema judiciário. Outras instituições que desempenham um papel central na formação da sociedade

moderna também contribuem para a manutenção do machismo e julgamentos sociais (Ferreira, 2024). Dessas instituições podemos apontar a escola, a família e os meios de comunicação que também se estruturaram e são sustentados por discursos morais normativos. Essas instituições acabam reforçando estereótipos e preconceitos que influenciam diretamente os julgamentos sociais e as respostas institucionais a casos de violência.

Diante desse cenário, o que vemos são barreiras institucionais, um ambiente insensível e hostil, falta de ações efetivas para a lida dessa violação e desesperança, pois as vítimas enfrentam dificuldades práticas e também emocionais quando se deparam com um sistema institucional falho, que não está preparado para oferecer suporte adequado. Ainda que seja direito da mesmas serem amparadas por essas instituições, não é um lugar no qual se encontra respostas e justiça, mas sim um ambiente que agrega mais dor nessas mulheres que já estão em sofrimento. Essa falta de espaço acolhedor e seguro faz com desistam do processo de denúncia. Mesmo que encontrem respaldo nas leis e seja dever do Estado dar conta dessas demandas, vemos que aos profissionais na linha de frente, com seus julgamentos, preconceitos e opiniões pessoais, atrapalhando esse processo, como também diminuem a gravidade desse crime ao serem seletos com os casos, ao ditarem o nível e ordem de prioridades.

5.2.5 Culpabilização das vítimas

O MEU PAI DISSE QUE AQUILO TINHA ACONTECIDO PORQUE EU PROCUREI... Joana

A culpabilização aborda a prática sistemática de responsabilizar as mulheres pelo vazamento de suas imagens íntimas, agravando o impacto emocional e social às vítimas do crime. Compreendemos que esse é um mecanismo central de distorção e deslocamento da responsabilidade dos agressores para as vítimas, perpetuando a violência, impunidade e isolamento das vítimas pelo pouco apoio que encontram. Comentários como “você deveria ter se preservado”, “você foi imprudente”, “como você deixou isso acontecer?” passa ideia de “crime” pela sexualidade desvelada, revelando as normas de gênero em pleno funcionamento e reforçando estigmas pela ideia de que as mulheres expostas pediram por seu próprio sofrimento, que falhou na função antiga e “obrigatória” de se guardar, e portanto, terá de aguentar as consequências por ter feito o que não devia.

Os relatos mostram que, em vez de responsabilizar os agressores pela exposição, familiares, amigos, colegas dirigem à vítima questionamentos e julgamentos que lhe atribuem culpa, ignorando todo o contexto de violência e sofrimento que estão enfrentando

[...] eu trabalhava no banco, eu era menor aprendiz quando aconteceu. Eu não sei se os gerentes ou alguém mais velho do banco soube, mas o pessoal que era menor aprendiz, que era um cargo mais abaixo, eles souberam. Eles falavam: “Bia, como você foi fazer isso?”, “Como que você deixou acontecer isso?” Sabe? ficava nesse julgamento... Como se tivesse controle disso, sabe? como se eu falasse: “não, tá bom, vou te mandar um nude, pode mandar isso pra todo mundo que você quiser e eu não ligo”, entendeu? **(Relato da entrevista de Alana)**

Dentro do contexto familiar também podemos ver como são severos tais apontamentos e que de uma mulher de “família” espera-se comedimento, parcimônia, comportamentos pautados em valores tradicionais, ficando nas entrelinhas que escândalos sexuais não são tolerados dentro da casa, da família, mas que são esperados de mulheres desestruturadas, marginalizadas, “da rua”

Só minha mãe que quase me matou, [...] ela falou que eu sou uma pessoa casada, que: “onde já se viu fazer um negócio desse. Você tem família, tem marido, tem filho, se expor desse jeito.” **(Relato da entrevista de Fabiana)**

Vemos também que o descumprimento das normas de sexualidade e gênero implica na expectativa de que a vítima assuma total responsabilidade pelo ocorrido, como se o ato de enviar imagens íntimas fosse o próprio crime

Minha mãe me julgou no primeiro momento [...] e minha irmã também na época foi muito preconceituosa, porque eles achavam que mulher não podia mandar foto e fazer nada disso, que se você mandou você tem que arcar com as suas consequências... falavam: “por que você mandou, você não tem que mandar”. **(Relato da entrevista de Julia)**

E o meu pai, ele foi uma das primeiras pessoas, no contexto familiar, que disse que aquilo tinha acontecido porque eu procurei. Que tipo de pessoa tem uma foto dessa no celular, né? **(Relato da entrevista de Joana)**

Manoel, Lordello e Pessoa (2020) tratam que é comum que as vítimas sejam culpabilizadas pela exposição íntima devido a condição de consentimento no *sexting*, e isso faz com que socialmente sejam consideradas responsáveis pelo compartilhamento das imagens. Todavia, o fato de a mulher ter enviado o conteúdo de nudez, não anula a violação de privacidade cometida pelo autor do vazamento que, sem seu consentimento, tornou esses conteúdos públicos. Conforme Gonçalves e Almeida (2018) essas atribuições de culpa à mulher acontece em função da estrutura machista da sociedade e se manifesta como forma de reação

negativa por parte de familiares, amigos, mídia, profissionais da saúde e que trabalham com saúde mental, policiais e operadores do direito.

De acordo com Deslandes (2022), a exposição não consentida de conteúdos íntimos, tem impactos profundamente assimétricos conforme a posição do gênero da pessoa envolvida. Quando a vítima é uma mulher torna-se alvo de rótulos morais negativos que passam a definir sua identidade pública. Rótulos de “vagabunda”, “puta”, “piranha” ou “menina que não se valoriza” são frequentes nessas situações, assim, a mulher que sofre exposição passa a viver um ciclo de desvalorização social, sendo atribuído uma culpa que não deveria recair sobre ela.

Esses rótulos se baseiam nas normas de gênero que associam o valor feminino à preservação de seu corpo e de seu nome, pelo quanto a mulher se guarda e se relaciona - critérios historicamente utilizados para controlar a sexualidade das mulheres. Assim, a mulher é colocada como responsável não apenas pela preservação de sua própria imagem, mas também pela manutenção de valores morais que a sociedade impõe de maneira desigual, enquanto os homens que participam ou fomentam tais práticas, não são julgados com a mesma severidade, tão pouco são mencionados nessa situação. O crime pela sexualidade desvelada é tamanha, que é como se os autores da divulgação não existissem, isso é possível ver ao longo dos relatos das participantes.

Conforme Souza (2021) a cultura tem em seu cerne uma narrativa pronta da mulher que ousa exercer sua sexualidade, um discurso que a coloca como vilã, impura e subversiva, de uma mulher que merece ser exposta, assediada e agredida por descumprir as normas culturais. Justificando assim, sua culpa por tal violação e gerando ainda mais um sentido de impunidade. Cisne e Oliveira (2018) apontam que com a cultura de exposição e humilhação das mulheres estabelecida, o processo de culpabilização gera uma invisibilização das vítimas, que dificulta a identificação dessas mulheres como vítimas de violência, deslegitimando suas experiências e sofrimentos. Esse processo de culpabilização, segundo Bates (2017), pode empurrá-las a um impactos emocionais severos.

Compreendemos que a exposição íntima não opera unicamente como uma punição direta à mulher que transgride as normas sociais, mas também como um instrumento de controle e manutenção da normas de sexualidade e gênero e vemos acontecer claramente por meio da culpabilização. Ao transformar essa situação em exemplos ideais – sobre o que não se deve fazer e as consequências que serão advindas disso - a sociedade se valerá delas como ferramentas de dissuasão para as outras mulheres, sinalizando que qualquer tentativa de ultrapassar os limites impostos à sexualidade feminina pode resultar em consequências

devastadoras.

O que podemos ver é que a culpabilização contribui para a desvalorização pessoal e a dificuldade de retomar a normalidade após o ocorrido, pois os impactos emocionais, sociais e dificuldade de reparação são certos. Os discursos desqualificadores que se fundem a identidade das vítimas, atuam na atribuição de culpa e controle da expressão da sexualidade feminina, fragilizando a autoestima e fazendo com que também internalizem narrativas de que errou. Como também a culpabilização reforça estereótipos que associam as mulheres a comportamentos imorais, desonrosos, quando cometem o “crime” de expressarem sua sexualidade, fazendo com que seja completamente ignorado a complexidade de suas experiências, sofrimentos que enfrentam e de que foi cometido um crime contra suas privacidades.

5.2.6 Sentimento de desvalia, impunidade e revolta

UM LIXO... USADA, SABE, UM PEDAÇO DE CARNE SEM VALOR, TOTAL... [...] É ASSIM QUE A GENTE SE SENTE... Maria

Se trata dos sentimentos desencadeados nas vítimas que estão atreladas às consequências emocionais, sociais e institucionais dessa violação. No relato das participantes encontramos um intenso sentimento de desvalorização pessoal e social, no qual os estigmas associados à exposição íntima reforçam a ideia de uma dignidade comprometida. Os sentimentos de impunidade e revolta emergem do peso das normas sociais recaindo sobre suas costas, ou seja, da culpabilização e consequente esquecimento do autor do vazamento, pela injustiça e impactos que essa violação teve em suas vidas como um todo.

Conforme os relatos das participantes demonstram, o vazamento de imagens íntimas leva a uma profunda sensação de desvalia e perda da dignidade, devido aos ataques, humilhações com base em suas imagens públicas, acreditam que a sociedade as vê de forma depreciativa independente de suas intenções ou contexto. Ainda que em alguns espaços as pessoas não conheçam a situação da exposição, as vítimas carregam uma sensação de serem observadas, de que todo sabem da exposição e que estão falando coisas ruins de sua pessoa

[...] perca da minha dignidade, de ser olhada e ser diminuída, aonde eu fosse, mesmo pra quem não sabia, era assim que me sentia... [...] acho que a repercussão, foi, sei lá, o peso, a culpa e a raiva. **(Relato da entrevista de Maria)**

[...] eu perdi o que eu conquistei, perdi minha vida, eu mesma. Eu fiquei doente na época, porque não tem explicação. Eu falei assim, você cai de um jeito que... Aí você olha a sociedade criticando, todo mundo falando mal de você, e você fala assim “gente, não era assim, por que eu estou passando por isso?” E eu falei assim, “eu não fiz isso, por que estão criticando desse jeito?” Para a sociedade eu sou uma qualquer. A que sai com um homem casado, que sai com um cara daqui e dali. Na sociedade eu era isso daí. **(Relato da entrevista de Fabiana)**

A impunidade e revolta não se dá somente pela ausência de responsabilização jurídica dos agressores, mas pelos impactos emocionais e sociais, pela culpabilização que sofrem, e esses sentimentos são manifestados por meio da raiva, da inconformação, da sensação de injustiça, pois se comparada a ação de punir juridicamente com as repercussões e perdas que as vítimas enfrentam, podemos dizer que essa violência é irreparável, ainda que a denúncia e punição sejam importante para amenizar os danos e mostrar para o sujeito que divulgou que essa ação terá consequências, essa conta ainda não fecha. Das entrevistadas, Maria foi a única que conseguiu reparação pela via jurídica, mas conforme o relata, vemos que ainda que a justiça ainda não foi feita, que não se sente vingada, reparada

[...] eu não vou negar que eu ainda tenho um pouco de culpa... a culpa de ter confiado, raiva... muita, muita raiva... e frustração, sabe, tipo, pra que, não tinha necessidade de fazer isso, eu acho que é mais a raiva, a raiva é o pior deles, é que ainda me sinto como se eu não tivesse me vingado dele ainda, de não ter pagado, ele ainda não pago, sinto que ele ainda tá impune, só quem sofreu foi eu, ele ainda não pago... **(Relato da entrevista de Maria)**

Sobre a impunidade e revolta podemos ver que Julia em seu relato demonstra uma inconformação e uma vontade de reparação, como também deseja que ao longo da vida o autor da divulgação sofra punições do mundo, por não aceitar uma pessoa “desse tipo” conseguirá tudo o que quer. Podemos ver que o descrédito que sofreu a faz se sentir desesperança nas pessoas a sua volta

Penso ainda ter vontade dele pagar por isso de algum modo, nem que seja com prisão, mas que a vida dê pra ele de volta isso, de algum jeito, sabe? Não é possível que uma pessoa dessa vai conseguir assim, ter tudo que quer, fazer tudo que quer... [...] ainda tenho medo. Deixou marcas, assim. [...] então foi isso que eu senti com as fotos, assim, medo. Demorou muito para publicar fotos minhas de novo na rede social, muito. Então isso me deu muito... Eu não sei, eu não digo que foi trauma, mas eu tive muito sofrimento. [...] eu acreditava mais nos outros, eu tinha uma esperança maior nas pessoas, hoje tenho pé atrás com todos, até das pessoas que tenho intimidade na minha vida, eu descredito muito nelas. **(Relato da entrevista de Julia)**

Conforme Souza (2021) a prática da exposição íntima por parte do agressor é uma ferramenta de controle sobre a vida e sexualidade da mulher. Ainda que a exposição íntima não aconteça apenas nas relações íntimas - podendo ser praticada por pessoas desconhecidas - quando praticada dentro desse contexto, acentua um sentido de poder, de posse do homem sobre o corpo feminino, poder esse propiciado por instituições e seus discursos que fundamentam ações e comportamentos distintos entre os gêneros. Motivado ou não por uma frustração, decepção, o agressor se sente no direito de usufruir do corpo da mulher para propiciar humilhação, de modo a performar sua masculinidade através da violência. Bem como, age seguro de sua impunidade, contando com o processo de culpabilização das vítimas como um justificador de suas ações.

O que o agressor bem sabe é que essa ação impactará diretamente todos os aspectos da vida das vítimas, segundo Silva e Santana (2023) sejam eles profissionais, acadêmicos, sociais, familiares e amorosos, bem como seus direitos de personalidade que envolvem privacidade, honra, imagem, integridade física e psíquica. Nesse sentido, a vítima passa por tamanha hostilização, humilhação e críticas por ações de um outrem que agiu diretamente para sujar sua imagem e honra perante a sociedade, que as fazem sentir desvalidadas, sem voz, sem dignidade.

Patrocino e Bevilacqua (2021) compreendem que a vergonha e culpa são instâncias geradoras do sentimento de desvalia, devido aos códigos sociais de papéis de gênero. Tratam que a pessoa envergonhada se engaja ativamente em autocrítica e se torna conivente com as humilhações dirigidas a ela. O juízo moral não se limita às avaliações da ação ou de intenções dos sujeitos, como também atribui valor à pessoa em questão. Nesse sentido, a honra da mulher exposta se deturpa pelo desvalor que sofre do meio social, fazendo com que se culpe, uma vez que o *sexting* partiu de sua própria ação. Isso pode ser visto em um dos relatos no estudo das autoras: “Eu fico pensando, porque fui eu que fiz aquilo, fui eu que tirei foto, fui eu que destruí a família, fui eu que... Eu falava pra mim, e coloco pra dentro, sabe, de mim, como se fosse eu mesma.” (p. 05), como também podem ser constatados no relato de Joana que se sente um lixo e que as críticas dirigidas a ela a fizeram questionar até suas qualidades enquanto mãe.

Compreendemos que isso entra num universo extremamente complexo, no qual todas as redes – emocional, psicológica e social – se colidem e o agressor acaba por ficar de pano de fundo da situação, pois uma vez que a vítima recebe do meio social ataques sobre seu caráter, valor e também culpabilização, terá que reunir forças para enfrentar esse cenário, fazendo com que o real culpado saia de vista nesse primeiro momento. Esse efeito por si só já confere um sentido de injustiça para essas mulheres, como também pode fazer com que nunca procurem

punição devida do autor ou desistam de tal processo, vivendo assim, um sentimento de impunidade irreparável. De acordo com Silva e Santana (2023) é justamente pela ciência desse caos e pelo sentido de anonimato propiciado pelo virtual que o agressor se sente encorajado a cometer tal violação.

Isso se confirma nos apontamentos de Siqueira (2021, p. 08) ao dizer que a impunidade somada a facilidade de não precisar estar cara-a-cara com a vítima faz com que inúmeros agressores ocupem os espaços das redes sociais com esse tipo de conteúdo, com o propósito de “agredir, expor, vilipendiar, vituperar e difamar suas vítimas.” O podemos ver nos relatos das participantes, é como essa ação foi danosa para percepção que elas têm de si após o evento, promovendo uma alteração significativa de seu valor, caracter e minando sua confiança e a que tem nos outros.

E como não se revoltar frente a isso? Nessa situação a mulher sente que o mundo inteiro está contra ela. Há um agressor que tão pouco é lembrado, há os ataques contra sua imagem e que podem fazê-las acreditar que são verdades sobre si, há uma sociedade hipócrita, moralista e preconceituosa que na primeira oportunidade lança todos os seus males quando suas pedidas não são atendidas, há influência de ações humanas em leis, procedimentos judiciais que impedem que exerçam de forma livre seus direitos e que estes possam ser reparados. Então, como não se afetar? Todas essas coisas acarretam sofrimento psíquico e solidão pela falta de amparo.

5.2.7 Sofrimento psíquico

TIVE CRISES DE ANSIEDADE, EU TIVE MUITA DOR, NÉ?! NÃO FOI FÁCIL, NÉ?! TER QUE SUPERAR, TOMAR MEDICAMENTO PARA AS CRISES QUE EU TINHA... Fabiana

O vazamento de imagens íntimas afeta profundamente a saúde mental e emocional das vítimas. O impacto emocional é tão intenso que propicia ansiedade, pânico, insônia, depressão, paranoia, abuso de medicamentos, afastamento de redes sociais, amigos e familiares, como também altera a forma como as vítimas se relacionam com os outros, criando barreiras emocionais que dificultam a confiança e a construção de novas conexões. A solidão enfrentada pelas vítimas também é resultado de um contexto social que minimiza suas experiências, e isso faz que se isolem e se sintam sem recursos para buscar ajuda, devido ao medo do julgamento social e redes de apoio falhas.

Conforme o relato de Alana podemos ver as profundas repercussões emocionais e

psicológicas que uma exposição íntima pode causar, evidenciando como essa experiência afeta diversos aspectos da vida de uma pessoa. Em seu relato podemos ver que relaciona as crises ansiosas e de pânico a situação do vazamento. De acordo com sua descrição, podemos ver claramente a manifestação desses sintomas ansiosos, como pensamentos intrusivos, sensações físicas como palpitações no peito, falta de ar, tremedeira, suar frio, imaginar cenários catastróficos. Essa paranoia, conforme mencionado, reflete na dificuldade em se desligar do evento traumático e seguir em frente sem que isso interfira sua vida pessoal e amorosa

Isso me gerou muita crise de ansiedade, muita crise de pânico... Vou falar o fato que aconteceu ontem... Se eu pegar pra deitar e eu pensar nisso, eu não durmo! Até hoje. Até hoje! Meu coração acelera, falta sair pela boca aqui, eu começo a suar, sabe, começo a tremer, inventar coisas que nem aconteceu, sabe? Criar coisas ruins. É, tipo criar a verdadeira paranoia na minha cabeça. Então isso interfere muito na minha vida pessoal, na minha vida amorosa, com o meu relacionamento, porque eu fico nessa de eu conto ou não conto. É... Minha cabeça emocionalmente também, às vezes eu não fico bem com isso. Sabe? Porque é o dia inteiro essa coisa martelando na nossa cabeça. [...] eu não consegui controlar meus pensamentos. Às vezes eu não quero pensar e eu acabo pensando. **(Relato da entrevista de Alana)**

Eu fico mais pensando, sabe, em hipóteses, tipo “ah, mas e se acontecer isso? E se alguém tiver essas fotos ainda?”, [...] essa semana passada, eu me peguei chorando por causa disso, sabe? Porque do nada eu estava no trabalho assim, aí eu fiquei quieta por um tempo, falei “tá, mas e se acontecer de novo?” Aí já começou a me dar aquela ansiedade. Eu já comecei a pensar comigo, né? Falo: “Alana, calma, não tá acontecendo isso, não é a realidade de agora. Já passou”, mas a nossa cabeça ela é a nossa pior inimiga, né? Ela cria coisas que podem não ter acontecido, mas eu já tô sofrendo desse fato. Então na minha vida interfere tudo. **(Relato da entrevista de Alana)**

Alana expressa um dilema interno sobre contar ou não sobre o ocorrido para seu namorado e isso não permite que ela se sinta em paz. Entendemos que também teme uma reação negativa, julgamento ou rejeição que pode vir de seu parceiro, uma vez que a sociedade já lhe propiciou o mesmo. Isso pode desembocar no isolamento, dificuldade em confiar em outras pessoas e levantar barreiras para o desenvolvimento de novas relações.

O uso de medicamentos e insônia também são descritos por Alana, conforme relata, o desejo era que todos esses sentimentos perturbadores saíssem, então usava as medicações para sedar a dor que sentia para seguir em frente

[...] as vezes eu ia para o serviço dopada de remédio. Quando eu comecei, antes de fazer a terapia, eu passava com psiquiatra, porque eu não conseguia dormir. Então eu comecei a tomar medicamento de tarja preta. E... Teve um episódio que eu tava muito mal e eu tomei 3 de uma vez. Então assim... eu tomei 3 de uma vez. E eu só lembro do banheiro vomitando. Então tipo assim,

a gente quer tirar tudo isso de dentro, então a gente só quer ficar dotada. [...] teve uma época que eu tomava remédio de ansiedade, aí eu vomitava, eu emagrecia, entrei em depressão, porque eu não queria mais socializar com ninguém por causa desse evento, sabe? E aí foi onde eu tive que entrar com remédio. **(Relato da entrevista de Alana)**

O relato de Joana também evidencia como a exposição íntima pode gerar medo constante, paranoia e uma sensação de vulnerabilidade extrema, afetando diretamente a saúde mental e emocional de quem vivenciou tal situação. Conforme seu testemunho, podemos ver que teme que suas imagens sofram manipulação e sejam usadas em sites pornográficos. O consumo de conteúdos alusivos a exposição, sejam elas verdadeiras ou falsas, alimentam a ansiedade e insegurança de Joana, pelo medo de que sua situação possa piorar ainda mais.

Quando aconteceu isso, eu saí de todos os grupos, eu passei a ter um outro cuidado. Eu posto uma foto nas minhas redes sociais e retiro logo. Eu não consigo deixar durante muito tempo, eu sempre acho que vai acontecer alguma coisa. Eu não faço uso de Facebook, de Twitter, de TikTok. A única rede social que eu tenho é o WhatsApp e o Instagram. Na época eu tinha um perfil que era muito mais profissional, onde eu ensinava as pessoas alguns sinais, ensinava a conversar, postava algum conteúdo relacionado a Libras e eu não consegui mais ter um perfil profissional. Eu acabei excluindo, eu sempre achava que ia acontecer alguma coisa. **(Relato da entrevista de Joana)**

Eu pensava que queriam entrar nas minhas redes sociais e que queriam pegar as minhas fotos e queriam pegar informações da minha família e fazer ameaças. Eu só pensava nas piores coisas, Giovanna. Sempre nesse sentido. Sempre tem umas notícias que a gente não sabe se é notícia, se é fake news. Aí eu lembro que eu vi uma reportagem que dizia que tinha algumas pessoas que pegavam, faziam montagem, te colocavam dentro do site de prostituição, de serviço relacionado a sexo. Então eu sempre achava que pelo fato de já ter uma foto divulgada, eles poderiam pegar aquela foto e fazer algum tipo de manipulação e eu acabar dentro desses contextos que a gente sabe que tem, tanto profissional quanto amador. Então eu tinha medo de me associar a isso, foi um dos motivos, muito medo me associarem a essa rede de prostituição. [...] E hoje, e eu digo que eu carrego isso comigo até hoje. **(Relato da entrevista de Joana)**

[...] eu digo, eu nunca cuidei do que aconteceu após, o que eu sentia. Desde o início a preocupação era responsabilizar quem foi que fez. E eu acabei internalizando isso e não cuidei das emoções. Então eu nunca cheguei de fato a abrir para falar do que aconteceu, como aconteceu, como eu me sentia. Eu achava que não era o momento. **(Relato da entrevista de Joana)**

A possibilidade de ser vinculada a redes de prostituição demonstra o medo e o peso dos estigmas sociais sobre as mulheres que têm sua privacidade violada. Tal questão revela como as intensas críticas, julgamentos morais, humilhações, falta de rede de apoio e

culpabilização das vítimas não permite que se sintam seguras e em paz, mesmo que vários anos após exposição tenham se passado. Diante desse cenário, vemos como pode ser difícil a superação do mesmo, fazendo necessário que as vítimas recebam todo acolhimento e cuidado possível, principalmente de profissionais capacitados para isso, como um sentido de reparar aquilo que não foi propiciado anteriormente, e assim, talvez, possa contribuir para aliviar alguns pesos que carregam, para que possam encontrar um modo de seguir sem que essa exposição afete tanto seus caminhos e liberdade.

Bates (2016) buscou obter os efeitos dessa violência na saúde mental das vítimas de exposição e os impactos relatados pela autora foram: problemas de confiança, transtorno estresse pós-traumático, ansiedade, depressão com a perda de controle da própria vida e problemas com autoestima. E as formas de enfrentamento disfuncionais foram consumo excessivo de álcool e automedicação.

Franks (2021) também aponta graves sofrimentos de ordem emocional e psicológicos das vítimas, inclui: depressão, ansiedade, agorafobia, dificuldade em manter relacionamentos íntimos e transtorno de estresse pós-traumático. Sobre a depressão, trata que é um impacto recorrente nas vítimas de vazamento íntimo, devido a perda de controle da vida profissional, afetiva e familiar. Nessa conta, também entra os ataques a sexualidade feminina que muitas vezes é associada a serviços de profissionais do sexo ou ofensas são feitas nesse mesmo sentido, o que propicia intenso constrangimento e contribui para o sofrimento contínuo das vítimas.

Patrocino e Bevilacqua (2022) em seu estudo tratam acerca dos efeitos na saúde mental de mulheres vítimas de vazamento. Conforme as autoras, as relações pessoais e profissionais das pesquisadas foram as mais afetadas, e situação do vazamento na vida de algumas delas ocorreu meio a outras violências já existentes, como agressões de ordem física, psicológica, sexual, racismo e gordofobia. Essas violências aconteceram tanto no ceio familiar quanto em relacionamentos afetivos. Além disso, especificam que, a partir da exposição novos danos emocionais surgiram como também agravaram outras fragilidades anteriores ao evento. Os danos relatados pelas pesquisadoras a partir das vivências das entrevistas foram

Transtorno alimentar, alcoolismo, automutilação, depressão, ideias e tentativas de suicídio, fobias, dificuldades de se relacionar socialmente e problemas de autoestima foram quadros relatados como consequência da exposição, tendo sido agravados ou iniciados após a experiência da violência (Patrocino; Bevilacqua, 2022, p. 116).

Além dos efeitos negativos na autoestima, também abrangem aspectos práticos da

vida das mulher, conforme relatado por Franks (2017), prejuízos significativos nas áreas sociais e ocupacionais, dificuldade de dedicação ao trabalho e/ou atividade escolares, dificuldade em conseguir trabalho ou entrar na faculdade, além do temor de a situação do vazamento impactar a reputação profissional e/ou possibilidade de promoção no futuro. Podemos agregar também, de acordo com os relatos de nossa pesquisa, danos financeiros e materiais e isolamento social. Isso é o que Manoel, Lordello e Pessoa (2020) chama de polivitimização, devido aos diversos danos psicológicos, sociais e funcionais que as mulheres vítimas de exposição vivenciam. Acreditamos, de acordo com Patrocino (2022), que os efeitos da exposição da íntima variam conforme o contexto de vida específico de cada mulher, bem como com os recursos materiais e emocionais de que dispõem para lidar com essa violação.

Diante do exposto, os relatos demonstram como a exposição íntima acomete seriamente a saúde mental das vítimas, revelando o impacto duradouro dessa situação traumática e que se manifesta de diversas formas e em vários âmbitos das vidas das vítimas. Além disso, evidenciam como a sociedade desempenha um papel central na perpetuação de julgamentos e estigmas e que, diante desse fato, se faz difícil a tarefa de se sentirem em paz consigo mesmas. Por fim, os relatos no fazem pensar sobre a importância de redes de apoio e intervenções profissionais que ajudem a reconstruir a confiança, a segurança, o bem-viver, possibilitando que as vítimas sigam suas vidas de forma que esses pesos, ao menos, sejam minimizados pela via acolhimento e cuidado.

5.3 CUIDAR É AÇÃO POSSÍVEL: O CONHECIMENTO QUE SEGUE EM REDE POR MEIO DE ESTRATÉGIAS PREVENTIVAS E EDUCAÇÃO SEXUAL

Nessa categoria trata das possíveis estratégias de prevenção à exposição de conteúdos íntimos nas redes e de cuidado às vítimas, tendo em vista os desafios enfrentados por essas mulheres que foram descritos ao longo dessa pesquisa. Nela tratamos como se faz necessária questionamento e mudanças de instituição como a escola, família, jurídico para lida com essas situações e que isso pode ser minimizado de impactos emocionais e sociais. Existe uma clara diferença na maneira como a sociedade trata homens e mulheres no casos de vazamento, enquanto a certeza é de que serão humilhadas, retalhadas, estigmatizadas pelas normas vigentes, homens tendem a serem tratados com compaixão. Esse machismo estrutural facilita que comportamentos abusivos e meio social se torne um ambiente hostil, insalubre para as mulheres. Ações de acolhimento por meio de uma rede de apoio, uma educação sexual emancipatória que problematiza estruturas de gênero que objetificam e violentam mulheres,

apropriação de informações para que seja possível a punição de autores desse delito, bem como formação e capacitação de professores e de profissionais na linha de frente são imprescindíveis para uma ressignificação de conceitos normativos internalizados e assim, propiciar uma saída mais segura e reparadora para meninas e mulheres que possam ter seus conteúdos divulgados na internet.

5.3.1 Educação sexual emancipatória

[...] NÃO SE CULPE, [...] NÃO SE CALE... Maria

A educação sexual emancipatória apareceu em forma das experiências, conselho, palavras de apoio a partir do que as entrevistadas enfrentaram em situações de exposição indevida de fotos íntimas, conforme o relato de Maria. Podemos ver a importância da procura por ajuda psicológica e jurídica e incentivam a denunciar plataformas que expõem imagens. O apoio psicológico é tratado como uma maneira de lidar com o impacto emocional para que as meninas que passam por essa mesma situação não se sintam culpadas pelos crimes cometidos contra elas. É considerado o papel crucial da educação sexual e do ensino sobre prevenção digital, como também os pais deveriam conversar com seus filhos sobre sexualidade e segurança online. Também existe uma pedida para que as vítimas busquem apoio em grupos de mulheres ou profissionais, compartilhem suas experiências, e não se culpem. A solidariedade e a ação coletiva são apresentadas como formas de combater a violência digital e seus efeitos negativos, e como a estrutura machista da sociedade contribui para a objetificação das mulheres e a normalização da exposição indevida de imagens.

O relato de Julia reconhece que possuir conhecimento sobre os direitos e possibilidades legais é um passo importante para enfrentar casos de exposição íntimas. A presença de pessoas de confiança é vista como um elemento crucial no enfrentamento dessas situações. Compartilhar com alguém confiável pode trazer conforto emocional e orientação prática, especialmente em momentos de medo e desorientação, que são comuns após a violação de privacidade. Esse apoio, combinado com a ajuda de pessoas próximas, fortalece a vítima, tanto para enfrentar as dificuldades legais quanto para reconstruir sua segurança emocional. Em seu relato, também traz um sentido de empoderamento coletivo, em que a própria vítima, ao se conscientizar e se fortalecer, pode orientar e ajudar outras pessoas que enfrentam situações semelhantes. Isso contribui para a criação de uma rede de solidariedade e troca de informações.

Entendo que eu posso denunciar se eu quiser fazer isso. Sei que vai ser um caminho difícil, mas eu acho que se eu encontrar suporte necessário e um apoio assim, até mesmo jurídico, né? Eu acho que consigo fazer essa denúncia. Se acontecer em algum momento novamente eu sei que eu posso denunciar que existe esse caminho e eu vou ter mais recurso tanto assim de pessoas das minhas relações que vão me orientar mais e também de mim mesma de saber, de estar consciente de falar e até mesmo para orientar outras pessoas que passam por uma situação dessa. **(Relato da entrevista de Julia)**

[...] também se ter alguém de confiança pra compartilhar porque, certamente, se é alguém de confiança, a pessoa vai encontrar alguma orientação caso ela não saiba, porque a gente naquele momento está muito assustado para tomar alguma decisão. **(Relato da entrevista de Julia)**

No relato de Maria podemos ver um conjunto de reflexões e conselhos para lidar com situações de exposição de imagens sem consentimento e ela associa tal evento ao machismo estrutural que enfrentamos. A recomendação de buscar as autoridades e utilizar as ferramentas de denúncia das plataformas reflete um esforço em responsabilizar os agressores e mitigar os impactos imediatos do crime. Ainda, conforme seu relato, reconhece a gravidade do impacto psicológico, reforçando a necessidade de procurar ajuda profissional para enfrentar sentimento de culpa, julgamento, vergonha, desvalia, comuns em vítimas de violência dessa natureza. Vemos que Maria atribui a culpabilização da vítima a uma cultura machista que objetifica mulheres e trivializa atos que causam sérios danos emocionais e sociais, ao destacar que os autores da divulgação veem o compartilhamento de imagens íntimas como algo "inofensivo" ou "brincadeira" – o que subestima o sofrimento das vítimas e perpetua a normalização dessa violência.

Hoje o principal conselho, além de procurar autoridades, procurar alguma forma de denunciar na plataforma onde foi exposto, denuncia na plataforma, tem opção de denunciar essas imagens. E também procurar ajuda psicológica porque é um momento difícil, né? É um momento que você vai ficar pensando muita coisa, além de procurar ajuda jurídica, procurar ajuda também de uma pessoa profissional, né? Saúde mental pra você conseguir segurando as pontas até esse momento passar. E entender que a culpa não é sua, né? Pra você entender que a culpa que aconteceu não é sua. Entendeu? Que a gente vive num contexto, num mundo, né, muito machista, né? Nós somos vistas como objeto sexual na maioria das vezes. Então... E eles vazam entre eles como se fosse algo normal, uma coisa que não vai afetar. Fazem de brincadeira, acham que é uma brincadeira inofensiva, mas não é. Né? Então, acho que o principal conselho é procurar, né, a ajuda psicológica e ao mesmo tempo ajuda jurídica. **(Relato da entrevista de Maria)**

Conforme relato de Vanuza, podemos ver uma preocupação com a prevenção da

exposição íntima. A recomendação de denunciar na plataforma surge como uma estratégia de enfrentamento imediato. Para aqueles que ainda não passaram por essa experiência, indica que a conscientização da educação sexual, bem como práticas de segurança digital sejam essenciais para prevenção e lida com evento. Ainda, ressalta o papel dos pais como agentes fundamentais na mediação e orientação dos filhos, no qual o diálogo sobre esses temas se faz importante, a fim de fomentar uma cultura de prevenção e proteção no contexto da sociedade digital.

Denunciar na plataforma é o melhor conselho que eu vejo. E se... pra mim, assim, pra quem teve a foto vazada, né? foto vazada seria isso. Agora, para quem não teve, nunca chegou a fazer isso, pelo amor de Deus, acho que é procurar sobre, não só a educação sexual, né? Também procurar como se prevenir na internet, qualquer conversa estranha, assim como os pais, né? Os pais deveriam ser aconselhados a conversar com seus filhos sobre isso.
(Relato da entrevista de Vanuza)

Melo, Pacheco e Freitas (2020) compreendem que estamos em constante processo de ensino-aprendizagem e que essa educação se dá na relação com o outro, ou seja, nossas relações é que são propriamente educadoras, e que isso é inegável quando falamos em educação sexual, pois a dimensão da sexualidade e gênero é inseparável do existir humano.

Nesse sentido, a sexualidade não pode ser vista como um aspecto isolado, mas uma parte fundamental da nossa identidade e experiência de vida. Assim, a ação de educar sexualmente vai além de um simples conteúdo curricular, é um processo dinâmico que se dá nas interações e na construção de significado nas relações sociais, familiares e individuais. Diante disso, podemos dizer que essa educação sobre sexualidade e gênero ocorrem independentemente de nossas intenções ou consciências e que, todos nós, de alguma maneira, somos educadores sexuais, pois transmitimos normas valores e percepções sobre o que é considerado normal ou aceitável em relação à sexualidade, seja por meio de palavras, nossas roupas, comportamentos ou atitudes. Acerca disso, Melo, Pacheco e Freitas (2020, p. 441) apontam

[...] essa educação sexual consciente ou não, expressa a cor paradigmática da “cor da luz da lanterna” que ilumina a vida de cada um. Na nossa compreensão crítica do modo de produção em que vivemos, compreendemos que a força hegemônica, de quem há muito tempo detém os meios de produção, tem imposto no planeta uma abordagem repressora de educação sexual, naturalizada como “padrão de normalidade”. Essa desumanização do ser, expressa na negação total ou em vieses redutores de sua dimensão sexualidade, expressa-se em vertentes pedagógicas no Brasil (e quiçá no mundo) como potentes instrumentos alienadores, perpassando currículos ocultos ou mesmo os explícitos.

Com a ciência disso e em resposta a esse cenário, ações que visam transformar o que está posto pode contribuir para uma mudança paradigmática por via da educação sexual emancipatória, por meio da criação de caminhos que visam analisar e criticar o contexto macro e atuar com práticas pedagógicas disruptivas em nosso cotidiano (Melo, Pacheco e Freitas, 2020). A educação sexual emancipatória, é considerada

[...] uma busca da reconstrução consciente e participativa de um saber amplo e universal sobre a dimensão humana da sexualidade, sem distinção de qualquer ordem, e essa reconstrução deve começar dentro de cada um espalhando-se para o coletivo. Não pode ser apenas uma reprodução acrítica do que está posto na sociedade. [...] devemos buscar o despertar da consciência crítica, possibilitando aos indivíduos escolherem seus caminhos sem amarras, sem medos (Melo; Pocovi, 2012, p. 38).

Para isso, se faz necessário compreender a sexualidade a partir de uma perspectiva sócio-histórica - considerando as condições sociais, culturais e históricas - que resultam nas manifestações atuais da sexualidade, de acordo com Melo, Pacheco e Freitas (2020). A partir desse entendimento, podemos analisar e criticar normas, padrões e verdades que são vistas como naturais e imutáveis, e num movimento de desvelamento, mostrar como essas verdades não são universais e nem eternas, que além de provisório são passíveis de reconstrução. Sobre isso, Louro (2000) já havia nos advertido que é necessário problematizar esse “pronto” que provém natureza e o sentido dessa natureza inerente a condição humana, pois não vivemos nossos corpos da mesma maneira.

A experiência é única, não universal. Conforme a sociedade evolui e novas perspectivas emergem, abre um campo para a transformação e desconstrução de visões tradicionais e limitantes da sexualidade, permitindo que novos entendimentos e caminhos mais livres possam ser desenvolvidos para vivermos nossas vidas.

De acordo com Souza (2021), as opressões que envolvem as sexualidades podem e devem ser superadas por meio da ação humana consciente. O propósito de uma educação sexual transgressora é questionar e desconstruir as formas institucionalizadas e normatizadas de vivenciar a sexualidade, revelando-as como construções sociais que estão sujeitas a mudanças e revisões.

Nesse sentido, a educação sexual emancipatória/transgressora assume uma dimensão descolonizadora, ao oferecer aos sujeitos sexuais dissidentes a possibilidade de superar a opressão e se apropriar de uma linguagem política de resistência. Isso permite que esses indivíduos não apenas nomeiem o sofrimento que vivenciam, mas também articulem

novas formas de vivência e expressão, que sejam possíveis e viáveis dentro de seus próprios contextos. A autora, destaca – visão baseada nas concepções de Paulo Freire - que a relação entre linguagem-pensamento-mundo é dialética, enfatizando que, nesse processo, mudar a linguagem é um processo de mudar o mundo (Souza, 2021). Assim, a transformação da linguagem se torna um componente essencial no enfrentamento de uma sociedade heteronormativa, no qual as diferentes formas de sexualidade possam ser reconhecidas e respeitadas.

Diante do exposto, entendemos que a educação sexual emancipatória seria uma ação possível para vítimas de vazamento, tendo em mente que a educação sexual, conforme Maia e Ribeiro, (2011), se relaciona diretamente com o direito de os sujeitos conhecerem sobre seus corpos, sexualidade, relacionamentos, práticas sexuais, sentimentos, revisitar tabus, aprender, refletir e debater para formar opiniões e valores próprios sobre tudo que se relaciona a sexualidade. Ensinar sexualidade na escola é preciso ir além de estratégias de ensino; envolve o ensino por meio da atitude do educador, no qual tem importante papel trabalhar a sexualidade como intrínseca à vida e que pode ser vivida com alegria, liberdade e responsabilidade, como também que todos temos o direito de vivenciar o prazer.

Assim, a educação sexual emancipatória, com foco em nosso estudo, seria um ato de cuidado que buscaria revisitar e questionar normas de sexualidade e gênero, conceitos morais, tabus e formas de relacionamento com o corpo e com os outros, agindo como precativa para meninas que praticam o *sexting* e que podem ter suas fotos íntimas expostas, pois o conhecimento que segue em rede pode libertar as amarras e ser um propulsor para um novo modo de pensar, agir e viver.

As contribuições de Butler (2018) sobre gênero e subversão nos leva a refletir sobre o cuidado em tempos digitais e pensar que o corpo não é apenas uma representação das normas de gênero, mas o contrário também, um campo de resistência e reivindicação para subverter essas normas. Esse ponto é essencial para entender o cuidado como ação que não apenas visa proteger, mas também subverter as normas opressivas que, muitas vezes, restringem as expressões da sexualidade de meninas e mulheres.

Uma ação possível que vai de encontro a essa premissa, encontramos no trabalho de Lins (2020) quando trata da cartilha denominada “*Safer Nudes*” (nudes mais seguros) que foi redigida por um coletivo de mulheres. O intuito de tal material foi munir praticantes, com possíveis medidas preventivas frente a surpresas malquistas como o vazamento de conteúdo. A estratégia da cartilha era combinar a anonimização – não mostrar rosto, tatuagens, marcas de nascença, moveis da casa etc. – com ferramentas que disponibilizassem recursos de controle do

conteúdo – criptografia, autodestruição, bloqueio da função print, ocultação de informações e pixelização.

Por trás da máxima “todo nude é um direito” espreitam-se pressupostos e argumentos que pretendem demonstrar que registrar, enviar e receber imagens eróticas seria uma atividade sadia, satisfatória e legítima tanto de prazer individual quanto de transgressão política e moral. O uso do termo, aqui, investe-se de sentidos plurais. Para além de demandas jurídico-políticas feitas ao Estado, reclamar o direito ao nude invoca reivindicações por mudanças de comportamentos e mentalidades que reconheçam e garantam a autonomia sobre o próprio corpo e o exercício não condenável da sexualidade (Lins, 2020, p. 19).

Essa cartilha representa uma estratégia crítica e subversiva que visa questionar e reconfigurar as convenções hegemônicas sobre erotismo e normas de gênero. Ao defender a prática de envio de nudes como uma forma legítima de vivenciar e representar a nudez e a sexualidade — tanto a própria quanto a alheia — para além de associações como vergonha ou recato, essa abordagem busca positivar o nude como uma manifestação plausível de expressão erótica. Tal positividade provoca rupturas na zona de tolerância erótica, desafiando normas que tradicionalmente definem o “íntegro” e fazendo rearranjos nas tabulações morais vigentes (Lins, 2020).

Essa defesa do nu como uma alternativa capaz de tensionar as restrições moralizantes impostas especialmente à sexualidade feminina — vinculadas a relações afetivas e à modéstia — se filia um movimento social mais amplo de reivindicações por maior aceitação das formas plurais de erotismo. Desse modo, a valorização do nude pode ser entendida como parte de um debate maior sobre direitos sexuais e do corpo, resultado de um longo processo de disputas sociais que busca estabelecer o prazer sexual como um aspecto legítimo e indispensável para o bem-estar dos sujeitos contemporâneos (Lins, 2020).

Conforme Vieira (2018) a nudez feminina pode ser interpretada como uma manifestação de independência sexual e reprodutiva, sintetizada na máxima “meu corpo, minhas regras”, representando a autonomia das mulheres sobre seus próprios corpos. Simultaneamente, pode atuar como uma ferramenta de rejeição às imposições de padrões de beleza hegemônicos, promovendo a aceitação e afirmação da autoestima por via do próprio corpo. E mais, a nudez feminina também pode ser vista como um ato político com objetivo de reapropriação e subversão de estereótipos e julgamentos morais tradicionais associados ao corpo feminino.

Além disso, a internet se faz importante nesse processo, ainda que possua uma

ambivalência constitutiva, funcionando como um espaço de perpetuação de preconceitos, ataques e violências, também possui um ambiente privilegiado para a contestação dessas mesmas estruturas por meio de campanhas de conscientização, mobilização social e questionamento de valores morais restritivos para promoção de mudanças de comportamento e reivindicação de direitos. Assim, a internet emerge como um espaço dinâmico de resistência, no qual práticas conservadoras e transformadoras coexistem e se enfrentam em uma disputa constante por significados e normas sociais (Lins, 2020).

Nesse sentido, a nudez feminina pode transcender a esfera individual para se posicionar como um gesto coletivo e estratégico, desafiando normas de sexualidade e gênero e reivindicando novos significados e interpretações no âmbito social e cultural. A nudez, portanto, em seu âmago possui uma dicotomia: pode libertar, mas também perpetuar relações de poder, e isso depende de como e quem a produz e a detém.

Tendo em vista todos esses elementos, podemos encontrar nos relatos das participantes reflexões relacionadas à promoção da educação sexual emancipatória com base nas situações de vulnerabilidade social e digital enfrentadas por elas. As indicações vão de encontro à conscientização, empoderamento, busca de justiça e cuidado. Os relatos destacam a importância da procura de apoio confiável, seja por meio de amigos, familiares ou profissionais especializados para lidar com o impacto emocional e legal dessas situações, como também é evidenciado a relevância do saber e do uso plataformas digitais e instituições jurídicas como mecanismos para denúncia e reparação.

A compreensão da culpabilização das vítimas, relacionada ao reflexo de uma sociedade machista, se faz importante para que a responsabilidade possa recair exclusivamente sobre os agressores e ser um caminho para que não internalizem a culpa para si mesmas e não se paralise nesse processo, evidenciando assim, a importância do ensino em educação sexual como um todo. Diante desses relatos, é de clareza solar a necessidade de iniciativas educativas que abordem temas como *sexting*, prevenção, conscientização sobre consentimento e o papel dos pais e educadores no diálogo aberto sobre sexualidade.

5.3.2 Problemática da cultura machista e violenta

[...] NINGUÉM PENSA QUE SÃO DOIS ADULTOS EM UM ATO SEXUAL E SIM UMA VAGABUNDA, UMA PUTA, COM TODO RESPEITO DA PALAVRA: “DANDO”. O HOMEM NÃO EXISTE ALI, ALI SÓ TEM A MULHER... Maria

A problematização de uma cultura machista e violenta trata das experiências

personais das participantes que tiveram fotos íntimas expostas. Elas enfrentaram humilhações, julgamentos severos, ostracismos, xingamentos, assédios, objetificação, falta de confiança e sentem as contradições das normas de gênero impressas em seus corpos, como também sentem as diferenças em relação aos tratamentos de homens e mulheres. A situação de exposição íntima abre uma porta para que homens sexualizem as vítimas e permissividade para investidas sexuais, enquanto, por parte de mulheres, são dirigidas às vítimas críticas, julgamentos e distanciamento, que segundo as participantes, se trata de algo ainda mais doloroso, pois se espera compreensão e sororidade por parte das mesmas, mas não encontram tal acolhimento. O que se verifica é uma hipocrisia social, no qual atos de divulgação são usados para humilhar apenas a mulher, enquanto os homens envolvidos não enfrentam as mesmas consequências. Ainda que seja um homem que tenha sua intimidade violada, há um amparo, são tratados como coitadinhos, vítimas.

Os relatos das participantes revelam a centralidade do julgamento, moralização e culpabilização da mulher, enquanto os homens frequentemente escapam do julgamento social e recebem apoio, empatia, compaixão e até mesmo o reconhecimento de que sofreram uma violência como descrito por Maria ao relatar que um amigo teve imagens de nudez vazada, como também diz que na exposição o homem não existe, só há a mulher. Nesse relato podemos ver a assimetria entre os gêneros em relação à exposição íntima, evidenciando como as normas culturais enraizadas condicionam reações desiguais

[...] Tipo, isso não pega mal para os caras, isso é propaganda pra eles. Antes de você postar sobre a pesquisa, uns dias antes um amigo tinha falado que a ex-namorada vazou umas nudes dele né, na internet né, e daí eu falei pra ele que isso que ela fez era crime e tal, mas falei: “mas de coração, não vai dar nada pra você, relaxa, talvez se você tiver um pau muito pequeno você vai sofrer uma zoeirinha por um tempo mas vai passar, porque tipo, é rola, rola a gente vê em qualquer canto, rola... não vai alterar em nada a tua vida, você não vai ter risco de perder emprego, você não tem o risco de perder tua vida, você não tem o risco da tua família parar de falar com você, você não tem o risco de não ter mais um relacionamento daqui pra frente, então não fica mal não”. Daí passou, ontem a gente conversou e eu perguntei “e aí, o que virou a história lá das nudes ” e ele falou “a mano, de boa, foda-se, ninguém falou nada”... ele falou ainda que teve umas meninas que chamou ele no direct falando “nossa coitadinho, você sofreu violência”, mas com homem é assim né, as pessoas tem compaixão e com a gente é só humilhação, e pra mim a pior humilhação que dói mais é quando ela vem da parte de mulheres...
(Relato da entrevista de Maria)

[...] ninguém pensa que são dois adultos em um ato sexual. E sim, é uma vagabunda, uma puta, com todo respeito da palavra: “dando”. O homem não existe ali, ali só tem a mulher: ela é uma vagabunda, ela permitiu, ela é uma

puta, promiscua” e daí pra baixo, foi as mensagens que recebi. **(Relato da entrevista de Maria)**

Também podemos destacar a falta de empatia, especialmente entre mulheres, no qual existe uma ausência de sororidade no contexto de imagens íntimas vazadas. Alana, por exemplo, menciona o julgamento de outras mulheres, que a rotularam em vez de oferecer apoio. Esse comportamento machista das meninas reforça uma cultura de silenciamento, isolamento e estigmatização das vítimas

As meninas mais julgavam sabe, os meninos nem tanto, mais me sexualizavam. **(Relato da entrevista de Alana)**

Se fosse um menino mandando para o meu ex, ok, é homem, sabe?!, mas é uma menina, Entendeu? Tipo, cadê a empatia dessa pessoa por outra mulher? E se fosse com ela? Como que ela ia estar nessa hora, sabe? Então, meu medo também hoje em dia é que alguma tente fazer alguma fusquinha né, sobre isso. **(Relato da entrevista de Alana)**

[...] e como repercutiu muito no Facebook, então vinha mulheres casadas, né, vinha me chamar de vagabunda, que o presente de deus delas ia ver isso, que eu era uma piranha, de como eu me permitia, e eu ficava me perguntando “ta, você nunca fez? Nunca mandou uma nude? Você é a puritana, perfeita; cara você é tão sujeita quanto eu” e doeu o dobro. E pode acontecer com qualquer uma, não importa a idade, não importa a condição social, nada, basta encontrar uma pessoa mal-intencionada. **(Relato da entrevista de Maria)**

É esperado, normalizado inclusive, condutas machistas, objetificantes e violentas de homens, conforme o relato de Alana sobre uma menina ter falado do vazamento e enviado suas fotos para seu ex-namorado: “se fosse um menino mandando ok, né?”. Essa fala corrobora com as alegações de Maria ao dizer “a classe se defende”. Vemos após a exposição íntima, se relacionar com homens passa a ser um misto de incerteza e desconfiança, pois é esperado atitudes objetificantes por parte dos mesmos, isso podemos ver no relato de Fabiana “depois que você cai na boca de homem fia, é uma desgraça...”

[...] porque aquela coisa, né? é homem né... a classe se defende... tenho medo dele falar “ah mais poxa podia não ter enviado né, podia ter pedido pra não filma”. Por mais que você pense que a pessoa é super desconstruída, cê tem medo, eu não consigo até hoje não contar essa história pra ele... vou viver com esse medo pra sempre (silêncio). **(Relato da entrevista de Maria)**

[...] não confia nos homens, jamais. A não ser que se você está ali junto, se você tem namorado, se você é a esposa, tudo bem. Mas fora, eu falo “não confia”. Porque sempre tem alguma coisa por trás daquilo ali: “eu quero ficar com você, eu quero sair com você”, sempre tem. Mas eu acho que fora de

casa, que você está com o cara e conversando assim, não confia. Eu falo, não confia, que as vezes a pessoa quer sair com você ali, faz o que tem que fazer, vai embora e você vai ser falado e depois você cai na boca de homem fia, é uma desgraça... eu digo isso por mim, e é isso para mim. **(Relato da entrevista de Fabiana)**

Então, eu acho que as mulheres, elas tinham que ver assim... ver as atitudes, ver como que a pessoa fala com você, sobre como que a pessoa fala sobre relacionamentos anteriores. Conheça a pessoa a fundo antes de você mostrar suas intimidades, assim, seja foto ou seja alguma coisa que você quer falar. Em homem, você não pode... assim você acha que você confia na pessoa, a pessoa vai lá, fica com você, tem relação com você, e te expõe. **(Relato da entrevista de Regiane)**

A objetificação e assédio por parte dos homens também pode ser vista na fala de Joana, no qual a situação de vazamento era vista como liberdade para as investidas sexuais

Na época eu participava de um grupo de professores da minha área geral aqui do Estado. E eu lembro que algumas pessoas desse grupo, homens, me encaminharam mensagem com outra conotação, achando que se tinha uma liberdade por eu ter uma foto divulgada, de me chamar para sair, ou então simplesmente me encaminhava a minha imagem elogiando o meu corpo, como se fosse um elogio. **(Relato da entrevista de Joana)**

O corpo não é uma mera entidade física, é uma construção social e simbólica moldada por narrativas que o cercam. Aquilo que é dito sobre o corpo - normas, expectativas, valores e significados - influencia diretamente como ele é percebido, vivenciado e representado, tanto pelo próprio indivíduo quanto pela sociedade. Nesse entendimento, o corpo é um espaço de significação cultural, no qual interagem discursos de gênero, sexualidade, saúde, beleza e poder. Essas construções discursivas criam e fortalecem estereótipos e normas hegemônicas, mas podem ser desconstruídas para abrir espaço para novos significados e caminhos

O corpo é produto de uma construção cultural, social e histórica sobre o qual são conferidas diferentes marcas em diferentes tempos, espaços, conjunturas econômicas, grupos sociais, étnicos etc. Ou seja, não é algo dado a priori, nem mesmo é universal: é provisório, mutável e mutante, suscetível a inúmeras intervenções consoante o desenvolvimento científico e tecnológico de cada cultura, bem como suas leis, seus códigos morais e sua linguagem, visto que ele é construído também a partir daquilo que dele se diz. [...] Educa-se o corpo na escola e fora dela: na religião, na mídia, na medicina, nas normas jurídicas, enfim, em todos os espaços de socialização nos quais circulamos cotidianamente (Goellner, 2015, p. 1135).

Como consequência claro do que é produzido e dito sobre nossos corpos - fomentada por uma estrutura machista, sexista e heteronormativa - somos atingidos por doutrinas que visam indicar maneiras de (com)portar nossos corpos e relacionamentos. Logo,

podemos facilmente localizar a sexualidade feminina envolta por tabus, regimes e regulações, enquanto a sexualidade masculina é vivida com liberdade e motivo de orgulho. Essa disparidade reflete como as normas de gênero e sexualidade pode ser generosa com alguns (meninos) e impiedosa com outros (meninas). Conforme o sentido de nosso estudo, as mulheres são as principais vítimas de vazamento de conteúdos não consentido e os impactos para sua imagem e honra são significativamente mais severos em comparação aos homens. Além dos danos causados pela exposição íntima que aqui foram abordados, as mulheres são responsabilizadas por esse evento e estigmatizadas por terem sido expostas a essa situação. Essas atitudes reforçam o controle sobre o corpo e sexualidade feminina, promovendo uma dupla violência: a inicial, relacionada ao crime de privacidade violada, e a secundária, manifestada pelo julgamento social e revitimização.

Para Deslandes et al. (2022) a exposição não consentida de nudez é uma forma de violência que impacta mulheres de modo desproporcional em relação aos homens, inserindo-as em uma lógica punitiva e de julgamento de social. Esse contexto é agravado pelo machismo estrutural que criminaliza a sexualidade feminina, ao passo que normaliza e autoriza condutas masculinas objetificantes, irresponsáveis e violentas

[...] o rapaz que compartilha o conteúdo íntimo não é sequer mencionado, a culpa recairá na menina/mulher por sua inadmissível “ousadia” ou “ingenuidade” em compartilhar imagens de seu corpo nu. [...] aquelas que têm seu material íntimo divulgado na internet sofrem retaliações morais, pois segundo a visada patriarcal “são elas que cedem os conteúdos”, em contramão à expectativa de recato e contenção de seus instintos sexuais. (Deslandes, 2022, p. 3960)

A ação de enviar fotos de nudez vai na contramão do que se espera de uma mulher na sociedade, ainda que tenhamos avançado acerca de viver nossa sexualidade e maior autonomia sobre nossos corpos, somos atingidas por uma cultura moralista, hipócrita e conversadora. Manoel, Lordello e Pessoa (2020) sugerem que a prática do *sexting* (envio de conteúdos íntimos) tem implicações específicas conforme o gênero, no qual meninas passam por maior vigilância, punições e regulações. As manifestações se tornam problemáticas não pelo ato de compartilhar, mas pelas consequências que o gênero feminino enfrenta. É o que Deslandes et al. (2022) chama de “moralização e violência generificada”, ressaltando o papel das normas sociais no julgamento e vigilância, regulação e controle seletivo ao comportamento feminino.

Quando conteúdos íntimos são expostos, a cultura machista manifesta todo seu

potencial violento - sempre quando penso nisso, me vem logo a mente a representação de um monstro adormecido que sai das profundezas de uma represa qualquer e passa a aterrorizar os populares que estão ali com a simples pretensão de uma tarde tranquila para se refrescar - escancarando o corpo feminino como um produto de consumo por meio da objetificação, manipulação, sexualização e desumanização de mulheres.

As consequências dessa violência são profundas e de longo alcance. As vítimas sofrem traumas psicológicos significativos, incluindo ansiedade, depressão e, em casos extremos, o suicídio. O agressor se vale do bem-estar psicológico, confiança e imagem da vítima e faz disso artigo de retaliação e revolta. Socialmente, muitas enfrentam o ostracismo, dificuldades no trabalho ou escolares e danos irreparáveis às suas relações pessoais. Essa realidade expõe o poder da cultura machista – de roupa nova, seguindo as tendências atuais da moda - em construir narrativas violentas que silenciam mulheres por meio da vergonha e intimidação. Podemos ver claramente que a exposição não consensual é usada como forma de controle e punição pela via de comportamentos que são considerados desviantes pela sociedade.

Tal violência é amplificada no ambiente virtual, dado o potencial de viralização do conteúdo, como também se faz um encorajador, por conferir certa proteção aos agressores ao dispensar o contato frente-a-frente e ataque físicos. Conforme Fialova e Fascendini (2012, p. 119) essa violência é uma

[...] técnica de baixo custo e pouco esforço para os agressores, que podem utilizar vários mecanismos para reprodução e distribuição infinitas do conteúdo íntimo alheio, sujeitando as vítimas a um linchamento moral permanente, considerando o contexto de “tudo se registra, nada se esquece”.

As redes sociais oferecem rápida propagação de imagens íntimas e, muitas vezes, sem mecanismos claros de denúncia. Embora as legislações no Brasil tenham avançado significativamente, sua aplicação fica limitada pela falta de conscientização e formação de profissionais da linha de frente, devido a moralização e preconceitos internalizados por parte dos mesmos, atravancando as vítimas na tentativa de fazer valer seus direitos e atrapalhando na possibilidade de mínima reparação. Nesse sentido, compreendemos que a exposição íntima é mais do que um crime individual, é um reflexo do machismo estrutural que visa subordinar mulheres - ao se valer de seus corpos e sexualidade - e naturalizar violências.

Podemos ver, conforme os relatos das participantes, o estigma associado à mulher e a disparidade de tratamento entre os gêneros em relação à sexualidade e à exposição de imagens íntimas. A mulher que tem a intimidade desvelada é associada a rótulos pejorativos de “vagabunda”, “puta”, “vadia”, “biscate”, “biscatinha de rua, de porta de esquina” que aludem como a única responsável pelo vazamento. A manifestação sexual retirada do contexto da

privacidade se torna uma via justificada para xingamentos, humilhações, assédios e prática de outras formas de violência. Esse caráter punitivo reflete as normas regulatórias agindo em cima das condutas femininas, no qual a liberdade sexual é penalizada enquanto normaliza comportamentos machistas e exposição não consentida de homens.

Tendo em vista tal questão, podemos pensar na educação sexual emancipadora como uma saída possível, despertando nos meninos e homens novas formas de pensar e agir que vão de encontro à consciência de respeito ao próprio corpo e ao corpo do outro, colocando uma interrogação sob a problemática “prova de masculinidade/virilidade” que também são condições aprisionantes e violentas, e isso pode dar uma chacoalhada nas estruturas normativas.

5.3.3 Acolhimento e escuta das vítimas

[...] NA ÉPOCA EU CHEGUEI A PARTICIPAR DE UM GRUPO DE APOIO, E QUANDO VOCÊ VÊ QUE VOCÊ NÃO TA SOZINHA A SENSÇÃO DE ACOLHIMENTO É MAIOR... Maria

O acolhimento e escuta das vítimas trata da importância da rede de apoio no enfrentamento do evento. O acolhimento - e falta dele - influencia no suporte emocional e na capacidade de atravessar situações traumáticas. Ainda que algumas das participantes tenham encontrado apoio em amigos, grupos de apoio ou terapia – e que foram cruciais - o ambiente familiar se revelou insuficiente para acolhimento, pois a omissão frente ao sofrimento e julgamento além de intenso, podem promover o afastamento da vítima e agravamento do impacto emocional. A presença de espaços preparados e acolhedores, como a terapia, é identificada como um fator importante para reparar e ajudar as participantes a seguirem em frente.

O relato de Regiane revela uma dinâmica de silêncio autoimposto em relação à família, motivada por um medo fundamentado em reações agressivas e punitivas. Esse contexto evidencia como a ausência de um ambiente familiar acolhedor pode levar à retração da vítima, sofrendo a privação de uma das redes de apoio mais imediatas e importantes. No entanto, sua amiga desempenhou um papel fundamental como fonte de acolhimento, oferecendo companhia constante e defendendo-a de situações de desconforto ou julgamento alheio. Esse apoio de amigos destaca a importância das relações interpessoais que proporcionam segurança e conforto, especialmente em contextos no qual a família é falha em desempenhar esse papel

Meus familiares não ficaram sabendo. Eu não contei para ninguém, pois eu sabia que iria ser muito pior, que eles iriam me bater, me escorraçar. [...] Tinha uma amiga minha que eu passava mais tempo com ela, ela não me deixava ficar sozinha, quando vinham alguém de gracinha me defendia. Me ajudou muito a passar por essa fase. **(Relato da entrevista de Regiane)**

O relato de Joana demonstra um acolhimento familiar parcial, mas insuficiente para atender às suas necessidades emocionais. Ainda que sua mãe tenha reconhecido a gravidade do ocorrido e entendido tal situação como crime, o apoio oferecido se limitava ao incentivo para buscar justiça, sem demonstrar uma empatia, interesse em compreender seu estado emocional. Esse padrão também é evidente no comportamento de suas irmãs, que restringe suas interações a questionamentos sobre a identidade do autor, negligenciando sua condição psicológica

[...] A minha mãe chegou a receber. E de todo mundo, tanto das minhas irmãs, quanto do meu pai e da minha mãe, foi mais a minha mãe que entendia que era um crime. Ela me apoiava nesse sentido de dizer que eu tinha que descobrir quem tinha feito isso, que isso é um crime, dentro desse contexto. Não assim com palavras de... muitas palavras de apoio, de tentar procurar saber como eu estava. [...] Quem se preocupou mesmo, de conversa comigo, de se interessar como eu estava foram meus dois amigos mais próximos. As outras pessoas só perguntavam sempre se eu já havia descoberto quem fez, então... As minhas irmãs também, né? O perfil delas, o comportamento foi de: “já descobriu quem fez?”, né? Não passava dessa pergunta. Então, em relação a isso, não me senti acolhida por minha família, não tive esse acolhimento. **(Relato da entrevista de Joana)**

Por outro lado, Joana teve acolhimento por parte de dois amigos próximos que demonstraram interesse genuíno em saber como ela estava e ofereceram apoio por meio de diálogos e companhia para ir até a delegacia. Essa diferença na qualidade do acolhimento entre o núcleo familiar e as relações de amizade destaca uma lacuna no suporte oferecido pelos familiares, que, embora presentes de forma prática, carecem de uma abordagem mais sensível, considerando suas dores.

O relato de Julia destaca uma experiência de total ausência de acolhimento, tanto no ambiente familiar quanto em outras interações. Apesar de mencionar um episódio positivo em que alguém demonstrou um gesto de empatia, ela enfatiza que nunca recebeu um momento de escuta verdadeira e apoio. A falta de acolhimento é particularmente marcante no comportamento de sua mãe e irmã, que não se dispuseram a ouvir ou oferecer suporte emocional, reforçando o isolamento que Julia sentia

Não, não tive. Gostaria de ter tido... Tive alguns momentos, tipo o fato de a menina ter me falado, foi uma coisa legal, mas não foi assim, eu me sentei

com uma pessoa e falei, e a pessoa me ouviu, me apoiou ali. Não, não teve nada disso, não teve. **(Relato da entrevista de Julia)**

(Mãe e irmã) [...] elas não paravam pra me ouvir, pra me acolher, não teve, assim, não teve acolhimento. **(Relato da entrevista de Julia)**

Esse relato é um exemplo claro de como a ausência de um espaço seguro para expressar sentimentos e compartilhar experiências pode ser um agravante no impacto emocional de situações traumáticas. O silêncio ou a omissão por parte de figuras da família transmite uma mensagem de indiferença, o que pode levar a vítima a internalizar sentimento de culpa ou desamparo.

O caso de Julia revela a necessidade e importância do acolhimento e escuta ativa no processo de enfrentamento. Sem isso, as vítimas passam por dificuldades maiores para lidar e superar o ocorrido. A ausência de apoio no núcleo familiar, como relatado, aponta para a necessidade de intervenções que promovam a conscientização sobre o papel da família frente a essa violação, além de pensar em ações alternativas, como grupos de apoio ou terapia, no qual as vítimas podem encontrar um ambiente de compreensão, acolhimento e ressignificação.

Conforme Manoel, Lordello e Pessoa (2020) a disposição de uma rede de apoio afetiva e social é essencial para adolescentes que tiveram suas imagens íntimas divulgadas. Essa rede funciona como um fator de proteção, pois fornece suporte emocional, psicológico e prático, auxiliando as vítimas a lidarem com os impactos subjetivos e sociais da violência.

Compreendemos que quando as vítimas têm pessoas de confiança, como amigos, familiares ou profissionais de saúde mental para compartilhar suas experiências, elas podem se sentir menos isoladas e mais capazes de enfrentar os desafios decorrentes da exposição. Como também, a presença da rede de apoio também pode ser crucial para ajudar as vítimas a tomarem decisões informadas sobre como agir frente a situação, seja buscando reparação legal denunciando o conteúdo indevido ou recebendo apoio psicológico. Ainda, esse suporte fortalece a autoestima e a sensação de validade, minimizando os efeitos de estigmatização e vergonha que se fazem presentes após a exposição não consentida.

De acordo com Feitosa (2020) a criação de espaços seguros para o compartilhamento de experiências de sofrimento é um movimento protetivo para jovens que tiveram suas imagens íntimas expostas. Tais espaços de acolhimento são importante, pois as vítimas podem expressar livremente suas vivências e sentimentos, minimizando o impacto emocional e psicológico dos mesmos. No mesmo sentido, Muniz (2022) trata que o ato de permitir que as vítimas expressem suas emoções em contextos de apoio terapêutico tem efeito

benéfico, funcionando como uma forma de resiliência diante de eventos adversos. A capacidade de verbalizar o sofrimento e de se sentir compreendido em um espaço seguro contribui para o fortalecimento emocional, promovendo sua recuperação e reintegração à vida social com mais autonomia e confiança.

Segundo o relato das participantes, podemos ver que ainda que não tenham encontrado acolhimento no ceio familiar, outras redes, como a de amigos são igualmente importantes nesse processo. Que o acolhimento e escuta se fazem imprescindíveis e funcionam como um pilar fundamental no fortalecimento das vítimas e na redução do sofrimento emocional, físico e psicológico que a situação de vazamento de imagens provoca.

5.3.4 Fornecimento de informações

ISSO É UM CRIME E TU TEM QUE DENUNCIAR... Joana

O fornecimento de informações trata dos conhecimentos elencados pelas participantes a partir de suas próprias experiências sobre questões legais relacionadas à divulgação não autorizada de conteúdo. Nessa perspectiva é enfatizada a importância de ações imediatas para proteção e justiça, bem como ações de terceiros no compartilhamento de imagens não consensuais como criminosa.

O relato de Maria revela uma visão pessoal e prática sobre como lidar com a divulgação não autorizada de conteúdo, no qual indica um caminho mais eficaz para acelerar a resolução do caso. Ela enfatiza a importância de registrar o boletim de ocorrência (BO) presencialmente na Delegacia da Mulher (DDM) em vez do meio virtual. Além disso, indica a necessidade de contratar um advogado logo após o registro da ocorrência, argumentando que esperar tramitação e representação do Estado pode ser demorado, enquanto a atuação de um advogado pode agilizar tanto a retirada do conteúdo quanto a responsabilização do infrator

Olha, o que eu sei, da minha experiencia né. Sei que a gente abre um boletim de ocorrência, o virtual eu não recomendo muito, é melhor a gente tá indo mesmo na DDM e abre o boletim de ocorrência lá, representa o B.O e ao mesmo tempo já procurar um advogado pra já ir pra cima, porque se ficar esperando a representação do B.O pra ir adiante vai demorar muito mais, então as vezes é melhor gastar uma graninha, você paga um advogado pro advogado ir pra cima pra já tá agilizando, pra já tentar... e eu sei que a gente consegue fazer a retirada do conteúdo e dependendo do caso, se não tiver acordo, o criminoso pode ser preso, se não me engano pode pega de 2 a 5 anos, o que é pouquíssimo, porque pelo trauma que gera na gente. **(Relato da entrevista de Maria)**

No relato de Regiane podemos ver um dado muito interessante sobre as audiências invisíveis, no qual articula que a ação de compartilhar por outras pessoas é contribuir com um crime, e também que esse ato contribui para o sofrimento da vítima, como se fosse um “assassinato emocional” a cada compartilhamento.

Sei que a pessoa pode ser presa por isso e as pessoas não sabem o quão mal faz propagar esse tipo de coisa que também estão sendo coniventes participando de um crime. E outra coisa, a cada vez que você compartilha você está matando a pessoa um pouquinho, porque todo mundo viu... **(Relato da entrevista de Regiane)**

Essa perspectiva destaque que os sujeitos que detém o conteúdo não são apenas espectadores passivos, mas cúmplices de um crime, pois também atuam diretamente na violação do direito à privacidade das vítimas, contribuindo assim, para a ampliação do dano causado. Essa fala de Regiane é um chamado reflexivo sobre a necessidade de campanhas de conscientização sobre ilegalidade e as leis que atuam em prol da preservação da vítima, como também, criação de medidas para coibir tanto a divulgação quanto a propagação.

Diante dos dados, podemos ver que somente uma participante descreveu como se dá o processo legal e quais seriam os meios mais rápidos para a punição do agressor, mostrando informações mais sólidas sobre a lida com a situação de vazamento. Ainda que o relato demonstre domínio e informações úteis de Joana, por outro lado, fica uma lacuna, no qual as outras participantes não demonstraram conhecimentos suficientes para enfrentamento, demonstrando como a desinformação se faz presente nesse cenário.

A par dos efeitos que podem alterar significativamente a vida das vítimas, é imperativo que profissionais das diversas áreas, familiares e as próprias vítimas de exposição indevida pelo *sexting* tenham conhecimento das medidas possíveis. Esses casos podem ser enquadrados como diferentes crimes, como difamação e injúria: “Art. 139 – Difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação” e “Art. 140 – Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro” (Brasil, 1940).

Quando uma mídia eletrônica de conotação sexual é captada, exibida em sites, redes sociais ou compartilhada em aplicativos de comunicação sem a devida autorização da pessoa envolvida, isso configura uma violação da privacidade e a vítima pode buscar reparação por meio de medidas legais. Conforme o Art. 5º, X, da Constituição Federal de 1988

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza,

garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...] X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação (Brasil, 1988).

De acordo com Manoel, Lordello e Pessoa (2020) na última década teve um aumento no número de leis brasileiras que visam, de modo específico, proteger a intimidade das pessoas em ambientes virtuais. Na Lei Carolina Dieckmann, como é popularmente conhecida, Lei nº 12.737/2012 intensificou a discussão sobre delitos informáticos e suas punições. Essa lei dispõe sobre crimes informáticos e aqueles contra a intimidade na vida virtual dos cidadãos, resguardando a privacidade de comunicações e informações eletrônicas (Brasil, 2012).

Sobre crimes virtuais, também há a Lei nº 12.965/2014, conhecida como Marco Civil da Internet, que aborda de forma mais específica sobre os limites no uso da internet. Essa lei estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil, incluindo proteção da privacidade e proteção dos dados pessoais. No Art. 7º, nos incisos I, II e III trata especificamente acerca da privacidade (Brasil, 2014)

Art. 7º O acesso à internet é essencial ao exercício da cidadania, e ao usuário são assegurados os seguintes direitos:

I - Inviolabilidade da intimidade e da vida privada, sua proteção e indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

II – Inviolabilidade e sigilo do fluxo de suas comunicações pela internet, salvo por ordem judicial, na forma da lei;

III – Inviolabilidade e sigilo de suas comunicações privadas e armazenadas, salvo por ordem judicial.

Na Lei Maria da Penha, nº 11.340/2006, aborda a violência contra a mulher (Brasil, 2006), e em dezembro de 2018 sofreu alteração, prevendo também a violação da intimidade como uma forma de violência contra a mulher. Isso pode ser visto na Lei nº 13.772/2018: “Art. 1º Esta Lei reconhece que a violação da intimidade da mulher configura violência doméstica e familiar e criminaliza o registro e a divulgação não autorizados de conteúdo com cena de nudez ou ato sexual ou libidinoso de caráter íntimo e privado” (Brasil, 2018).

Na Lei Maria da Penha a alteração foi feita no Art. 7º, inciso II - violência psicológica, na qual foi agregada ao conceito as palavras “violação da intimidade”. Sendo assim, foi vigorada da seguinte maneira:

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

Com a alteração, houve uma inclusão de dois artigos na Lei nº 13.772/2018 que diz respeito a produção e divulgação de sexting, os artigos 216-B e 216-C (Brasil, 2018)

Registro não autorizado da intimidade sexual

Art. 216-B. Produzir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, conteúdo com cena de nudez ou ato sexual ou libidinoso de caráter íntimo e privado sem autorização dos participantes;

Parágrafo único. Na mesma pena incorre quem realiza montagem em fotografia, vídeo, áudio ou qualquer outro registro com o fim de incluir pessoa em cena de nudez ou ato sexual ou libidinoso de caráter íntimo.

Divulgação não autorizada da intimidade sexual

Art. 216-C. Disponibilizar, transmitir, distribuir, publicar, divulgar ou exibir, por qualquer meio, fotografia, vídeo, áudio ou outro registro contendo cena de nudez ou ato sexual ou libidinoso de caráter íntimo e privado sem autorização dos participantes.

O fenômeno do *sexting* e a divulgação não autorizada ganharam notoriedade, e são usados para chamar a atenção de legisladores, autoridades e da população para práticas que visam danificar a imagem e a moral da pessoa exposta, especialmente mulheres. Isso também confere um *status* de crime a exposição da intimidade, de maneira ampla, como uma nova e tecnológica faceta da violência contra as mulheres. Portanto, se torna necessário realizar enfrentamentos políticos específicos, soluções jurídicas mais rígidas e elaborar direcionamentos e torná-los acessíveis a população para a lida dessa forma específica de violência, reconhecendo suas nuances e desafios associados ao contexto digital.

Também acreditamos que a postura da escola em evitar o trabalho dos assuntos atuais em educação sexual, especificamente sobre *sexting* e *cyberbullying*, tenham propiciado o aumento dos casos de exposição e uso das tecnologias para reprodução de violências e discursos de ódio. Como também tenha influenciado na criação da nova Lei nº 14.811 “Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente” sancionada em 12 de janeiro de 2024, devido à falta de medidas, principalmente no âmbito educacional. Oficialmente obriga as escolas a adotarem medidas de proteção a crianças e adolescentes contra crimes virtuais, no caso, *cyberbullying* e *bullying*

Art. 2º As medidas de prevenção e combate à violência contra a criança e adolescente em estabelecimentos educacionais ou similares, públicos ou privados, devem ser implementadas pelo Poder Executivo municipal e do Distrito Federal, em cooperação federativa com os Estados e a União.

Art. 3º É de responsabilidade do poder público local desenvolver, em conjunto com os órgãos de segurança pública e de saúde e com a participação da comunidade escolar, protocolos para estabelecer medidas de proteção à criança e ao adolescente contra qualquer forma de violência no âmbito escolar. Parágrafo único. Os protocolos de medidas de proteção à violência contra a criança e o adolescente nos estabelecimentos educacionais ou similares, públicos ou privados, deverão prever a capacitação continuada do corpo docente, integrada à informação da comunidade escolar e da vizinhança em torno do estabelecimento escolar (Brasil, 2024).

Essa nova lei fez inclusão de delitos de *bullying* e *cyberbullying* no Código Penal no qual se tornaram crimes hediondos, como também foram acrescentados ao Estatuto da Criança e Adolescente (ECA). Importante lembrar que a pena inicial para crimes hediondos pela legislação precisa ser cumprida em regime fechado, não havendo possibilidade de pagamento ou fiança ou aplicação de outros benefícios legais, como anistia ou indulto. Especificamente, acerca do *cyberbullying*, considerado como intimidação sistemática virtual, estabelece

Se conduta que for realizada por meio de rede de computadores, de rede social, aplicativos, jogos online ou qualquer outro meio ou ambiente digital, ou transmitida em tempo real: Pena - reclusão, de 2 (dois) anos a 4 (quatro) anos, e multa (Brasil, 2024).

No ECA, acerca do *cyberbullying* com crianças e adolescentes, assegura que

Art. 240. Produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, cena de sexo explícito ou pornográfica, envolvendo criança ou adolescente: Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa.

§ 1º Incorre nas mesmas penas quem agencia, facilita, recruta, coage, ou de qualquer modo intermedeia a participação de criança ou adolescente nas cenas referidas no caput deste artigo, ou ainda quem com esses contracenar.

Art. 241. Vender ou expor à venda fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente: Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa.

Art. 241-A. Oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, distribuir, publicar ou divulgar por qualquer meio, inclusive por meio de sistema de informática ou telemático, fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente: Pena - reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.

Art. 241-B. Adquirir, possuir ou armazenar, por qualquer meio, fotografia, vídeo ou outra forma de registro que contenha cena de sexo explícito ou

pornográfica envolvendo criança ou adolescente: Pena - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

Art. 241-C. Simular a participação de criança ou adolescente em cena de sexo explícito ou pornográfica por meio de adulteração, montagem ou modificação de fotografia, vídeo ou qualquer outra forma de representação visual: Pena - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.

Parágrafo único. Incorre nas mesmas penas quem vende, expõe à venda, disponibiliza, distribui, publica ou divulga por qualquer meio, adquire, possui ou armazena o material produzido na forma do caput deste artigo.

Art. 241-D. Aliciar, assediar, instigar ou constranger, por qualquer meio de comunicação, criança, com o fim de com ela praticar ato libidinoso: Pena - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.

Parágrafo único. Nas mesmas penas incorre quem: I - facilita ou induz o acesso à criança de material contendo cena de sexo explícito ou pornográfica com o fim de com ela praticar ato libidinoso; II - pratica as condutas descritas no caput deste artigo com o fim de induzir criança a se exibir de forma pornográfica ou sexualmente explícita.

Art. 241-E. Para efeito dos crimes previstos nesta Lei, a expressão "cena de sexo explícito ou pornográfica" compreende qualquer situação que envolva criança ou adolescente em atividades sexuais explícitas, reais ou simuladas, ou exibição dos órgãos genitais de uma criança ou adolescente para fins primordialmente sexuais.

Art. 247, § 1º Incorre a mesma pena do Art. 240 quem exhibe ou transmite imagem, vídeo ou corrente de vídeo de criança ou adolescente envolvido em ato infracional ou em outro ato ilícito que lhe seja atribuído, de forma a permitir sua identificação (Brasil, 2024).

Tendo em vista essa nova lei que se faz necessária, a escola definitivamente precisará dar conta dos casos de *cyberbullying* e não mais fechar os olhos frente a violências dessa natureza, como podemos constatar ao longo dos relatos das participantes. Compreendemos que a abordagem da produção de conteúdo íntimos, seja *sexting* ou fotografias e/ou vídeos produzidos sem consentimento, roubadas ou manipuladas, também terá que ser um compromisso a ser assumido pela escola. O benefício é que as instituições educacionais possuem espaço privilegiado para pautar esses temas e por meio do ensino adequado dos mesmos, pode promover uma mudança de comportamento que interrompa o ciclo de divulgação de imagens íntimas como também estigmatizações acerca das manifestações da sexualidade.

Esperamos que esses conteúdos possam ser tratados de forma a não enforçar no comportamento de risco e represálias da sexualidade, mas na conscientização dos alunos sobre o exercício da sexualidade ser pautada no cuidado, respeito, na responsabilidade e ética, seja nas relações presenciais ou virtuais. E isso, dependerá de como o educador lidará com o tema, o seu conhecimento sobre as manifestações sexuais atuais, a formação que possui sobre gênero e sexualidade – elemento que será discutido mais a diante.

5.3.5 Punição dos autores da exposição

A PRIMEIRA COISA QUE EU PENSEI FOI ENTRAR COM PROCESSO... Fabiana

A punição dos autores da exposição trata das penalidades judiciais que os autores do vazamento podem adquirir. Mas ainda que a punição aconteça, essa não repara o dano causado às vítimas, pois o medo de os conteúdos íntimos retornarem em algum momento ainda permanece presente.

O relato de Joana exemplifica como o processo judicial pode responsabilizar o agressor pelos danos causados. Nesse caso, o criminoso foi demitido da empresa onde trabalhava, como também foi obrigado a pagar uma indenização e remover o conteúdo, isso mediante a um acordo

Um amigo me apresentou uma advogada e aí a gente entrou com uma ação através do boletim de ocorrência, aí ela conseguiu fazer com que ele fosse demitido da empresa dele, porque ela mandou para a empresa dele tudo, a empresa tinha uma política de preservação, [...] e a gente fez um acordo com ele, e aí como ele tinha poder aquisitivo mais alto, fez um acordo, pagou uma indenização, ele retirou tudo, só que eu tenho medo de ainda ter por aí. **(Relato da entrevista de Maria)**

No entanto, o relato demonstra que, mesmo após uma resolução formal, o medo da vítima em relação à existência do material persiste, refletindo o impacto psicológico duradouro e dificuldade de garantir a eliminação completa de conteúdos digitais.

Como a exposição de Maria ocorreu em 2018 e conforme as leis elencadas na subcategoria acima, vemos que não havia legislação específica para esse tipo de violência e por isso acreditamos que o que ela conseguiu, com recursos e elementos jurídicos disponíveis daquela época, foi extremamente importante por algumas razões, ainda que a punição tenha sido pequena e que nem de perto tenha reparado os danos causados. Isso, porque o ato de ter entrado com uma ação judicial, especialmente nesse período, talvez, tenha servido de precedente para outros casos parecidos e com isso, ter ajudado outras mulheres obterem reparação. Como também, certamente, essa ação serviu de sobreaviso para os demais sujeitos daquela localidade sobre o que não fazer quando se recebe fotos íntimas de alguém.

Tendo a situação de Maria como exemplo e as novas leis em vigor que especificam diversas condutas consideradas delituosas - divulgação não autorizada, armazenamento de conteúdos por qualquer via, manipulação, propagação, intimidação sistemática etc., - entendemos que as punições ficaram mais severas para quem pratica esse tipo de crime, além

de ser possível encontrar respaldo em leis que antes não existiam, e isso pode promover a diminuição dos casos. Nesse sentido, Gomes e Lima (2021) apontam para a necessidade de maior publicidade acerca do tema, por sua importância, complexidade e aumento dos casos de vazamento. Afirma também que com o avançar dos anos, inúmeras vítimas de divulgação não reportam a violação devido a vergonha, julgamento e sentimento de culpa, permitindo assim, que os agressores continuem impunes.

E disso sabemos bem, pois ao longo desse estudo foi possível ver que as vítimas nessa situação estavam extremamente fragilizadas, devido a uma série de condições e complicadores que se misturaram e que foram contribuintes para o silenciamento das mesmas. E essa situação nos preocupa, pois é inegável que a falta de responsabilização dos agressores pode ser um reforço, funcionar como modelo para outros sujeitos cometerem o mesmo.

Lins (2020) traz uma reflexão interessante sobre a exposição na internet. O ato de expor nas mídias sociais é uma maneira de denunciar injustiças e violências sofridas, se fazendo um potente instrumento político de reivindicação, mobilização e ativismo. A autora relaciona o caso de um professor brasileiro acusado de assédio que foi exposto na internet por meio prints de conversas. E outro exemplo é de uma youtuber que tinha conteúdos íntimos compartilhados de maneira não consensual por seu namorado para o grupo de amigos dele. Essa youtuber era protagonista de uma canal que tratava abertamente sobre sexo e relacionamentos. Ao ficar sabendo das ações do namorado, gravou um vídeo *exposed*, desabafando os infortúnios de seu relacionamento e as violências que enfrentava, incluindo a exposição íntima.

Tal ação caracteriza um exemplo da utilização da exposição como forma de atuação ativista. O então vídeo da youtuber viralizou e seu ex-namorado, também influenciador digital, deletou seus perfis nas redes e sumiu por longo período. Conforme Lins (2020, p. 142) “expor um agressor na internet, assemelhar-se-ia, assim, à técnica argentina do ‘escrache’, em que se recorreria a uma espécie de opinião pública para denunciar atos considerados indesejáveis, repudiar comportamentos violadores e anunciar uma injustiça sofrida.”

Assim, pensar em expor agressores na internet seria uma maneira de também punir o autores da vazamento íntimo, de se valer do mesmo *modus operandi* de exposição da intimidade e subverter a lógica, ou seja, sair do silêncio e buscar voz, como um ato de defesa de si, de retomada da narrativa, de apropriação da própria história.

Diante desse contexto, compreendemos que as informações em relação a exposição da intimidade e formas de punição de agressores são imprescindíveis para reparação e fortalecimento das vítimas, como também a incorporação desses conhecimentos por profissionais do direito, atendentes de postos policiais, profissionais de psicologia e,

principalmente, por professores. Não somente esses conhecimentos, mas formação em sexualidade e educação sexual, de modo que esses temas possam ser tratados de modo adequado, promovendo o pensar crítico, reflexão e ações responsáveis e éticas.

5.3.6 Necessidade de formação de professores e outros profissionais

UMA DISCUSSÃO, ASSIM, MAIS PROFUNDA, NUNCA TIVE... Joana

A necessidade de formação de professores e outros profissionais trata acerca da lacuna na formação de professores e outros profissionais em temas relacionados a sexualidade e gênero e de conhecimentos que envolvam o vazamento de conteúdos íntimos. Entendemos que a figura do professor é imprescindível para amparar as vítimas de vazamento de conteúdo, fazendo necessário que esteja envolvido com temáticas atuais em sexualidade - *sexting* – como também a par de novas formas de violências - *cyberbullying* - que pode advir das manifestações da sexualidade atravessadas pela virtualidade.

Compreendemos que os conhecimentos específicos sobre esses assuntos por docentes pode ajudar e direcionar os alunos na resolução dessas questões. A ausência de um direcionamento adequado promove uma cultura de silenciamento e desamparo, portanto, a formação de professores e outros profissionais, no âmbito da sexualidade e gênero e com foco nesse campo, é essencial na reparação e proteção de vítimas, como também possuir tais conhecimentos pode contribuir elaborar estratégias e ações dentro da escola que vão de encontro a essas necessidades atuais, tendo em vista que a prática do *sexting* é algo comum entre os adolescente, jovens e adultos.

O relato de Julia revela a limitação da abordagem escolar em relação a temas da sexualidade, que, infelizmente, se restringe a aspectos puramente biológicos e reprodutivos, como o uso de preservativos. Essa visão reflete a ausência de espaços educacionais que promovem diálogos abertos e debates críticos que são fundamentais para preparar os jovens na lida com questões relacionadas ao corpo, prazer, emoções e relacionamentos. A metáfora de “colocar camisinha numa banana” enfatiza o distanciamento entre as práticas pedagógicas aplicadas e necessidades reais dos estudantes, que muitas vezes se sentem desamparados e desinformados diante dessas temáticas. Na fala de Julia fica implícito que esses temas precisam ser tratados de forma integrada e por profissionais que sabem o que estão falando e fazendo, que utilizem literatura e metodologias adequadas que possibilitem debates construtivos, além do aspecto biológico e técnico da sexualidade.

Essa lacuna na educação pode gerar vulnerabilidades, dificultando a compreensão

e o enfrentamento de situações como abusos ou relações abusivas. O relato reforça a necessidade urgente de repensar a formação de professores e incluir a educação sexual de forma sistematizada no ambiente escolar

Eu tinha aula de biologia, mas eu não tinha aula de educação sexual. Porque era só essa questão das plantas lá, não sei o que. Colocar camisinha numa banana. Não tinha assim, nada. Não tinha um debate, chamar as pessoas pra conversar, isso é tão importante. **(Relato da entrevista de Julia)**

De acordo com o relato de Vanuza e Joana podemos ver claramente a ausência de um ambiente educacional que trata desses assuntos de forma adequada e profunda, no qual acabam recorrendo à internet para buscar informações, muitas vezes fragmentadas e descontextualizadas. Isso ressalta a necessidade de incluir profissionais capacitados para lidar com esses temas no currículo escolar, promovendo um ambiente de aprendizagem aberto, seguro e formativo

[...] os professores de ciências, de biologia costumam falar, elas passam por essa matéria e realmente ali elas falavam o uso de contraceptivo, o uso de proteção para evitar doenças, mas da sexualidade, do corpo, se relacionar, não, nunca, eu fiquei sabendo tudo isso na internet quando fui pesquisar sobre como proteger e tudo mais na internet, mas agora na escola não prepara não. **(Relato da entrevista de Vanuza)**

Não, nunca. As informações que eu tenho, nem sei se são informações... tem recortes de frases, né? A gente entra muito ali no Instagram, algum site, então a gente tem recortes, mas uma discussão assim mais profunda nunca tive acerca disso, né?! **(Relato da entrevista de Joana)**

Duarte (2022) aponta para a importância de desenvolver programas de formação continuada para profissionais que atuam tanto em escolas quanto em delegacias, além de iniciativas voltadas para famílias, com a finalidade de possibilitar a lida com casos de divulgação não consensual de imagens íntimas. A formação e conhecimentos acerca disso devem se centrar em ações que promovam o acolhimento adequado às vítimas, métodos para agilizar processos judiciais e responsabilizar os agressores. Ainda, disponibilizar serviços especializados para o atendimento de vítimas e de seus familiares para oferecer suporte psicológico e emocional, ajudando a mitigar os impactos desse tipo de violência.

Essa necessidade de formação se faz necessária, uma vez que no âmbito legal o tratamento das vítimas se dá de forma insensível e pode incorrer em mais danos, Paiva (2021, p. 35-36) afirma que as mesmas já se encontram em um estado vulnerável, sendo necessário

[...] um amparo mínimo que ajude a vítima e que não naturaliza a violência sofrida. Isso acontece devido o despreparo por parte de alguns funcionários escalados para realizar o serviço de atendimento à vítima, por reforçar a violência institucional, que é aquela exercida pelos órgãos e seus agentes que deveriam proporcionar a segurança e acolhimento das vítimas, podendo acentuar os efeitos psicológicos, isolamento social, além do sentimento de culpa.

Com o fortalecimento da formação de educadores e profissionais de segurança, automaticamente se cria ambientes mais preparados para prevenir tais situações, além de ser possível intervenções mais rápidas. Compreendemos que pensar em projetos para as famílias com propósito de educá-las sobre os impactos associados a esses crimes, como também capacitando-as para um acompanhamento e acolhimento empático das vítimas, pode ser alternativas que vão ao encontro da reparação de danos causados. As ações educativa da escola, intervenções nas famílias e fortalecimento do sistema judicial – a começar por seus profissionais - são essenciais e emergentes para o enfrentamento dessa problemática de maneira humanizada e eficaz.

Barreto, Fonseca e Silva (2019, p. 47) trata que se se quisermos ter mudanças profundas e duradouras acerca da prática do *sexting* e vazamento de conteúdos, as intervenções devem começar dentro do espaços educativos

Ao pensarmos em uma proposta de intervenção como uma forma eficaz, não há como trabalhar o tema na busca de soluções a curto e longo prazo se não for através da educação de crianças, adolescentes e jovens. [...] É preciso, portanto, educar a criança, o adolescente e o jovem para a conscientização dos meninos de que nenhuma mulher é um objeto e que não há qualquer relação de dominação sobre ela, por isso o fim de um relacionamento não deve ser visto como uma chance de humilhação ou degradação da imagem da ex-companheira, ou até de uma ex-colega ou ex-amiga.

Conforme Brancaleoni e Oliveira (2016) para discussão de sexualidade em seu caráter multidimensional é necessário que o professor possua formação que contemple esse aspecto. É imperativo que os docentes sejam capazes de abordar e problematizar temas que vão além de aspectos biologizantes - DSTs, anatomia e fisiologia do sistema reprodutor feminino e masculino – mas também, os aspectos sociais, culturais, ético, filosóficos dentre outros temas que, em conjunto com esses aspectos já saturados de discussão, darão sentido à sexualidade, bem como vão auxiliar os professores a elaborarem esses assuntos junto dos alunos, buscando a possibilidade de os mesmos terem uma vivência responsável de sua sexualidade.

A necessidade de formação de professores se justifica, conforme Brancaleoni e

Oliveira (2016, p. 1448-1449) pois

[...] o professor é o ator/ autor social a quem cabe o papel de, na escola, auxiliar o estudante a subjetivar o conhecimento, transformá-lo em algo pessoal através da reflexão sobre suas curiosidades e angústias referentes à sexualidade. Desta forma, conhecendo seu corpo, sentimentos e valores, possam viver a sexualidade de maneira mais plena, visto que os jovens necessitam de espaços em que possam questionar, desenvolver a capacidade de tomar decisões, comunicá-las aos outros, lidar com os conflitos e defender as suas opiniões, mesmo que (ou principalmente se) essas sejam contrárias às opiniões dos outros.

A formação de professores é uma necessidade fundamental para garantir a educação de qualidade e alinhada às demandas contemporâneas. No caso da abordagem de temas complexos e sensíveis como sexualidade, cidadania digital ou violência de gênero, essa formação se torna ainda mais imprescindível. Para isso, além de uma formação inicial integrativa em sexualidade, também é importante a formação continuada, pois a capacitação contínua de professores é fundamental para que se atualizem e adaptem suas práticas frente as novas demandas.

Em conformidade a esse sentido, Guimarães et al (2023) aponta a importância da formação inicial docente em relação ao gênero e sexualidade, como também indica a necessidade dessa formação inicial e formação continuada voltada para desconstruir conceitos cisheteronormativos, pois seria uma alternativa para superar preconceitos que interferem no saber-fazer na/da escola frente ao acolhimento, a escuta atenta, inclusão e equidade, que são primordiais para uma educação humanizadora e emancipadora.

5.4 EI... MANDA NUDES? – UM PRODUTO EDUCACIONAL

Como forma de responder ao nosso problema de pesquisa e objetivos, produzimos um produto educacional intitulado “EI... MANDA NUDES? Sexting, Cyberbullying, Escola e pertinências” (APENDICE E) que foi estruturado e constituído a partir da reunião de elementos que elencamos em nosso estudo. Ou seja, elementos contemplados na investigação da percepção de um grupo de sete mulheres que foram vítimas de *cyberbullying* – mais precisamente, da divulgação não autorizadas de conteúdos obtidos na prática do *sexting*.

O corpo do produto educacional foi composto tanto por nossa revisão da literatura quanto por nossos dados coletados. A revisão da literatura foi usada para suplantar alguns elementos que não apareceram em nossas categorias analíticas. Organizamos da seguinte maneira:

Conceituamos o *sexting* e abordamos como uma prática atual em sexualidade; apresentamos *cyberbullying* como uma ação criminosa e leis que tipificam o compartilhamento não autorizado e armazenamento dos conteúdos íntimos que podem ser usadas para respaldar as vítimas juridicamente. Para isso, usamos os dados da seguinte categoria e subcategoria para compor o tema:

- Cuidar é ação possível – o conhecimento que segue em rede por meio de estratégias preventivas e educação sexual: fornecimento de informações.

Mostramos como os efeitos dessa violência podem ser danosos e, em face disso, a necessidade do agir respaldado e consciente dos docentes. Para isso, também nos valem os dados obtidos das nossas categorias analíticas. Os temas e conteúdos usados no produto foram das seguintes categorias e subcategorias:

- Toda nudez (feminina) será castigada - percepções sobre a violência sofrida por meio da exposição dos conteúdos íntimos: confiança na pessoa que se relacionava; julgamentos externos e internos; culpa, vergonha, arrependimento e medo acerca da exposição da intimidade.

- Nas redes da desproteção - desinformação e impactos das vítimas: sentimento de desvalia, impunidade e revolta; e sofrimento psíquico.

Apresentamos maneiras de lidar com a divulgação não autorizada - condutas para proceder com a vítima, condutas para com os expectados invisíveis, passos para a denúncia, bem como sites e telefones para obtenção de apoio psicológico e jurídico. Também apresentamos maneiras de lidar com o *sexting* – dicas se for praticá-lo, recurso tecnológicos e, algumas fronteiras: praticar só se sentir vontade, não praticar sob efeito de drogas e com desconhecidos. Usamos de base os dados da categoria e subcategorias:

- Cuidar é ação possível: o conhecimento que segue em rede por meio de estratégias preventivas e educação sexual: acolhimento e escuta das vítimas; e, fornecimento de informações.

E por último, mostramos a importância da atuação da escola frente a essas temáticas, o seu papel, condutas possíveis e medidas que serão necessárias, tendo em vista que ações educacionais orientadas para esses fenômenos são estabelecidas por lei. Para isso também usamos de base a seguinte categoria e subcategorias:

- Cuidar é ação possível: o conhecimento que segue em rede por meio de estratégias preventivas e educação sexual: educação sexual emancipatória; necessidade de formação de professores e outros profissionais; e, fornecimento de informações.

Esse produto foi pensado de forma a nortear docentes sobre o tema do *sexting* e *cyberbullying*, e fornecer orientações de cunho protetivo e preventivo, com propósito de respaldar atuações dos mesmos frente a situação de vazamento não autorizado, tanto no contexto escolar quanto fora dele, tendo em vista a desinformação acerca desses temas e necessidade de formação de professores em sexualidade e gênero. Desse modo, julgamos necessário propor caminhos possíveis que visam o respeito, o acolhimento, o apoio e orientação das vítimas, no qual o professor, como figura do saber, deve deter tais conhecimentos para poder minimamente intervir na realidade de jovens que podem estar desorientadas e em sofrimento com a exposição íntima.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio desse estudo foi possível investigar como um grupo de mulheres percebem a situação de vazamento não consentido de imagens íntimas – *cyberbullying* – que sofreram, no qual a fonte de obtenção de tais conteúdos aconteceu por meio da prática do *sexting*. E a partir dessas percepções, foi possível visualizar como a família, a escola, profissionais de delegacias foram falhos com essas mulheres, devido às questões de gênero e sexualidade associadas. Ou seja, os impactos e prejuízos de ordem emocional, social e material que tiveram e impasses que encontraram no processo de enfrentamento e reparação, ocorreram porque essas instituições foram fundadas sobre ditames machistas, sexistas e heteronormativos que se valem do gênero e sexualidade para violentar, oprimir, coagir, estigmatizar, segregar, desumanizar corpos que fogem de suas regras e diretrizes.

Nesse sentido, entendemos que quando o fato de praticarem o *sexting* se torna público, ocorre um rompimento com as diretrizes dessas instituições de poder, pois o que se espera é que as manifestações da sexualidade feminina estejam guardadas, que meninas e mulheres sejam recatadas, modestas, discretas, disciplinadas. Tais atribuições – modos de regulação e controle – são formas de qualificar corpos. Portanto, o entendimento de poucos relacionamentos, experiências e conexão com seus corpos, desejos e prazeres atribui maior valor à mulher em questão. Quanto mais internalizam tais diretrizes, mais são vistas como direitas, de valor, de caráter. Ao falharem na função de tornarem seus corpos dóceis, sofrem discriminação com base nesse valor atribuído, gerando assim, estigmatização e segregação de seus corpos.

Compreendemos que avançamos e muito na apropriação de nossos corpos e desejos, hoje temos maior liberdade para viver nossos prazeres, de escolher como queremos nos relacionar e a qualidade das relações tanto afetiva quanto sexuais. No entanto, o problema se localiza não no *sexting* em si – que é uma forma legítima e frequente nos dias atuais de expressão da sexualidade, desejo, sedução, uma maneira de “transar” transposta para o virtual – mas no fato de seus conteúdos serem usados com propósitos violentos. Os autores dos vazamentos sabem o que estão fazendo e o que acontecerá quando, nesse ato traiçoeiro e objetificante, lançam as imagens íntimas da mulheres na internet. Sabe que a sociedade irá atacar, retalhar, humilhar, rechaçar essa mulher em seu nome, isso, justamente por vivermos à sombra de uma cultura machista que deseja controlar, diminuir, objetificar e culpabilizar mulheres consideradas ousadas, à frente, principalmente, nos quesitos sexuais.

Os reflexos disso puderam ser claramente vistos nesse estudo, no qual as mulheres

entrevistadas foram castigadas por terem sua sexualidade desvelada. Compreendemos que a traição da confiança pelo uso dos conteúdos íntimos dá um sentido de corpo objeto que pode ser descartado a qualquer momento quando seu uso é esgotado. Também pudemos constatar no relato das participante o arrependimento e culpa por terem vivido seus prazeres, vergonha da identidade maculada pela sexualidade desviada e o medo de tudo acontecer novamente. Tudo isso são efeitos regulatórios e controladores de uma sociedade machista sobre o corpo feminino, que é manifesto por meio de julgamentos e moralização. Esses efeitos são tão intensos, que as entrevistadas passaram a se julgar, se reprimir, se censurar por terem falhado na ultrapassada e conservadora função de se guardar.

Conforme o que se revelou no relato das entrevistadas, acreditamos que a desproteção das vítimas seja estrutural, devido à ausência de educação sexual que resvala como um todo nos demais aspectos apontados nesse estudo. A ausência de educação sexual propicia a desinformação, o fomento de concepções e comportamentos preconceituosos, discriminatórios, ultrapassados e essencializadores na sociedade e isso, consequentemente, reflete no modo como os profissionais e demais sujeitos tratam as vítimas de vazamento não consentido, culpabilizando-as e normalizando esse evento tão violento segundo os arranjos de gênero e sexualidade arraigadas na cultura. Gerando assim, impasses no enfrentamento e entreves na reparação dessa violência, como também sérios impactos na saúde psicológica e emocional das vítimas.

A partir das percepções desse grupo de mulheres, foi possível elencar alguns elementos que pensamos ser primordiais na reparação, prevenção e cuidado às vítimas de vazamento, a começar pela necessidade da educação sexual emancipatória no contexto escolar, que é um campo fértil para transformação e desconstrução de concepções tradicionais e limítrofes da sexualidade e gênero que urge serem superadas e que, se bem desenvolvida, pode proporcionar novos sentidos e caminhos mais livres para os jovens, possibilitando assim, relacionamentos e formas de viver a sexualidade mais responsáveis, respeitosos e éticos.

A educação sexual adequada precisa ser tratada por uma perspectiva sócio-histórica-cultural, possibilitando a problematização de uma cultura machista e violenta que está infiltrada em instituições consagradas – família, religião, escola e judiciário - que propagam formas normatizadas de viver a sexualidade e posições binárias e essencialista acerca dos gêneros. Esse entendimento precisa estar no horizonte dos professores e outros profissionais, pois, a falta de formação além de reforçar a repetição de padrões normativos, hegemônicos que são opressivos, não estimula nos jovens a reflexão, o pensamento crítico e autônomo, o acolhimento e nem o fortalecimento dos mesmos. A tarefa do professor é educar e para isso se

faz necessário a formação adequada e capacitação contínua para informar, orientar, nortear, cuidar e prevenir os jovens, uma vez que é a figura referência de conhecimento, e esse deve deter conhecimentos sobre sexualidade e gênero, bem como estar a par de demandas atuais para atuar junto à comunidade escolar.

O acolhimento e escuta das vítimas também foi elencado como elemento estratégico para proteção e prevenção das vítimas. No entanto, as participantes relataram não encontrar essa escuta e acolhimento da rede familiar, mas em redes alternativas, como a de amigos, terapia e grupo de apoio. Ter essas redes se mostrou como um elemento primordial para a recuperação das vítimas, para que conseguissem atravessar os desafios da violação da intimidade e até mesmo, se sentirem fortalecidas para fazer a denúncia.

Compreendemos também que, em muitos casos, os jovens não possuem espaço dentro de casa para se abrir sobre os acontecimentos de sua vida ou não se sentem permitidos a isso pelo medo de julgamento e punições, e muitas vezes, encontram no professor esse lugar. Portanto, o docente possuir formação adequada, atualizada e informações pertinentes a situação de *sexting* e *cyberbullying* (informações úteis sobre troca de *sexting*, recursos tecnológicos, caminhos jurídicos, leis, amparos sociais etc.) é essencial para acolher os jovens e nortear-los, uma vez que, conforme os relatos das entrevistadas, as mesmas se sentiram perdidas, desnorteadas, ficaram sem saber o que fazer, e ter uma figura para acolher, ouvir e auxiliar nesse processo pode fazer toda diferença no enfrentamento, fortalecimento e punição dos agressores.

A partir da articulação desses elementos por meio das vivências das vítimas, propomos um produto educacional para docentes, visando prepará-los para tal realidade em espaços formativos. Esse produto visa dar um panorama sobre o *sexting* e *cyberbullying*, a violação da intimidade como crime e as leis que respaldam as vítimas, os efeitos dessa divulgação, o que pode ser feito se algum aluno tiver uma foto íntima divulgada, quais recursos ele pode lançar mão, o papel dos sujeitos frente a divulgação não autorizada, a importância do acolhimento às vítimas, se for enviar o *sexting* algumas dicas e recursos tecnológicos que podem ser úteis e, papel da escola e professores na lida com violação da intimidade, uma vez que foi instituído por lei ações educacionais orientadas para tal fenômeno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARROS, Suzana da Conceição. Discutindo Sobre Sexting. **Rev. Diversidade e Educação**, v.1, n.2, p. 28-31, jul./dez. 2013. Disponível em <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/6320> Acesso em 13 de maio de 2024.

BARROS, Suzana de Conceição; RIBEIRO, Paula Regina Costa. O Sexting e o dispositivo de sexualidade. **Ensino em Revista**, Uberlândia, MG, v. 23, n.2, p.411-436, 2016. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/download/36493/19248/150405>. Acesso em ago. 2024.

BARROS, S. C. de; RIBEIRO, P. R. C.; QUADRADO, R. P. Sexting: a espetacularização da sexualidade. **Educação: Teoria e Prática**, [S. l.], v. 24, n. 45, p. 197–215, 2014. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/7394>. Acesso em: 13 maio. 2024.

VIEIRA, Gabriela Schüller. “O nude que eu guardei”: a experiência feminina durante a produção e a troca de fotos íntimas na era digital. Monografia (Graduação em Comunicação Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/16012/1/GVieira.pdf>. Acesso em nov. 2024.

BARRETO, K. A.; FONSECA, S. O.; SILVA, S. L. Revenge porn: crime rápido, consequências perpétuas. **Revista Extensão**, v. 2, n. 1, p. 42-48, 13 mar. 2019. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/extensao/article/view/1175/860>. Acesso em nov. 2024

BATES, Samantha. Revenge porn and mental health: a qualitative analysis of the mental health effects of revenge porn on female survivors. **Feminist Criminology**, v. 3, nov. 2016. Disponível em <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1557085116654565> Acesso em 13 de maio de 24.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.19, n.2, p.549-559, ago. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v19n2/v19n2a16.pdf>. Acesso em: 30 ago, 2024.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação Qualitativa em Educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.

BOZZA, Thais Cristina Leite; VINHA, Telma Pileggi. Cyberbullying, cyber agressão e riscos on-line: Como a escola pode atuar diante dos problemas da (cyber) convivência. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, p. e023059-e023059, 2023.

BRANCALEONI, Ana Paula Leivar. Sexualidade e processos formativos: o calar e o dizer. In: **Psicanálise e processos formativos: temas e experiências**, BRANCALEONI, Ana Paula Leivar (Org.) – Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021.

BRANCALEONI, Ana Paula Leivar; KUPERMANN, Daniel. Sexualidade, gênero e abjeção entre os muros da escola: um olhar da psicanálise. In: **Ensino, Diversidades e Práticas**

Educativas: Pistas, Experiências e Possibilidades, PERINELLI NETO, Humberto (Org.) - Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018.

BRANCALEONI, Ana Paula Leiva.; OLIVEIRA, Rosemary de. Silêncio! Não desperte os inocentes: sexualidade, gênero e educação sexual a partir da concepção de educadores. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 10, n. esp2, p. 1445–1462, 2016. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/8330>. Acesso em: 13 maio. 2024.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 13 de maio de 2024

_____. **Lei n.º 2.848 de 07 de dezembro de 1940**. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.html

_____. **Lei n.º 11.340, de 07 de agosto de 2006**. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.html

_____. **Lei n.º 12.737 de 30 de novembro de 2012**. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12737.htm. Acesso em 13 de maio de 2024

_____. **Lei n.º 12.965 de 23 de abril de 2014**. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm. Acesso em 13 de maio de 2024

_____. **Lei n.º 13.772 de 19 de dezembro de 2018**. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13772.htm#:~:text=Produzir%2C%20fotografar%2C%20filmar%20ou%20registrar,um\)%20ano%2C%20e%20multa..](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13772.htm#:~:text=Produzir%2C%20fotografar%2C%20filmar%20ou%20registrar,um)%20ano%2C%20e%20multa..) Acesso em 13 de maio de 2024

_____. **Lei n.º 14.811 de 12 de janeiro de 2024**. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=515&pagina=1&data=15/01/2024>. Acesso em 13 de maio de 2024

CAETANO, Marcio Rodrigo Vale; HERNÁNDEZ, Jimena de Garay. Para além das dicotomias: Performances de gênero, sexualidades e questões à escola. **Revista Advir**, Rio de Janeiro, jul./2012.

CABO, Sónia Catarina Carabana. Ação preventiva da mediação na comunidade escolar: potencialidades da aprendizagem orientada para a ação de prevenção do sexting. Tese de Doutorado. Universidade do Minho (Portugal), 2020.

CARDOSO, André Tavares. Sexting: percepções de adolescentes e pais sobre o fenômeno e sua relação com aspectos familiares. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2017. Disponível em: https://repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/10139/Andre%20Tavares%20Cardoso_.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em nov. 2024.

CISNE, M.; OLIVEIRA, G. M. J. C. Violência contra a mulher e a lei Maria da Penha: desafios na sociedade patriarcal-racista-capitalista do Estado brasileiro. **Serviço Social em Revista**, 20(1), 77-96, 2018.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2001.

CRAESMEYER, Bruno Ramos. Caiu na net: violação de intimidade e regime de vigilância distribuída. 2017. 118 f., il. Dissertação (Mestrado em Comunicação) —Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

DESLANDES, Suely Ferreira et al. Vazamento de nudes: da moralização e violência generificada ao empoderamento. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, p. 3959-3968, 2022.

DIESEL, Aline; BALDEZ, Alda Leila Santos; MARTINS, Silvana Neumann. Os princípios das metodologias ativas de ensino: uma abordagem teórica. **Revista Thema**, Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia Sul-rio-grandense. Pelotas, RS, Brasil., v. 14, n. 1, p. 268-288, jan. 2017. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4650060/mod_resource/content/1/404-1658-1-PB%20%281%29.pdf. Acesso agosto 2024.
superior transformada através de metodologias ativas: uma revisão narrativa da literatura.

DUARTE, Giovanna Maria. Impactos psicológicos e sociais da divulgação de imagens íntimas na adolescência: um estudo de casos múltiplos. Relatório Científico Fapesp, Universidade Federal de São Carlos, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/16055/Relatório%20Final%20IC%20-%20Giovanna.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em nov. 2024

FEITOSA, L. D. S. (2020). Desvendando o sexting: como as construções de gênero impactam a dinâmica das mensagens sexuais. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil. https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/40475/1/2020_LaradeSouzaFeitosa.pdf. Acesso em 27 de nov. 2024.

FERREIRA, Jhoanny Rosyelly. Violência de gênero e a exposição de imagens íntimas na internet: a jurisprudência do TJ/AL acerca da pornografia de vingança. Monografia (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2024. Disponível em: https://www.repositorio.ufal.br/bitstream/123456789/14521/1/Violência%20de%20gênero%20e%20a%20exposição%20de%20imagens%20íntimas%20na%20internet_a%20jurisprudência%20do%20TJ%20AL%20acerca%20da%20pornografia%20de%20vingança.pdf. Acesso em nov. 2024.

FIALOVA, Katerina; FASCENDINI, Fabiana. Vozes dos espaços digitais: violência contra a mulher relacionada à tecnologia. **PoliTICS**, maio 2012. Disponível em:

http://www.genderit.org/sites/default/upload/38_violenciacontramulher_politics12.pdf. Acesso em 27 de nov. 2024

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. Educação sexual: como ensinar no espaço escolar. In: FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. (Org.). **Educação sexual: múltiplos temas, compromissos comuns**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2009.

FIGUEIREDO, Camila D. S. **Adolescentes na sociedade do espetáculo e o sexting: vulnerabilidade, alertas, desafios, caminhos a seguir**. Curitiba: Editora CRV, 2016.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Trad. M.T. C. Albuquerque e J. A. G. Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. Verdade, poder e si mesmo. In: Ditos e escritos: ética, sexualidade, política. v.5, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes**. Porto Alegre: Penso, 2013.
vulnerabilidade, alertas, desafios, caminhos a seguir. Curitiba: Editora CRV, 2016.

FRANÇA, Leandro; QUEVEDO, Jéssica; FONTES, Jean; SEGATTO, Anderson; ABREU, Carlos; SANTOS, Diego; VIEIRA, Luana; GAUER, Gabriel. Projeto Vazou: pesquisa sobre o vazamento não consentido de imagens íntimas no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**. vol. 169. ano 28. p. 231-270. São Paulo: Ed. RT, julho 2020. Disponível em: https://www.cafeefuria.com/ayresfranca/Art_14_FRANCA_LAet_al_Projeto_Vazou_RBCC_RIM_169.pdf. Acesso em 27 de nov. 2024

FRANKS, Mary Anne. “Revenge porn” reform: A view from the front lines. **Fla. L. Rev**, v. 69, p. 1251-1337, 2017. Disponível em: https://repository.law.miami.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1570&context=fac_articles. Acesso em 13 de maio de 2024.

FRANKS, Mary Anne. Drafting an effective “revenge porn” law: a guide for legislators. 2021. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2468823. Acesso em 13 de maio de 2024.

FUCUTA, Brenda. Hipnotizados: O que os nossos filhos fazem na internet e o que a internet faz com eles. Objetiva, 2018, p. 240.

GAIOLO, Fabio Martins.; BRANCALEONI, Ana Paula Leivar. A força do silêncio: sexualidade e gênero na formação de professores no interior paulista. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 15, p. e4306078, 2021. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/4306>. Acesso em: 13 maio 2024.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ed. Atlas: São Paulo, 2002.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Corpo. In: Dicionário Crítico de Gênero. Dourados: UFGD, 2015, p. 1135.

GOMES, Allana Laryssa Targino; LIMA, Walber Cunha. O vazamento de imagens íntimas no século XXI: as repercussões jurídicas e sociais quanto à exposição de mulheres as margens do direito da personalidade. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Direito) - Centro Universitário do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, Brasil. Disponível em: <https://repositorio.unirn.edu.br/jspui/handle/123456789/338>. Acesso em 27 de nov. 2024.

GONÇALVES, Vanessa Chiari; ALMEIDA, Marina Nogueira de. A exposição pública não consentida da intimidade sexual: entre a tipificação e a culpabilização da vítima. **Revista de Criminologias e Políticas Criminais**. Porto Alegre, vol. 4, n. 2, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/204635>. Acesso em 27 de nov. 2024.

Guimarães, Eduardo Barbosa De Menezes; SILVA, Iolete Ribeiro Da; FERREIRA, Isabel Cristina Fernandes; ESPERANÇA, Angelo Cabral. Projetos pedagógicos de curso em análise: gênero e sexualidade na formação docente. **Educação em revista**, v. 39, p. E41675, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/4MSKk9KvhFjccY4XxDPw6bK/?lang=pt>. Acesso em nov. 2024.

LEAL, L. das N.; RODRIGUES, G. S.; DA SILVEIRA, I. D.; AMARO, T. V.; SANTOS, D. B.; PALUDO, S. dos S. CEP em Selfie: abordando sexting com adolescentes como forma de exposição virtual da sexualidade. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, [S. l.], v. 3, n. 1, 2017. DOI: 10.9771/cgd.v3i1.17605. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/17605>. Acesso em: 13 maio. 2024.

LINS, Beatriz Accioly. Caiu na rede: mulheres, tecnologias e direitos entre nudes e (possíveis) vazamentos. 2019. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

LINS, Beatriz Accioly. Manda Nudes: torções morais, prazeres e perigos da produção e troca de imagens eróticas. **32ª Reunião Brasileira de Antropologia**, nov. 2020. Disponível em: [https://www.32rba.abant.org.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czoNToiYT0xOntzOjEwOiJJRF9BUiFVSZVZVZPIjtzOjQ6I2NzUiO30iO3M6MT0iaCI7czozMjoiMDExMDcxZDE0YmUwMzcxZjE1Nzg0ZDFmYjYwNTViNTkiO30%3D](https://www.32rba.abant.org.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czoNToiYT0xOntzOjEwOiJJRF9BUiFVSZVZPIjtzOjQ6I2NzUiO30iO3M6MT0iaCI7czozMjoiMDExMDcxZDE0YmUwMzcxZjE1Nzg0ZDFmYjYwNTViNTkiO30%3D). Acesso em 27 de nov. 2024

LIPPMAN, J. R; CAMPBELL, S. W. Damned if you do, damned if you don't...if you're a girl: relational and normative contexts of adolescent sexting in the United States. *Journal of Children and Media*, 8 (4), 371–386, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/17482798.2014.923009>. Acesso em 13 de maio, 2024.

LORDELLO, S. R.; SOUZA, L.; COELHO, L. de A. M. Adolescentes e redes sociais: violência de gênero, sexting e cyberbullying no filme Ferrugem. **Nova Perspectiva Sistêmica**, [S. l.], v. 28, n. 65, p. 68–81, 2019. DOI: 10.38034/nps.v28i65.538. Disponível em: <https://revistanps.com.br/nps/article/view/538>. Acesso em: 24 nov. 2024.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. (Org.) **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, v. 19, n. 2, p. 17-23, maio 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/fZwcZDzPFNctPLxjzSgYvVC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 13 de maio de 2024.

_____. Pensar a sexualidade na contemporaneidade. In: SEXUALIDADE, Secretaria de Estado da Educação do Paraná. (Org.). **Caderno Temático de Sexualidade**. Curitiba: Imprensa Oficial, v. 01, p. 29-35, 2009. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_tematicos/sexualidade.pdf. Acesso em 24 de ago. 2024.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisas em educação: abordagens qualitativas**. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: E.P.U, 2017.

POUPART, J. **Pesquisa Qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

MAIA, Ana Claudia Bortolozzi; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Educação sexual: princípios para ação. **Doxa**, v.15, n.1, p.75-84, 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Ana-Claudia-Maia/publication/341262997_EDUCACAO_SEXUAL_PRINCIPIOS_PARA_A_ACAO_Doxa_v15_n1/links/5eb60a43299bf1287f77decf/EDUCACAO-SEXUAL-PRINCIPIOS-PARA-A-ACAO-Doxa-v15-n1.pdf. Acesso em 13 de maio, 2024.

MAIA, Ana Claudia Bortolozzi. Sexualidade e Educação Sexual. Acervo Digital Unesp, 2014. Disponível em: <http://acervodigital.unesp.br/handle/unesp/155340>. Acesso em 13 de maio de 2024.

MELO, Sonia Maria Martins de; PACHECO, Raquel da Veiga; FREITAS, Marcia de Freitas. Educação sexual emancipatória e o pensamento crítico: reflexões sobre saberes e fazeres do grupo edusex. **Unisul**, Tubarão, v.14, n.26, p.438-453, Jul/Dez, 2020. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/Poiesis/article/view/9780/5466>. Acesso em nov. 2024

MELO, S. M. M. de. POCÓVI, R. Educação e Sexualidade. (Caderno Pedagógico, v. 1), Florianópolis: UDESC, 2012.

MANO, Maíra Kubík; DE SOUZA, Fabricio. Sexting, adolescência e relações de gênero. **GÊNERO**, p. 74, 2020.

MANOEL, Diego Franco; LORDELLO, Silvia Renata; PESSOAS, Alex Sandro Gomes. Sexting e adolescência: a emergência de novos temas para a psicologia do desenvolvimento. **SPAGESP** - Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo, 21(1), 37-50, 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702020000100004. Acesso em 13 de maio de 2024.

MARCELLO, Fabiana de Amorim. Sobre os modos de produzir sujeitos e práticas na cultura: o conceito de dispositivo em questão. **Currículo sem Fronteiras**, v.9, n.2, pp.226-241, Jul/Dez, 2009. Disponível em: https://www.academia.edu/32451766/Sobre_os_modos_de_produzir_sujeitos_e_pr%C3%A1t

icas_na_cultura_o_conceito_de_dispositivo_em_quest%C3%A3o. Acesso em 13 de maio de 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 21ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

MOTA, Bruna Germana Nunes. Pornografia de vingança em redes sociais: perspectivas de jovens vitimadas e as práticas educativas digitais. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira: Fortaleza, 2015.

MONTEIRO, Solange Aparecida de Souza. Relações de gênero e as subjetividades em contextos culturais. Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

NÃO CONTO. Caiu na net. 2023. Disponível em: <https://www.naoconto.com/2023/05/fotos-de-minha-namorada-muito-gostosa.html>. Acesso em 13 de 2024.

PAIVA, Júlia Karen Lopes Paiva. Reflexos do revenge porn na legislação brasileira. Monografia (Graduação em Direito) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, Mossoró, 2021. Disponível em: <https://repositorio.apps.uern.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/359/Monografia%20Júlia%20Karen%20Lopes%20-%20versão%20final.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em nov. 2024.

PATROCINO, Laís Barbosa; BEVILACQUA, Paula Dias. Sobre risco, violência e gênero: revisão da produção da saúde sobre o sexting entre jovens. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 2709-2718, 2021.

PATROCINO, Laís Miranda Barbosa; BEVILACQUA, Paula Dias. O que nudes e divulgação não autorizada de imagens íntimas têm a lembrar à escola?. **Educação e Pesquisa: Revista da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo**, v. 49, n. 1, p. 51, 2023.

PATROCINO, L. B.; BEVILACQUA, P. D. Divulgação não autorizada de imagem íntima: danos à saúde das mulheres e produção de cuidados. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 25, p. e210031, 2021.

_____. Divulgação não autorizada de imagens íntimas: experiências de mulheres e de cuidados em saúde. 2022. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) - Instituto René Rachou, Fundação Oswaldo Cruz, Belo Horizonte, 2022. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/51735>. Acesso em 13 de maio de 2024.

PESSOA, Alex Sandro Gomes; COIMBRA, Renata Maria; NOLTEMEYER, Amity; BOTTRELL, Dorothy. Resilience processes within the school context of adolescents with sexual violence history. **Educação em Revista**, v. 33, p. e157785, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/wgWny93dfGhQH6DNRTJWvJH/?lang=en#>. Acesso em 27 de novembro, 2024.

PETROSILLO, Isabela Rangel. Esse nu tem endereço - o caráter humilhante da nudez e da sexualidade feminina em duas escolas públicas. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016. Disponível em:

http://ppgantropologia.sites.uff.br/wp-content/uploads/sites/16/2016/07/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Isabela_Petrosillo_2016_PP_GA_UFF.pdf. Acesso em ago. 2024.

QUIRINO, Rafael Contini, PESSOA, Alex Sandro Gomes, FURUKAWA, Leticia Yuki de Araujo; BOTTRELL, Dorothy. Violência, sofrimento e subversão: notas de um estudo qualitativo sobre trajetórias escolares de jovens homossexuais brasileiros. **Journal of Homosexuality**, 69 (14): 2513–31. 2021. Disponível em: doi:10.1080/00918369.2021.1943279. Acesso em 27 de nov. 2024.

RUBIN, Gayle. Pensando sobre sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 21, p. 41-81, 2003. Disponível em: <https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/2711>. Acesso em 13 de maio de 2024.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a Teoria Queer**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em 20 de maio, 2024.

SEFFNER, Fernando. Formação docente nos temas de gênero, sexualidade e culturas juvenis: conhecimentos, práticas e disposições sociais. In: **II Seminário corpos, gêneros, sexualidades e relações étnico-raciais na educação**, SILVA, Fabiane Ferreira da; FREITAS, Diana Paula Salomão (Orgs.) – Uruguaiana, RS: Unipampa, 2012.

SEFFNER, F. Um bocado de sexo, pouco giz, quase nada de apagador e muitas provas: cenas escolares envolvendo questões de gênero e sexualidade. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.19, n.2, p.561-572, ago. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/smr98Jk4VyMbxxd5GBPsy5G/abstract/?lang=pt>. Acesso em ago. 2024.

SILVA, Ingrid; SANTANA, Nayara. “Revenge porn” - uma perspectiva sobre a responsabilidade civil na era digital. **Real Repositório Institucional ICESP**, v. 2, n. 1, 2023. Disponível em: <https://revistas.icesp.br/index.php/Real/article/view/4521/2379>. Acesso em: 24 de novembro de 2024.

SIQUEIRA, Gisele Costa. Crimes cibernéticos contra a mulher: análise da (in) eficácia legislativa e abordagem jurídica sobre a conduta conhecida como pornografia de vingança. Monografia (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/58344/3/2021_tcc_gcsiqueira.pdf. Acesso em nov. 2024

SOUZA, Lara.; LORDELLO, Silvia Renata. M. Sexting e violência de gênero entre jovens: uma revisão integrativa de literatura. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 36, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102.3772e3644>. Acesso em 20 de maio, 2024.

SOUZA, Lara.; LORDELLO, Silvia Renata Magalhães. O sexting no brasil: a percepção sobre mensagens sexuais. **Psicologia em Estudo**, v. 28, p. e54662, 2023. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pe/a/s9MXxqnWjVDWhQQJFXdKBZw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 27 de nov. 2024

SOUSA, Fabiana Rodrigues de. Resistir para existir: aportes freireanos para uma educação sexual transgressora e emancipadora. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 16, e2116462, 2021. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-43092021000100207&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 01 dez. 2024.

SOUSA, Letícia de Mélo; ALBERTO, Maria de Fátima Pereira. Exposição íntima online: experiências de mulheres brasileiras e seu acesso a políticas públicas. **Estudos de Psicologia (Natal)**, [S. l.], v. 27, n. 1, p. 57–67, 2023. DOI: 10.22491/1678-4669.20220006. Disponível em: <https://submission-pepsic.scielo.br/index.php/epsic/article/view/22503>. Acesso em: 26 nov. 2024.

SOUZA, Letícia de Mélo. Slut Shaming e Porn Revenge: vivências de mulheres jovens e as repercussões para a saúde mental. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, p. 75. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/12168/1/Arquivototal.pdf>. Acesso em nov. 2024.

SOUZA, Letícia de Mélo. Slut shaming ou exposição íntima online: violência contra a mulher e políticas públicas de enfrentamento. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, p. 305. 2021. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/21552/1/LetíciaDeMeloSousa_Tese.pdf. Acesso em nov. 2024.

WALKER, Shelley; SANCI, Lena; TEMPLE-SMITH, Meredith. Sexting: young women's and men's views on its nature and origins. **Journal of Adolescent Health**, v. 52, n. 6, abr. 2013. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1054139X13000852>. Acesso em 13 de 2024.

WANZINACK, Clóvis; SCREMIN, Sanderson Freitas. Sexting: comportamento e imagem do corpo. **Divers@! Revista Eletrônica Interdisciplinar**, Matinhos, v.7, n. 2, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/diver.v7i2.40715>. Acesso em 20 de maio. 2024.

WEIBLEN, Fabrício Pinto. A criminalização da “pornografia de vingança” como reação à violência de gênero: uma análise de direito comparado. **Revista do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro**, nº 79, jan./mar. 2021. Disponível em: <https://www.mprj.mp.br/documents/20184/2157471/Fabr%C3%ADcio%20Pinto%20Weiblen.pdf/#:~:text=Desde%20j%C3%A1%2C%20pode%2Dse%20adiantar,de%20outros%20meios%20de%20dissuas%C3%A3o>. Acesso em 13 de maio de 2024.

WILLARD, N. E. Sexting and Youth: Achieving a Rational Response. **Journal of Social Sciences**, 6(4), 542-562, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.3844/jssp.2010.542.562>. Acesso em 13 de maio de 2024.

APÊNDICE A – Roteiro entrevista semiestruturada

Entrevista:

1. Conte-me como aconteceu e quanto anos tinha.
2. Você sabe quem expôs seus conteúdos na internet?
3. Como você se sentiu ao saber que suas fotos e/ou vídeos haviam vazado?
4. O que aconteceu após a divulgação?
5. Na época você estudava? Se sim, como seus colegas de sala e amigos reagiram e te trataram?
6. E no trabalho e outros locais que frequentava?
7. Como sua família reagiu ao saber o que havia ocorrido?
8. Você teve algum apoio para enfrentar esse evento?
9. Qual foi a repercussão que essa exposição gerou em sua vida?
10. Quais prejuízos você teve com a exposição?
11. Você recebeu suporte psicológico de algum profissional da psicologia?
12. Você tomou alguma providência jurídica quanto ao ocorrido? Se não, justifique.
13. Você possui conhecimento sobre as formas de proteção cabíveis em caso de exposição?
14. Quais são os reflexos desse acontecimento na sua vida hoje?
15. Como se sente ao enviar sexting hoje?
16. Quando pensa no que aconteceu, quais são os sentimentos que estão presentes?
17. Em seu período escolar se lembra de algum caso parecido com o seu? E ainda, teve aulas de educação sexual? Qual seu entendimento acerca desse tema?
18. Qual conselho você daria para as meninas e mulheres acerca desse evento?

APÊNDICE B – Quadros das entrevistas transcritas e categorizadas

TODA NUDEZ (FEMININA) SERÁ CASTIGADA: PERCEÇÕES SOBRE A VIOLÊNCIA SOFRIDA POR MEIO DA EXPOSIÇÃO DOS CONTEÚDOS ÍNTIMOS.		
SUBCATEGORIAS	UNIDADES DE CONTEXTO	UNIDADES DE REGISTRO
Confiança na pessoa que se relacionava.	Olha, hoje é como se fosse uma... Não digo uma ferida, mas virou uma cicatriz, assim... Ela já tá bem apagada... mas eu acho que ela nunca vai sumir porque ficou marcado mesmo... Eu tenho dificuldades hoje de relacionamento com as pessoas, pessoas de modo geral, porque eu sempre fico desconfiada. <u>E eu fico muito assim “será que eu posso confiar nessa pessoa?”</u> <u>Porque eu confiei nele e olha o que deu.</u> Então, ainda é muito difícil isso pra mim. (Julia) <u>Eu não consigo confiar</u>, eu não consigo mandar foto pra mais ninguém, nem visualização única, nada, eu, se eu transar e o celular da pessoa tocar, se pessoa pegar eu já entro em choque, eu não consigo mais ter por exemplo, tô namorando e colocar relacionamento sério no Facebook, não eu não faço mais, <u>não confio mais...</u> (Maria) Tipo, <u>não que seja errado fazer isso</u>, <u>mas assim, mandar para uma pessoa que realmente confia.</u> Porque aí <u>eu tiro de lição isso que aconteceu comigo, sabe?</u> <u>Confiei na pessoa, mas...</u> (Silêncio) Se eu tivesse insistido um pouco mais, eu acho que eu iria saber quem realmente ele era, sabe? (Alana) Hoje em dia eu sinto só que eu deveria ser mais inteligente, sabe? <u>Eu me sinto um pouco burra de ter feito isso.</u> Eu sentia... <u>Porque eu confiei na pessoa, eu mandei uma coisa que não era pra mandar.</u> (Regiane)	“eu confiei nele e olha o que deu” “Eu não consigo confiar” “eu tiro de lição isso que aconteceu comigo, sabe? Confiei na pessoa, mas...” “eu confiei na pessoa, eu mandei uma coisa que não era pra mandar.”
A surpresa com a exposição de seus conteúdos íntimos.	<u>Eu estava saindo da sala, e aí uma menina que estudava comigo falou que tinha uma foto nos meus stories do Instagram. Nas fotos não tinha meu rosto, só tinha a</u>	Breve resumo de como foi feito a exposição

	<u>minha parte íntima. Como não tinha o meu rosto, imediatamente eu apaguei e falei que era vírus. (Julia)</u> <u>Nossa, eu queria me matar..., nossa, foi horrível. A primeira coisa que eu pensei, literalmente, foi em suicídio. Pensei que minha vida tinha se acabado, que não tinha mais perspectiva de futuro depois disso. Como que eu, uma mulher, que estou estudando, nem me formei... vou construir alguma coisa na minha vida sabendo que as minhas fotos foram vazadas, entendeu? E aí eu só fiquei pensando o quanto que a minha imagem ia manchar. (Julia)</u> <u>Durante o relacionamento havíamos feito uns vídeos nossos e tinha mandado umas fotos nuas para ele também. Quando soube estava em casa, foi um amigo meu que veio me avisar e mandou prints... eram os vídeos e fotos íntimas minhas por meio de uma postagem em um perfil falso no Facebook. Nessa postagem estava meu número de celular e que eu era garota de programa. (Maria)</u> <u>[...] começou a enchorrada de mensagem no meu Facebook porque ele jogou junto meu perfil, me marcou, e começou um monte de mensagem no WhatsApp, um monte de mensagem no Messenger, e eu entrei em desespero, liguei para meu amigo chorando dizendo o que eu iria fazer da minha vida depois disso. (Maria)</u> <u>Estava na rua quando meu celular começou a tocar. Quando eu pego meu celular, várias pessoas haviam me ligado, me enviaram mensagens com prints do que havia acontecido. Eram minhas fotos íntimas que tinham sido divulgadas para todos os meus contatos do WhatsApp. (Joana)</u> <u>[...] eu não conseguia falar nada, eu só chorava, chorava, chorava. Eu só tinha medo. A palavra é essa. Como eu me senti,</u>	Como descobriu a exposição Exposição como algo inconcebível Preocupação com que as pessoas iriam pensar Desespero
--	---	---

	era com muito medo. Muito medo mesmo porque eu não sabia o que iria acontecer, né? <u>a minha preocupação era muito com os outros, né? De que forma as pessoas iriam interpretar aquilo.</u> (Joana) Eu gostava de um menino e a gente ficava. Daí <u>enviei um vídeo erótico para ele, só que depois disso a gente brigou e na discussão ele disse que iria mostrar meu vídeo para todo mundo,</u> só que não acreditei que ele faria realmente isso, mas fez. <u>Soube a partir de uma publicação no Facebook.</u> (Regiane) Eu participava de um grupo no WhatsApp que era do jogo online que eu gostava. Nesse grupo a grande maioria era homens mais velhos, e rolava muita pornografia. E alguns rapazes que eu conversava falava muitas coisas para mim, comecei a enviar fotos íntimas minhas, e em troca recebia alguns benefícios no jogo para melhorar meu personagem ou os poderes do jogo, coisas assim. Depois de um tempo, eu parei de jogar e saí do grupo. Quase um ano se passou e <u>me colocaram em um grupo diferente com os mesmos homens, e lá enviaram todas as minhas fotos. A partir disso, soube que uma pessoa específica que eu enviava, compartilhava minhas fotos com todos os homens do grupo</u> e em outros grupos também. (Vanuza) Eu estava no ônibus indo para o serviço, e <u>um menino da minha sala me enviou uma foto minha nua, dizendo que eu estava gostosa. Entrei em desespero. Foi nesse momento que eu soube que meu ex-ficante havia vazado 3 fotos minhas que estava em uma galeria privada do Snapchat.</u> Não somente vazou minhas fotos, como de outras meninas também em um grupo de WhatsApp. (Alana) [...] Eu me senti muito mal. Senti exposta, constrangida, eu me senti perdida, <u>não sabia o que eu ia fazer na hora. Eu só fui</u>	
--	---	--

	<u>viver num dia após o outro pra ver o que ia acontecer.</u> (Alana) <u>Conheci um rapaz na roda de amigos e começamos a conversar. Ele me pediu fotos íntimas, e enviei para ele, mas não chegamos a nos relacionar, ficamos somente conversando, no entanto, a mulher dele descobriu e pegou minhas fotos no celular dele e expôs na internet e um áudio me xingando, enviou em um grupo pessoas no WhatsApp, em pouco tempo a cidade inteira ficou sabendo. Só fui saber que ela tinha feito isso quando estava no ônibus indo para o serviço e uma amiga veio me dizer se eu estava sabendo que minha foto estava circulando na cidade.</u> (Fabiana) <u>[...] parece que abriu um buraco e... Porque era uma coisa assim que eu não imaginei que fosse acontecer. [...] acho que a partir daquele momento ali eu desabei, [...] na hora eu não ouvi nada, eu só chorava.</u> (Fabiana)	
Julgamento externo e interno	<u>Eu não pensei no sentido assim, se eu estava sofrendo, eu senti desespero... desespero porque eu sabia que com essa divulgação outras pessoas iam ver e eu estava preocupada com que as pessoas iriam dizer.</u> (Julia) <u>Eu lembro que eu até cheguei a comentar com algumas pessoas, mas aí elas falavam “mas quem mandou você mandar, sabe?”</u> <u>Coisas que não era legal de se comentar nesse momento, então eu guardei comigo sozinha e isso pouquíssimas pessoas sabem, eu nunca de fato falei para ninguém, até mesmo quando eu fazia terapia eu não conseguia falar.</u> (Julia) <u>[...] se eu ia no mercado comprar pão, eu tinha a sensação de que todo mundo tava sabendo, todo mundo tava me olhando, todo mundo tava me julgando, e eu me julgava, eu tinha um pré-julgamento, e eu pus em xeque até minhas qualidades como mãe. Que eu falei “nossa como assim eu</u>	“eu estava preocupada com que as pessoas iriam dizer” elas falavam “mas quem mandou você mandar, sabe?” “eu tinha a sensação de que todo mundo tava sabendo, todo mundo tava me olhando, todo mundo tava me julgando, e eu me julgava, eu tinha um pré-julgamento” “ah, por que você filmou? Ah, você não devia ter filmado, você tem que se resguardar” “e saí de lá tipo ‘a culpa é minha, eu, eu me mostrei, eu mostrei meu

	sou uma mãe, eu me permiti a fazer isso, eu sou mãe, <u>‘NÃO, SOU UMA MÃE’, não tenho que estar fazendo essas coisas”... eu ouvia isso também “como uma mulher que tem filho não preserva o próprio filho faz essas coisas?!”</u> (lagrimas) (Maria) [...] foi feito o boletim de ocorrência e saí de lá tipo <u>“a culpa é minha, eu, eu me mostrei, eu mostrei meu corpo, eu deixei ele me filmar, eu sou uma vagabunda” era assim que me sentia...</u> (Maria) Eu tinha uma ou duas pessoas que era as únicas que eu falava na faculdade que eram amigos em comuns, que acabaram vendo, mas eram pessoas que me acolheram muito. Só que acaba que tem repercussão né, o amigo do amigo ver... <u>teve algumas perseguições na faculdade, falas do tipo: “ah então está explicado”, “ah eu já sabia que ela era prostituta... olha o cabelo dela, o estilo dela, a roupa que ela usa, tá explicado”, “aaaah, nota boa? vai saber, será não dormiu com o professor?”.</u> (Maria) mas fora do trabalho <u>eu me sentia extremamente julgada, teve pessoas, amigas que viraram a cara pra mim, que pararam de falar comigo, que: “ah olha desculpa, não dá pra manter a amizade com você porque meu marido não vai gostar”</u> mas no fundo eu sentia que era tipo assim <u>“você vai dar em cima do meu marido”... (silêncio) é foda.</u> (Maria) Então eu recebi muitas mensagens dessa forma, também escutei muita gente dizendo <u>“ah, mas que tipo de pessoa é essa que tem uma foto no celular?” O meu pai foi uma dessas pessoas... quando aconteceu isso comigo, ele disse que isso é... que eu tinha procurado, que tipo de mulher eu era por ter uma foto dessa no celular?</u> (Joana) Eu ia em um evento [...] e comecei a entrar em contato no WhatsApp com algumas	corpo, eu deixei ele me filmar, eu sou uma vagabunda’ era assim que me sentia...” “quando aconteceu isso comigo, ele disse que isso é... que eu tinha procurado, que tipo de mulher eu era por ter uma foto dessa no celular?” “Os maiores julgamentos vieram por parte das meninas. Falaram que eu era vagabunda. Mas tipo, falam isso, mas é como se ninguém nunca tivesse feito isso, sabe?” “Meu marido não conversava comigo, só me xingava. Virou um inferno. Minha vida virou um inferno. [...] duro que no outro dia você tem que levantar, ainda tem que erguer a cara e pegar o ônibus pra ir trabalhar. E eu sabia que a pessoa no ônibus ali, no celular, estava falando...”
--	---	--

	profissionais para fazer cabelo e maquiagem. E me indicaram uma, e eu gostei muito do trabalho dela. E a gente começou a conversar, né? A gente conversava muito no WhatsApp, ela perguntava com que cor de roupa eu pretendia ir, me dava sugestões, perguntava de acessório... era por isso que eu tinha muito contato com ela no WhatsApp, e ela foi uma das pessoas que mais me xingou de todas as mensagens que eu recebia, ela foi assim que mais pegou pesado comigo com relação a fazer um julgamento. Ela perguntou se eu pensava que ela era esse tipo de profissional que trocava serviço com afazeres sexual, né? Que eu estava enganada. Ela colocou na mensagem de texto que eu era uma garota de programa. Afirmou que eu era uma garota de programa e que usava do meu corpo para tirar proveito em cima dos serviços. (Joana) <u>Os maiores julgamentos vieram por parte das meninas. Falaram que eu era vagabunda. Mas tipo, falam isso, mas é como se ninguém nunca tivesse feito isso, sabe? Tipo, caiu tudo sobre a Alana. A Alana é o oitavo pecado do mundo. Então, assim, eu senti uma pressão em cima de mim. (Alana)</u> <u>Na escola eles mais olhavam, sabe? Só que o olhar de julgamento também é a pior coisa. E era toda hora. Porque todo mundo na escola sabia. Tipo assim, você não tem ideia. Você chegar na escola e todo mundo fica te olhando, sabe? todo mundo tinha no celular. (Alana)</u> Sair pra rolê, assim, eu não ia. Eu me privei. <u>Eu privei porque eu ficava naquela na minha cabeça: “se eu encontrar alguém que vai falar sobre isso; se eu encontrar alguém que já viu?” Então eu evitava sair... [...] até hoje. Sabe, tipo, eu não conhecia a pessoa, mas a pessoa me conhecia, porque fulano já falou pra ele o que aconteceu. Sabe? Então o receio era</u>	
--	---	--

	<u>esse, de alguém me conhecer por causa da foto e isso vir à tona de novo.</u> (Alana) <u>Meu marido não conversava comigo, só me xingava. Virou um inferno. Minha vida virou um inferno. Eu perdi tudo. E o duro que no outro dia você tem que levantar, ainda tem que erguer a cara e pegar o ônibus pra ir trabalhar. E eu sabia que a pessoa no ônibus ali, no celular, estava falando...</u> (Fabiana) <u>Teve pessoas que se afastou, teve quem me xingou, entendeu? Tem a sociedade, em casa, muita gente olha pra você e tipo assim: “aquela você tem que manter a distância, porque ela não é boa coisa”, entendeu? É assim, você percebe muita coisa, dói... você olhar assim, às vezes, você vai conversar com algumas pessoas e parece que evita conversar comigo. Com essas pessoas, antes a gente conversava direto, hoje a gente não conversa mais.</u> (Fabiana) <u>[...] eu ia no barzinho, na lanchonete tomar uma cerveja ou comer um lanche e já queria ir embora. Eu não queria ficar ali. Me sentia péssima em lugar público, péssima. Sabe assim, você não tem... Como é que eu vou te falar? você tá lá embaixo, você chega num lugar e todo mundo olha pra você, mas olha com aquele jeito de desprezo, de julgamento.</u> (Fabiana) <u>Saía de casa cedo e tinha que pegar o ônibus, e nossa, sentia, parece que eu estava no inferno, no inferno. As pessoas com aquela cara de nojo, de bosta, outros comentando. Sempre um assunto que prejudica.</u> (Fabiana)	
Culpa, vergonha, arrependimento e medo acerca da exposição da intimidade	<u>[...] eu ficava com medo, eu vivia com medo, medo assim de... na rede social publicar alguma coisa, então eu vivi com muito medo.</u> (Julia) <u>[...] eu me sentia assim muito humilhada, eu lembro que na época eu sofri tudo</u>	Sentimentos negativos acerca da exposição Medo Culpa

	sozinha porque se eu contasse as pessoas eu não ia entender o que estava acontecendo. [...] <u>tinha muita vergonha.</u> (Julia) [...] eu tranquei os meus stories na época. Literalmente eu fui em todos os meus seguidores, <u>eu fiquei com muito medo e tranquei a visualização dos stories para todo mundo, e eu não postava mais nada.</u> <u>E mesmo que me marcasse, eu fiquei com medo de publicar as coisas.</u> (Julia) [...] nunca mais mexi com essas coisas de celular, de foto, de nada, <u>tenho muito medo disso até hoje e tenho medo ainda de alguém acessar meu celular, sabe?</u> Mas não tenho nada, <u>é como se eu tivesse me sentindo ameaçada,</u> assim, até hoje. (Julia) As pessoas da minha sala não comentaram para mim sobre isso, mas pelas costas todo mundo comenta, né? <u>sentia muita vergonha, de como isso iria repercutir. [...]</u> <u>como que eu ia olhar para as pessoas, como que eu ia, se as pessoas não queriam falar comigo, pensava na época, já que na minha cabeça todos sabiam.</u> (Julia) Eu guardei comigo na época, não fazia terapia, então eu não contei, <u>eu tinha muita vergonha de conversar com alguém,</u> então eu fiquei comigo mesmo. (Julia) [...] <u>culpa, medo, perdi amizades, perca da credibilidade, meu trabalho sempre foi escondido e de repente o mundo tava sabendo que eu fazia programa.</u> (Maria) [...] atualmente eu tô namorando e, e eu não consigo ter essa liberdade sexual sabe, as vezes começa, meu namorado manda uma coisinha mais picante por mensagem e eu já desconverso, <u>eu tenho medo até de um print da tela e jogar isso na internet e eu ser julgada novamente.</u> E ele não sabe até hoje, não consegui falar sobre isso com	Vergonha Constrangimento
--	---	--

	<u>ele.. [...] o medo dele também me julgar, medo... (Maria)</u> <u>Culpa, vergonha, remorso, porque eu quero fazer... tipo, queria poder ter feito diferente, né? (Vanuza)</u> <u>[...] eu tava me sentindo muito culpada, muito constrangida, muito triste, arrependida também, medo de alguma coisa acontecer e parar no Facebook, redes sociais abertas mesmo, não só em grupo, no WhatsApp. (Vanuza)</u> <u>Até hoje, tipo assim, como eu falei, né, às vezes eu penso, eu tenho um pouco de medo de alguma coisa vazada voltar pra mim. Mas como faz muito tempo, eu espero que tenham me esquecido, né? Eu espero, então, é tipo assim, fico realmente com medo. Ainda tenho esse arrependimento, né? Um pouco de arrependimento pelo que eu fiz, mas eu não tinha muita noção, né? [...] A gente se sente culpado, né? Mas no fundo, a culpa não foi minha, que tudo é um contexto, né? [...] eu fico com medo de algum dia essas pessoas aparecerem. Assim, tenho esse receio, não medo, receio, porque já apareceram. Já mandaram uma vez, foi recentemente, a foto minha, só que eu excluí. [...] Claro que sinto um pouco de culpa ainda, [...] meio constrangedor até, às vezes falar... acho que é constrangedor lembrar da situação que eu vivi. (Vanuza)</u> <u>Medo, angústia, raiva, culpa, principalmente de culpa. São sentimentos tristes, sabe? É isso. (Alana)</u> <u>Mas assim, qualquer oportunidade que as pessoas tinham de ameaçar, de falar mal, sabe? Elas faziam. Então por isso que hoje eu tenho muito medo. Eu fico com medo constantemente, todos os dias. Às vezes eu tô trabalhando, eu lembro e falo “Nossa, e se hoje for um dia que vai acontecer isso de novo?” Entendeu? “E se alguém chegar e falar do meu namorado”, sabe? (Alana)</u>	
--	--	--

	<u>[...] eu sentia muita tristeza, é... vergonha. Sabe aquele mico que você pagou e que todos sabem, e você só consegue sentir vergonha? Era isso que eu sentia, vergonha, tristeza. (Regiane)</u> <u>[...] depois desse dia eu não saía na rua, eu só ia para a escola, não saía no mercado, não postava foto, desativei meu Facebook, minhas redes sociais, só fiquei com WhatsApp porque tinha que me comunicar com minha mãe, né... demorou para passar essa fase. (Regiane)</u> <u>Eu deixei de sair de casa, frequentar os lugares para evitar constrangimento, porque toda vez que saía na rua, sempre tinha alguns rapazes que viram meu vídeo mexendo comigo, fazendo comentários, e medo dos meus pais ficarem sabendo. (Regiane)</u> <u>Eu perdi minha liberdade, eu não saía na rua, e eu era adolescente. Tudo que tinha de bom naquele momento acabo indo pro ralo, fiquei com muito medo dos meus pais descobrirem, porque por pior que seja o julgamento e gracinhas dos outros, eu sabia que dentro de casa iria ser muito pior, porque minha mãe iria acabar comigo [...] porque assim, meus pais sempre foram muito difíceis de lidar, né? [...] eles eram muito difíceis, então assim, tudo era motivo, falava: “ah vou te pegar; vô te bater”, então eu tinha mais medo de apanhar do que da minha exposição. (Regiane)</u> <u>Tenho sentimento de culpa. Eu tenho sentimento de culpa não só por culpa de ter enviado a imagem, a fotografia, mas o sentido de culpa é de ter falado muito da minha vida para outra pessoa. De ter confiado. Eu digo que hoje, quando eu me relaciono com alguém, não tem por que eu relatar o que aconteceu comigo, os meus relacionamentos passados, para essa pessoa não ter uma desculpa pra poder jogar, né? Então, ainda eu tenho esse</u>	
--	---	--

	sentimento de culpa, Giovanna, por ter falado muito da minha vida. E eu pensava muito no meu trabalho, <u>então a minha palavra era medo. [...] Eu tinha medo e me sentia culpada.</u> (Joana) Hoje eu tenho mais cuidado, como eu falei, né, com relação de adicionar... Um hábito virtual, né? Um contato... <u>Tenho medo ainda. Com relações a emoções eu não cuidei, né? Como eu falei, mas não é algo que eu quero relembrar. Hoje eu tomo mais cuidado com relação a minha vida pessoal, não ficar expondo para as pessoas.</u> (Joana) [...] diria: vocês não precisam falar tudo da vida de vocês pra quem vocês estão conhecendo. <u>Então ainda eu tenho culpa, né? A palavra é essa culpa. Achar que eu abri demais, falei muito de mim e a outra pessoa acabou se aproveitando disso. Então eu sempre digo que a gente tem que ter muita cautela com quem a gente conversa, que a gente realmente não conhece as pessoas e que as pessoas vão tirar proveito, e que a gente tem que saber diferenciar isso, né? E não se expor muito. Então eu sempre digo que a palavra é essa. O que é que eu digo para as pessoas, né? Não se expor muito, né? Não se expor muito. Eu sempre digo isso. Não se expor. De todas as formas, né? Às vezes eu até chamo a atenção da minha sobrinha, que tudo ela posta nas redes sociais, tudo ela posta no storys. Tudo ela posta, aí eu digo assim, minha filha, não precisa fazer isso, né? Qual é a necessidade de ficar expondo o que tu tá fazendo? Até mesmo quando eu estou com a minha namorada, né? Aí eu digo pra ela, a gente vai a algum lugar e ela posta. Aí eu digo “por que tu tá expondo isso? Qual é a necessidade das pessoas saberem o que tu tá fazendo, onde tu tá indo? Não tem essa necessidade.” Então quando eu posto algo, eu não posto a minha imagem. Eu não consigo muito ainda postar a minha imagem. Eu posto de algo, algum local, mas a minha imagem ainda não. Então o que eu falo para essa</u>	
--	--	--

	geração agora é ter cuidado com a <u>imagem</u>. Ter cuidado com a imagem, mas eu sei que só falar isso não funciona. (Joana) [...] uma vez a gente saiu, <u>a gente foi num baile</u>, foi <u>logo no comecinho</u>, mas <u>marido falou da gente sair pra eu distrair...</u> e eu <u>não consegui ficar no baile</u>, eu <u>tinha que ir embora, né?</u> Porque a impressão que dava se eu olhava, <u>principalmente na parte masculina</u>, se olhava para os outros parecia que estava todo olhando para mim. E não era isso que eu queria, eu não quero ser o centro da atenção. Eu queria sair pra me divertir, mas não consegui. (Fabiana)	
--	---	--

NAS REDES DA DESPROTEÇÃO: DESINFORMAÇÃO E SOLIDÃO DAS VÍTIMAS		
SUBCATEGORIAS	UNIDADES DE CONTEXTO	UNIDADES DE REGISTRO
Desconhecimento das redes de apoio, denúncia e proteção	[...] <u>na época eu não sabia que eu podia denunciar</u>. Eu não tinha essa <u>informação</u>. Hoje eu sei. Eu teria feito se pudesse, mas eu não sabia. Então eu guardei isso para mim... (Julia) <u>não quis mexer com isso porque estava muito mobilizada</u>, não sabia nem o que <u>fazer com essa situação</u>, nem me passou pela cabeça. (Julia) <u>Depois de anos que fui procurar, porque na época não</u>. Eu não sabia o que eu <u>fazia</u>, então eu não fui procurar psicóloga. Porque eu ainda morava com a minha mãe. <u>Então como eu ia falar com a minha mãe que eu ia passar na psicóloga?</u> Sem ter algum motivo para ela. [...] <u>minha mãe até hoje não sabe disso</u>. (Alana) <u>O que sei que dá pra fazer é o boletim de ocorrência, né?</u> E dar todo os elementos. Se possível, contratar um	Desinformação Situação da exposição causou desorientação Fazer boletim de ocorrência Auxílio de um advogado para cuidar do processo de exposição “como é que eu ia falar disso? Que eu fui abusada, no caso online, como é que não tem nem isso? As pessoas, acho, que nem acreditam nisso, é um tabu ainda, né? Tem pessoas que nem sabem que são crime, né?” “Paciência pra lidar com o fato de que eu vou contar

	<u>advogado para dirigir o processo.</u> (Alana) Então como é que... como é que eu ia dizer? eu sofri uma violência, uma violência cyber, uma cyberviolência? <u>como é que eu ia falar disso? Que eu fui abusada, no caso online, como é que não tem nem isso? As pessoas, acho, que nem acreditam nisso, é um tabu ainda, né? Tem pessoas que nem sabem que são crime, né?</u> (Vanuza) Não, porque as pessoas são de outros estados, né? <u>Isso que é o mais difícil na internet, né? Você não tem como punir as pessoas. Você tem foto, tem o perfil, você pode achar eles, achar na internet, mas como eu vou levar isso na polícia e vou dizer: “ó, aconteceu isso?”</u> (Vanuza) <u>Eu... Eu não sei sobre isso, mas eu acho que se alguma coisa vazasse de mim hoje, eu pegaria um print, tirava um print, eu levava essa página, essa coisa que postou até um posto policial.</u> Algum posto policial que tem, não sei se existe posto no Brasil de violência para internet, é um posto policial só sobre isso, investiga coisas sobre isso, não sei, mas eu levo. <u>Então, fazer um B.O e entrar com o processo.... Pedir a opinião de advogado, o que eu poderia fazer para retirar essa imagem, alguma coisa assim.</u> (Vanuza) <u>Eu sei que precisa ir na delegacia de crimes virtuais e fazer B.O, depois disso eu não sei o que acontece, porque não foi uma experiência boa, acabei desistindo.</u> (Joana) Assim, <u>fazer um B.O na delegação de crimes virtuais e, fora isso, eu não sei o que eu faria, assim, o que eu tenho que fazer. [...]</u> É porque, assim... É... É um tabu, né? (Regiane)	essa história pra alguém que talvez não vai entender”
--	--	--

	<u>Eu não sabia. Até antes disso aconteceu eu não sabia como funcionava isso aí. Eu não fazia nem ideia de como funcionava.</u> Depois do ocorrido da exposição das fotos, tudo, coisa e tudo, aí eu aprendi. Eu falo assim que aprendi bastante coisa. <u>Liguei para filha de uma amiga minha que é advogada e fui com ela fazer o boletim de ocorrência na delegacia.</u> Ela que está cuidando de tudo. (Fabiana)	
Ausência de educação sexual	<u>Em nenhum momento eu me recordo da escola fazer alguma palestra, alguma coisa, chamar as pessoas para conversar, para dialogar, para orientar, isso nunca aconteceu. Eu estudava em escola pública, então isso era muito mais difícil, não se tinha isso, assim, não se tinha essa orientação ali dentro, até mesmo sexual, não se tinha.</u> Eu lembro que na época do ensino médio <u>eu pesquisava muito sobre isso, porque eu achava muito legal, às vezes eu via na TV, em algum programa ou alguma coisa assim, eu falava, nossa, podia ter isso na escola, né? Porque faz falta.</u> E nunca teve, nunca teve, nunca, nunca mesmo, não tinha. (Julia) [...] <u>aula de educação sexual não, só aula de reprodução sexual mesmo, de colocar uma camisinha, mas em relação a abusos não... eu nasci em 91 né, tô com 32 anos, então no início dos anos 2000 era um tabu do caramba falar sexo, prevenção, sobre estupro. O que era ensinado em casa era “você é menina você tem que se preservar” então você se preserva, se o cara colocou a mão na tua bunda enquanto ele ta te beijando – você é uma vagabunda, então era tipo fulana chupou um menino tal, nossa acabou com a vida da fulana, fulana não prestava pra mais ninguém. Não era ensinado que sexo era uma coisa normal, que menina tinha tesão como os meninos, isso não era ensinado.</u> (Maria)	“Em nenhum momento eu me recordo da escola fazer alguma palestra, alguma coisa, chamar as pessoas para conversar, para dialogar, para orientar, isso nunca aconteceu” “aula de educação sexual não, só aula de reprodução sexual mesmo, de colocar uma camisinha, mas em relação a abusos não... [...] era um tabu do caramba falar sexo, prevenção, sobre estupro. O que era ensinado em casa era ‘você é menina você tem que se preservar’ então você se preserva” Guardar o corpo para não ser exposta Mulher deve guardar a intimidade Se dar valor ligada a não viver os prazeres, relacionamentos Não pode mostrar e nem chamar atenção Ausência de debates na escola

	<u>Assim, eu sempre fui muito aberta em relação a isso, mas assim, não, não tive... a gente conversava entre amigos, eles sempre conversaram sobre isso. Eu conversava com meus amigos, como posso dizer, mais experientes..., mas no período escolar não tinha nada voltado pra educação sexual.</u> (Regiane) <u>Então, não cheguei a ter. Só teve uma vez uma palestra de uma horinha, eu acho só, explicando sobre o uso de camisinha e anticoncepcional, só isso. Só foi isso, foi há muito tempo. Mas foi isso na época de escola, fundamental ainda, foi uma vez só, foi rápido, quase não falaram direito, assim, muitas coisas, né? E nunca mais teve nenhuma educação sexual sobre isso, nada. Nunca mais falaram sobre isso na escola nenhuma, nem durante o ensino médio quando eu fui fazer o ensino médio falaram sobre isso.</u> (Vanuza) <u>[...] A escola não tem isso. É mais o básico mesmo, né? Na aula de Biologia e Ciências que é... É, basicamente isso, que é terrível, né? Mas essas coisas assim na escola nem ensino, não. A gente aprende na marra.</u> (Alana) <u>Eu acho que é muito importante. Muito importante. Porque eu acho que se as meninas, desde novinha, comessem a entender que a gente tem que se dar mais valor e não ficar... Tipo, não que seja errado fazer isso, mas assim, mandar para uma pessoa que realmente confia.</u> (Alana) <u>O conselho que eu daria é para investigar melhor as pessoas que se envolvem, né? Porque igual eu, tipo, um mês só estava ficando com ele e a gente já trocou isso de intimidade. Eu acho que hoje em dia eu me preservaria muito mais. Eu tenho comigo o que eu puder evitar de usar roupa curta eu uso. A minha cabeça de hoje é totalmente</u>	Buscar as amigas mais experientes para falar de sexo
--	--	---

	diferente da minha cabeça de 16 anos. <u>A gente está em constante evolução. Então muita coisa que eu pensava comigo com 16 anos, hoje em dia eu evito. Tipo, eu quero colocar um short, não me sinto bem mais colocando um short curto. Não me sinto bem mais passando um batom vermelho.</u> Mas um conselho para outras meninas é que realmente conhecer essa pessoa que está se envolvendo. (Alana) <u>Na minha época não tinha, na minha época a gente não tinha esse tipo de aula. E minha mãe nunca foi de comentar essas coisas. A gente aprendeu tudo sozinha. Então, essas coisas assim, a gente nunca teve.</u> E onde a gente começou a falar, depois foi onde a gente foi aprender como funciona isso. <u>Tem conversa com a amiga, né? Com a amiga daqui, a amiga dali. Foi onde a gente começou a aprender, mas foi isso daí...</u> Não tinha <u>orientação</u> sobre essas coisas do sexo. (Fabiana)	
Normalização da violência	<u>Algumas meninas me falaram que também tinham enviado fotos, e pelo jeito era normal isso, de costume.</u> (Vanuza) <u>Mas pra eles era, tipo, normal. É porque era um homem, eu imagino que eles estavam acostumados a fazer isso com outras meninas.</u> (Vanuza) Não, porque as pessoas são de outros estados, né? <u>Isso que é o mais difícil na internet, né? Você não tem como punir as pessoas. Você tem foto, tem o perfil, você pode achar eles, achar na internet, mas como eu vou levar isso na polícia e vou dizer: “ó, aconteceu isso?”</u> (Vanuza) <u>Sempre tinha uma brincadeirinha no ônibus, sempre tinha. Eu lembro até hoje que tinha um moço, eu estava sentada no último banco do ônibus. Aí</u>	O envio não consentido da intimidade como normal entre os rapazes Assédios, gozações acerca da imagem exposta Homens não se importam com as consequências É normal ser exposta Exposição como parte do cotidiano, se não foi com você, foi/será com outra pessoa. Caso de exposição de outras mulheres

	<u>o cara pegou e falou assim, olha o peitinho como é que está? Sabe, tipo, zoando? Fiquei muito mal, minha vontade era de mandar o ônibus parar no meio da estrada, me descer e me deixar...</u> (Fabiana) <u>[...] Sabe, aquela coisa de você estar num lugar com mais gente, a pessoa chegar e te dizer assim “nossa, você era a mulher mais gostosa da festa” sabe? falta de respeito mesmo. “Você é a mulher mais linda da festa, passa seu número pra mim, pra gente conversar.” Nossa, me sentia muito mal. Porque não é aquilo ali que eu queria, eu não escolhia aquilo ali pra mim. Que nem exposição das fotos, eu não quis aquilo ali.</u> (Fabiana) <u>Hoje em dia são pessoas mau que fazem isso... As pessoas não estão nem aí de expor os outros. [...] E o homem não tem consequência nenhuma, porque eles aplaudem quem expõe.</u> (Regiane) <u>[...] na época que aconteceu comigo, aconteceu com mais umas quatro meninas também. Então, tipo assim, ao mesmo tempo que eu fico pensando que é normal, eu fico também imaginando como que não fica a cabeça delas, entendeu? Que eu não sou a primeira e eu também sei que eu não vou ser a única. Sabe? Mas é horrível passar por isso.</u> (Alana) <u>[...] sim, sempre soube de exposição. Até eu comentava, né? Nas vezes quando saiu alguma coisa, aí até o momento que eu senti na pele.</u> (Fabiana) <u>Uma menina da minha escola, ela gravou, teve relação com o rapaz e eles gravaram com diversão pra ver depois. Só que esse rapaz fez um vídeo com fotos e esse vídeo e colocaram uma</u>	
--	---	--

	<u>música... Aí, nossa, ridículo. Essa menina sumiu, nunca mais tive notícia dela.</u> Ele pegou fotos dela também que ela enviava pra ele e o que eles faziam e eles expuseram esse vídeo nas redes, no Facebook. (Regiane) <u>[...] no grupo de apoio [...] eu via as histórias das meninas, meninas mais novas que eu, que trabalhavam em trabalho que era extremamente tóxico, tinham uma enfermeira, tinha uma outra que era professora. Essa que era professora tadinha, acho que foi ainda pior, porque tinha alguns alunos que viram e foi totalmente rechaçada, pais que pediram pra retirar ela da escola... então você vai vendo as histórias e vai pensando “cara, como tem macho filho da puta, pra que?” e foi onde eu consegui tirar um pouco da culpa de mim, ao ver aquelas mulheres que não mereciam isso e eu também não.</u> (Maria)	
Despreparo dos profissionais que deveriam atuar em rede de proteção	<u>Um aluno, eu lembro que ele chegou até comentar comigo assim: “quando você precisa voltar lá na delegacia de crime virtual, se você quiser eu vou contigo, porque eu sei que quando mulher chega lá, eles não querem nem ouvir.”</u> Então, ele ofereceu a presença dele, masculina, né? Pra ele estar lá comigo, tentar ver o que aconteceu. Aí, eu só agradei a ele, né? Disse que não precisava. Mas de todos os meus alunos, ele foi o único que teve o contato comigo. (Joana) <u>Eu tentei, eu fui fazer o boletim de ocorrência na delegacia de crimes virtuais, mas não consegui nada. [...] Eles diziam que tinham urgência como clonagens de cartão, saques em banco, né? Então, o que eles usavam é que tinham outras prioridades que a minha, no momento, que o que aconteceu comigo era muito comum acontecer.</u> (Joana)	Negligência com o crime de exposição Profissionais não preparados para receber a demanda de crimes de exposição Descuido por parte dos profissionais e instituições Na busca de proteção, gerou mais desamparo Reparação é possível, mas pressupõe preconceito e julgamento de profissionais Insensibilidade e falta de trata adequado no processo de denuncia por parte dos profissionais

	<u>[...] eu precisaria ter muita paciência pra lidar com isso. Pra lidar com o fato de que eu vou ter que contar essa história pra alguém que talvez não vai entender.</u> Eu sei que é possível, mas eu sei que é muito difícil o caminho, e aí as pessoas acabam desistindo. (Julia) <u>[...] Ia com muita frequência e depois eu fui ficando desestimulada. Eu fui ficando desestimulada porque não era um ambiente legal, era um ambiente onde todo mundo que me atendeu dentro da delegacia eram homens, eram homens que não tinham cuidado na hora de falar. Quando eu precisava voltar lá, pra verificar a minha situação, eles tinham uns documentos que simplesmente eram todas as fotos e impressas grande e ficavam conversando comigo e eu vendo as minhas imagens na mesa...</u> (Joana) <u>No dia seguinte [...] eu e meu amigo fomos para a delegacia da mulher, fazer o boletim de ocorrência... e vem aquela coisa de “ah por que você filmou? Ah, você não devia ter filmado, você tem que se resguarda, você sabe que a internet é uma terra sem lei; aí por que você não apaga; aí por que você não sei o que, não sei o que...” [...] aí eu saí de lá me sentindo pior...</u> (Maria) <u>E a escola não fazia nada. Nada. Todo mundo era negligente, os alunos zoavam as pessoas, todo mundo, era o assunto da semana e a pessoa era humilhada, e assim, aí acontecia, ninguém queria ficar com aquela pessoa mais, porque ela não era digna de ter um relacionamento, aquela pessoa não era digna, a pessoa ficava isolada, não tinha amigos, ninguém ia conversar com aquela pessoa, e aí se passava um tempo, depois esquecia porque novos fatos aconteciam, mas tinha muito bullying com essas pessoas e a escola não fazia nada.</u> (Julia)	Julgamento e culpabilização baseado em preceitos machistas Escola negligente e ineficaz nos assuntos da sexualidade e violências associadas
--	--	---

Culpabilização das vítimas	<u>Uma colega minha que era bem mais velha que eu, ela falava assim “Fabiana, o que você fez Fabiana?” sabe, então eu não conseguia explicar ali no momento o que aconteceu, o que tinha acontecido... [...] Teve um colega minha que na época teve que se afastar um pouco, falou que precisava pensar, que se não iria bater na minha cara. Entendeu? E eu fui assim. (Fabiana)</u> <u>Aí teve outra amiga minha, que falou assim: “Fabiana, vontade de dar um murro na sua cara. Onde já se viu fazer um negócio desse, postar foto de rosto, não sei o quê? Eu não sei o que, o que você fez...” mas aí eu falava que não imaginava que isso fosse acontecer... foi onde comecei a falar mais, me explicar. (Fabiana)</u> <u>Só minha mãe que quase me matou, [...] ela falou que eu sou uma pessoa casada, que “onde já se viu fazer um negócio desse. Você tem família, tem marido, tem filho, se expor desse jeito.” (Fabiana)</u> <u>[...] eu trabalhava no banco, eu era menor aprendiz quando aconteceu. Eu não sei se os gerentes ou alguém mais velho do banco soube, mas o pessoal que era menor aprendiz, que era um cargo mais abaixo, eles souberam. Eles falavam: “Bia, como você foi fazer isso?”, “Como que você deixou acontecer isso?” Sabe? ficava nesse julgamento... Como se tivesse controle disso, sabe? como se eu falasse: “não, tá bom, vou te mandar um nude, pode mandar isso pra todo mundo que você quiser e eu não ligo”, entendeu? (Alana)</u> <u>Minha mãe me julgou no primeiro momento [...] e minha irmã também na época foi muito preconceituosa, porque eles achavam que mulher não podia mandar foto e fazer nada disso, que se você mandou você tem que arcar com</u>	A culpa recai sobre quem enviou a foto, não quem expos. O autor do vazamento é esquecido Quem sofre as consequências são as vítimas Exposição como algo marginal O envio consentido como consentimento para exposição “Como se tivesse controle disso, sabe? como se eu falasse: não, tá bom, vou te mandar um nude, pode mandar isso pra todo mundo que você quiser e eu não ligo” Mulher não se expõe, se faz, terá que aguentar as consequências “Você procurou”
-----------------------------------	---	---

	<u>as suas consequências... falavam: “por que você mandou, você não tem que mandar”.</u> (Julia) <u>E o meu pai, ele foi uma das primeiras pessoas, no contexto familiar, que disse que aquilo tinha acontecido porque eu procurei. Que tipo de pessoa tem uma foto dessa no celular, né?</u> (Joana)	
Sentimentos de desvalia, impunidade e revolta	<u>[...] eu perdi o que eu conquistei, perdi minha vida, eu mesma. Eu fiquei doente na época, porque não tem explicação. Eu falei assim, <u>você cai de um jeito que...</u> Aí você olha a sociedade criticando, todo mundo falando mal de você, e você fala assim “gente, não era assim, por que eu estou passando por isso?” E eu falei assim, “eu não fiz isso, por que estão criticando desse jeito?” Para a sociedade eu sou uma qualquer. <u>A que sai com um homem casado, que sai com um cara daqui e dali. Na sociedade eu era isso daí.</u> (Fabiana)</u> <u>[...] as pessoas inventam muitas coisas, nem todo mundo está do seu lado e as pessoas também não quer escutar o seu lado, elas quer escutar o lado que os outros estão falando, não o que realmente aconteceu.</u> (Fabiana) <u>[...] a intenção que a mulher teve foi de acabar comigo. De me prejudicar e prejudicou. A intenção dela foi essa. Custe o que custar, sem dó nem piedade. Só que eu falo assim... Eu fiquei ali embaixo, [...] no fundo do poço.</u> (Fabiana) <u>Na minha vida... Eu acho que mudou tudo, doutora. [...] Eu falo de mim, sabe? Parei de conversar com muita gente, [...] eu falo assim, eu tô mais seca. Se você conversar comigo, bem, se você não conversar, amém. [...] Eu acho que o sofrimento que eu passei me deixou assim, tipo assim, não faço questão do outro, sabe?</u> (Fabiana)	“eu perdi o que eu conquistei, perdi minha vida, eu mesma. [...] Para a sociedade eu sou uma qualquer. A que sai com um homem casado, que sai com um cara daqui e dali. Na sociedade eu era isso daí.” “a intenção que a mulher teve foi de acabar comigo. De me prejudicar e prejudicou. A intenção dela foi essa. Custe o que custar, sem dó nem piedade.” “Como que eu, uma mulher, que estou estudando, nem me forme... vou construir alguma coisa na minha vida sabendo que as minhas fotos foram vazadas, entendeu?” “Parece que eu queria me violentar de alguma maneira, eu me sentia culpada por isso. Então, eu ficava me punindo... E o tempo todo, fazendo isso o tempo todo, e assim, falando coisas ruins de mim mesmo, nunca é o outro, sempre o problema era eu.”

	<u>[...] eu não me achava boa o suficiente, eu queria acabar comigo de algum jeito. Então, o que eu fazia? Eu ficava horas sem comer. Nossa, eu fiz muito isso, ficava horas sem comer, eu ficava horas sem ir no banheiro, porque eu achava que tipo, pra que, né? Então, eu fiquei, eu tive infecção de urina, eu tive pedra no rim, porque eu não bebia água, eu não comia direito. Parece que eu queria me violentar de alguma maneira, eu me sentia culpada por isso. Então, eu ficava me punindo... E o tempo todo, fazendo isso o tempo todo, e assim, falando coisas ruins de mim mesmo, nunca é o outro, sempre o problema era eu. (Julia)</u> <u>Penso ainda ter vontade dele pagar por isso de algum modo, nem que seja com prisão, mas que a vida dê pra ele de volta isso, de algum jeito, sabe? Não é possível que uma pessoa dessa vai conseguir assim, ter tudo que quer, fazer tudo que quer... [...] ainda tenho medo. Deixou marcas, assim. [...] então foi isso que eu senti com as fotos, assim, medo. Demorou muito para publicar fotos minhas de novo na rede social, muito. Então isso me deu muito... Eu não sei, eu não digo que foi trauma, mas eu tive muito sofrimento. [...] eu acreditava mais nos outros, eu tinha uma esperança maior nas pessoas, hoje tenho pé atrás com todos, até das pessoas que tenho intimidade na minha vida, eu descredito muito nelas. (Julia)</u> <u>[...] um lixo... usada, sabe, um pedaço de carne sem valor, total... além da vergonha de ter alguém se vingando com uma coisa muito íntima, saber que outras pessoas estavam vendo aquilo e pensando “oh gostoso, oh vou me masturba”... um lixo, é assim que a gente se sente. (Maria)</u> <u>[...] perca da minha dignidade, de ser olhada e ser diminuída, aonde eu fosse, mesmo pra quem não sabia, era assim</u>	“Penso ainda ter vontade dele pagar por isso de algum modo, nem que seja com prisão, mas que a vida dê pra ele de volta isso, de algum jeito, sabe? Não é possível que uma pessoa dessa vai conseguir assim, ter tudo que quer, fazer tudo que quer...” “um lixo... usada, sabe, um pedaço de carne sem valor, total...” “perca da minha dignidade, de ser olhada e ser diminuída, aonde eu fosse, mesmo pra quem não sabia, era assim que me sentia...” “eu me sentia insegura, um lixo de pessoa. Tive crise de ansiedade... Assim, por um tempo eu me sentia insegura com o meu corpo, [...] porque eu ficava assim, ‘nossa, mas por que será que ele fez? Será que ele não gostou do que ele viu?’.” Ações defensivas hoje como uma reparação daquilo que não pôde se feito no passado.
--	--	--

	<u>que me sentia... [...] acho que a repercussão, foi, sei lá, o peso, a culpa e a raiva (Maria)</u> <u>[...] eu não vou negar que eu ainda tenho um pouco de culpa... a culpa de ter confiado, raiva... muita, muita raiva... e frustração, sabe, tipo, pra que, não tinha necessidade de fazer isso, eu acho que é mais a raiva, a raiva é o pior deles, é que ainda me sinto como se eu não tivesse me vingado dele ainda, de não ter pagado, ele ainda não pago, sinto que ele ainda tá impune, só quem sofreu foi eu, ele ainda não pago... (Maria)</u> <u>[...] eu me sentia insegura, um lixo de pessoa. Tive crise de ansiedade... Assim, por um tempo eu me sentia insegura com o meu corpo, [...] porque eu ficava assim, “nossa, mas por que será que ele fez? Será que ele não gostou do que ele viu?” (Regiane)</u> <u>[...] É como se fosse uma defesa, a pessoa vem falar, pode falar uma coisa, fazer alguma coisa comigo, eu já... eu começo sendo ignorante, entendeu? Para evitar que a pessoa me afete. Eu não sei se esse é reflexo disso, é... mas foi uma coisa que eu criei, porque assim, né? que eu não podia fazer nada, sabe? é uma coisa que eu tenho. (Regiane)</u>	
Sofrimento psíquico e solidão	<u>Tive crises de ansiedade, eu tive muita dor, né? Não foi fácil, né? Ter que superar, tomar medicamento para as crises que eu tinha. Meu marido não sabia direito o que era. Tinha dificuldade para dormir. Acho que a pior é essa, não conseguir dormir. Porque na época quando saíram as fotos, eu só chorava. Eu não podia chorar na frente do meu marido nem na frente do meu filho. Aí quando eu ia tomar banho eu chorava. Eu ia deitar eu chorava porque aí ia trabalhar... (Fabiana)</u>	Crise de ansiedade Dificuldade para dormir Auxílio de medicamentos Falta de apoio de amigos e familiares Isolamento Sofrimento por relembrar da exposição

	<u>Nossa, tudo dói? Aí eu vejo pessoas que eu ajudei muito tempo atrás, hoje não conversam comigo, virou a cara para mim. [...] Tem gente que não conversa comigo até hoje. Eu não estava preparada para isso, eu não imaginava que isso fosse acontecer. Nunca, jamais. Eu peguei e parei de sair de casa, fiquei enfiada dentro de casa, não saía. Todo lugar que eu ia parecia que a pessoa estava olhando para mim, alguém estava falando de mim. Meu pensamento era isso daí. Dói, dói pra caramba... (Fabiana)</u> <u>[...] assim, não procurei ninguém. Tipo, só ficava em casa. Eu chegava, casa-trabalho, trabalho-casa. Parei tudo, tudo, tudo, tudo. Eu só ficava dentro de casa. Eu não queria ver ninguém. (Fabiana)</u> <u>Eu senti na pele o que é a pessoa falar de você, tanto na frente quanto nas costas. Então eu falo assim, a gente leva uma da vida e aprende. [...] O casamento, eu cheguei a pedir divórcio, eu pedi pra separar, porque eu já não tava aguentando mais. [...] por causa das ofensas. (Fabiana)</u> <u>E assim, às vezes quando eu penso, parece que eu vejo aquela imagem na minha cabeça, de quando a Rogéria foi em casa, que ela me xingou. Essa imagem vem bastante na minha cabeça. Parece que às vezes, assim, quando eu tô sozinha, por mais que a gente tente esquecer, aí vem sempre ela, parece que está dentro da minha cabeça, ela me xingando, ela falando, sabe? Aí vem a imagem, assim, a voz, meu marido me xingando, essas coisas, até hoje, eu não vou mentir, até hoje eu... assim, às vezes eu não queria ficar sozinha não, sabe? Então, sempre tem essa imagem, assim, e eu acho que eu não sei se eu vou chegar a esquecer. Ela me xingando, tudo... Meu marido falando</u>	Tristeza Solidão Depressão Medo de acontecer novamente Prejuízos de ordem financeiras e acadêmicas devido os impactos emocionais Silenciamento Punições a si mesma Queria ser possível esquecer as situações e xingamentos “mais psicológico mesmo, pelo medo disso se espalhar, é um negócio que pega mais na cabeça da gente, né?” Sair em lugares público gera aflição por pensar quem viu as fotos Abuso de medicamentos Pensamentos paranoicos “a nossa cabeça ela é a nossa pior inimiga, né? Ela cria coisas que podem não ter acontecido, mas eu já tô sofrendo desse fato.” Não se sentir livre
--	--	--

	aquelas coisas... Eu falo assim, acho que o que mais dói em mim é isso aí hoje. Porque eu não consigo, é uma coisa que não sai. Entendeu? (Fabiana) <u>No meu vínculo mesmo, assim, ninguém soube disso, até hoje nunca falei nada disso, nunca falei dessas coisas. Eu saí dos grupos que estava e bloqueei as pessoas que eu enviava as fotos... me afastei de todos. [...] me afastei das redes abertas, tive medo de me deparar com algum conteúdo meu na época. (Vanuza)</u> <u>[...] mais psicológico mesmo, pelo medo disso se espalhar, de ficar constrangida. Não é nada comparada a outras pessoas que pensam em suicídio, depressão, mas é um negócio que pega mais na cabeça da gente, né? (Vanuza)</u> <u>Eu acho que solidão, né? Porque eu passei por tudo sozinha. Muita coisa. Eu acho que eu não tenho tanta raiva, eu tenho mais tristeza, porque eu me deixei passar por isso. E eu acho que é isso, solidão e tristeza, porque eu fiquei muito mal, muita abatida, aí eu comecei a me machucar de alguma forma, então... o tempo todo me punia e eu acho que é isso assim, você olha pra você e você achar que o problema é você, entendeu? Você se torna isso assim. Então, acho que depois disso, é isso... Muita solidão, muita solidão. Eu me via sozinha e muita tristeza, assim, de você fingir pras pessoas que tá tudo bem. (Julia)</u> <u>Quando eu ia para lugares assim, mais públicos, eu ficava me perguntando e até hoje me pergunto quem viu minha foto, isso me dá muita aflição. (Julia)</u> <u>[...] eu não desejo isso pra mulher nenhuma, nenhuma, nenhuma, nenhuma, eu se não tivesse meu filho, eu não sei se eu ia ter aguentado a pressão. (Maria)</u>	
--	---	--

[...] eu não consegui comer, não consegui dormir, eu juro, desliguei o celular, porque era uma porrada de coisa, tipo, um monte de cara, porque a gente que é mulher e tem Facebook sabe que vem uns caras que manda mensagem e a gente ignora. Esses mesmos caras me enviaram mensagens dizendo: “ah me ignoro, então quer dizer que você é putinha... nossa você tem uma buceta assim assim, peito assim assim”, sabe?. [...] minha vontade era me trancar dentro de casa, a repercussão que teve foi que eu perdi a minha vida, eu não conseguia ir pra faculdade, eu não conseguia sair de casa. (Maria)

De prejuízo foi meu rendimento na faculdade, meu rendimento caiu e não conseguia estudar, tive prejuízo financeiro porque eu não conseguia sair de casa pra trabalhar, não no trabalho, no ambiente de trabalho em si, mas pra sair de casa pra ir até o trabalho. Eu tinha a sensação de que as pessoas no ônibus estavam me julgando, de que todo mundo no ônibus sabia. Sabe quando não tem ninguém te olhando mas você sente que ta?! Eu via as pessoas conversando e eu já pensava “as pessoas tão falando de mim, tão vendo o vídeo” e eu ficava igual loca procurando pra ver se encontrava alguma página, alguma coisa porque eu tinha certeza que ali tava todo mundo vendo, então eu cheguei a ficar uns 2 meses sem consegui trabalhar, meu aluguel atraso... isso mexeu pra caramba... não conseguia sair de casa. (Maria)

Isso me gerou muita crise de ansiedade, muita crise de pânico... Vou falar o fato que aconteceu ontem... Se eu pegar pra deitar e eu pensar nisso, eu não durmo! Até hoje. Até hoje! Meu coração acelera, falta sair pela boca aqui, eu começo a suar, sabe, começo a tremer,

inventar coisas que nem aconteceu, sabe? Criar coisas ruins. É, tipo criar a verdadeira paranoia na minha cabeça. Então isso interfere muito na minha vida pessoal, na minha vida amorosa, com o meu relacionamento, porque eu fico nessa de eu conto ou não conto. É... Minha cabeça emocionalmente também, às vezes eu não fico bem com isso. Sabe? Porque é o dia inteiro essa coisa martelando na nossa cabeça. [...] eu não consegui controlar meus pensamentos. Às vezes eu não quero pensar e eu acabo pensando. (Alana)

Eu fico mais pensando, sabe, em hipóteses, tipo “ah, mas e se acontecer isso? E se alguém tiver essas fotos ainda?”, [...] essa semana passada, eu me peguei chorando por causa disso, sabe? Porque do nada eu estava no trabalho assim, aí eu fiquei quieta por um tempo, falei “tá, mas e se acontecer de novo?” Aí já começou a me dar aquela ansiedade. Eu já comecei a pensar comigo, né? Falo: “Bia, calma, não tá acontecendo isso, não é a realidade de agora. Já passou”, mas a nossa cabeça ela é a nossa pior inimiga, né? Ela cria coisas que podem não ter acontecido, mas eu já tô sofrendo desse fato. Então na minha vida interfere tudo. (Alana)

[...] as vezes eu ia para o serviço dopada de remédio. Quando eu comecei, antes de fazer a terapia, eu passava com psiquiatra, porque eu não conseguia dormir. Então eu comecei a tomar medicamento de tarja preta. E... Teve um episódio que eu tava muito mal e eu tomei 3 de uma vez. Então assim... eu tomei 3 de uma vez. E eu só lembro do banheiro vomitando. Então tipo assim, a gente quer tirar tudo isso de dentro, então a gente só quer ficar dotada. [...] teve uma época que eu tomava remédio de ansiedade, aí eu vomitava, eu emagrecia, entrei em depressão, porque eu não queria mais socializar com

	<u>ninguém por causa desse evento, sabe? E aí foi onde eu tive que entrar com remédio.</u> (Alana) <u>Quando aconteceu isso, eu saí de todos os grupos, eu passei a ter um outro cuidado. Eu posto uma foto nas minhas redes sociais e retiro logo. Eu não consigo deixar durante muito tempo, eu sempre acho que vai acontecer alguma coisa.</u> Eu não faço uso de Facebook, de Twitter, de TikTok. A única rede social que eu tenho é o WhatsApp e o Instagram. Na época eu tinha um perfil que era muito mais profissional, onde eu ensinava as pessoas alguns sinais, ensinava a conversar, postava algum conteúdo relacionado a Libras e eu não consegui mais ter um perfil profissional. <u>Eu acabei excluindo, eu sempre achava que ia acontecer alguma coisa.</u> (Joana) <u>Eu pensava que queriam entrar nas minhas redes sociais e que queriam pegar as minhas fotos e queriam pegar informações da minha família e fazer ameaças. Eu só pensava nas piores coisas, Giovanna. Sempre nesse sentido. Sempre tem umas notícias que a gente não sabe se é notícia, se é fake news. Aí eu lembro que eu vi uma reportagem que dizia que tinha algumas pessoas que pegavam, faziam montagem, te colocavam dentro do site de prostituição, de serviço relacionado a sexo. Então eu sempre achava que pelo fato de já ter uma foto divulgada, eles poderiam pegar aquela foto e fazer algum tipo de manipulação e eu acabar dentro desses contextos que a gente sabe que tem, tanto profissional quanto amador. Então eu tinha medo de me associar a isso, foi um dos motivos, muito medo me associarem a essa rede de prostituição. [...] E hoje, e eu digo que eu carrego isso comigo até hoje.</u> (Joana)	
--	--	--

	[...] eu digo, eu nunca cuidei do que aconteceu após, o que eu sentia. Desde o início a preocupação era responsabilizar quem foi que fez. E eu acabei internalizando isso e não cuidei das emoções. Então eu nunca cheguei de fato a abrir para falar do que aconteceu, como aconteceu, como eu me sentia. Eu achava que não era o momento... (Joana) Tive dificuldade de confiar nas pessoas... aquilo me gerou um trauma, de nossa, minha mãe vai saber, né? Assim, eu fiquei traumatizada. [...] Fora a privação da liberdade, né? Pra mim, eu não tinha mais aquela liberdade de ir, eu ficava presa ali com medo. [...] Ah, é muito horrível! (Regiane)	
--	--	--

CUIDAR É AÇÃO POSSÍVEL: O CONHECIMENTO QUE SEGUE EM REDE POR MEIO DE ESTRATÉGIAS PREVENTIVAS E EDUCAÇÃO SEXUAL

SUBCATEGORIAS	UNIDADES DE CONTEXTO	UNIDADES DE REGISTRO
Promoção da educação sexual emancipatória	<u>Entendo que eu posso denunciar se eu quiser fazer isso. Sei que vai ser um caminho difícil, mas eu acho que se eu encontrar suporte necessário e um apoio assim, até mesmo jurídico, né? Eu acho que consigo fazer essa denúncia. Se acontecer em algum momento novamente eu sei que eu posso denunciar que existe esse caminho e eu vou ter mais recurso tanto assim de pessoas das minhas relações que vão me orientar mais e também de mim mesma de saber, de estar consciente de falar e até mesmo para orientar outras pessoas que passam por uma situação dessa.</u> [...] também se ter alguém de confiança pra compartilhar porque, certamente, se é alguém de confiança, a pessoa vai encontrar alguma orientação caso ela não saiba, porque a gente naquele momento está muito assustado para tomar alguma decisão. (Julia)	Denunciar é possível Procurar ajuda de alguém de confiança e profissionais Buscar informações para se prevenir e para ajudar outras mulheres “macetes” para enviar fotos íntimas Cuidar-se Não se calar Não se culpar e compreender que a cultura machista faz isso com as mulheres

	<u>[...] se tem uma tatuagem, passa uma base antes de você mandar, quer mandar alguém se tampa, passa uma base aqui, coloca a manga de blusa comprida, tira foto do pé, manda foto do pé. As consequências não são legais, só quem passou sabe e eu desejo que ninguém passe o que eu passei, porque eu, graças a Deus, eu sempre tive a mente muito forte, não entrei numa depressão. Tem pessoas que não vão ter a mesma sorte que eu, que vai tentar se cortar, que vai tomar um remédio para se dopar, poder sair daquela realidade. Ninguém presta atenção por isso. (Regiane)</u> <u>Hoje o principal conselho, além de procurar autoridades, procurar alguma forma de denunciar na plataforma onde foi exposto, denuncia na plataforma, tem opção de denunciar essas imagens. E também procurar ajuda psicológica porque é um momento difícil, né? É um momento que você vai ficar pensando muita coisa, além de procurar ajuda jurídica, procurar ajuda também de uma pessoa profissional, né? Saúde mental pra você conseguir segurando as pontas até esse momento passar. E entender que a culpa não é sua, né? Pra você entender que a culpa que aconteceu não é sua. Entendeu? Que a gente vive num contexto, num mundo, né, muito machista, né? Nós somos vistas como objeto sexual na maioria das vezes. Então... E eles vazam entre eles como se fosse algo normal, uma coisa que não vai afetar. Fazem de brincadeira, acham que é uma brincadeira inofensiva, mas não é. Né? Então, acho que o principal conselho é procurar, né, a ajuda psicológica e ao mesmo tempo ajuda jurídica. Denunciar na plataforma é o melhor conselho que eu vejo. E se... pra mim, assim, pra quem teve a foto vazada, né? foto vazada seria isso. Agora, para quem não teve, nunca chegou a fazer</u>	Responsabilidade da família cuidar e orientar os filhos “Os pais deveriam ser aconselhados a conversar com seus filhos sobre isso” Atenção para ser pessoas serem responsáveis e empáticas com as dores de quem tem foto exposta “procure ajuda psicológica, fale sobre, não guarde pra você, não ponha debaixo do tapete porque a chance pra você acaba tirando a própria vida por conta de uma culpa, por conta de uma repercussão dos ódio que recebe é muito grande.”
--	---	---

	<u>isso, pelo amor de Deus, acho que é procurar sobre, não só a educação sexual, né? Também procurar como se prevenir na internet, qualquer conversa estranha, assim como os pais, né? Os pais deveriam ser aconselhados a conversar com seus filhos sobre isso.</u> (Vanuza) <u>[...] não se culpa, a culpa não é sua, você é vítima, você não é culpada, você é mulher como qualquer outra, você só tava no seu momento íntimo e todas nós estamos sujeitos... e a segunda, não se cale, vai em busca dos seus direitos, vai sofrer? Vai, porque não é fácil, as instituições julgam a gente, a sociedade julga a gente... a gente enfrenta, a sensação de estar sozinha, sei lá, lutando contra toda orda de espartano, não se cale; faça pagar, não tenha medo de ir na justiça, reaver seus direitos, porque quanto mais a gente denuncia, quanto mais a gente busca esses criminosos serem punidos, talvez, sei lá, um dia isso diminua; e acho que a terceira coisa que eu falaria é: vai ficar tudo bem, vai passar, você vai aprender a lidar com isso, você vai aprender a conviver com isso mas vai passar, e se abraça meu, tenha certeza que não é sua culpa, que sei lá, tudo passa, que não é fácil, mas você não tá sozinha... procure mulheres, procure grupo de apoio, procure ajuda psicológica, fale sobre, não guarde pra você, não ponha debaixo do tapete porque a chance pra você acaba tirando a própria vida por conta de uma culpa, por conta de uma repercussão dos ódio que recebe é muito grande.</u> (Maria) <u>Sei que isso é crime, que a pessoa responde criminalmente por isso, que pode ser indenizada por isso e ninguém tem o direito de enviar nossa foto pra ninguém, expor, que isso acontece por causa de machismo por parte dos caras, que querem prejudicar as minas de</u>	
--	--	--

	<u>algum jeito, e infelizmente consegue...</u> (Maria)	
Problematização da cultura machista e violenta	[...] <u>ninguém pensa que são dois adultos em um ato sexual. E sim, é uma vagabunda, uma puta, com todo respeito da palavra: “dando”. O homem não existe ali, ali só tem a mulher: ela é uma vagabunda, ela permitiu, ela é uma puta, promiscua</u>” e daí pra baixo, foi as mensagens que recebi. (Maria) [...] <u>porque aquela coisa, né? é homem né... a classe se defende...</u> tenho medo dele falar “ah mais poxa podia não ter enviado né, podia ter pedido pra não filma”. Por mais que você pense que a pessoa é super desconstruída, cê tem medo, <u>eu não consigo até hoje não contar essa história pra ele... vou viver com esse medo pra sempre (silêncio).</u> (Maria) Uma amiga minha, ela quis me “ajudar”, mas penso que ela não sabia muito. Ela pegou e falou assim: Bia, eu não sei se serve de consolo pra você, mas os meninos falaram que seus seios é lindo... e aí eu fiquei assim: “?” (fez uma expressão de quem estava tentando entender isso) <u>isso é bom ou é ruim? porque se for bonito vai espalhar mais ainda, agora se for feio as pessoas vão ficar falando que eu sou feia, entendeu?</u> (Alana) <u>As meninas mais julgavam sabe, os meninos nem tanto, mais me sexualizavam.</u> (Alana) [...] <u>os meninos são aquilo que eu te falei, eles mais olhavam, eu acho que desejando ter alguma coisa comigo e as meninas eu acho que não teve sororidade, por ser uma mulher, uma empatia, do tipo: “Nossa, uma mulher está passando por isso, e se fosse comigo”, entendeu?</u> (Alana)	“O homem não existe ali, ali só tem a mulher” “porque aquela coisa, né? é homem né... a classe se defende...” “isso é bom ou é ruim? porque se for bonito vai espalhar mais ainda, agora se for feio as pessoas vão ficar falando que eu sou feia, entendeu?” “os meninos [...] eles mais olhavam, eu acho que desejando ter alguma coisa comigo e as meninas eu acho que não teve sororidade, por ser uma mulher, uma empatia” “de homens, não. [...] eles viam a foto como se fosse uma permissividade” “Ele xingava de biscate, vadia, que eu não merecia estar com ele dentro de casa.” “em lugar junto com homens ou quando tem muito homem eu evito, [...] porque eu sei que já vai vir alguma coisa daí por ter visto minha foto” “depois você cai na boca de homem fia, é uma desgraça... eu digo isso por mim, e é isso para mim.” “Foi só mesmo na rua os rapazes mexiam comigo, falavam umas gracinhas.

	<u>Se fosse um menino mandando para o meu ex, ok, é homem, sabe?!, mas é uma menina. Entendeu? Tipo, cadê a empatia dessa pessoa por outra mulher? E se fosse com ela? Como que ela ia estar nessa hora, sabe? Então, meu medo também hoje em dia é que alguma tente fazer alguma fusquinha né, sobre isso. (Alana)</u> <u>E na minha relação isso interfere totalmente. O medo de querer contar e não poder e ver como a pessoa vai agir. Porque a relação que tá em jogo, sabe? A gente tem uma pessoa boa do lado, mas... a gente não pode contar uma coisa ruim que aconteceu porque eu não sei lidar com como que ele vai reagir com isso, sabe? Então eu não sei se ele vai ficar do meu lado, se ele vai me apoiar ou não vai querer ficar comigo então isso interfere muito. (Alana)</u> <u>Então das mulheres que eu trabalhava, que eu tinha contato, coordenadoras, orientadoras, né? Sempre era no sentido de que elas entendiam que foi um crime, né? Mas de homens, não. Eu nunca escutei uma palavra assim específica, né? De acolhimento, a não ser do meu aluno. Então eles viam a foto como se fosse uma permissividade ali, permissividade para poder se aproximar de mim. (Joana)</u> <u>Na época eu participava de um grupo de professores da minha área geral aqui do Estado. E eu lembro que algumas pessoas desse grupo, homens, me encaminharam mensagem com outra conotação, achando que se tinha uma liberdade por eu ter uma foto divulgada, de me chamar para sair, ou então simplesmente me encaminhava a minha imagem elogiando o meu corpo, como se fosse um elogio. (Joana)</u> <u>O marido (silêncio)... Ele agiu de um jeito que... Nossa... ele me xingava... Todo dia ele me xingava. [...] Ele</u>	[...] Nossa, eu me sentia nojenta.” “[...] Tipo, isso não pega mal para os caras, isso é propaganda pra eles. [...] com homem é assim né, as pessoas têm compaixão e com a gente é só humilhação” “vinha me chamar de vagabunda e eu ficava me perguntando “ta, você nunca fez? Nunca mandou uma nude? Você é a puritana, perfeita; cara você é tão sujeita quanto eu” e doeu o dobro.” “Em homem, você não pode... assim você acha que você confia na pessoa, a pessoa vai lá, fica com você, tem relação com você, e te expõe”
--	---	--

xingava de biscate, vadia, que eu não merecia estar com ele dentro de casa. Aí quando meu filho ia em casa, juntava os dois e ficavam me xingando. Meu filho falou assim pra mim: “parece aquela biscatinha de rua, de porta de esquina” e, nossa, isso, doeu... Doeu. E eu olhava assim e eu podia falar nada. Só senti... meu filho pequeno ficava olhando aquilo sem entender nada, e eu não queria falar ele. Fico pensando, falei isso hoje, é da família que deveria vir mais apoio, eu queria ter mais apoio e eu não tenho. (Fabiana)

[...] Hoje eu saio com minhas amiga, mas as vezes eu acho que tem alguém falando disso quando eu tô. E em lugar junto com homens ou quando tem muito homem eu evito, assim, porque eu sei que já vai vir alguma coisa daí por ter visto minha foto, já sei que vai me prejudicar, dar conversa, querer alguma coisa comigo. Hoje eu tô mais seca, sabe assim? Acho que aprendi. (Fabiana)

[...] não confia nos homens, jamais. A não ser que se você está ali junto, se você tem namorado, se você é a esposa, tudo bem. Mas fora, eu falo “não confia”. Porque sempre tem alguma coisa por trás daquilo ali: “eu quero ficar com você, eu quero sair com você”, sempre tem. Mas eu acho que fora de casa, que você está com o cara e conversando assim, não confia. Eu falo, não confia, que as vezes a pessoa quer sair com você ali, faz o que tem que fazer, vai embora e você vai ser falado e depois você cai na boca de homem fia, é uma desgraça... eu digo isso por mim, e é isso para mim. (Fabiana)

Foi só mesmo na rua os rapazes mexiam comigo, falavam umas gracinhas. Das meninas eu não vi nenhum tratamento diferente, porque acho que se tivesse, olha, eu ia entrar

	<u>em depressão profunda... Tadinhas, elas tentavam me ajudar, quando alguém falava do vídeo, elas desviavam do assunto, saiam de perto. Isso me deu força, me ajudou. Mas eles não, <u>por um bom tempo eles falavam gracinhas, eles mexiam. Nossa, eu me sentia nojenta. E por um bom tempo.</u> (Regiane)</u> <u>[...] Tipo, isso não pega mal para os caras, isso é propaganda pra eles. Antes de você postar sobre a pesquisa, uns dias antes <u>um amigo tinha falado que a ex-namorada vazou umas nudes dele né, na internet né, e daí eu falei pra ele que isso que ela fez era crime e tal, mas falei: “mas de coração, não vai dar nada pra você, relaxa, talvez se você tiver um pau muito pequeno você vai sofrer uma zoeirinha por um tempo mas vai passar, porque tipo, é rola, rola a gente vê em qualquer canto, rola... não vai alterar em nada a tua vida, você não vai ter risco de perder emprego, você não tem o risco de perder tua vida, você não tem o risco da tua família parar de falar com você, você não tem o risco de não ter mais um relacionamento daqui pra frente, então não fica mal não”.</u> Daí passou, ontem a gente conversou e eu perguntei “e ai, o que virou a história lá das nudes” e ele falou “a mano, de boa, foda-se, ninguém falou nada”... <u>ele falou ainda que teve umas meninas que chamou ele no direct falando “nossa coitadinho, você sofreu violência”, mas com homem é assim né, as pessoas tem compaixão e com a gente é só humilhação, e pra mim a pior humilhação que dói mais é quando ela vem da parte de mulheres...</u> (Maria)</u> <u>[...] e como repercutiu muito no Facebook, <u>então vinha mulheres casadas, né, vinha me chamar de vagabunda, que o presente de deus delas ia ver isso, que eu era uma piranha, de como eu me permitia, e eu ficava me perguntando “ta, você nunca fez? Nunca mandou uma nude? Você é</u></u>	
--	---	--

	<u>a puritana, perfeita; cara você é tão sujeita quanto eu” e doeu o dobro. E pode acontecer com qualquer uma, não importa a idade, não importa a condição social, nada, basta encontrar uma pessoa mal-intencionada. (Maria)</u> <u>Então, eu acho que as mulheres, elas tinham que ver assim... ver as atitudes, ver como que a pessoa fala com você, sobre como que a pessoa fala sobre relacionamentos anteriores. Conheça a pessoa a fundo antes de você mostrar suas intimidades, assim, seja foto ou seja alguma coisa que você quer falar. Em homem, você não pode... assim você acha que você confia na pessoa, a pessoa vai lá, fica com você, tem relação com você, e te expõe. (Regiane)</u>	
Acolhimento das vítimas	<u>os meus amigos do grupo, que era do projeto social, que realmente me acompanhavam, perguntavam sobre a delegacia, entrava em contato comigo, me perguntava como eu estava, me dava um apoio. (Joana)</u> <u>Eu procurei algumas pessoas específicas para me justificar. E dentro dessas instituições que eu trabalhava, no caso as coordenadoras, elas só diziam que elas entendiam o que tinha acontecido. [...] uma na verdade chegou a me dizer que ela não tinha ideia do que passava na minha cabeça, porque se fosse com ela nem sabe o que ela teria feito. (Joana)</u> <u>Não, não tive. Gostaria de ter tido... Tive alguns momentos, tipo o fato de a menina ter me falado, foi uma coisa legal, mas não foi assim, eu me sentei com uma pessoa e falei, e a pessoa me ouviu, me apoiou ali. Não, não teve nada disso, não teve. (Julia)</u> <u>(Mãe e irmã) [...] elas não paravam pra me ouvir, pra me acolher, não teve, assim, não teve acolhimento. (Julia)</u>	Acolhimento como contribuinte para segurança das vítimas O não acolhimento permite o mártir, a culpa, solidão Ter apoio é importante para seguir em frente Ter espaço preparado para essas demandas favorece o não estar só e fortalecimento Família deveria ser um lugar de apoio Grupo de apoio é um lugar alternativo para compreensão e cuidado, em vista de outras redes que são falhas Amizades são outras redes alternativas para apoio e cuidado

	<u>[...] eu não tenho família, eu sou sozinha aqui em São Paulo desde meus 14 anos. [...] é só eu e meu irmão, meu irmão caçula, ele sempre me apoiou, ele não morava comigo quando aconteceu e eu conversei com ele e ele super me apoiou, mas provavelmente minha família me culparia... pelo que conheço do meu pai, da minha irmã. Minha irmã ficou sabendo por que ela tinha Facebook e na época ela me excluiu, então nem esperei pela reação dela, palavra dela porque eu já sou uma escória pela profissão que tenho, minha família nem fala comigo. (Maria)</u> <u>[...] na época eu cheguei a participar de um grupo de apoio, e quando você vê que você não ta sozinha, a sensação de acolhimento é maior, você ta numa sala com mais 5/6 mulheres que ali vocês se abraça, que você olha pra elas e tipo, cê olha com docura e fala “não, eu também passei, eu te entendo, eu te respeito, eu te respeito, a culpa não é sua” porque você sozinha você se sente culpada. (Maria)</u> <u>[...] A minha mãe chegou a receber. E de todo mundo, tanto das minhas irmãs, quanto do meu pai e da minha mãe, foi mais a minha mãe que entendia que era um crime. Ela me apoiava nesse sentido de dizer que eu tinha que descobrir quem tinha feito isso, que isso é um crime, dentro desse contexto. Não assim com palavras de... muitas palavras de apoio, de tentar procurar saber como eu estava. [...] Quem se preocupou mesmo, de conversa comigo, de se interessar como eu estava foram meus dois amigos mais próximos. As outras pessoas só perguntavam sempre se eu já havia descoberto quem fez, então... As minhas irmãs também, né? O perfil delas, o comportamento foi de: “já descobriu quem fez?”, né? Não passava dessa pergunta. Então, em relação a isso, não me senti acolhida por minha</u>	Mostrar real interesse na vítimas, ser ouvida sem ser julgada
--	---	--

	<u>família, não tive esse acolhimento.</u> (Joana) <u>Meus familiares não ficaram sabendo. Eu não contei para ninguém, pois eu sabia que iria ser muito pior, que eles iriam me bater, me escorraçar. [...]</u> <u>Tinha uma amiga minha que eu passava mais tempo com ela, ela não me deixava ficar sozinha, quando vinham alguém de gracinha me defendia. Me ajudou muito a passar por essa fase.</u> (Regiane) <u>Na época eu morava com minha mãe e ninguém da minha família soube. Eu não sei como que minha mãe ia reagir. [...]</u><u>Só do meu ex mesmo. Ele ficava comigo, né? Falava: “não, isso vai passar, uma hora passa”, [...]</u><u>“Isso é normal, pode acontecer com qualquer um, porque hoje em dia todo mundo manda nudes um pro outro. Então pode acontecer com qualquer pessoa.” Ele sempre falava pra mim: “isso passa. Pode ficar alguns meses, mas as pessoas esquecem.” Então ele era minha rede de apoio.</u> (Alana) <u>No trabalho foi tranquilo. Como faz anos que eu estou com a minha patroa, ela sempre teve confiança. Cheguei e conversei, [...]</u><u>ela reagiu de boa, me deu conselhos. Tipo assim: “a fase agora é pensar no seu casamento, tentar manter o seu casamento...”</u><u>Ela entendia que não estava fácil, me apoiou bastante.</u> (Fabiana) <u>Minha mãe quase me bateu, ela me xingou bastante, ela falou que não ia bater em mim porque eu já sou maior de idade. Mas depois eu expliquei pra ela o que tinha acontecido, ela me apoiou, ficou do meu lado. Minha sogra também não comentou nada, só que ela sabia de tudo que aconteceu. Aí eu cheguei e expliquei pra ela o que tinha acontecido, o que aconteceu não tem nada a ver. Deu uma sensação... ela que</u>	
--	---	--

	<u>não me julgou, também não me criticou.</u> (Fabiana) <u>Amigos teve assim, teve as meninas que foram em casa me apoiar, conversar tudo</u> porque... e mesmo assim, na hora eu não tinha, <u>eu não conseguia conversar, eu não conseguia falar sobre a situação...</u> (Fabiana) Fico pensando, falei isso hoje, <u>é da família que deveria vir mais apoio, eu queria ter mais apoio e eu não tenho.</u> [...] foi na terapia onde eu tive apoio e me ajudou bastante, porque dentro de casa e fora eu não tive nenhum, eu fiquei sozinha. (Fabiana) <u>Não tive, não contei pra ninguém disso.</u> [...] eu era adolescente né, então eu não falei pra ninguém de casa, mãe, pai, ninguém. (Vanuza)	
Fornecimento de informações	<u>Olha, o que eu sei, da minha experiência né. Sei que a gente abre um boletim de ocorrência, o virtual eu não recomendo muito, é melhor a gente ta indo mesmo na DDM e abre o boletim de ocorrência lá, representa o B.O e ao mesmo tempo já procurar um advogado pra já ir pra cima, porque se ficar esperando a representação do B.O pra ir adiante vai demorar muito mais, então as vezes é melhor gastar uma graninha, você paga um advogado pro advogado ir pra cima pra já ta agilizando, pra já tentar... e eu sei que a gente consegue fazer a retirada do conteúdo e dependendo do caso, se não tiver acordo, o criminoso pode ser preso, se não me engano pode pega de 2 a 5 anos, o que é pouquíssimo, porque pelo trauma que gera na gente.</u> (Maria) <u>Eu sempre vejo essas discussões muito no âmbito jurídico. É muito forte pra mim, né? O meu entendimento é que isso é um crime e tu tem que denunciar, e que tu tem que descobrir, e que a pessoa tem que ser presa, ela tem que</u>	Fazer boletim e procurar advogado para te representar faz com que o processo siga seu curso natural Esperar representação do estado pelo é demorada Com processo pode punir o autor da divulgação e retirar o conteúdo Ação de propagar também é criminosa

	<u>pagar pelos atos dela. e eu tenho um entendimento muito nessa parte jurídica. (Joana)</u> <u>Sei que a pessoa pode ser presa por isso e as pessoas não sabem o quão mal faz propagar esse tipo de coisa que também estão sendo coniventes participando de um crime. E outra coisa, a cada vez que você compartilha você está matando a pessoa um pouquinho, porque todo mundo viu... (Regiane)</u>	
Punição dos autores da exposição	<u>Um amigo me apresentou uma advogada e aí a gente entrou com uma ação através do boletim de ocorrência, aí ela conseguiu fazer com que ele fosse demitido da empresa dele, porque ela mandou para a empresa dele tudo, a empresa tinha uma política de preservação, [...] e a gente fez um acordo com ele, e aí como ele tinha poder aquisitivo mais alto, fez um acordo, pagou uma indenização, ele retirou tudo, só que eu tenho medo de ainda ter por aí. (Maria)</u> <u>[...] na época que saiu as fotos a primeira coisa que eu pensei foi entrar com processo. Isso ainda está correndo. (Fabiana)</u>	Processo contra autor da divulgação As consequências que autor da divulgação pode enfrentar Processo demorado
Necessidade de formação de professores e outros profissionais	<u>[...] Eu acho que ter um diálogo com a família sobre isso também, tipo, sobre educação sexual, principalmente, seria muito bom, sabe? Porque a gente ia entender mais sobre o assunto, porque quando aconteceu comigo, eu achava que era uma coisa normal, tipo, é normal, sabe? Mas eu não soube lidar muito bem com isso, o que ocasionou coisas piores, né? [...] eu acho que o trauma é pro resto da vida. (Alana)</u> <u>Eu tinha aula de biologia, mas eu não tinha aula de educação sexual. Porque era só essa questão das plantas lá, não sei o que. Colocar camisinha numa banana. Não tinha assim, nada. Não</u>	Ter figuras que entendam a sexualidade como atravessa aspectos sociais/históricos/culturais pode desmistificar naturalização da violência Ter figuras que entendem do assunto é importante para nortear quem se encontra desorientado Não ter orientação permite as vítimas se sentirem piores

	tinha um debate, chamar as pessoas pra conversar, isso é tão importante. (Julia) <u>Não, nunca. As informações que eu tenho, nem sei se são informações... tem recortes de frases, né? A gente entra muito ali no Instagram, algum site, então a gente tem recortes, mas uma discussão assim mais profunda nunca tive acerca disso, né?! (Joana)</u> <u>[...] os professores de ciências, de biologia costumam falar, elas passam por essa matéria e realmente ali elas falavam o uso de contraceptivo, o uso de proteção para evitar doenças, mas da sexualidade, do corpo, se relacionar, não, nunca, eu fiquei sabendo tudo isso na internet quando fui pesquisar sobre como proteger e tudo mais na internet, mas agora na escola não prepara não. (Vanuza)</u>	Educação sexual ligada às matérias de ciências e biologia Escola se desviar de assuntos da sexualidade abre espaço para buscar em outras fontes Ausência de formação e interesse da escola nos assuntos da sexualidade e gênero
--	--	--

APÊNDICE C – Termo de consentimento livre esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa: **Sexting e Cyberbullying: um estudo acerca da violência sofrida por mulheres que vivenciaram a exposição de seus conteúdos íntimos nas redes sociais**. Será informado (a) verbalmente e por escrito sobre a o estudo, de forma suficiente e clara, pelo (a) pesquisador (a) **Giovanna Dos Santos Silva** do **Programa de Pós-graduação Ensino e Processos Formativos**, que está sob orientação do (a) Prof (a) Dra. **Ana Paula Leivar Brancaleoni**, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias/FCAV/UNESP. Jaboticabal. Esta pesquisa foi avaliada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias de Jaboticabal - UNESP, que tem como função defender os interesses dos participantes das pesquisas, em sua integridade e dignidade, contribuindo para o desenvolvimento da ciência dentro dos padrões éticos.

O estudo tem como objetivo **compreender possíveis impactos e prejuízos emocionais e sociais enfrentados por você que sofreu exposição de fotos e/ou vídeos de nudez e elencar elementos que possam compor um produto educacional tanto para você quanto para professores acerca da educação sexual e orientação sobre cuidados nas relações em ambiente virtual; e também, identificar como você se relaciona com a prática do sexting e se tem conhecimentos acerca das proteções cabíveis sobre essas práticas e em relacionamentos mediados pela virtualidade** (O termo sexting diz respeito envio de mensagens de textos, fotos e vídeos de cunho sexual). Para isso, será realizada uma **entrevista com 18 perguntas abertas. A mesma acontecerá de maneira individual e presencial no meu consultório de psicologia, pois entendo que esse espaço ajudará a resguardar sua história e identidade, possibilitando a garantia do sigilo absoluto, a sua privacidade, como também, um local preparado para acolher suas demandas que são consideradas sensíveis devido a exposição que você sofreu. O horário da entrevista será agendado conforme sua disponibilidade. Em caso da impossibilidade para a entrevista presencial ocorrerá de forma online por meio da plataforma Skype. A duração da entrevista (em média) será de até 70 minutos e seu relato será gravado por um aparelho celular**. Se você possuir disponibilidade para participar de forma presencial, sua locomoção até o consultório te acarretará custos. No entanto, quaisquer custos relacionados a participação da pesquisa serão ressarcidos. O valor será ressarcido após o encerramento de sua entrevista. Caso você não possua recursos financeiros para participar da pesquisa, será disponibilizado uma quantia que possa subsidiar sua ida até meu consultório e retorno à sua residência previamente para que consiga comparecer à entrevista.

Toda pesquisa oferece riscos, neste caso os riscos previstos com sua participação são: **Medo, desconforto e constrangimento ao expor seus conteúdos particulares e/ou revelar pensamentos e sentimentos nunca revelados; Perturbação do equilíbrio emocional por expor seus conteúdos que são considerados sensíveis relacionados a divulgação dos conteúdos privados de nudez**. No entanto serão tomadas providências e cuidados para minimizar esses riscos e/ou te propiciar todo respaldo caso você se sinta emocionalmente abalada: **atendimento individualizado em local reservado para garantir o sigilo, proteger sua história pessoal, sua intimidade por meio da confidencialidade e preservação da sua identidade e dos envolvidos em seus relatos; liberdade para não responder perguntas nas quais você se sinta constrangida; acolher suas demandas e prestar continência e amparo por meio de intervenção psicoterápica ao expor seus conteúdos sensíveis**.

A entrevista que você irá participar será sigilosa, confidencial, sua privacidade e identidade serão preservadas por mim. Caso você aceite participar da entrevista, momento antes de iniciarmos vamos combinar um nome fictício para você e para qualquer pessoa que estiver envolvida com o evento que você relatar. Ainda, não possuirá perguntas que necessitará sua identificação, como nome completo e outros dados pessoais. E também, antes de iniciar a coleta de dados, irei esclarecer para você todos os mecanismos que irei utilizar para garantir a confidencialidade e anonimização dos seus dados.

Irei respeitar sua dignidade e autonomia, levando sempre em consideração sua vulnerabilidade, vontade de contribuir e permanecer ou não na pesquisa por meio da manifestação expressa, consciente, livre e esclarecida. Para isso, no dia da entrevista, irei realizar a leitura deste termo com você (presencial ou online) e explicarei todas as diretrizes, a não obrigatoriedade da sua participação, bem como a possibilidade de interrupção em qualquer momento. Após esse procedimento, se você consentir, irei solicitar que você entregue o mesmo devidamente assinado antes de iniciar a nossa entrevista.

Caso você se sinta angustiada, instável emocionalmente por me contar sobre a exposição durante a entrevista ou após o término da mesma, será garantido a indenização por meio de acompanhamento de psicoterapia breve para você sem nenhum custo. Este acompanhamento será realizado por mim, tendo em vista que sou psicóloga regularmente registrada no Conselho de Psicologia - CRP 06/156890.

Todos os dados que você fornecer durante a gravação da entrevista serão criptografados e somente eu (pesquisadora) terei acesso à chave criptografada para acessar seus dados. Além disso, esses dados ficarão armazenados na plataforma Amazon Cloud Drive, que possui autenticação multifator permitindo acesso somente com um código de segurança e uma senha que irei criar para entrar na conta. A cada acesso nesta plataforma irei receber um novo código via e-mail ou SMS e somente com este novo código e senha será possível acessar a conta onde se encontrará os dados das entrevistas realizados. Com isso, poderei garantir sua privacidade e toda a segurança possível para seus dados.

Este estudo se justifica, pois, meninas/moças/mulheres que tiveram suas fotos e/ou vídeos de nudez expostos nas redes sociais ou em aplicativos de mensagens podem sofrer danos psicológicos, emocionais e sociais. Por isso, é importante que essa violação seja discutida para poder ajudar outras mulheres que estão sofrendo com a exposição da intimidade, como também, outros pesquisadores e estudos por ser escasso pesquisas voltadas, especialmente, para compreender as repercussões desse evento que atravessou a sua história e pode atravessar a vida de muitas mulheres.

Essa pesquisa irá promover um espaço de acolhimento, desprovido de julgamentos, onde você poderá se sentir à vontade para me contar sua história e ter a liberdade de tirar todas as dúvidas acerca da exposição que você viveu, como também, poder elaborar esse evento conflituoso por meio de suporte psicológico que será garantido por mim. E ainda, será disponibilizado um material sobre educação sexual que abordará sobre a exposição da intimidade e o que pode ser feito frente à essa violação. Esse material poderá ajudar professores, mulheres, moças e meninas a enfrentar o que você vivenciou.

Depois que todas as entrevistas terminarem, irei realizar a devolutiva desse trabalho que estarei desenvolvendo e se dará da seguinte forma: ocorrerá a transcrição das gravações, o qual será enviado no seu e-mail para que você possa ler e validar seu discurso. Com a conclusão da minha dissertação, será enviado o material completo para que você possa acompanhar tudo o que foi escrito. Ainda, na entrevista irei combinar com você que, em eventuais publicações e apresentações públicas dos resultados da pesquisa,

você será informada.

Este material será utilizado para apresentação de: **Dissertação, Eventos científicos etc.** observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo procedimentos de sigilo e discrição e que não haverá benefícios ou contribuições financeiras sobre os resultados decorrentes da pesquisa. Como também, sua participação é voluntária e não haverá remuneração acerca da sua contribuição com a pesquisa.

Dessa forma, você foi esclarecido sobre os objetivos da pesquisa, os procedimentos que serão utilizados e riscos, a garantia do anonimato e de esclarecimentos constantes, e de ter em mãos uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Além disso, está ciente do direito assegurado de não participar, ou de interromper a participação no momento que achar necessário, além da garantia de indenização por eventuais danos decorrentes da participação nessa pesquisa, nos termos da legislação civil (Código Civil Lei 10.406 de 10/01/2002).

Nome do participante: _____

Assinatura do participante

_____, ____ de _____ de 20____



(assinatura)

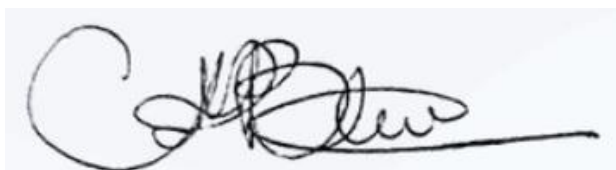
Pesquisadora Responsável

Nome: Giovanna Dos Santos Silva

Endereço: Rua Floriano Peixoto, 629 – Centro, Lins/SP.

Tel: (14) 99775-2339

E-mail: giovanna.s.silva@unesp.br



(assinatura)

Orientadora

Profª Dra. Ana Paula Leivar Brancaleoni

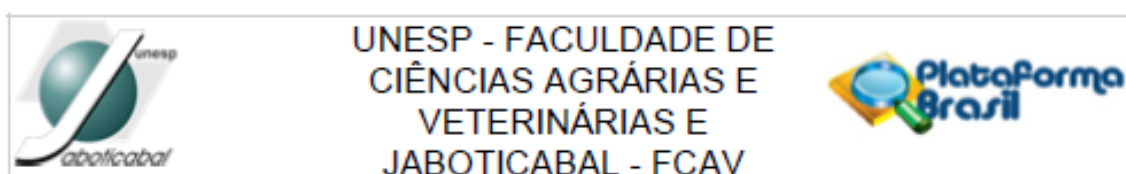
Endereço: Unesp Jaboticabal/SP – Via Acesso Prof. Paulo Donato Castellane s/n, CEP 14884-900.

Tel: (16) 99783-8908

E-mail: ana.brancaleoni@unesp.br

OBS.: Termo apresentado em duas vias, uma destinada ao participante e a outra ao pesquisador. Todas as vias devem ser rubricadas pelo participante ou representante legal, e pesquisador (a).

APÊNDICE D – Parecer de aprovação comitê de ética



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: SEXTING E CYBERBULLYING: UM ESTUDO ACERCA DA VIOLÊNCIA SOFRIDA POR MULHERES QUE VIVENCIARAM A EXPOSIÇÃO DE SEUS CONTEÚDOS ÍNTIMOS NAS REDES SOCIAIS.

Pesquisador: GIOVANNA DOS SANTOS SILVA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 64889722.9.0000.9029

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.948.819

Apresentação do Projeto:

Trata-se de uma pesquisa que investigará as consequências para vítimas de exposição de conteúdos íntimos enviados pelas mesmas, no ambiente virtual. A partir dos resultados a pesquisa objetiva elaborar material educacional, voltado para professores, para a educação sexual. Os dados serão obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas com vítimas. As entrevistas serão feitas por uma psicóloga, que é também a pesquisadora, preferencialmente na clínica da mesma, considerado um ambiente protegido. A pesquisa será divulgada em grupos de mulheres no Facebook, páginas no Instagram de psicólogos, para que possíveis sujeitos da pesquisa entrem em contato com a pesquisadora. Serão 20 entrevistadas com idades entre 18 e 55 anos.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo geral: compreender possíveis impactos e prejuízos emocionais e sociais enfrentados por mulheres que sofreram com exposição de fotos e/ou vídeos de nudez e elencar elementos que possam compor produto educacional acerca da educação sexual e orientação sobre cuidados nas relações em ambiente virtual para mulheres e docentes.

Objetivos específicos: identificar as relações que estabeleçam com a prática do sexting e conhecimentos acerca de proteções cabíveis em relação a essas práticas e em relacionamento



UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS AGRÁRIAS E
VETERINÁRIAS E
JABOTICABAL - FCAV



Continuação do Parecer: 5.948.819

mediados pela virtualidade.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A pesquisa é considerada de risco leve, podendo ocasionar sofrimento emocional para a entrevistada ao rememorar um possível trauma emocional. Contudo, a pesquisadora, como psicóloga, tomará todas as medidas para evitar prejuízos às participantes. E caso ocorra algum dano, disponibilizará psicoterapia breve. A pesquisadora aponta como benefícios que o estudo propiciará um espaço desprovido de julgamentos, preparado para acolher as demandas das participantes que sofreram com a exposição de seus conteúdos íntimos, tirar dúvidas sobre medidas possíveis nos casos de exposição, garantir a continência para as mesmas frente à exposição dos conflitos relacionados ao evento e propiciar minimamente elaboração do vivido. Bem como, por meio do produto educacional, será propiciado às participantes e docentes saberes sobre educação sexual, formas de dar sentido e viver os gêneros e sexualidade, práticas do sexting, os perigos envolvidos a este fenômeno, as consequências advindas com a exposição da intimidade, conhecimento acerca do cyberbullying, os meios de proteção legal e como proceder frente às situações de violação da intimidade. Assim, desmitificando a prática e propiciando a orientação, conscientização e possíveis cuidados para mulheres e docentes.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

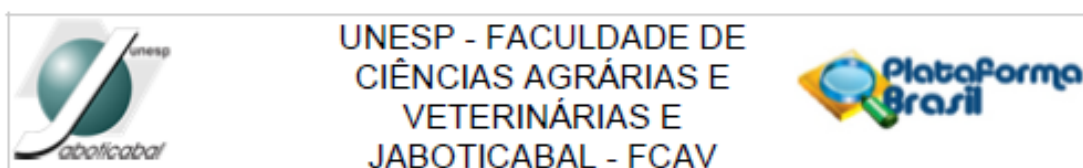
A pesquisa possui um risco adicional de interesses ilícitos pelos dados ao ser divulgada nas redes sociais para localizar possíveis entrevistadas. Contudo, a pesquisadora tomará cuidados adicionais para a proteção dos dados coletados por meio das entrevistas, armazenando-os na plataforma Amazon Cloud Drive que possui autenticação multifator, o qual

permite acesso somente com um código de segurança e uma senha que será criada pela pesquisadora para entrar na conta. A cada acesso nesta plataforma será recebido um novo código via e-mail ou SMS e somente com este novo código e senha será possível acessar a conta.

A pesquisa define um número de 20 entrevistadas com idade entre 18 e 55 anos, mas não explica como serão selecionadas as entrevistadas, caso um número maior de mulheres se voluntarie para participar.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O Termo de Consentimento Livre Esclarecido está claro e adequado. As pendências apontadas no parecer anterior foram sanadas.



Continuação do Parecer: 5.948.819

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

As pendências apontadas em parecer anterior foram respondidas e corrigidas adequadamente.

Considerações Finais a critério do CEP:

O Projeto foi aprovado em reunião com o colegiado, de forma unânime, no dia 14 de março de 2023. Solicita-se apenas o ajuste do cronograma, para a realização da coleta de dados com os participantes.

Ressalta-se que cabe ao pesquisador responsável encaminhar os relatórios parciais e final da pesquisa, por meio da Plataforma Brasil, na notificação do tipo "relatório" para que sejam devidamente apreciados no CEP, conforme Norma Operacional CNS no. 001/13, item X12.d.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2041507.pdf	12/01/2023 10:45:09		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_PESQUISA.pdf	12/01/2023 10:43:53	GIOVANNA DOS SANTOS SILVA	Aceito
Outros	QUESTIONARIO_SELECAO_PARTICIPANTES.pdf	12/01/2023 10:43:37	GIOVANNA DOS SANTOS SILVA	Aceito
Outros	CARTARESPOSTA.pdf	12/01/2023 10:42:04	GIOVANNA DOS SANTOS SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	12/01/2023 10:40:16	GIOVANNA DOS SANTOS SILVA	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO.pdf	31/10/2022 21:23:19	GIOVANNA DOS SANTOS SILVA	Aceito
Outros	ROTEIRO_INSTRUMENTO_COLETA_DADOS.pdf	31/10/2022 21:23:07	GIOVANNA DOS SANTOS SILVA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JABOTICABAL, 16 de Março de 2023

Assinado por:
ANA CLAUDIA GIANNINI BORGES
 (Coordenador(a))

APÊNDICE E – PRODUTO EDUCACIONAL



El... MANDA NUDES?

Sexting, Cyberbullying,
Escola e pertinências

MANDA NUDES?

Essa expressão popularmente conhecida se refere ao fenômeno do SEXTING, mas afinal, o que é isso?

Se trata do envio de fotos de nudez e seminudez, vídeos de conteúdos sexuais do próprio corpo e de mensagens de texto com teor erótico para companheiro(a), ficante ou paquera.

Essa prática é muito comum entre adolescentes, jovens e adultos, e utilizado com intuito de conquistar, seduzir parceiros/prestendentes. O envio é feito de forma livre e consciente, mas a intenção é que o conteúdo seja privado, não que seja compartilhado para outras pessoas.



O sexting é uma forma contemporânea de expressão da sexualidade, no entanto, o problema está no uso traiçoeiro dos conteúdos íntimos para exposição na internet. Essa violação da intimidade é sentida, principalmente, por mulheres, uma vez que a sociedade foi construída por moldes machistas e sexistas, as vítimas do vazamento são injustamente julgadas e condenadas moralmente, sofrendo discriminação acerca de seu caráter e valor.

CONSULTE

SOUZA, Lara; LORDELLO, Silvia Renata Magalhães. Sexting e violência de gênero entre jovens: uma revisão integrativa de literatura. *Psic.: Teor. e Pesq.*, Brasília, v. 36, 2020.

WANZINACK, Clóvis; SCREMIN, Sanderson Freitas. Sexting: comportamento e imagem do corpo. *Divers@! Revista Eletrônica Interdisciplinar*, Matinhos, v.7, n. 2, 2014.

CYBERBULLYING

O vazamento de conteúdos íntimos tem nome

É caracterizado pela exposição, manipulação de imagens e dados pessoais, insultos, ridicularização, humilhação, ameaças e/ou condutas mal-intencionadas por meio das redes sociais/internet.

REVENGE PORN

A pornografia da vingança se trata da ameaça de divulgar ou divulgação não autorizada de conteúdos sexuais (fotos/vídeos de nudez) por homens com objetivo de constranger, agredir a honra, dignidade, liberdade sexual e de causar danos patrimoniais e morais à ex-companheiras.



A pornografia da vingança também é uma forma de Cyberbullying e comumente ocorre quando não há uma aceitação do término do relacionamento e/ou ressentimento por parte do ex-companheiro. Desse modo, recorre a essa violação como um ato de vingança e retaliação, sabendo que isso trará prejuízos psicossociais à ex-companheira.

CONSULTE

CRAESMEYER, Bruno Ramos. Caiu na net: violação de intimidade e regime de vigilância distribuída. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

BARRETO, K. A.; FONSECA, S. O.; SILVA, S. L. Revenge porn: crime rápido, consequências perpétuas. Revista Extensão, v. 2, n. 1, 2019.

CYBERBULLYING É CRIME!

DESDE 2018 O COMPARTILHAMENTO DE IMAGENS ÍNTIMAS
SEM CONSENTIMENTO É TIPIFICADO COMO CRIME.

A **Lei Rose Leonel n° 13.772/2018** promoveu alteração na Lei Maria da Penha n° 11.340/2006 e o Código Penal, reconhecendo a violação da intimidade como uma das violências contra a mulher. Criminalizando, assim, o registro não autorizado de conteúdo com cena de nudez ou ato sexual ou libidinoso de caráter íntimo e privado. A **pena** é a **detenção de 6 meses a 1 ano**, como também **multa**.

A **Lei da Importunação Sexual n° 13.718/2018** também prevê a divulgação de cena de sexo ou de pornografia, especificamente, no Art. 218 - C, no qual: oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, vender ou expor à venda, distribuir, publicar ou divulgar, por qualquer meio - inclusive por meio de comunicação de massa ou sistema de informática ou telemática - fotografia, vídeo ou outro registro audiovisual que contenha cena de estupro ou de estupro de vulnerável ou que faça apologia ou induza a sua prática, ou, sem o consentimento da vítima, cena de sexo, nudez ou pornografia. A **pena** é a **reclusão, de 1 a 5 anos**. Aumento da pena pode acontecer se o crime é praticado por agente que mantém ou tenha mantido relação íntima de afeto com a vítima ou com o fim de vingança ou humilhação.

O Cyberbullying também configura crime contra a honra praticado em meio virtual. Nesse caso, é também uma forma de violência moral prevista na Lei n° 11.340/2006.

CONSULTE

BRASIL. Lei n.º 11.340, de 07 de agosto de 2006. Brasília, DF: Presidência da República, 2024.

BRASIL. Lei n.º 13.772 de 19 de dezembro de 2018. Brasília, DF: Presidência da República, 2024.

BRASIL. Lei n.º 13.778/2018 de 23 de setembro de 2018. Brasília, DF: Presidência da República, 2024.

EFEITOS DA DIVULGAÇÃO não autorizada

A exposição para quem está de fora pode parecer inofensiva, mas muitas pessoas que passam por esse tipo de violência podem ter suas vidas seriamente afetadas pelas repercussões sociais e emocionais.



**E, INFELIZMENTE,
SÃO AS MULHERES
QUE MAIS SOFREM
ESSE TIPO DE
VIOLÊNCIA.**

Sobre a confiança traída

Compreendemos que na prática do sexting a confiança é um elemento central para o envio de imagens de nudez, funcionando como um termômetro, um motivador. O ato de **compartilhar conteúdos íntimos em um relacionamento**, por exemplo, **pode ser visto como um símbolo de confiança mútua entre o casal**.

Quando ocorre a exposição, entendemos que **há uma ruptura dos códigos da conduta/privacidade que não são ditos e esclarecidos** pelas pessoas que trocam o sexting, **mas que ficam subentendidos para que essa prática possa acontecer** e isso se dá pela via da confiança.

Compreendemos **o rompimento da confiança pelo parceiro** como **uma forma de violência**, uma vez que os rapazes se aproveitam dela para obtenção dos conteúdos íntimos.

Uma vez quebrada - pela ação do vazamento - muitas pessoas **podem enfrentar** sentimentos de **frustração** e **culpa** pela confiança atribuída ao autor da divulgação e pela crença de que os conteúdos fossem excluídos posteriormente, como também, **desesperança** e **descrença nos relacionamentos**, servindo como uma barreira para novas relações e restabelecimento de vínculos de confiança.

CONSULTE

SOUZA, Lara.; LORDELLO, Silvia Renata Magalhães. O sexting no brasil: a percepção sobre mensagens sexuais. Psicologia em Estudo, v. 28, p. e54662, 2023.

MOTA, Bruna Germana Nunes. Pornografia de vingança em redes sociais: perspectivas de jovens vitimadas e as práticas educativas digitais. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira: Fortaleza, 2015.

Sobre os julgamentos sociais e internos

Muitas vítimas de vazamento de conteúdo **podem enfrentar não apenas os julgamentos externos, mas internos**, no qual **podem se autorecriminar devido a padrões internalizados de certo/errado e boa/má**. Esses julgamentos **estão intrinsecamente ligados à nossa cultura machista**, que, **infelizmente**, recriam, rechaçam, diminuem, **questionam o caráter das vítimas** pela sexualidade exposta, eximindo a responsabilidade do autor da divulgação. **Os julgamentos são tão intensos que é como se o agressor não existisse, como também podem distorcer a percepção que as vítimas têm sobre seu próprio valor.**

Compreendemos que **o peso dos julgamentos externos e internos** não é somente de caráter individual, **é estrutural, perpetuado por normas culturais que visam controlar e regular a sexualidade feminina** e que podem ser extremamente prejudiciais às pessoas expostas, podendo influenciar na falta de enfrentamento e reconhecimento de que essa situação se trata de uma violência.

CONSULTE

LINS, Beatriz Accioly. Caiu na rede: mulheres, tecnologias e direitos entre nudes e (possíveis) vazamentos. 2019. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

VIEIRA, Gabriela Schüler. "O nude que eu guardei": a experiência feminina durante a produção e a troca de fotos íntimas na era digital. Monografia (Graduação em Comunicação Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

Sobre os sentimentos de culpa, vergonha e medo

Compreendemos que **quando as pessoas enviam fotos íntimas por livre e espontânea vontade e sofrem exposição, esse querer/consentimento pode confundir as vítimas e fazer com que se sintam responsáveis** por essa violação. Esse elemento da **culpa pode fazer com que muitas pessoas assumam a carga punitiva do ocorrido e obscurecer a responsabilidade do autor da divulgação.**

A vergonha que muitas pessoas podem sentir, **são catalisados pela narrativa social e moralizante que atribuem culpa às vítimas** por não terem preservado seus corpos ou por terem confiado demais. Além disso, podem sentir **medo da exposição se repetir**, medo **de não serem esquecidas**, de se depararem com seus conteúdos em algum lugar da internet.

Compreendemos que **tais sentimentos são desencadeados nas vítimas, pois a sociedade espera** - conforme preceitos de sexualidade e gênero - **que a proteção de seus corpos sejam realizados por elas mesmas**, logo, se sofre uma exposição, é considerada uma falha pessoal, não uma violência. **Essa narrativa**, além de deslocar a responsabilidade do agressor para a vítima, **pode levantar barreiras para o autocuidado e ações que visam responsabilizar o autor do vazamento.**

CONSULTE

PETROSILLO, Isabela Rangel. Esse nu tem endereço - o caráter humilhante da nudez e da sexualidade feminina em duas escolas públicas. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

FRANÇA, Leandro; QUEVEDO, Jéssica; FONTES, Jean; SEGATTO, Anderson; ABREU, Carlos; SANTOS, Diego; VIEIRA, Luana; GAUER, Gabriel. Projeto Vazou: pesquisa sobre o vazamento não consentido de imagens íntimas no Brasil. Revista Brasileira de Ciências Criminais. vol. 169. ano 28. p. 231-270. São Paulo: Ed. RT, julho 2020

Sobre os sentimentos de desvalia, impunidade e revolta

Muitas vítimas de vazamento podem sentir uma profunda **sensação de desvalia e perda da dignidade, devido aos ataques, xingamentos, humilhações e críticas** com base em suas imagens públicas.

A impunidade e revolta podem ser manifestas por meio da raiva, da inconformação, da sensação de injustiça, que não se dá, somente, pela falta de responsabilização dos agressores, mas pela culpabilização e, consequente, **esquecimento dos autores** da divulgação, pelos **impactos emocionais e sociais** que sofrem.

Se compararmos a ação de punir juridicamente com as repercussões e perdas que muitas vítimas podem enfrentar, **podemos dizer que essa violência é irreparável**, ainda que a denúncia e punição sejam importante para amenizar os danos e mostrar para o sujeito que divulgou que essa ação terá consequências, essa conta ainda não fecha.

CONSULTE

SOUZA, Letícia de Mélo. Slut shaming ou exposição íntima online: violência contra a mulher e políticas públicas de enfrentamento. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, p. 305. 2021.

SIQUEIRA, Gisele Costa. Crimes cibernéticos contra a mulher: análise da (in) eficácia legislativa e abordagem jurídica sobre a conduta conhecida como pornografia de vingança. Monografia (Graduação em Direito) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.

Sobre os impactos psíquicos e prejuízos de outras ordens

Muitas vítimas dessa violação podem sofrer sérios **impactos à saúde mental**, como: **dificuldades para dormir, isolamento, depressão, ansiedade, síndrome do pânico, fobia social, hipervigilância, transtornos alimentares, consumo álcool e outras drogas, automedicação, solidão** e até **pensamentos suicidas**. Também podem sofrer **prejuízos de outras ordens: perda do controle da própria vida**, em **relacionamentos** interpessoais e afetivos, no **desempenho acadêmico, profissional** e danos **financeiros e materiais**.

Frente a todos esses efeitos, urge o agir respaldado e consciente de professores para atuar em prol de pessoas vítimas de exposição.

CONSULTE

PATROCINO, Laís Miranda Barbosa. Divulgação não autorizada de imagens íntimas: experiências de mulheres e de cuidados em saúde. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) - Instituto René Rachou, Fundação Oswaldo Cruz, Belo Horizonte, 2022.

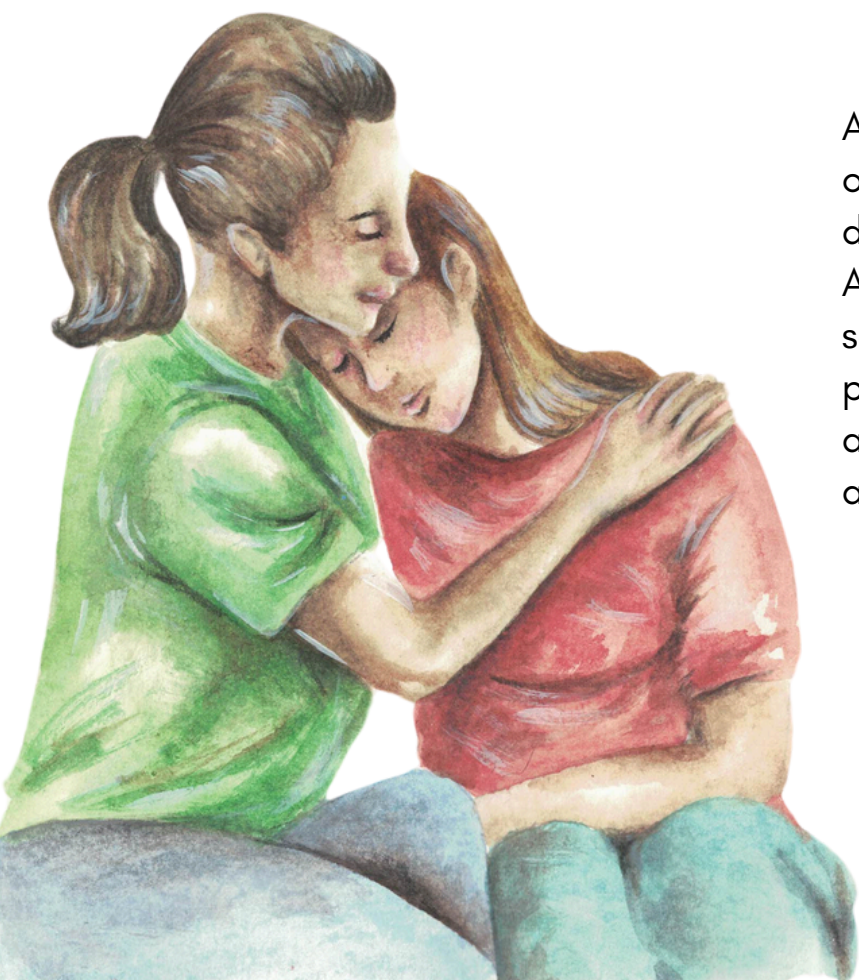
BATES, Samantha. Revenge porn and mental health: a qualitative analysis of the mental health effects of revenge porn on female survivors. *Feminist Criminology*, v. 3, nov. 2016.

LIDANDO COM A DIVULGAÇÃO

Em relação a vítima

NÃO RECRIMINE,
SOMENTE ACOLHA!

Ela não tem culpa desse acontecimento e já está em grande sofrimento com a situação do vazamento, se martirizando pelo ocorrido, ela não precisa das suas represálias. Nesse momento, **o que ela mais precisa é da sua escuta, compreensão, acolhimento e apoio.**



Ajude-a, mantenha contato, se ofereça para acompanhá-la durante o processo de denúncia. Ajude a mesma a procurar soluções, seus direitos, incentive procurar orientação jurídica e ajuda de um psicólogo para atravessar esse acontecimento.

ESTEJA JUNTO!

Sobre os expectadores invisíveis

RECEBEU O CONTEÚDO DE ALGÜEM?

Repreenda a pessoa que te encaminhou o material. Além dela não ganhar nada com isso e contribuir para o sofrimento da vítima, ajudando a disseminar o conteúdo, diga que **O COMPARTILHAMENTO** por qualquer pessoa **É CRIME** e que poderá responder judicialmente por isso. **Peça que exclua o conteúdo** e que interrompa o envio, como também, **conscientize outras pessoas acerca disso.**



É importante salientar para as pessoas da localidade e comunidade escolar **não compartilhar** e **não armazenar** os conteúdos, pois disseminar é contribuir com essa agressão. **Quanto mais os materiais se espalham, mais difícil é contê-los.**

Se deparou com alguma publicação em redes sociais de exposição íntima, **DENUNCIE**. Mesmo que você não conheça a vítima, isso impedirá que o conteúdo continue sendo veiculado. **Seja empático**, pense que poderia estar acontecendo com você, um colega de profissão, sua irmã, um amigo próximo. **Todos nós estamos suscetíveis a isso, então contribua para que o conteúdo não dissemine.**

Sobre a denúncia

I. Oriente a vítima a fazer o registro de tudo – diga para tirar prints dos lugares que viu a foto exposta, das pessoas que ajudaram a compartilhar, e, se foi algum ex-namorado, ficante, paquera, diga para coletar o máximo de informações possíveis que indiquem o mesmo como autor da divulgação. A coleta desses dados é muito importante, pois servirá como provas para responsabilizá-lo.



II. Ajude a vítima a procurar um núcleo/delegacia especializada na defesa da mulher para fazer a denúncia. Lembrando que, para isso, será necessário levar tudo que a mesma conseguiu coletar de provas.

III. Também é possível indicar a procura da Defensoria Pública ou serviços de um advogado. Eles vão conduzir todo o caso e propor melhores caminhos jurídicos para solução e responsabilização do agressor, além de agilizar o andamento do processo. Pelo serviço policial a investigação pode ser muito demorada, o que pode desencorajar as vítimas, então, procure diretamente a Defensoria Pública do Estado em que a vítima resida.

IV. Além de todos os procedimentos jurídicos, é possível entrar em contato com suporte das redes sociais onde o conteúdo íntimo foi vazado, por exemplo, os sites do Google, Instagram, Facebook, X (antigo Twitter), YouTube, TikTok etc., Para remoção do conteúdo, há formulários para esse tipo de solicitação. **ATENÇÃO** - antes de solicitar retirada dos conteúdos, preserve as provas (links que estão os conteúdos e prints) e guarde em um local seguro.

V. É possível buscar auxílio jurídico e psicológico por meio da **SaferNet**. É uma organização sem fins lucrativos que promove e defende os Direitos Humanos na Internet no Brasil. Os links são: **<http://helpline.org.br/helpline/>** e **<http://www.denuncie.org.br>**. Todas as denúncias são tratadas de forma sigilosa e anônima.

ALGUNS CONTATOS ÚTEIS PARA DENUNCIAR E OBTER INFORMAÇÕES

DEFENSORIA PÚBLICA

www.defensoria.sp.def.br
nucleo.mulheres@defensoria.sp.def.br

HUMANIZA REDES

<http://www.humanizaredes.gov.br>

SAFERNET

<http://new.safernet.org.br/>

CENTRAL DE ATENDIMENTO À MULHER

DISQUE 180

DENUNCIAR VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS

DISQUE 100



LIDANDO COM SEXTING

PENSANDO NO CUIDADO DE MENINAS E MULHERES,
PROPOMOS ALGUNS CAMINHOS POSSÍVEIS PARA ENVIAR
CONTEÚDOS ÍNTIMOS

ESSAS DICAS SE RELACIONAM COM DETALHES QUE PODEM IDENTIFICAR PESSOAS QUE PRATICAM O SEXTING

1. Evitar fotos que mostre o rosto.
2. Tem tatuagem? O indicado é tirar fotos de maneira que elas não apareçam, se não tiver como, é possível editar de modo a apagá-la. Há diversos aplicativos com essa funcionalidade. Isso também vale para cicatrizes.
3. Procurar um ambiente neutro, de preferência, em uma parede branca para registrar as fotos. A casa, cômodos, móveis, objetos, espelhos é um lugar que pode promover identificação.
4. Para enviar o conteúdo, ative a função “visualização única”. No WhatsApp, por exemplo, além de ter essa funcionalidade, não é possível tirar prints da tela. Isso ajuda na segurança e permite que a pessoa não fique com o material salvo no celular. Observe: não são todos aplicativos que oferecem esse tipo de recurso. É necessário verificar antes de usar!
5. A pessoa estar sóbria: é importante evitar praticar o sexting quando se está sob efeito de álcool ou outras drogas. É imprescindível na hora da prática para garantir os passos anteriores.

6. Não praticar sexting com desconhecidos. Se com pessoas de confiança já ocorrem as divulgações não autorizadas, com desconhecidos não é seguro. Nós nunca sabemos quem realmente está do outro lado da tela e nem quais são suas intenções.

7. Se vai praticar o sexting com namorado, ficante ou paquera, antes de tudo, é importante sentir (a)vontade. Não é algo que se deva fazer forçada ou obrigada. Ninguém é obrigado a nada, é importante estabelecer limites e deixá-los claros.

É importante ter em mente que todos nós estamos sujeitos a sofrer uma divulgação de conteúdos íntimos... o fato de enviar para um namorado ou um ficante de confiança não garante que você estará livre disso.

Ainda que esses passos não impeçam que os conteúdos sejam divulgados – porque tudo depende do caráter do sujeito que recebe os materiais – podem amenizar os efeitos, uma vez que com a quantidade de informações alocadas na internet, esses aspectos genéricos podem contribuir para a não identificação da pessoa diretamente.

Para a segurança das mulheres, os especialistas no assunto **vão indicar a não deixar fotografar e não enviar sexting,** como se o principal problema fosse esse...

Infelizmente, há uma inversão, **a responsabilidade da divulgação fica sobre a mulher que praticou o sexting e não do agressor,** que por essa via, quis prejudicar a vida dela. Ele passa despercebido. **Claramente, há uma questão de machismo envolvida** nas motivações dos rapazes vazarem conteúdo, pois se valem do corpo das vítimas como objeto a ser descartado quando não atendem mais aos seus desejos, sem que se preocupem com os reais prejuízos às mesmas, além das penalidades jurídicas que divulgar conteúdos íntimos pode incidir sobre eles.

O QUE A ESCOLA TEM A VER COM ISSO?

É dever da escola informar e discutir os diferentes tabus, preconceitos, crenças e atitudes existentes na sociedade, e isso pode ser feito a partir da educação sexual para os alunos. Tem o propósito de problematizar, levantar questionamentos e ampliar o leque de conhecimentos e de opções para que o aluno escolha seu caminho.

É possível abordar as repercussões de todas as mensagens transmitidas pela mídia, pela família e pela sociedade com as crianças e os jovens. Essa ação preenche lacunas nas informações que a criança já possui e, principalmente, cria a possibilidade de formar opinião a respeito do que lhe é ou foi apresentado.

A escola, ao propiciar informações atualizadas do ponto de vista científico e explicitar os diversos valores associados à sexualidade e aos comportamentos sexuais existentes na sociedade, possibilita ao aluno desenvolver atitudes coerentes com os valores que ele próprio elegeu como seus.

Para isso, é necessário que o educador reconheça como legítima e lícita, por parte dos jovens, a busca do prazer e as curiosidades manifestas acerca da sexualidade, uma vez que fazem parte de seu processo de desenvolvimento. Como também, que o educador tenha acesso à formação específica para tratar de sexualidade com crianças e jovens na escola, possibilitando a construção de uma postura profissional e consciente no trato desse tema. O professor deve entrar em contato com questões teóricas, leituras e discussões sobre as temáticas específicas de sexualidade e suas diferentes abordagens, e também, se preparar para a intervenção prática junto dos alunos.

CONSULTE

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>.

A ESCOLA FRENTE A DIVULGAÇÃO

QUAL É SEU PAPEL?

Caso ocorra com alguma adolescente, a escola não pode se fazer omissa com a divulgação não autorizada. É necessário que ela investigue a situação para encontrar o jovem responsável pela divulgação e solicite a visita dos pais ou responsáveis para esclarecer que isso se trata de um crime e que medidas precisam ser tomadas.

Com a vítima da divulgação, a escola deve oferecer um lugar reservado para conversar sobre o assunto. Os adolescentes se fecham em situações de violência. Então, a coordenação/direção precisa adotar uma postura acolhedora e compreensiva, mostrar que está do lado da aluna que está vivendo isso. É importante que seja uma conversa privada e que somente uma pessoa esteja com a jovem. Compreendemos que não pode haver mais pessoas nessa conversa, se não faz parecer um tribunal ou comitê. A jovem já está em sofrimento, se sentindo culpada e constrangida por isso, várias pessoas dentro de uma sala fará com que ela se recolha e não aceite ajuda.

Também é necessário que comunique e oriente os pais da jovem sobre o ocorrido, de modo a propiciar suporte e cuidado para ela, uma vez que pode estar enfrentando grande sofrimento. Represálias não irão ajudar, por isso, a postura da escola deve ser de orientar os pais acerca disso. O diálogo franco e respeitoso é fundamental para que os integrantes da família aprendam e promovam o uso seguro, saudável, crítico e construtivo das tecnologias, além disso, propor caminhos que vão rumo ao cuidado, não de novas agressões, violência.

Acerca das ações, é importante promover palestras, projetos, elaborar currículos acerca do sexting e vazamento de conteúdos, como também outros temas sobre sexualidade. Evitar o trabalho desses assuntos não significa que não existem e não traz garantias de que não vão acontecer.

Negar essa demanda é propiciar que o uso de tecnologias, no caso do sexting, seja feita de forma inadequada e inconsequente, podendo trazer, como foi abordado aqui nesse material, diversos prejuízos às vítimas. A carência de debate indica a necessidade de um trabalho com a comunidade escolar. A escola é um espaço privilegiado para pautar esses temas, bem como, para mediar situações que possam ocorrer em virtude dele.

Acreditamos que **a postura da escola em evitar o trabalho dos assuntos atuais em educação sexual**, especialmente sobre sexting e cyberbullying, **tenham propiciado o aumento dos casos** de exposição e uso das tecnologias para reprodução de violências e discursos de ódio. Como também, tenha influenciado **a criação da nova Lei n° 14.811/2024** “Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente”, devido à falta de medidas, principalmente no âmbito educacional. Oficialmente obriga as escolas a adotarem medidas de proteção a crianças e adolescentes contra crimes virtuais, no caso, cyberbullying e bullying.

Essa nova lei fez inclusão de delitos de bullying e cyberbullying no Código Penal no qual se tornaram crimes hediondos, como também foram acrescentados ao Estatuto da Criança e Adolescente (ECA). Importante lembrar que a pena inicial para crimes hediondos pela legislação precisa ser cumprida em regime fechado, não havendo possibilidade de pagamento ou fiança ou aplicação de outros benefícios legais, como anistia ou indulto.

CONSULTE

BRASIL. Lei n.º 14.811 de 12 de janeiro de 2024. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l14811.htm.

Especificamente, acerca do Cyberbullying, considerado como intimidação sistemática virtual, estabelece:

Se conduta que for realizada por meio de rede de computadores, de rede social, aplicativos, jogos online ou qualquer outro meio ou ambiente digital, ou transmitida em tempo real: Pena – reclusão, de 2 anos a 4 anos, e multa, se a conduta não constituir crime mais grave.

No ECA, acerca do Cyberbullying com crianças e adolescentes, assegura que:

Art. 240. Produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, cena de sexo explícito ou pornográfica, envolvendo criança ou adolescente: Pena – reclusão, de 4 a 8 anos, e multa.

Art. 241-A. Oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, distribuir, publicar ou divulgar por qualquer meio, inclusive por meio de sistema de informática ou telemático, fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente: Pena – reclusão, de 3 a 6 anos, e multa.

Art. 241-B. Adquirir, possuir ou armazenar, por qualquer meio, fotografia, vídeo ou outra forma de registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente: Pena – reclusão, de 1 a 4 anos, e multa.

Em vista disso, compreendemos que a abordagem da produção de conteúdo íntimos, seja sexting ou fotografias e/ou vídeos produzidos sem consentimento, roubadas ou manipuladas, também será um compromisso a ser assumido pela escola. O benefício é que as instituições educacionais possuem espaço privilegiado para pautar esses temas e por meio do ensino adequado dos mesmos, pode promover uma mudança de comportamento que interrompa o ciclo de divulgação de imagens íntimas como também as estigmatizações acerca das manifestações da sexualidade.

Tendo em vista tudo que foi tratado até aqui, é inegável que o sexting é uma prática que faz parte da vivência da sexualidade de adolescentes, jovens e adultos. A produção e troca de imagens íntimas se tornou algo comum nos dias de hoje, no entanto, o que se observa é a falta de informação sobre o assunto e desconhecimento sobre formas de proteção e amparo às vítimas. Desse modo, esse material foi produzido para ir ao encontro a essas faltas, uma vez que esses fatos indicam a urgência de disseminação acerca desse temática.



respeite
nossos
corpos